



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ALEXANDRA SABLINA DO NASCIMENTO VERAS

**USOS DO PASSADO, MEMÓRIA E APROPRIAÇÕES DO PATRIMÔNIO
INDUSTRIAL DE PARNAÍBA, PIAUÍ (1940, 1970-1980, 2000-2019)**

FORTALEZA

2020

ALEXANDRA SABLINA DO NASCIMENTO VERAS

USOS DO PASSADO, MEMÓRIA E APROPRIAÇÕES DO PATRIMÔNIO
INDUSTRIAL DE PARNAÍBA, PIAUÍ (1940, 1970-1980, 2000-2019)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: História Social. Linha de pesquisa: Memória e Temporalidade.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V584u Veras, Alexandra Sablina do Nascimento.
Usos do passado, memória e apropriações do patrimônio industrial de Parnaíba, Piauí (1940, 1970-1980, 2000-2019) / Alexandra Sablina do Nascimento Veras. – 2020.
200 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

1. Indústrias Moraes S/A. 2. Memória. 3. Patrimônio Industrial. 4. Parnaíba (PI). I. Título.

CDD 900

ALEXANDRA SABLINA DO NASCIMENTO VERAS

USOS DO PASSADO, MEMÓRIA E APROPRIAÇÕES DO PATRIMÔNIO
INDUSTRIAL DE PARNAÍBA, PIAUÍ (1940, 1970-1980, 2000-2019)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: História Social. Linha de pesquisa: Memória e Temporalidade

Aprovada em: 29/09/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Telma Bessa Sales
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Prof. Dr. André Aguiar Nogueira
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Dedico esse trabalho a todos os trabalhadores que me conduziram à *ruína*; minha mãe, Alexandra; meu esposo, Clódson; e meus dez gatos que, para mim, são verdadeiros filhos.

AGRADECIMENTOS

Pesquisar e escrever é uma arte, cujas peças nem sempre se encaixam ao quebra-cabeças. Ademais, algumas vão ficando pelo meio do caminho e, até reencontrá-las, muitas são as pedras a levantar.

Agradeço a todos e todas que, direta ou indiretamente, estiveram do meu lado na busca pelas peças perdidas desse quebra-cabeças. Primeiro, meu orientador, Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira. A mudança de objeto de pesquisa no segundo ano de curso não foi nada fácil. Ingressei em um terreno novo que me exigiu o dobro de dedicação, além de leituras das quais não estava familiarizada, e nesse ínterim Gil soube reconhecer cada avanço dado, mesmo quando pequenos. A competência e sensibilidade com que conduziu essa orientação me fez despertar para algo que, até a Graduação, a vaidade intelectual não me deixava enxergar: que ninguém, absolutamente ninguém, faz ciência sozinho. Obrigada por tudo.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória – GEPPM/UFC/CNPq que, desde o início, foi minha base de tudo. Inclusive, devo ao GEPPM a mudança de objeto de pesquisa e seu satisfatório desenvolvimento. Se consegui chegar até aqui, devo muito as vivências no Grupo, a minha participação nas atividades de estudo, pesquisa e extensão, bem como debates e conversas produtivas com os colegas. Em especial, agradeço a Patrícia Alcântara e ao Renato Freire.

À professora Dra. Telma Bessa Sales e ao professor Dr. André Aguiar pelas valiosas contribuições durante o Exame de Qualificação. Naquele momento, encontrava-me em fase de descobertas, ainda não possuindo real clareza sobre o novo objeto da investigação. Das questões levantadas sobre memórias do trabalho e especificidades da história e políticas locais pude, então, redescobrir caminhos e abordagens teóricas. Agradeço, ainda, a professora Telma pela gentileza em elaborar um texto com base em suas observações que me foram de grande valia, principalmente pelas questões pertinentes à História Oral e “memórias perturbantes”. Ao professor André, acrescento meu agradecimento pelas indicações de fontes de pesquisa.

Ao professor Dr. Frederico de Castro Neves pelos ensinamentos quanto as bases teóricas e metodológicas da História Social. Se não pude abandonar a agência e a própria experiência, mesmo sendo pesquisadora do patrimônio - para aqui antecipar problemas em torno do objeto pesquisado -, devo isso ao Fred. Obrigada, professor.

À Dra. Kênia Rios e Dra. Meize Lucas. Se pude entender que o rigor do método científico não furtas à ficção e à imaginação das temporalidades da memória, devo aos conhecimentos adquiridos durante a disciplina Memória e Temporalidade.

À Dra. Ana Amélia, Dra. Irenísia Torres, e aos professores Dr. Régis Lopes, Dr. Antonio Luiz e Dr. João Ernani pelos ensinamentos durante as disciplinas de Seminário de Pesquisa e Metodologia I e II e Tópicos Especiais em História Social: Cultura e Poder, respectivamente. Bases teóricas e metodológicas, sem as quais esse trabalho seria indefensável.

À Dra. Cristina Meneguello pelas referências e contribuições dadas à pesquisa durante o I Encontro Nacional Artes e Patrimônio Industrial, realizado em 2019 na Unicamp/SP.

A Rodrigo Adson, com quem pude muito aprender por meio de *lives* e referências veiculadas em seu canal no Instagram, sobre Museus e Patrimônio.

Ao professor Dr. Felipe Ribeiro, da Universidade Estadual do Piauí, pelo o espaço concedido durante a atividade de Estágio de Docência I, que me foi também relevante para o desenvolvimento dessa pesquisa.

A todos os trabalhadores, ex-funcionários das Indústrias Moraes S/A. Não há dúvida de que sem suas histórias e memórias esse trabalho nunca teria deixado de ser apenas um projeto, de ideias um tanto desajeitadas. Em especial, agradeço a Raimundo Nonato (Sansão) *in memoriam*, Oriceles Rocha (Célio), José Maria Guimarães (Cachimbo), Raimundo Nonato (Pé Vei), José Wilson, Jacob de Souza, Enoque Epifânio, Manoel Neves (Manoelzinho), Roque de Souza Galeno, Luis Carlos Quaresma (Bibi), e Ademar Leocádio.

A todos os funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan de Parnaíba (PI) por todas as vezes que se disponibilizaram a me receber em suas repartições, prestando informações, respondendo e-mails e dando direcionamentos necessários. Em especial, agradeço a Rayla Marques e ao Renato.

Ao professor Airton Pontes, por ter disponibilizado um pouco do seu tempo para conversar sobre a indústria e o patrimônio parnaibano, além de ceder fontes de seu acervo pessoal para consulta, como estudos de tombamento e matérias de jornais.

A todos os funcionários da Secretaria da Fazenda e Regularização Fundiária do município de Parnaíba, pelas informações e direcionamentos prestados. Em especial, agradeço a Paula Campanelli.

Ao professor Renato Bacellar, da Fundação Dr. Raul Furtado Bacellar, por ter me recebido e disponibilizado o acesso aos arquivos da instituição, jornais e periódicos.

Aos secretários das Superintendências de Turismo e Cultura do município de Parnaíba, Edivandro Barros e Albert de Carvalho. Agradeço por terem se disponibilizado a me receber em suas repartições e, assim, contribuído para o andamento dessa pesquisa por meio das informações prestadas sobre políticas públicas e ações para o patrimônio.

Ao médico Paulo Eudes, por ter se disponibilizado a me receber em seu consultório para conversar sobre políticas de preservação do patrimônio cultural, criadas à época de sua gestão.

A todos os meus professores e professoras da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Se hoje aqui estou, devo muito a qualidade da formação que tive durante a Graduação. Em especial, agradeço ao Dr. Idelmar Cavalcante que muito me auxiliou quando esse trabalho era apenas um projeto, de ideias um tanto desajeitadas; e a professora Dra. Marta Rovai pelas contribuições e orientações dadas ao projeto de pesquisa.

À Patrícia Xavier pelo curso por ela ministrado, Patrimônio Industrial e a Educação Patrimonial, realizado no Museu da Indústria – Fortaleza/CE em 2019, que foi também uma das razões que me instigaram a enveredar pelos estudos do patrimônio industrial.

À minha mãe, Alexsandra. Há muitas coisas que ela pode não compreender, minhas ausências, por exemplo. Talvez, um dia ela possa compreender. Obrigada, mãe.

Ao meu esposo e amigo, Clódson. A ele não precisei explicar minhas ausências, pois, oriundo deste universo, sabe bem que a academia se faz enquanto prioridade para àqueles que, por livre arbítrio, decide segui-la. Obrigada por tudo.

Aos colegas que pude fazer durante o mestrado, pelas vivências e troca de experiências. Em especial, agradeço a Beneângelo e ao Diego.

À Luciana, Eliane e Gilberto Gilvan da Secretaria de Pós-Graduação em História, competentes profissionais e sempre dispostos a ajudar, sempre quando possível.

À CAPES. Se não fosse a bolsa que pude contar durante todo o meu percurso, talvez, eu não teria alcançado os objetivos propostos. As condições de trabalho ainda impostas aos professores e professoras da educação básica da rede pública de ensino, certamente, não me permitiriam dedicar o tempo necessário à pesquisa. Ademais, sem o apoio da agência de fomento eu não teria condições financeiras de arcar com as despesas de viagens a eventos científicos em outros estados da federação, compra de livros, consulta a acervos públicos e privados em outros estados, pesquisas de campo, bem como minha permanência em Fortaleza/CE durante o primeiro ano de curso.

Ao meu pai, Antônio.

RESUMO

A partir da perspectiva de uma história da memória, o presente trabalho, que está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória GEPPM/UFC/CNPq, busca perceber as disputas simbólicas em torno das construções da indústria a objeto do patrimônio. Para tanto, toma-se como pano de fundo os remanescentes das Indústrias Moraes S/A, localizados na cidade de Parnaíba (PI), região do Nordeste brasileiro. O Piauí, assim como o próprio Nordeste, apesar de sempre tratado à margem do processo nacional de desenvolvimento industrial, também carrega as marcas do processo de mudança que atingiu esse setor, entre fins da década de 1980 e início da década de 1990. Em diversas cidades e localidades dessa região é possível encontrar vestígios de processos produtivos que foram se tornando obsoletos, e que hoje permanecem como *ruína*, sobrevivendo em meio às intempéries e aos embaraços do tempo. A partir de fontes diversas como entrevistas de história oral, fotografias, jornais, almanaques, revistas, livros de memória, relatos memorialísticos, crônicas, leis, decretos, projetos de lei, e processos de inventário e tombamento, a pesquisa buscou problematizar as formas pelas quais os vestígios da industrialização, a partir da temporalidade da memória e do patrimônio, têm sido ressemantizados e apropriados pelas demandas do tempo presente; ao mesmo tempo em que buscou perceber as disputas simbólicas em torno dessas construções. Ou seja, tiram-se as máquinas e instalações industriais, os trabalhadores, os patrões, as relações de trabalho; e espaços outrora interpretados como símbolos de progresso e desenvolvimento econômico e/ou urbano passam a ser ressemantizados, inaugurando novos usos e temporalidades. Como resultados, a pesquisa aponta que ainda há dificuldades de identificação e valorização dos bens associados ao patrimônio industrial como bens culturais, pois, se por um lado, ainda carecem de políticas efetivas de proteção e valorização, são, ainda, capazes de revelar relações nem sempre tão positivas com o passado nos quais estão atrelados, sendo constitutivos de uma paisagem cultural associada à labuta e aos enfrentamentos do trabalho fabril.

Palavras-chaves: Indústrias Moraes S/A. Memória. Patrimônio Industrial. Parnaíba (PI).

ABSTRACT

From the perspective of a history of memory, the present work, which is linked to the Group of Studies and Research in Heritage and Memory GEPPM / UFC / CNPq, seeks to understand the symbolic disputes surrounding the construction of industry as an object of heritage. For this purpose, the remnants of Moraes Industries S/A, located in the city of Parnaíba (PI), in the Northeast region of Brazil, are taken as a backdrop. Piauí, as well as the Northeast itself, although always treated on the margins of the national industrial development process, also bears the marks of the process of change that reached this sector between the late 1980s and the beginning of the 1990s. In several cities in this region, it is possible to find traces of productive processes that have become obsolete and that today remain as a ruin, surviving the passage and the difficulties imposed by time. From various sources such as oral history interviews, photographs, journals, almanacs, magazines, memoirs, memorial stories, chronicles, laws, decrees, law projects, and heritage processes, the research sought to problematize the ways in which the traces from industry, based on the temporality of memory and heritage, are re-signified and appropriated by the demands of contemporary times; at the same time the research sought to understand the symbolic disputes surrounding these constructions. In other words, machines and industrial installations, workers, employers, labor relations are removed, and spaces formerly interpreted as symbols of economic and / or urban development and progress are now resized, inaugurating new uses and temporalities. As a result, the research points out that there are still difficulties in identifying and valuing the assets associated with the industrial heritage as cultural goods, since, on the one hand, they still lack effective protection and valuation policies, they are still capable of revealing relationships that are not always as positive with the past in which they are linked, constituting a cultural landscape associated with toil and the confrontations of factory work.

Keywords: Moraes Industries S/A. Memory. Industrial Heritage. Parnaíba (PI).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vila de São João da Parnaíba, 1798.....	38
Figura 2 - Localização do município de Parnaíba, no Piauí.....	40
Figura 3 - Vista aérea da cidade de Parnaíba.....	40
Figura 4 - Localização dos remanescentes industriais de Moraes S/A, em Parnaíba.....	45
Figura 5 - Vistas laterais da Usina São José. [19--].....	47
Figura 6 - Vista aérea da Usina Alberto Correia. [19--].....	49
Figura 7 - Porto das Barcas. Meados do século XX (década de 1930 ou 1940)	87
Figura 8 - Remanescentes industriais. Usina São José.....	93
Figura 9 - Remanescentes industriais. Usina São José.....	94
Figura 10 - Loja de artesanato Centecart. 2010.....	95
Figura 11 - Edifício Jozias de Moraes Correia	96
Figura 12 - Remanescentes industriais. Usina Alberto Correia.....	98
Figura 13 - Espaço Cultural Porto das Barcas. Vista 1	124
Figura 14 - Espaço Cultural Porto das Barcas. Vista 2	124
Figura 15 - Galpões portuários, fora do Espaço Cultural Porto das Barcas	125
Figura 16 - Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba	130
Figura 17 - Porto das Barcas (lado esquerdo da ponte Simplício Dias).....	134
Figura 18 - Porto das Barcas (lado direito da ponte Simplício Dias).....	135
Figura 19 - Mapa da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba – RESEX	142
Figura 20 - Rota das Emoções.....	143
Figura 21 - Pontos turísticos em Parnaíba, Piauí.....	145
Figura 22 - Vista aérea do rio Igaraçu, um dos braços do rio Parnaíba.....	156
Figura 23 - Instalações de beneficiamento de ceras de carnaúba [19--].....	199

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Associação Comercial de Parnaíba
ALMANAQUE	Almanaque da Parnaíba
COBRASIL	Curtume Cobrasil Indústria e Curtimentos de Couros
CONSPAC	Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba
FUNGETUR	Fundo Nacional de Turismo
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FIEPI	Federação das Indústrias do Estado do Piauí
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGGP	Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INPAR	Instituto Parnahiba
PVP	Produtos Vegetais do Piauí
PMP	Prefeitura Municipal de Parnaíba
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UC's	Unidades de Conservação
VEGETEX	Extratos Vegetais do Brasil S/A

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	SÍMBOLOS DE UMA “SAUDADE PARNAIBANA”: INDÚSTRIAS MORAES E SEU “PIONEIRISMO”	35
2.1	Apontamentos sobre o lugar da indústria na conformação da paisagem urbana de Parnaíba, Piauí	37
2.2	“Palhas para o Progresso”: Moraes S/A e seus projetos “pioneiros” no Piauí	52
2.3	Indústria nas construções de uma paisagem do progresso	67
3	DOS ESPAÇOS FABRIS A OBJETO DO PATRIMÔNIO: O LUGAR DA INDÚSTRIA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM PARNAÍBA, PIAUÍ	81
3.1	“Indústria sem chaminés”: a formação de vazios industriais em Parnaíba	81
3.2	Um “despertar” para a importância do patrimônio: apontamentos sobre ações de preservação do patrimônio cultural em Parnaíba, Piauí	100
3.3	Patrimônio industrial como arquitetura colonial e do século XX	115
3.4	Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba: indústria como elemento da formação da paisagem cultural	126
4	(IN)VISIBILIDADES DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL DA PAISAGEM CULTURAL	138
4.1	Usos e apropriações da indústria: entre tentativas de preservação e condenação ao esquecimento	138
4.2	Contradições em torno das construções da indústria a objeto do patrimônio: o que hão de nos dizer o invisível da paisagem	155
4.2.1	<i>Ruínas industriais e patrimônio: outras vozes, outros usos a reconfigurar temporalidades</i>	160
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
	REFERÊNCIAS	182
	FONTES	193
	ANEXO A – INSTALAÇÕES DE BENEFICIAMENTO DE CERAS	199

1 INTRODUÇÃO

Os efeitos dos processos de desindustrialização e reestruturação produtiva intensificados no Brasil a partir da década de 1990, e que resultaram na diminuição da participação da indústria em relação a outros setores da economia, atingiram grandes e pequenos complexos fabris estabelecidos nos séculos XIX e XX¹. A abertura econômica baseada em políticas neoliberais durante o governo Collor (1990-1992) provocou significativos impactos ao setor industrial, acarretando transformações nos processos produtivos, nas relações entre empresas, bem como na organização e nas relações de trabalho². Nesse processo, houve relevantes transformações econômico-espaciais, sobretudo em grandes metrópoles como São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), em que muitos estabelecimentos fabris, com todas as suas estruturas e infraestruturas, foram se tornando obsoletos e ultrapassados em decorrência da criação de novos produtos e tecnologias³. Outrora símbolos de progresso e desenvolvimento econômico e/ou urbano, as indústrias, transformadas em *friches*⁴ ou abrigando novas funções, passaram, assim, a perder os significados para os quais foram criadas e foram adquirindo outros, caracterizados a partir de uma nova temporalidade, a da memória, e a partir de outra lógica, a do patrimônio⁵.

A cidade de Parnaíba, localizada no extremo norte do estado do Piauí, região do Nordeste do Brasil, não ficou alheia a esse processo. Como principal entreposto comercial do Piauí e importante centro do comércio internacional até a primeira metade do século XX, Parnaíba chegou a contar com várias casas de importações e exportações que controlavam o comércio e a distribuição de mercadorias entre o litoral e o interior do estado⁶. Pela região portuária da cidade, denominada Porto das Barcas⁷, considerada como um marco do progresso

¹ DEZEN-KEMPTER, Eloisa. **O lugar do patrimônio industrial**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011; ANDREOTTI, Maria Beatriz. **“Vestígios Industriais em Campinas: deslocamento produtivo e patrimônio industrial”**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

² GOMES, M. T. S. A abertura econômica no Brasil e suas implicações na indústria em cidades médias do Oeste Paulista. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 10, n. 31, p. 83-91, set. 2009.

³ SCIFONI, Simone. Lugares de memória operária na metrópole paulista. **Geosp espaço e tempo**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 84-97, 2013.

⁴ *Friches Industrielles* ou simplesmente vazios industriais, são termos muito utilizados nas áreas de Arquitetura e Urbanismo para se referir à áreas abandonadas, em estado de arruinamento ou subutilizadas, outrora ligadas à atividades de natureza industrial e que foram perdendo seu lugar na estrutura produtiva.

⁵ FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-35, jan./jun. 2009a.

⁶ MENDES, Iweltman. **Porto de Luís Correia: histórico de um sonho**. Parnaíba: Sieart, 2008.

⁷ Onde historicamente se desenvolveu a vila de São João da Parnaíba, Porto das Barcas é um conjunto arquitetônico formado por edificações remanescentes do período colonial, e armazéns e galpões portuários associados ao comércio e indústria de produtos oriundos do extrativismo vegetal (final do XIX e primeira do XX).

comercial e industrial parnaibano, entravam e saíam os mais diversos produtos. Entre os principais exportados estavam a cera de carnaúba, amêndoas do babaçu, óleos vegetais, folhas de jaborandi, tucum, couros, peles silvestres, mamona, resinas, algodão, castanhas de caju, arroz, dentre outros. As importações também abrangiam diversidade de produtos, como tecidos, roupas, calçados, vinhos, azeites, carros, perfumaria, louças, livros, dentre outros artigos voltados para as classes mais abastadas da cidade⁸.

Além de estabelecimentos comerciais, escritórios de representação de empresas nacionais e internacionais, e lojas de miudezas em geral, a urbe contava com indústrias de transformação e beneficiamento de produtos originários do extrativismo vegetal e animal, como refinarias de cera de carnaúba, beneficiamento do arroz, curtumes e industrialização de óleos e extratos vegetais⁹. Dentre essas iniciativas industriais que contribuíram para o desenvolvimento econômico e urbano da cidade, a partir do desenvolvimento de estruturas/infraestruturas, expansão territorial, e emprego de mão de obra, as Indústrias Moraes são identificadas, e também rememoradas, como o “maior complexo industrial do estado”¹⁰ e “uma das maiores empresas do Nordeste”¹¹. Fundada em 1904 por Antônio Martins Ribeiro, Jozias Benedicto de Moraes e Fernando José dos Santos, sob a razão social de Ribeiro, Moraes & Santos, Moraes S/A foi uma indústria especializada no beneficiamento da cera de carnaúba e na extração de óleos vegetais do coco babaçu, da oiticica e das nozes de tucum. Produzia, por meio do beneficiamento dessas matérias-primas, produtos como óleo alimentício, óleo industrial, ceras para assoalho, velas para iluminação, glicerina, sabões, sabonetes, ácidos graxos, silicato de sódio, gordura de coco e ralão¹², utilizando matéria-prima dos estados do Piauí, Ceará, e Rio Grande do Norte. Por ter se destacado no ramo da industrialização da cera de carnaúba a partir de técnicas e métodos identificados como “pioneiros”, a indústria ficou conhecida em âmbito local, durante a década de 1970, como uma das maiores produtoras e exportadoras de cera de carnaúba do Piauí e da região Nordeste. No entanto, apesar de todo o seu “pioneirismo” a render manchetes de jornais, hoje quem passa pelo Centro Histórico de Parnaíba, especialmente na região correspondente à sua antiga região portuária Porto das Barcas, depara-se com as ruínas

⁸ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940.

⁹ Entre essas indústrias que se instalaram em Parnaíba durante a primeira metade do século XX, pode-se citar: Francisco Giz Cortez (Fábrica Cortez), na extração de óleos vegetais e fabricação de sabões; Estrella & Cia, fabricação de sabões; Fábrica de pilar arroz Madeira, Veiga & Cia; Pedro Machado S/A; Fábrica Aliança; Roland Jacob curtumes e couros; beneficiamento de algodão e cereais de Narciso Machado & Cia e Raimundo Candeira; José Pires Filho; José M. de Vasconcelos, dentre outras unidades fabris. Há também registros de indústrias de bens de consumo, como Fábrica de Mosaicos Rezend & Cia; Empresa Parnaibana de Fumos Ltda; e as Sapatarias Moderna e Minerva, de Neves & Cia e Lima & Cia. In: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1934, p. 144.

¹⁰ PASSOS, Caio. *Cada rua – Sua história*. Fortaleza: imprensa Oficial do Ceará, 1982, p. 108.

¹¹ ARAKEN, Carlos. *Estórias de uma cidade muito amada*. Parnaíba: [s.n.], 1988, p. 105.

¹² Subproduto que sobrava do processo de extração do óleo do babaçu, empregado na alimentação de reses.

do que sobrou da antiga Indústrias Moraes que, muito além de um símbolo de poder e opulência, chegou a ser considerada como um dos principais meios de subsistência de parte da população local e regiões vizinhas, como o município de Ilha Grande¹³. No quarteirão onde outrora localizavam-se os espaços de trabalho e produção da Usina São José, hoje administradas pela Prefeitura Municipal de Parnaíba - PMP, restam apenas fragmentos de sua estrutura, alguns em estado de abandono e avançado processo de arruinamento.

No tocante à Usina Alberto Correia, também pertencente ao Complexo Moraes S/A, essa é uma das poucas unidades fabris que ainda mantém grande parte da sua estrutura original. Diferente da São José, essa unidade se encontra em propriedade fechada, não sendo possível transitar ou fotografar seu interior sem prévia autorização de seus proprietários. Nas poucas oportunidades que tivemos de visitar esse espaço único, nos deparamos com vestígios de antigas instalações e máquinas que foram parcialmente ou totalmente desmontadas. A antiga Casa de Forças, local em que operavam as caldeiras navais responsáveis por sustentar as outras instalações fabris, ainda possui um gerador de energia elétrica a diesel e uma caldeira a vapor de grande porte, ambos em estado de oxidação. O antigo Laboratório, utilizado para a realização de testes e pesquisas dos produtos utilizados e fabricados na Usina, ainda se encontra parcialmente preservado, com exemplares de produtos químicos e vidraria. Parte do mobiliário desse espaço mantém a mesma disposição do dia em que a Usina foi desativada: caderneta e canetas em cima da mesa, pastas e processos empilhados, amostras de material cerífero, os retratos na parede; O relógio de ponto, outrora utilizado para controlar a entrada e saída dos trabalhadores, também se encontra no mesmo lugar, mas, assim como todo o restante do ambiente fabril, o seu tempo e os seus barulhos também silenciaram; Oficinas de manutenção mecânica, elétrica e marcenaria ociosas; Almoxarifado com caixas de ferramentas que nunca chegaram a ser utilizadas; unidades de produção obsoletas; portões oxidados; telhados a desmoronar.

Ao nos depararmos com esses restos do passado, identificamos materialidades capazes de revelar diversos tempos de Parnaíba e do Piauí, ao nos trazer vestígios de uma cultura industrial associada a um período de desenvolvimento econômico e urbano. Por outro lado, mesmo sendo representativos de um determinado espaço temporal, esses restos não falam por si só. Os artefatos ou demais elementos que, por alguma razão, são capazes de mobilizar a memória de pessoas e grupos acerca de acontecimentos e/ou experiências passadas não

¹³ Até 1992 o município de Ilha Grande, localizado na região do Delta do Parnaíba, pertencia à cidade de Parnaíba. Com sua emancipação, em 1993, a ilha passou a ser dividida em duas regiões diferentes: Ilha Grande de Santa Isabel, que é um bairro de Parnaíba, e o município de Ilha Grande.

possuem um sentido em si¹⁴. É necessário questionar os sentidos, os mais diversos, que caracterizam esses vestígios como marcos de um tempo pretérito. São vestígios da vida e da atividade humana, que foram perdendo suas funções e significados para o quais foram criados e vão adquirindo outros, estabelecidos a partir da relação, sempre problemática, entre o visível do tempo presente e o invisível do passado¹⁵.

Para entender essas relações marcadas pela complexidade de um tempo consubstanciado por conflitos e interesses diversos, que caracterizam uma cidade em constante transformação, foi necessário ouvir os vários sujeitos que estiveram diretamente ligados a esses espaços de produção. Procuramos, assim, pelas pessoas que trabalharam nas Usinas São José e Alberto Correia, entre as décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980. Em sua maioria, são pessoas que trabalharam longos anos para as Indústrias Moraes, saindo desta só depois de aposentadas ou quando foram desligadas de suas funções em decorrência de sua progressiva desativação. A partir de entrevistas de história oral temática e história oral de vida¹⁶, nos deparamos com trajetórias de pessoas que vivenciaram realidades diversas em um ambiente fabril, como caldeiristas (responsáveis por operar as caldeiras de cera de carnaúba e óleo de babaçu); soldadores; capatazes (responsáveis por comandar as turmas de operários nas chamadas “produção”); porteiros; funcionários de escritório; e “trabalhadores braçais” ou “trabalhadores de fábrica”, categorias nativas utilizadas para se referir a trabalhadores que exerciam funções e atividades menos valorizadas na hierarquia produtiva e que demandavam maior esforço físico, como carregar sacos na cabeça, colocar lenha nas fornalhas das caldeiras de cera (os chamados foguistas), realizar o embarque e desembarque de mercadorias em embarcações e caminhões, dentre outras atividades.

Quando iniciamos a pesquisa de campo, buscávamos, como ponto de partida, pelas experiências desses sujeitos e pelas memórias do trabalho. Dessa forma, as primeiras entrevistas de história oral realizadas versavam sobre questões relacionadas à vida desses trabalhadores, tanto dentro como fora dos espaços de trabalho e produção: os enfrentamentos cotidianos, os momentos de lazer e diversão, as estratégias de sobrevivência, os conflitos e as relações de trabalho. Naquela altura, o objetivo geral da pesquisa era perceber como a desativação das Indústrias Moraes, e uma série de outras transformações que foram ao longo da segunda metade

¹⁴GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Memória em rede**, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 15-28, dez. 2015.

¹⁵GUIMARÃES, Manoel Salgado. Vendo o passado: representações e escrita da história. **Anais do Museu Paulista História e Cultura Material**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, jul./dez. 2007.

¹⁶ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

do século XX modificando a paisagem urbana de Parnaíba, foram alterando os modos de viver, e as formas desses sujeitos se relacionarem com a cidade e com o próprio tempo. No entanto, nos deparamos com algo que, para aquele momento embrionário da pesquisa, parecia apresentar-se como empecilho: alguns trabalhadores persistiam em direcionar suas narrativas para a história e para a importância de Moraes S/A no contexto de desenvolvimento econômico e urbano de Parnaíba. Para esses sujeitos, era importante lembrar sobre o processo de beneficiamento da cera de carnaúba, do óleo do babaçu, da glicerina, do cheiro do sabão e dos sabonetes Glicerol, das máquinas e processos produtivos, assim como lamentar a desativação e situação atual de abandono da antiga indústria. Pouco ou quase nada falavam sobre os conflitos e enfrentamentos do cotidiano fabril, que era o que nos interessava naquele momento.

Durante conversa informal com Manoel Moraes Neves, conhecido como Manoelzinho, ex- torneiro mecânico que trabalhou na Moraes S/A durante 45 (quarenta e cinco) anos, de 1959 até 2004, nos deparamos com outras dificuldades que passaram a tornar esses dados iniciais mais inquietantes. Como sua residência continua sendo a mesma de quando era operário, localizada a poucos metros da antiga Usina Alberto Correia, resolvemos convidá-lo para uma volta nessa unidade, convite que foi aceito de imediato, sem questionamentos. No entanto, durante o percurso, o silêncio tomou conta de Manoelzinho, e uma das poucas frases que disse foi: “Tanto faz, eu não dependo mais disso daqui mesmo”. “A gente só trabalha porque precisa, né, minha filha?”. Suas poucas palavras e expressões faciais demonstravam o desconforto que era está ali, conversando com uma pessoa estranha, e em meio a tantas lembranças das quais escolheu guardar para si. Ao nos retirarmos do local escolhido para a entrevista, Manoelzinho olhou e tocou o portão de ferro oxidado de entrada da antiga Usina, olhando-a, disse: “A gente se lembra disso daqui, aí sente” (interrupção do relato). Manoelzinho não aceitou que a entrevista fosse gravada. Em outro momento, voltamos a contatá-lo, mas informou que não havia mais nada de importante a contar.

Outro caso que também nos prendera a atenção foi a entrevista realizada com Roque de Souza Galeno. Roque, com 93 (noventa e três) anos de idade, entrou nas Indústrias Moraes em 1949, permanecendo lá até a sua aposentadoria. Exerceu diversas funções ao longo de sua trajetória na Usina São José, como “trabalho braçal” na parte de beneficiamento de nozes de tucum para a fabricação de óleo alimentício, e nas instalações de beneficiamento de cera de carnaúba e, como achou pertinente ressaltar, chegou até servir “cafezinho”. Roque nos contou, assim, um pouco sobre suas experiências, ressaltando em diversos momentos de sua narrativa a importância das Indústrias Moraes para a cidade de Parnaíba e para o estado do Piauí; nos contou sobre o apito “dos Moraes” “que dizia” a hora de acordar, de almoçar, de trabalhar; dos

navios que subiam e desciam pelo rio Igarauçu, carregados de homens e mercadorias; e de como era “bom” trabalhar nas Indústrias Moraes. Em determinado momento de sua fala, chegou a relatar que, para ele, “os Moraes” foi um pai.

As memórias de Roque possuem uma profundidade única, que suscitam uma série de questionamentos sobre a experiência e os impactos do trabalho industrial. A forma com que lembra e narra seus antigos lugares de trabalho evidencia a forte relação indetentária que possui com esses espaços. No entanto, apesar de explicarmos a importância de suas memórias e experiências de vida, Roque não aceitou gravar entrevista. Chegamos a visitá-lo alguns meses depois para tentarmos uma conversa mais formal, mas pediu para que telefonássemos posteriormente, pois precisava de um tempo para pensar. Deixamos com ele o roteiro da entrevista, com perguntas gerais e abertas, cujo intuito era deixá-lo à vontade para narrar suas histórias. Porém, para nossa desmotivação, ao voltarmos a estabelecer contato, Roque não aceitou gravar entrevista. Sua esposa, Elizabete, sempre muito solícita, nos informou por telefone que falar de Moraes S/A lhe causava muito sofrimento, porque lhe trazia muitas lembranças, e que ele não estava bem de saúde. Tendo em vista a ética em História Oral e o respeito pelo outro, não voltamos a contatá-lo.

A partir desses desencontros, compreendeu-se que uma das primeiras coisas a considerar ao trabalhar com a memória oral é que essa é desafiadora. Os silêncios, os esquecimentos, e até mesmo a descortesia do entrevistado são obstáculos para o pesquisador, no entanto, mais do que isso, podem ser rastros ou evidências de como o passado afeta seus testemunhos¹⁷. Durante uma entrevista de história oral, o entrevistado pode se sentir incomodado ao ter que relembrar e falar sobre fatos ou acontecimentos que, de alguma maneira, o sensibilizam. Relembrar o passado, para alguns, pode ser simples, como uma história escrita e que só precisava ser lida. Mas, para outros, relembrar o passado pode significar relembrar perdas, conflitos, sofrimentos¹⁸. É necessário questionar, interpretar as fontes, mas é preciso, também, saber ouvi-las.

Nesse despertar para as sensibilidades da leitura do passado, a partir de um olhar sensível¹⁹ sobre os vestígios materiais e imateriais da industrialização, a trajetória no âmbito do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória – GEPPM/UFC/CNPq foi basilar. Desde

¹⁷BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editora, 2003.

¹⁸THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 65-92.

¹⁹PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo. Reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ: Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 9-17, jul./dez. 2005.

o início, as vivências no Grupo, com participações em atividades de estudo, pesquisa e extensão, bem como conversas produtivas com os colegas, foram pertinentes ao relacionamento com as fontes e conseqüente amadurecimento do objeto da investigação. Nesse ínterim, em que o olhar viciado se permitiu sair do lugar comum, abrindo-se a outras problemáticas e abordagens, as orientações junto ao professor Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira descortinou-se numa série de questionamentos, em que o patrimônio cultural, até então ausente de minha trajetória acadêmica, emerge como inquietação: por que ainda há dificuldades de identificar e valorizar os bens associados a períodos de industrialização como patrimônio? Os silêncios de Manoelzinho e a resistência de Roque em continuar a falar sobre fatos e acontecimentos que nem sempre lhe traziam boas lembranças, pôde fornecer o fio condutor dessa nova problemática que surgia²⁰. Quando falamos em indústria e nos estabelecimentos fabris, que foram grandes motores de desenvolvimento econômico e urbano, uma das primeiras imagens a surgir em nossa mente é a do trabalhador que, cotidianamente, lutava em busca da sobrevivência, em meio à exploração e alienação do trabalho. Por bastante tempo, essa imagem do trabalhador industrial, que lutava contra as mazelas da vida cotidiana, foi sendo cristalizada por meio de narrativas historiográficas que buscavam – e ainda buscam - problematizar os espaços fabris a partir de conceitos como classe social, trabalho e luta política. O trabalho restrito ao espaço das fábricas com todos os seus dispositivos de controle e dominação, responsáveis por invadir a vida e o cotidiano do trabalhador para além dos espaços de trabalho e produção, seria assim abordado, durante grande parte do século XX, a partir de uma concepção que identificaria o trabalhador industrial como potencialmente revolucionário²¹. No entanto, as transformações que assolaram os mundos do trabalho a partir de fins da década de 1980 e, de forma mais acentuada no decorrer da década de 1990, contribuiriam não apenas para um processo de fragmentação e de uma suposta heterogeneidade da classe trabalhadora como, também, para o desenvolvimento de um leque de teorias que passaram a questionar a centralidade do trabalho e, conseqüentemente, as análises marxistas até então predominantes. De *classe* símbolo de progresso, mudança e transformação social²², os trabalhadores industriais passaram, no tempo presente, a objeto de memória.

Diante dessas mudanças de paradigma, a noção de patrimônio industrial pode oferecer a possibilidade de lançarmos novos olhares sobre o passado das indústrias, a partir de uma

²⁰GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²¹AMORIM, Henrique. Centralidade e imaterialidade do trabalho: classes sociais e luta política. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 367-385, fev. 2010.

²²LEITE LOPES, José Sérgio. Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 583-605, dez. 2011.

temporalidade marcada não mais pelo viés da exploração e da luta política, mas pela ausência e pelo risco de desaparecimento de uma memória coletiva associada a processos de industrialização e desindustrialização. Para Maria Lécia Mazzucchi Ferreira que tem se debruçado sobre essas questões, a noção de patrimônio industrial implica “uma inversão de funções e sentidos: o que antes era um lugar de trabalho se transforma em um lugar de memória”²³. No caso dos remanescentes das Indústrias Moraes, objeto de estudos desse trabalho, pensar essa inversão de funções e sentidos tornou-se questão norteadora quando identificamos que, apesar desses bens terem sido tombados em 2011 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan como parte do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba²⁴, não há, até o momento de realização dessa pesquisa, ações para a reinserção desses bens no cotidiano das comunidades impactadas. Os remanescentes da Usina São José, por exemplo, apesar de estarem localizados dentro do perímetro de tombamento denominado “Conjunto Porto das Barcas”, um dos principais pontos turísticos e cartões postais de Parnaíba, ainda não mereceram uma atenção maior por parte das políticas de proteção do patrimônio. Parte de sua estrutura, que ainda se encontrava parcialmente preservada à época do processo de inventário e tombamento, não mais existe.

Contudo, mesmo se encontrando em progressivo processo de desaparecimento em virtude das intempéries e embaraços do tempo e, ainda, pela ausência de políticas efetivas de preservação, esses remanescentes de processos produtivos obsoletos insistem em permanecer e evocar sentidos e significados que ultrapassam suas funcionalidades. Esses vestígios são testemunhos de um conjunto de elementos, de tecnologias, de relações de trabalho, de concepções de tempo e espaço e, sobretudo, de memórias que ali se depositam²⁵. Em *Conversando sobre Patrimônio Industrial e outras histórias*, Maria da Graça da Silveira Filipe chama a atenção para as implicações trazidas pela desativação de estabelecimentos industriais, cujas consequências vão muito além de mera conjuntura econômica e/ou tecnológica.

Quando fecham uma fábrica, quando se desativam unidades técnicas industriais, há de facto uma ruptura, há sentimentos de perda muito grandes. E esse processo, eu acho que na nossa sociedade contemporânea, leva-nos a nós, técnicos do patrimônio, por um lado, e, por outro também investigadores sociais, a ter que nos embrenhar bastante pela memória oral, pelas relações entre as pessoas; quais são os significados dos

²³FERREIRA, 2009a, p. 22.

²⁴O Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba foi tombado pelo Iphan por meio do Processo nº 1.554-T-08 (Processo nº 01450.005681/2008-22), o qual foi inscrito em dois livros: Livro do Tombo Histórico, volume III, fls. 02 a 06, número de inscrição: 594 e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, volume II, fls. 56 a 59, número de inscrição: 148. Amparo legal: Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, Portaria nº. 11, de 11 de setembro de 1986 e Decreto nº. 6.844, de 07 de maio de 2009.

²⁵FERREIRA, *op. cit.*

valores atribuídos a determinados contextos industriais, não apenas pela natureza tecnológica desses bens, ou pelos contextos econômicos²⁶.

Outra pesquisadora que tem nos ajudado a pensar na complexidade dessas questões é Cristina Meneguello, para quem “a indelével associação entre os espaços de trabalho e as memórias dos trabalhadores incide também na dimensão imaterial da experiência industrial”. Para a autora, trabalhar com os vestígios da cultura industrial exige que se considere a preservação das memórias do trabalho e dos trabalhadores, que estão relacionadas aos conhecimentos e habilidades técnicas, as rotinas de trabalho e produção, de organização e de sociabilidades, tanto dentro como fora dos espaços fabris. Meneguello chama, assim, a atenção para dois aspectos fundamentais nos processos de preservação dos patrimônios da indústria: a dimensão do trabalho e a experiência do trabalhador industrial²⁷.

Segundo Dezen-Kempter, o reconhecimento de antigas estruturas relacionadas a períodos de industrialização como bens a serem protegidos e conservados – edifícios e maquinaria; oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e refinação; entrepostos e armazéns; centros de produção, transmissão e utilização de energia; meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas; assim como locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas à indústria, como habitações, locais de culto ou de educação – complementa a noção de patrimônio cultural²⁸. Nesse sentido, a identificação e o reconhecimento de bens associados a processos industriais como bens a serem preservados deve ser, portanto, compreendidos como consequência de uma mudança na concepção do que é um bem patrimonial, decorrente da ampliação que o próprio conceito de patrimônio tem passado nas últimas décadas²⁹.

A década de 1970, no Brasil, pode ser demarcada como um momento histórico importante para a compreensão desse processo, em que os critérios, até então adotados pelas políticas preservacionistas do Iphan, começaram a ser objeto de reavaliações. Passou-se a entender que o patrimônio não deveria se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos de uma história dita oficial que, sobretudo, as elites se reconheceriam, mas deveria, também,

²⁶FILIPE, Maria da Graça da Silveira. Conversando sobre patrimônio industrial. In: MATOS, Ana Cardoso de.; SALES, Telma Bessa (org.). **Conversando sobre patrimônio industrial e outras histórias**: palavras, espaços e imagens. Sobral: Edições UVA, 2018. p. 10.

²⁷MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2011, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UDESC, 2011. p. 1819-1834.

²⁸DEZEN-KEMPTER, 2011.

²⁹KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.; RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. **Cidade, cultura e memória**. Uma perspectiva sob a óptica da arqueologia e do patrimônio industriais. 2017. Tese (Doutorado em História e Patrimônio) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2017.

abranger o conjunto de manifestações culturais representativas para outros grupos constituintes da sociedade brasileira, como índios, negros, imigrantes e classes populares em geral³⁰. Apesar da preocupação com a busca de uma identidade nacional ainda ter se mantido como uma das características desse período, esse é um momento em que se começa a perceber na história brasileira uma abertura do campo do patrimônio para outras manifestações que até então não haviam sido contempladas pelas políticas de preservação do patrimônio³¹, fato que pode ser identificado, por exemplo, com a criação e ações levadas à cabo pelo Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC e pela Fundação Nacional Pró-Memória - FNPM, criados em 1975 e 1979, respectivamente. Em termos globais, pode-se dizer que “o tempo nacional, que fundamentava uma singularidade nacional, desdobrou-se numa pluralidade de singularidades locais, tangíveis e intangíveis”³².

A década de 1980, em que o Brasil vivencia seu período de redemocratização, que o fenômeno da globalização ganha extensão, e que se intensificam os processos de homogeneização cultural em diversas partes do mundo³³ será, por sua vez, marcada por intensos debates em torno da memória e do patrimônio, em consonância com os anseios de novos sujeitos e grupos que passaram a reivindicar e a trazer a necessidade de se repensar os silêncios e os ocultamentos em torno do patrimônio³⁴. Nesse ínterim, há o progressivo distanciamento de uma noção de patrimônio, antes assentada na excepcionalidade dos bens culturais, para uma concepção mais preocupada com os processos e sujeitos produtores desses bens culturais. “Preservar processos e não mais produtos ou objetos culturais tornou-se, então, os desafios e dilemas da prática preservacionista”³⁵.

As últimas décadas do século XX, no Brasil, são, portanto, marcadas por mudanças institucionais no âmbito da memória e do patrimônio com a entrada em cena de novos sujeitos, com a adoção de uma concepção mais ampla e abrangente de cultura³⁶, com os anseios de novas formas de proteção e, sobretudo, pela descentralização das políticas preservacionistas³⁷. Ao “espírito da Nação” contrapõem-se, assim, outras formas e significados que foram sendo atribuídos ao patrimônio e outros lugares, espaços, bens e práticas culturais, até então

³⁰FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

³¹NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014a.

³²*Ibid.*, p. 57.

³³FONSECA, 2009.

³⁴NOGUEIRA, 2014a.

³⁵*Ibid.*, p. 58.

³⁶CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

³⁷FONSECA, *op. cit.*

negligenciados, passaram a ser identificados a objeto do patrimônio³⁸. O Decreto 3.551 de 2000, que instituiu o inventário e registro do que ficou conhecido como “patrimônio cultural imaterial ou intangível”, descortinou-se em um panorama que alterou radicalmente a correlação de forças até então vigentes. Se durante décadas predominou um tipo de prática preservacionista voltada, prioritariamente, para a proteção de bens em *pedra e cal*, o referido decreto pôs em cena algo que já havia sido pauta, ainda durante a década de 1930, das preocupações de alguns intelectuais brasileiros, entre os quais se destacou Mario de Andrade: a valorização do intangível e da diversidade das manifestações e expressões culturais³⁹. Se antes falava-se em monumentalidade, em excepcionalidade, em autenticidade, agora se fala em diversidade cultural, em memória coletiva, em pertencimento, em identidade, em direito à memória, e em diversos outros aspectos que passaram a mediar e a justificar as ações e as práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil⁴⁰.

Para Antonio Gilberto Ramos Nogueira, “nunca se falou tanto em patrimônio e memória como nos dias atuais”. O medo da amnésia, individual e coletiva, e a vontade de nada esquecer desenvolveram, simultaneamente, uma espécie de compulsão compensatória em tudo guardar e preservar. Para o autor, essa preocupação com a preservação tornou-se o novo imperativo a operar sobre os deslocamentos das sensibilidades temporais, em que o patrimônio passou a ser uma questão de “dever de memória”⁴¹. A ampliação da noção de patrimônio e a obsessão pela preservação que tem caracterizado, no tempo presente, uma espécie de inflação patrimonial em que tudo passou a ser visto com olhares de patrimônio⁴² são assim sintomas clínicos de uma nova relação com o tempo, com a memória, e destes com a própria história. Ou seja, na dialética entre o lembrar e o esquecer, entre o preservar e o destruir, há, portanto, sempre uma relação explícita e problemática com o tempo e seu transcurso⁴³.

É a partir dessas chaves de leitura, que compreende o patrimônio cultural “como aquilo que define o outro a partir de referenciais identitários e é referendado por valores atribuídos a

³⁸FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Reflexões sobre o reconhecimento e usos do patrimônio industrial. *In*: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio (org.). **Cultura material e patrimônio da Ciência e da Tecnologia**. Rio de Janeiro: MAST, 2009b. p. 189-212.

³⁹FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. **IPHAN, Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. Brasília: IPHAN/ Minc/DID, 2000.

⁴⁰SANTOS, Cecilia Helena Godoy Rodrigues dos. Patrimônio cultural. Documentação e reflexão necessárias. *In*: CUREAU, Sandra. *et al.* **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 239-249.; NOGUEIRA, 2014a.

⁴¹NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Tempo, patrimônio e políticas de preservação no Brasil. *In*: NOGUEIRA, A. G. R.; SILVA FILHO, A. L. M. (org.). **História e Historiografia: perspectiva e abordagens**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014b. p. 61.

⁴²PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 13, p. 211-226, 2003.

⁴³NOGUEIRA, 2014a.

bens e práticas culturais em diferentes momentos e espaços”⁴⁴, que compreende-se que os vestígios relacionados a processos de industrialização, sejam tangíveis ou intangíveis, devem ser percebidos como uma das diversas formas de representação do patrimônio cultural, como parte de uma cultura que determina e se influencia a partir de fatores sociais e não simplesmente econômicos ou tecnológicos⁴⁵. A atribuição de valor de patrimônio a bens de natureza industrial deve ser, portanto, pensada em termos de uma busca por reconhecimento daquilo que tem valor como referência cultural e identitária para um determinado grupo social⁴⁶, compreendido como parte de práticas sociais, de modos de viver, saberes e fazeres. É com base nessa visão, que compreende o patrimônio industrial como testemunho de atividades que tiveram e ainda possui profundas consequências históricas e das quais participaram inúmeros segmentos sociais⁴⁷ - contextos econômicos e urbanos; processos de industrialização e desindustrialização; desenvolvimento de produtos, técnicas e tecnologias; memórias do trabalho e dos trabalhadores; modos de viver, conhecimentos, artes e ofícios. -, que se justificam as iniciativas em prol de sua proteção e valorização⁴⁸.

No entanto, em relação ao objeto de estudos aqui em análise – o que também pode ser identificado em outras regiões do Brasil que possuem remanescentes de períodos de industrialização como bens patrimonializados e/ou patrimonializáveis, como São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG), o que se percebe é que, no sentido da execução de políticas e ações para a proteção dessa tipologia de patrimônio, ainda estamos muito distantes dessa compreensão. Como será desenvolvido ao longo de todo o nosso itinerário, tal fato reflete as dificuldades ainda existentes na identificação e valorização dos remanescentes da indústria como bens culturais, que resultam não apenas da ausência de políticas efetivas para sua proteção e promoção como bem cultural, mas nas formas pelas quais esse “novo patrimônio” tem sido interpretado e apropriado pelas demandas do tempo presente. Tais achados fundamentaram-se a partir do desenvolvimento de alguns questionamentos basilares, a saber: de que forma o passado relacionado à atividade industrial em Parnaíba, Piauí, tem sido ressemantizado e apropriado pelas novas demandas do contemporâneo? Quais são os novos usos que têm sido

⁴⁴NOGUEIRA, 2014a, p. 63.

⁴⁵RODRIGUES DA SILVA, 2017.

⁴⁶PAIXÃO, Ana P. S.; PAULO, L.D.R. O Tombamento para além do aço: O patrimônio industrial em Miguel Burnier e a luta entre memórias. *In: ANAIS DO II SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL*, 2018, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ICOMOS, 2018. p. 3898-3918.

⁴⁷THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial**. Nizhny Tagil: TICCIH, 2003.

⁴⁸THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Sevilha de patrimônio industrial**. Sevilha: TICCIH, 2018.; THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **“Os princípios de Dublin”**. França: TICCIH, 2011.

atribuídos ao passado das indústrias e seu legado material e imaterial remanescente? Por que, diferente de outras tipologias de patrimônio, cujas ações e políticas preservacionistas têm assumido maior empenho quanto sua preservação e conservação, o patrimônio industrial ainda não tem sido alvo das mesmas preocupações, permanecendo relegado a segundo plano, em estado de abandono ou subutilizado? Se o patrimônio nunca é isento de um sentido político, e se esse sentido silencia⁴⁹, ressemantiza⁵⁰, domestica⁵¹, culturaliza⁵² cabe problematizar como tem se dado as construções da indústria a objeto do patrimônio. Questionar esse processo requer perceber as disputas simbólicas que norteiam essas construções, uma vez que a produção do patrimônio é, fundamentalmente, uma questão de atribuição de valor e produção de sentidos⁵³, que envolve narrativas, usos do passado e criação de espaços de memória⁵⁴.

Para tanto, escolhemos como pano de fundo os remanescentes industriais do Complexo Moraes S/A, em Parnaíba, fato não arbitrário, mas que se justificou por 03 (três) motivos principais: primeiro, por se constituir como um dos maiores exemplares da arquitetura industrial do século XX, cujo legado material e imaterial ainda permanece à paisagem cultural. Dentre as indústrias que se instalaram em Parnaíba nesse período, a Moraes S/A esteve entre as mais expressivas em termos de expansão territorial e desenvolvimento de processos de industrialização, sendo proprietária de diversos imóveis e instalações, como fábricas, galpões, armazéns, prédios comerciais e casas residenciais ocupadas por sócios e funcionários. É certo que há de se reconhecer a existência de outros exemplares de períodos de industrialização em Parnaíba, como estruturas portuárias localizadas ao longo do curso do rio Igarapu, que foram responsáveis por abrigar diversas atividades industriais e comerciais; além da arquitetura ferroviária que, em conjunto com a fabril, ainda conserva muitos de seus vestígios, como a Praça da Estação, ainda com os trilhos, e a Locomotiva a Vapor, localizada à Avenida Presidente Getúlio Vargas; a Vila Ferroviária e Operária, situadas ao longo da linha férrea em direção ao município de Luís Correia (PI); os edifícios da Estação Ferroviária e Almoxarifado que ainda abrigam mobiliário e objetos relativos à ferrovia; e um galpão onde outrora funcionavam oficinas de manutenção da ferrovia. No entanto, apesar de indústria e ferrovia

⁴⁹POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 03, p. 03-15, 1989.

⁵⁰NOGUEIRA, 2014a.

⁵¹HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

⁵²GUIMARÃES, 2007.

⁵³ARANTES, Antônio A. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos.; LEITE, Rogério Proença (Org.). **Plural de Cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. p. 11-24.

⁵⁴PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, Goiás, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008.

manterem relações muito próximas e indissociáveis ao recorte temporal e espacial aqui adotado, há de se considerar que a arquitetura ferroviária se constitui como tipologia de patrimônio diferente da relacionada aos espaços de trabalho e produção fabril. São patrimônios de natureza distintas, cujas problemáticas exigem metodologias e abordagens específicas. Ademais, nosso objeto e problemática de estudo se desenvolveu tomando como base o patrimônio industrial de uso fabril, ou seja, espaços outrora utilizados para a transformação de matérias-primas em bens de consumo ou em material base para a indústria;

Segundo, emerge as inquietações no relacionamento com as fontes. Além das fontes orais, cujas problemáticas foram tangenciadas anteriormente, a Moraes S/A é uma das indústrias que mais aparece nos acervos documentais sobre a cidade de Parnaíba. A ideia de “pioneirismo” associada à atividade industrial parnaibana e piauiense, pautada nas figuras dos industriais Jozias de Moraes Correia e seu sucessor, José de Moraes Correia, foi uma das questões que despertaram curiosidades. Ao invés de comprar essas narrativas engolidas feito habitus⁵⁵, que tanto se repetiam nos documentos consultados, procurar pelos porquês, não no sentido de questionar a veracidade de tais dados, mas de compreender o contexto em que estas narrativas estavam intercaladas, aguçava-se, quase que saltando das páginas empoadas. Ao reduzir a escala de análise, direcionando o olhar para o particular⁵⁶, em busca de entrelinhas⁵⁷ e marginais, notou-se que, no Piauí, não apenas houve indústrias com processos industriais vistos como “avançados à época” e relevantes para o desenvolvimento do estado, como a própria indústria é elemento basilar na constituição de memórias e narrativas de patrimônio. Dada as limitações das fontes, escassas ao objeto de estudo, em escala mais abrangente esses *links* não se apresentaram da mesma forma: tangenciais, por vezes desconexos, não permitiam enxergar as vicissitudes a explicar a transição da funcionalidade a objeto do patrimônio. Nas estranhezas do conhecido e nas sutilezas do não conhecido, a polifonia a abalar o caderno de campo não poderia apresentar-se como menos embaraçosa: ora historiador, ora como um *flâneur*, nos caminhos da memória hão de se encontrar os rastros. Seguindo-os, encontraras-te o fio.

Terceiro, pontua-se o fato dos remanescentes de Moraes S/A terem sido tombados, em 2011, como parte do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. A antiga área pertencente à Usina São José, com todas as suas benfeitorias, foi incluída dentro do subconjunto

⁵⁵BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

⁵⁶GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁵⁷DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

denominado Porto das Barcas, e os remanescentes da Usina Alberto Correia foram incluídos na área de entorno do perímetro de tombamento. Ao serem vistos como objetos do patrimônio, esses espaços, outrora destinados ao trabalho e a produção industrial, passam a adquirir novos valores e usos, consubstanciados pelas demandas de um passado presente marcado por conflitos de interesses diversos, a caracterizar novas relações ao tempo⁵⁸. Desembaraçando o fio, outrora encontrado nos rastros deixados pelos caminhos da memória, identifica-se as vicissitudes que permitiram enxergar o problema da pesquisa: a transição de um espaço outrora funcional a objeto de políticas de preservação; e o objeto da investigação: a construção da indústria a objeto do patrimônio. A pesquisa buscou, portanto, problematizar as formas pelas quais os vestígios da industrialização, a partir da temporalidade da memória e do patrimônio, têm sido ressemantizados e apropriados pelas demandas do tempo presente; ao mesmo tempo, em que buscou perceber as disputas simbólicas em torno dessas construções. Ou seja, tiram-se as máquinas e instalações industriais, tiram-se os trabalhadores, tiram-se os padrões, tiram-se as relações de trabalho; e espaços outrora interpretados como símbolos de progresso e desenvolvimento econômico e/ou urbano passam a ser ressemantizados, inaugurando novos usos e temporalidades.

O recorte temporal adotado, ainda que não restrito a períodos fechados, dada a própria fluidez da memória social e da História do Tempo Presente, abrangeu 04 (quatro) momentos importantes para o desenvolvimento da problemática que aqui se desenvolve. Primeiro, o início da década de 1940, caracterizado como um momento em que Parnaíba ainda vivia sob o berço do progresso, alicerçado no comércio de importações e exportações de produtos oriundos do extrativismo vegetal, sobretudo, a cera de carnaúba. É nessa mesma época que as Indústrias Moraes passaram a expandir suas atividades e instalações fabris para o processamento industrial desse produto. Tal fato fez com que a indústria passasse a ganhar maior representatividade nas narrativas sobre a cidade, não apenas por conta da natureza das atividades por ela desenvolvidas, mas por estar em consonância com sensações de progresso e modernidade que parte daquela sociedade vivenciava, em particular suas elites comerciais e industriais;

O segundo recorte abrange a década de 1970 e o início da de 1980, período em que a atividade industrial em Parnaíba e no estado do Piauí passa novamente a ser vista com olhos de otimismo, como algo que traria, além de novos empregos, a “solução” para a retomada dos “difíceis caminhos do progresso”. É nesse mesmo período que as Indústrias Moraes, a partir de seus projetos “pioneiros”, apareciam por meio de alguns periódicos de circulação local e

⁵⁸HARTOG, 2006.

regional como uma das maiores indústrias do Piauí, do Nordeste, e maior exportadora de cera de carnaúba do Brasil. Ademais, as décadas de 1970 e 1980 são um período importante da história da trajetória do patrimônio cultural no Brasil, em que há a descentralização das políticas preservacionistas e consequente alargamento da noção de patrimônio. Parnaíba não ficou alheia a esse processo, e soube se apropriar de seus bens “naturais” e “histórico-culturais” como forma de buscar garantir um lugar na seara do patrimônio, associado à atividade turística;

O terceiro recorte abrange a década de 2000, em que analisamos a patrimonialização dos remanescentes de Moraes S/A como parte do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Apesar desse processo, com o inventário dos bens patrimoniais de Parnaíba, ter iniciado por volta de 2003 pelo Iphan, os debates acerca da proteção do seu patrimônio já haviam começado décadas antes. Assim, recuamos um pouco para a década de 1990, analisando como esses debates foram ganhando corpo por meio da imprensa e da escrita de articulistas, levantando a criação de leis e ações em prol da salvaguarda e preservação do patrimônio cultural parnaibano. Algo pertinente problematizado dentro desse recorte fora o fato de que, em um mesmo período em que Parnaíba vivenciava um processo de identificação e reconhecimento de seu patrimônio na esfera federal, nota-se, a partir da escrita de pessoas letradas, uma tentativa de um “despertar” para a importância do patrimônio. Essa tentativa carregava um aspecto interessante, contemplada as discussões aqui desenvolvidas: a importância de se sensibilizar as camadas populares para a importância do patrimônio como elemento indispensável na constituição da memória e da identidade do ser parnaibano; E, em quarto recorte, chegamos aos dias atuais em que buscamos problematizar as diferentes formas com que pessoas que trabalharam em estabelecimentos fabris, em particular nas Usinas São José e Alberto Correia do Complexo Moraes S/A, relacionam-se com seus antigos espaços de trabalho, reconfigurando paisagens e temporalidades.

Para realizarmos essa pesquisa nos debruçamos sobre diferentes tipos de fontes, a partir de trabalho de campo que se fundamentou na busca de quaisquer fragmentos que pudessem, de alguma maneira, oferecer subsídios à escrita da História do Tempo Presente. Além das fontes orais, anteriormente citadas, trabalhamos com fontes hemerográficas como os jornais *Inovação*, *Norte do Piauí*, *Aljava*, *Folha do Litoral*, *O Dia*, algumas edições do periódico *Almanaque da Parnaíba*; Livros de memória, crônicas, poemas e relatos memorialísticos. Seguindo os rastros deixados por diversos sujeitos e grupos, essas fontes serviram como base para a problematização da indústria como elemento de referência na constituição de memórias e demandas de patrimônio. A análise dessa documentação, realizada de forma pormenorizada ao longo do texto, deu-se a partir da identificação das condições de produção, meios de circulação

e formas de apropriação, levando em consideração cada época e contextos político e econômico. No tocante às políticas e ações voltadas para a proteção do patrimônio cultural parnaibano e piauiense, nos debruçamos sobre leis, decretos, pareceres, projetos de lei, folders, dados etnográficos, estudos e processos de tombamento. Em relação a esses documentos, esses não foram utilizados como mera fonte de informação, com vistas a identificar ações e políticas existentes para a preservação do patrimônio cultural parnaibano e piauiense, mas se buscou perceber a partir de quais valores os remanescentes da industrialização têm sido identificados como bens a serem preservados. Em percurso quase que etnográfico, a exemplo de Charles Baudelaire (1821-1867), um *flâneur* a perder-se em ruas, avenidas e botequins, por vezes estigmatizados, essas fontes foram trabalhadas de forma dialógica, na qual buscou-se estabelecer *links* entre o macro (tema de pesquisa), o micro (objeto de pesquisa) e os diversos vestígios do passado, preservando suas especificidades quanto ao tratamento teórico e metodológico.

Para Julio Aróstegui, o método científico, no que se refere às ciências naturais, seria um procedimento para se obter conhecimentos através de determinados passos que assegurem que aquilo que se pretende conhecer seja “explicado” e, indiscutivelmente, explicado significa que se deve dar conta da realidade, propondo afirmações demonstráveis. Dessa forma, o método científico, nesse âmbito, seria um conjunto de regras básicas para se chegar a um determinado fim, visando a produção de um conhecimento objetivo⁵⁹. No entanto, no que se refere às ciências humanas, se a história é uma tentativa de aproximação de uma realidade que é inalcançável⁶⁰, não cabendo ao ofício do historiador contar “como os fatos realmente aconteceram” como observara Marc Bloch e Lucien Febvre em Escola dos Annales (1929-1949), mas problematizar complexidades do real, de que forma nós, historiadores e historiadoras, podemos sustentar uma narrativa sobre determinado passado sem perder o rigor do método científico? Ora, o historiador não é um antiquário, mas um sujeito que aprende a perceber como as coisas apresentam-se como fonte; a questionar o silêncio das fontes em meio a entrelinhas⁶¹ e marginais, sem, no entanto, perder a própria imaginação⁶². A produção do conhecimento histórico exige, portanto, um despertar para as sensibilidades da leitura do passado⁶³, em que método, fontes, teoria, retórica e prova⁶⁴ se entrelaçam na produção de um

⁵⁹ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

⁶⁰RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997. Tomo 3.

⁶¹DIAS, 1984.

⁶²RICOEUR, 1997.

⁶³PESAVENTO, 2005.

⁶⁴GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

tipo de ciência que visa uma objetividade, mas cuja subjetividade é inseparável do seu próprio fazer-se⁶⁵.

Com base nesses referenciais intrínsecos a operação historiográfica⁶⁶, traçamos o itinerário dessa pesquisa, em que os resultados foram agrupados em 03 (três) capítulos: Entendendo que para que se possa problematizar as disputas simbólicas em torno da construção da indústria como um bem a ser preservado, é necessário problematizar como esse patrimônio é gestado, no primeiro capítulo, intitulado *Símbolos de uma “saudade parnaibana”: Indústrias Moraes e seu “pioneirismo”*, buscou-se desenvolver e fundamentar o entendimento de que Moraes S/A não foi apenas um grande complexo industrial que movimentou a economia parnaibana e piauiense, como as fontes buscam evidenciar a partir de uma metamemória⁶⁷ que reconstrói e reinventa a figura de José de Moraes Correia como um autêntico pioneiro, “um líder incontestado da industrialização do Piauí”⁶⁸. Mas ela é, também, parte da “escriturística de uma saudade parnaibana”⁶⁹ que reflete as maneiras pelas quais determinados sujeitos e grupos se relacionam com o passado e com o seu próprio tempo. Falar das Indústrias Moraes é, portanto, falar do próprio passado de Parnaíba, pois ela é símbolo de poder e opulência de uma cidade que ainda sobrevive em prédios, sobrados, casarões, ruas, avenidas; nas memórias, nas narrativas históricas. Ademais, ao mesmo tempo em que se buscou desenvolver esse argumento, trazemos também ao leitor as peculiaridades dos processos de industrialização de Parnaíba e do estado do Piauí, atendendo assim carências de estudos nessa área. Ao contrário de grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), verifica-se que a indústria piauiense, durante o século XX, baseava-se, sobretudo, no beneficiamento e transformação de matérias-primas locais, como cera de carnaúba e babaçu. Buscou-se, dessa forma, fugir do factual e do lugar comum, ao apresentar não apenas essas particularidades como, também, problematizando como esse passado associado a atividade industrial tem feito parte de demandas de memória. Trata-se de esforço reflexivo, não linear, na tentativa de perceber como as mudanças na relação com o próprio tempo, atreladas a um sentimento de perda daqueles outrora favorecidos por um lugar bem definido na estrutura social, criam cenários propícios a criação de patrimônios.

⁶⁵GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 291-300.

⁶⁶CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de Fazer. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

⁶⁷CANAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

⁶⁸PASSOS, 1982, p. 106.

⁶⁹CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. A escriturística de uma saudade parnaibana. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim; CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. (Org.). **Parnaíba: Ver, sentir, dizer**. Parnaíba: Edufpi, 2015. p. 111-126.

No segundo capítulo, intitulado *Dos espaços fabris a objeto do patrimônio: o lugar da indústria na preservação do patrimônio cultural, em Parnaíba, Piauí*, busca-se perceber qual o lugar que a indústria, mormente espaços ligados ao trabalho e a produção fabril, tem ocupado no âmbito das políticas preservacionistas. Partindo do pressuposto de que para um bem ser alvo de políticas de proteção são necessárias determinadas características, discute-se, em primeiro momento, sobre a mudança de perfil econômico que Parnaíba passou a vivenciar a partir da segunda metade do século XX, que resultou no encerramento de atividades industriais e abandono de áreas outrora de uso fabril. Posteriormente, são analisadas as iniciativas para a defesa e proteção do patrimônio cultural parnaibano, tanto em âmbito estadual como municipal, em que os remanescentes da indústria do século XX passam a ser vistos como bens a serem preservados. Considera-se que, no âmbito dessas ações, o olhar sobre os bens industriais tem se baseado na atribuição de dois valores principais: valor arquitetônico, que identificam esses vestígios como exemplares da arquitetura colonial ou da arquitetura do século XX; e valor histórico que os identificam como parte de um período de desenvolvimento comercial e industrial da cidade de Parnaíba. Ao passar para a esfera federal, identifica-se que esses valores tomam outras dimensões, passando a identificar a indústria como elemento da formação da paisagem cultural de Parnaíba e do território piauiense, a partir da perspectiva de cidades em rede.

No terceiro e último capítulo, intitulado *(In)visibilidades do patrimônio industrial: entre o visível e o invisível da paisagem cultural*, adentra-se nas disputas simbólicas em torno das construções da indústria a objeto do patrimônio. Primeiro, identifica-se 03 (três) fatores que têm se apresentado como basilares no processo de esquecimento do patrimônio industrial: o primeiro são as demandas que têm se atribuído aos bens culturais, a saber, um lugar que justifique sua preservação e conservação, fato que tem se dado a partir da identificação de seu potencial como atrativo turístico; em segundo, o abandono de imóveis outrora de uso industrial e comercial como resultado dos interesses da propriedade privada, interesses políticos e da especulação imobiliária; e em terceiro, as dificuldades ainda existentes na identificação e reconhecimento dos vestígios associados à industrialização como bens culturais, em que identificamos que o patrimônio industrial não apenas exprime o passado das indústrias e suas estruturas, mas é também parte constitutiva de uma paisagem cultural associada à labuta e aos enfrentamentos do trabalho fabril, trazendo assim novos problemas que hão de se abrir a futuros objetos de pesquisa.

Apesar de tema relativamente recente e ainda pouco estudado para o caso brasileiro, as pesquisas e discussões sobre o Patrimônio industrial têm crescido nos últimos anos. Tal fato

pode ser identificado a partir do aumento no número de eventos acadêmicos e ações em prol da identificação e valorização dessa tipologia de patrimônio. Nesse âmbito, pode-se citar o Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial - TICCIH - Brasil⁷⁰ e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS - Brasil⁷¹, que têm promovido uma série de eventos e atividades, tanto em âmbito nacional quanto internacional, voltados para a valorização do patrimônio associado a processos de industrialização. Todavia, ao analisar a produção acadêmica no âmbito dos estudos em Patrimônio industrial, nota-se que uma parte considerável desses estudos ainda têm sido desenvolvidos por pesquisadores das áreas de Arquitetura e Urbanismo. Dentre esses autores de referência, pode-se citar Beatriz Mugayar Kühl⁷², Manoela Rossinetti Ruffinoni⁷³, Denise Fernandes Geribello⁷⁴, Telma de Barros Correia⁷⁵, Gabriela Campagnol⁷⁶, Suzete Santos Bomfim Feitosa⁷⁷, Alcilia Afonso de Albuquerque Costa⁷⁸, e Aline de Carvalho Luther⁷⁹, para ficarmos apenas nesses exemplos. Nesses estudos, desenvolvidos a partir de diferentes linhas de pesquisa, nota-se a predominância da preocupação com as técnicas construtivas, com as tipologias arquitetônicas, e com as transformações de edificações e

⁷⁰ Filiado desde 2004 ao *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), o Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH – Brasil) foi criado por profissionais de várias áreas de formação preocupados em desenvolver ações concretas contra a destruição/deterioração do patrimônio industrial brasileiro e dos inúmeros riscos que ameaçam sua preservação e conservação. Dentre suas ações, o Comitê contempla pesquisas, mapeamentos, catalogações, divulgações, estudos de inventariação, dentre outras voltadas para a proteção de bens materiais e imateriais associadas a períodos de industrialização. Para mais informações, consultar: <https://ticcihbrasil.com.br/o-ticcih/>. Acesso em: 04 mai. 2020.

⁷¹ Fundado em 1978 na cidade do Rio de Janeiro (RJ), o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS – Brasil é uma organização não governamental associada à UNESCO. Possui como missão promover a conservação, a proteção, o uso e a valorização de monumentos, centros urbanos e sítios em escala global. Para mais informações, consultar: <https://www.icomos.org.br/>. Acesso em: 4 ago. 2020.

⁷² KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

⁷³ RUFFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano: Intervenções em sítios históricos industriais**. 1. ed. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2013.

⁷⁴ GERIBELLO, Denise Fernandes. **A patrimonialização de estruturas industriais: o caso do Complexo da Usina de Itatinga**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.

⁷⁵ CORREIA, Telma de Barros. Patrimônio industrial e agroindústria no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais. In: CORREIA, Telma de Barros; BORTOLCCI, Maria Angela (Org.). **Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2013.

⁷⁶ CAMPAGNOL, G. **Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial**. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Paulo, São Carlos, 2008.

⁷⁷ BOMFIM, Suzete Santos. **O patrimônio industrial do Nordeste brasileiro: O caso de Sergipe**. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

⁷⁸ COSTA, Alcilia Afonso de Albuquerque. O processo de preservação da Fábrica das Fazendas Nacionais em Campinas do Piauí. **Labor & Engenho**, v. 04. n. 04, 2010, p. 78-92.

⁷⁹ LUTHER, Aline de Carvalho. **Patrimônio arquitetônico industrial na Península de Itapagipe: um estudo para preservação**. 2012. Dissertação (Mestrado em Conservação e Restauro) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

estruturas industriais, a partir de abordagens voltadas para a conservação, preservação e restauração dos vestígios tangíveis da industrialização.

Por meio do levantamento de teses e dissertações defendidas em programas brasileiros de Pós-Graduação em História, identifica-se que o patrimônio industrial não tem sido tema muito recorrente nos repositórios institucionais. No campo dos estudos historiográficos, ainda são poucos os pesquisadores que têm se debruçado sobre os remanescentes da industrialização, a partir da perspectiva da memória e do patrimônio. Dentre esses estudos, cujas leituras têm contribuído para a pertinência dessa investigação, estão os de Cristina Meneguello⁸⁰, Maria Letícia Mazzucchi Ferreira⁸¹, Francisca Ferreira Michelin⁸², Telma Bessa Sales⁸³, Eloisa Dezen-Kempter⁸⁴, Maria Beatriz Andreotti⁸⁵, Henrique Telles Vichnewski⁸⁶, Elisa Paletti Pomari⁸⁷, Maria Helena Ochi Flexor & Luiz Tarquínio⁸⁸, dentre outros. Tais estudos baseiam-se, sobretudo, nos processos de industrialização e desindustrialização do território brasileiro, nas questões relacionadas à preservação e conservação de estruturas industriais, bem como da preservação das memórias do trabalho e dos trabalhadores no processo de identificação e proteção do patrimônio industrial. Sobre as relações entre indústria, trabalho e memória, com vistas a refletir sobre as disputas simbólicas em torno das construções da indústria a objeto do patrimônio, tais estudos, ainda, não têm adentrado.

⁸⁰MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial: memória, acervos cidade. *In*: CASAGRANDE DE PAULA, Zueleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério.; ROMANELLO, Jorge Luís. (Org.). **Polifonia do patrimônio**. Londrina: Eduel, 2012; MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. *In*: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2011. p. 1819-1834.

⁸¹FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 69-98, jan./jun. 2013.; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-35, jan./jun. 2009a.

⁸²MICHELON, Francisca Ferreira. **Sociedade Anônima Frigorífero Anglo de Pelotas**: o trabalho do passado nas fotografias do presente. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012.

⁸³SALES, Telma Bessa. Conversando sobre patrimônio industrial. **Saeculum Revista de História**, João Pessoa, n. 35, p. 61-76, jul./dez. 2016.; SALES, Telma Bessa. Patrimônio industrial: palavras, imagens e práticas. **Revista Historiar**, Sobral, v. 7, n. 13, p. 80-101, 2015.

⁸⁴DEZEN-KEMPTER, Eloisa. **O lugar do patrimônio industrial**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

⁸⁵ANDREOTTI, Maria Beatriz. “**Vestígios Industriais em Campinas**: deslocamento produtivo e patrimônio industrial”. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

⁸⁶VICHNEWSKI, Henrique Telles. **As Indústrias Matarazzo no interior paulista**: arquitetura fabril e patrimônio industrial. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

⁸⁷POMARI, Elisa Paletti. **Imagens industriais**: narrativas fotográficas sobre a industrialização do estado de São Paulo na virada do século, 1900-1914. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

⁸⁸FLEXOR, Maria Helena Ochi; TARQUINÍO, Luiz. A companhia empório do Norte. *In*: FLEXOR, Maria Helena Ochi.; SCHWEIZER, Peter José (Org.). **Península de Itapagipe**: patrimônio industrial e natural. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 143-168.

Ao tomar os trabalhadores fabris enquanto agentes na atribuição de valor aos remanescentes da industrialização e, conseqüentemente, na construção dos patrimônios da indústria, essa pesquisa contribui para o campo da Memória, do Patrimônio, e da História Social, ao considerar, a título de resultados, que o patrimônio cultural não é o avesso da experiência, mas sintoma de como as diferenças entre as classes sociais se traduz em bens, lugares, práticas e espaços patrimonializáveis; levantando o problema da dimensão do trabalho em suas articulações com as dimensões da memória e do patrimônio.

2 SÍMBOLOS DE UMA “SAUDADE PARNAIBANA”: INDÚSTRIAS MORAES E SEU “PIONEIRISMO”

O tempo passa, a vida continua, a gente
envelhece,
A banda toca, no coreto da praça, a pérgola,
o Cine Éden,
A missa da Matriz as lembranças da
infância:
Do Cassino 24 de Janeiro, da Fábrica
Moraes,
Do cheiro do babaçu, do sabonete Glicerol....
A rua principal, a Marechal Deodoro,
Perto do Cine Ritz, o vendedor de bombons,
Ao lado a discoteca mais famosa da cidade,
O Jairo Medeiros, o folião, o Rei Momo.
Parnaíba de tantas lembranças,
Monumentos, praças, casas bonitas e
sobrados,
A travessia do rio, de canoa, para a Ilha
Grande,
O passeio no cais, o rio cheio, no inverno....
Parnaíba, Princesa do Igarapu, teve tudo
isso.
Agora só resta a lembrança.

(Elmar Carvalho)

O que esses versos tão hodiernos são capazes de nos revelar sobre um tempo já transcorrido? O que nos contam sobre Parnaíba? Parnaíba, essa outra cidade que transformara, junto com sua paisagem urbana, os cheiros, os sabores, as sensibilidades. Temporalidades amálgamas que se materializam em ruínas, em vestígios de tempos

outros, cuja nostalgia a desencanta, aos olhos daqueles que a viram e a sentiram em tempos não tão distantes.

Quem há de saber a história da Parnaíba da primeira metade do século XX, há de saber o quanto essa cidade fora palco de intenso desenvolvimento econômico e urbano, baseado na navegação fluvial e marítima, na produção comercial e industrial, e nas trocas com o mercado internacional. Vestígios desse passado rememorado como áureo podem ser encontrados na arquitetura do seu Centro Histórico, especialmente em sua antiga região portuária Porto das Barcas que materializa, em pedra e cal, as memórias do desenvolvimento econômico e urbano associado às elites locais: os remanescentes de antigas fábricas, casas de comércio, armazéns e galpões portuários; as carcaças de embarcações soterradas às margens do rio Igarauçu; os guindastes ao longo da Beira Rio; as *selfies* à Maria Fumaça¹; os trilhos do trem de ferro descarrilado são alguns dos vestígios que nos transportam a essas outras temporalidades. Quem vivenciou a Parnaíba dos anos 1930, 40 e 50, cada um à suas peculiaridades, sente saudade de uma Parnaíba diferente, que pulsava pelas águas barrentas do “Velho Monge”, símbolo do desenvolvimento e progresso piauiense²; Sente saudade de uma cidade em que os conflitos, os problemas de ordem econômica e urbanística, as diferenças entre as classes sociais, e a pobreza escancarada são endossadas por meio de narrativas contemplativas do passado, que dele se apropriam de forma a explicar os desencontros e desencantos do tempo presente.

Para Sandra Pesavento³, todo traço ou fragmento do passado possui em si uma sucessão de temporalidades objetivas acumuladas, ou seja, as marcas da passagem do tempo e dos seus usos pelos diversos grupos e sujeitos sociais. Para a autora, embora relevante seja datar essas camadas históricas como, por exemplo, um espaço construído, importa, ainda, enxergar as temporalidades subjetivas, consubstanciadas pelas experiências do vivido, pelos sentidos atribuídos a esse espaço que o qualificam como um lugar no tempo. Mas se o estudo do passado é uma tentativa de aproximação de uma realidade que é inalcançável⁴, buscar compreendê-lo por meio de seus usos, conformados pelas demandas do contemporâneo, torna-se, então, mais complexo ao passo em que o

¹ Locomotiva que percorreu o estado do Piauí, inaugurada em outubro de 1916. Atualmente está localizada à Praça Mirócles Veras, paralela à Avenida Chagas Rodrigues, sendo importante cartão-postal.

² Categoria nativa. Codinome atribuído ao rio Parnaíba, durante a primeira metade do século XX.

³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo. Reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ: Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 9-17, jul./dez. 2005.

⁴ RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997. Tomo 3.

passado que é evocado pela memória social não é o mesmo daquele constituído pelos acontecimentos decorridos em um tempo pretérito. É, antes, uma interpretação que permite preencher a distância que medeia à experiência e a recordação, convertendo o passado em memória⁵. Passado e memória são, assim, duas coisas diferentes, e para que esse passado se torne memória é preciso todo um esforço de imaginação, de invenção. A memória não possui, portanto, uma significação em si. É preciso todo um trabalho de interpretação dos seus significados, consubstanciados pelas demandas do contemporâneo, pela passagem e transcurso do tempo⁶.

É no esforço de perceber esses significados em torno das configurações da memória que o capítulo a seguir se estrutura, em que buscamos perceber como as mudanças na relação com o próprio tempo, atreladas a um sentimento de perda daqueles outrora favorecidos por um lugar bem definido na estrutura social, criam cenários propícios à criação de patrimônios: desejo de passado, desejo de outro lugar que se fundamentam na valorização de fragmentos de memória e temporalização do espaço⁷.

2.1 Apontamentos sobre o lugar da indústria na conformação da paisagem urbana de Parnaíba, Piauí

Semelhante a outras cidades piauienses como Teresina, União e Floriano, Parnaíba nasceu e se desenvolveu em função das atividades do comércio, interdependentes à logística portuária. Sua estrutura e organização econômicas datam do século XVII com a fundação de fazendas para a criação de gado, vacum e cavalari, aliada à agricultura de subsistência. Na localidade denominada Porto das Barcas, às margens do rio Igarçu, um dos afluentes do rio Parnaíba, funcionavam, desde 1758, charqueadas que produziam e comercializavam carne e couros com outros estados brasileiros, além de exportar diretamente para países europeus⁸. Apesar de considerada insalubre pelas

⁵ PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: Uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**, Lisboa, n. 02 (nova série), p. 04-23, 2007.

⁶ HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014.

⁷ HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**. modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014; HUYSEN, Andreas. **Políticas de memória no nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014b.

⁸ FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. **O monumento habitado**: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio. O caso de Parnaíba. 2001. Dissertação

atividades que ali se desenvolviam em proximidade com os fogos existentes, como o abate de animais ao ar livre às margens do rio, Porto das Barcas foi identificada como economicamente promissora devido à sua localização geográfica com saída para o oceano atlântico, pela existência de uma estrutura urbana já consolidada, e algumas instalações fabris de beneficiamento de couros e manufaturas. Conforme ressalta Figueiredo, em decorrência de sua vocação comercial exportadora, a se distinguir de outras realidades vivenciadas no âmbito da Província do Piauí, a vila de São João da Parnaíba foi elevada à condição de cidade em 1844⁹.

Ao alvorecer do século XIX, a indústria do charque, implantada inicialmente por João Paulo Diniz e desenvolvida posteriormente pela família de origem portuguesa, Dias da Silva, arca maior relevo à economia parnaibana e piauiense devido, sobretudo, ao intenso comércio marítimo com os portos do Pará (PA), Bahia (BA) e Rio de Janeiro (RJ), recebendo, constantemente, dezenas de barcos e navios, do Brasil e da Europa. Além do charque e do couro produzidos a partir dos rebanhos existentes na própria região, outros produtos, de forma menos expressiva, também faziam parte das trocas comerciais da vila (posteriormente cidade), como algodão, fumo e sementes¹⁰.

Figura 1 - Vila de São João da Parnaíba, 1798



Fonte: Extraído do livro *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, de Nestor Goulart Reis, 2000.

(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

⁹ FIGUEIREDO, 2001.

¹⁰ RÊGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos Mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. 2010. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

Com o fim do ciclo das charqueadas ocasionado pelo declínio do comércio do charque, o século XX se desponta a partir de um segundo ciclo econômico impulsionado a partir da exportação de produtos de origem vegetal, como algodão, borracha de maniçoba e, posteriormente, o coco babaçu e a cera de carnaúba processados em usinas e fábricas que passaram a se instalar e/ou ampliar-se na cidade, principalmente em áreas adjacentes ao Igarauçu. Com o rio Parnaíba elevado à condição de principal eixo estruturador das atividades econômicas - fato que ainda não ocorrera durante o ciclo do charque -, presencia-se o advento de companhias de navegação fluvial e marítima de origem brasileira, francesa, inglesa e alemã que passaram a ser responsáveis pelo transporte de quase tudo que se produzia. Para o interior do estado eram transportados os produtos importados e, também, industrializados, e para o exterior eram exportados os produtos produzidos em âmbito local, em sua maioria matérias-primas que já haviam recebido algum tipo de beneficiamento, caso em que se inseriam a cera e pó da carnaúba, e o coco babaçu¹¹.

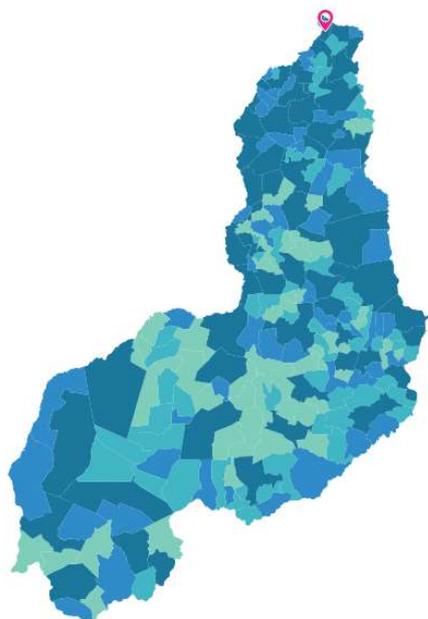
O desenvolvimento das atividades do comércio de importações e exportações em função do rio Parnaíba, via Igarauçu, e das estruturas portuárias existentes foi significativo para o surgimento de unidades industriais – de início, como firmas comerciais dos mais variados produtos atacadistas e a varejo -, que foram expandindo suas atividades e instalações para a extração e beneficiamento de produtos vegetais operando, assim, entre os dois setores: comercial e industrial. Essa característica é marcante do tipo de indústria que se desenvolvera em território piauiense, em que os produtos “da terra” se constituíam como matéria-prima básica de quase tudo que era produzido¹², encontrando no ambiente natural modificado/adaptado pela ação humana os meios necessários para o seu desenvolvimento e manutenção. As facilidades de transporte e escoamento da produção devido à existência do rio Parnaíba, e do sistema ferroviário implantado no início do século XX, apresentavam-se como promissoras para que se mantivesse uma produção anual considerável. Nesse contexto, a região portuária da cidade de Parnaíba, denominada Porto das Barcas, além de ponto de embarque e desembarque de mercadorias, servia à estocagem e ao beneficiamento dos produtos locais e, também, de outras cidades e regiões circunvizinhas que chegavam via fluvial ou via férrea, caracterizando um tipo de

¹¹ RÊGO, 2010.

¹² TOURINHO, Mary Angélica Costa. **Por dentro da história:** mulheres operosas no mundo do comércio em Parnaíba (1930-1950). 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

ocupação territorial conformado, em grande medida, pela extensão de atividades comerciais rumo à indústria, baseadas na exploração de produtos do extrativismo vegetal e, em menor escala, da produção agrícola.

Figura 2 - Localização do município de Parnaíba, no Piauí



Fonte: IBGE

Figura 3 - Vista aérea da cidade de Parnaíba



Fonte: Google Earth. (Imagem de 2020).

Durante toda a primeira metade do século XX, o comércio conciliado a atividades extrativas e de beneficiamento para fins de exportação foi, assim, um dos principais pilares para o desenvolvimento econômico e urbano de Parnaíba. As intensas trocas comerciais com o mercado internacional, bem como o intercâmbio com outras praças durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, atraíram um contingente de pessoas que se deslocavam de outras cidades e estados, como investidores de atividades comerciais e industriais, bem como trabalhadores de diversas categorias que encontravam em solo piauiense oportunidades de trabalho e renda¹³. De acordo com o Censo Demográfico do estado do Piauí de 1950, a população parnaibana aumentou de 32.119 (trinta e dois mil cento e dezenove) habitantes em 1930, para 49.369 (quarenta e nove mil trezentos e sessenta e nove) habitantes em 1950. Além de pessoas oriundas de cidades e estados circunvizinhos, somava-se a esse fluxo migratório, de forma menos expressiva, sob o ponto de vista numérico, pessoas de diversas nacionalidades como portugueses, ingleses, franceses, alemães, sírios e libaneses. Esses estrangeiros foram responsáveis pela formação de diversos empreendimentos comerciais e industriais, que constituíram as bases do crescimento parnaibano e piauiense, no âmbito das trocas com o mercado nacional e internacional¹⁴.

Nesse período, caracterizado como “de maior efervescência comercial e cultural na cidade”¹⁵, a base das atividades industriais se dava, sobretudo, a partir do aproveitamento de produtos oriundos do extrativismo vegetal, como extração de óleos do coco babaçu, da oiticica, e das amêndoas do tucum; extração e beneficiamento de cera de carnaúba, folhas de jaborandi, mamona, algodão, dentre outros produtos oriundos do extrativismo animal, como couro bovino, peles de cabra e animais silvestres. Além das companhias de navegação fluvial e marítima, anteriormente citadas, parte desses gêneros chegavam à cidade por meio de caixeiros e agenciadores que “subiam” o rio Parnaíba para vender e entregar os mais variados produtos. Pelas ruas da cidade, principalmente pela região que compreendia o Porto Salgado¹⁶ e suas proximidades, era comum o avistamento de tropas de burros cheias de carregamentos de produtos oriundos de cidades

¹³ TOURINHO, 2015.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ SILVA, Josenias dos Santos. **Parnaíba e o avesso da belle époque: cotidiano e pobreza (1930-1950)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012. p. 12.

¹⁶ Por sua utilização para o beneficiamento da carne de charque durante os séculos XVIII e XIX, o Porto das Barcas, durante a segunda metade do século XIX, ficou popularmente conhecido como “Porto Salgado”.

e fazendas circunvizinhas. Ao chegar à Parnaíba, esses produtos eram direcionados a usinas e fábricas instaladas na cidade para serem beneficiados ou então, dependendo do tipo de mercadoria, convergiam aos “grandes armazéns” de casas comerciais e exportadoras como Marc Jacob¹⁷, Casa Inglesa¹⁸ e Moraes Correia¹⁹. Segundo a historiadora Junia Motta, em sua tese de doutorado intitulada *Dos sertões aos Mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*, essas casas comerciais chegaram a ser consideradas, durante as décadas de 1930-1950, como as três maiores exportadoras de Parnaíba. Suas atividades giravam em torno da exportação de produtos e matérias-primas locais para o exterior, assim como importando, em sua maioria de países europeus, grande parte dos produtos que eram consumidos pela população citadina, bem como comercializados com outros estados da federação.

Além desses estabelecimentos que aparecem de forma mais expressiva nas narrativas memorialísticas sobre a cidade²⁰, Parnaíba nesse período contava com um número relevante de casas comerciais de produtos extrativos, escritórios de representação, e lojas de mercadorias em geral, em que a economia era sustentada, sobretudo, pela logística portuária. O alto comércio de produtos do extrativismo vegetal, assim como o beneficiamento e industrialização de alguns desses produtos para fins de consumo ou material base para o setor industrial, foram os principais pilares do crescimento econômico e urbano vivenciado por Parnaíba durante a primeira metade do século XX, dando origem a um dinamismo comercial e cultural a caracterizar o cenário da época²¹. As modificações advindas com o ciclo do extrativismo vegetal foram tão expressivas que não apenas foram modificando a paisagem da cidade por meio do

¹⁷Conforme RÊGO (2010), Casa Marc Roland Jacob foi uma firma comercial que exportava quase todos os produtos de exportação dos estados do Piauí (PI), Maranhão (MA), e alguns do Pará (PA). Possuía diversas filiais e representantes distribuídos na região Nordeste para comercialização e divulgação do nome de sua empresa; viajantes que percorriam distâncias representando, realizando vendas e cobranças; além de relevante freguesia oriunda do interior do estado do Piauí.

¹⁸ Casa Inglesa, fundada em 1849, foi uma casa comercial de importação e exportação importante no processo de desenvolvimento econômico de Parnaíba, possuindo diversas filiais distribuídas pelos estados do Piauí (PI), Maranhão (MA) e Ceará (CE), e também no Rio de Janeiro (RJ). Foi grande atacadista de tecidos importados do sul do Brasil, além de importar mercadorias em geral de países europeus. Em relação à cera de carnaúba, operava somente com sua exportação, ou seja, não operando com processos de industrialização desse produto (RÊGO, 2010).

¹⁹ Importa ressaltar que além de comercializar e exportar mercadorias de origem vegetal para o exterior, as Indústrias Moraes também extraíam e beneficiavam esses produtos a partir de métodos industriais específicos. Tal fato a distinguia das Casas Inglesa e Marc Jacob que não eram indústrias, mas firmas comerciais. Porém, ressalta-se que, a partir da década de 1960, a empresa Marc Roland Jacob passa a enveredar pelo ramo das atividades industriais, fundando, em 1962, a indústria Produtos Vegetais do Piauí, cuja principal atividade era a industrialização da cera de carnaúba (extração e beneficiamento).

²⁰ CASTELO BRANCO, Renato. **Tomei um Ita no Norte (memórias)**. São Paulo: L.R. Editores, 1981.

²¹ TOURINHO, 2015.

crescimento urbano e das estruturas e infraestruturas criadas a partir dessas atividades produtivas como, também, as relações espaço-sociais, em que o rio Igarauçu funcionava como uma espécie de eixo estruturador dessas relações²². Segundo a historiadora Teresinha de Jesus Queiroz²³, dentre as atividades de natureza extrativa desenvolvidas no Piauí, a exploração da cera de carnaúba foi a que provocou mais efeitos na estrutura econômica-social do estado. A importância da cera como matéria-prima para o setor industrial, ou seja, sua condição de *comodities* para a industrialização de produtos para bens de consumo como velas, papel carbono, lubrificantes, graxas, isolantes térmicos, discos fonográficos, cosméticos, dentre outros foi um dos principais condicionantes que tornaram essa atividade base da economia do Piauí e da própria região Nordeste, além de eixo estruturador do desenvolvimento de outros setores econômicos, como o secundário e o terciário²⁴.

Em Parnaíba, em particular durante a primeira metade do século XX e início da segunda metade, a cera de carnaúba esteve entre os principais produtos responsáveis pela arrecadação das receitas estaduais²⁵. As Indústrias Moraes, ao lado de firmas comerciais consideradas como de grande porte, como Estabelecimentos James Frederick Clark S/A (Casa Inglesa), Casa Marc Jacob S/A (posteriormente PVP, Sociedade Anônima) e Pedro Machado S/A, eram das principais empresas que mais exportavam cera e pó de carnaúba pelo Porto de Fortaleza (CE) e Tutóia (MA)²⁶, para Holanda, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, África do Sul, dentre outros. Em alguns desses países mantinham representantes comissionados, para a divulgação do nome da indústria e comercialização de seus produtos industrializados. De acordo com os Anuários Estatísticos do estado do Piauí, publicados ao longo das edições do periódico *Almanaque da Parnaíba*, as Indústrias Moraes, no período de 1969 a 1977, ao lado de outras indústrias, lideravam o *ranking* das exportações de cera de carnaúba para o exterior²⁷. Mesmo diante da desvalorização da cera natural no mercado internacional, que caracterizou o período pós

²²GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades – beiras (1850-1950)**. Teresina: EDUFPI, 2010.

²³QUEIROZ, Teresinha de Jesus. **Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3.ed. Teresina: Edufpi, 2006.

²⁴ARAÚJO, José Luis Lopes. O rastro da carnaúba no Piauí. **Revista Mosaico**, Goiás, v. 1, n. 2, p. 198-205, dez. 2008.

²⁵Dados extraídos dos Anuários Estatísticos do estado do Piauí, publicados no periódico ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Tomou-se aqui como base as edições de 1924 até 1995.

²⁶ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1962, p. 383; 1965, p. 358; 1967, p. 347; 1970, p. 400; 1974, p. 308.

²⁷ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1970, p. 400; 1971, p. 373; 1972, p. 330; 1973, p. 312; 1974, p. 308; 1975, p. 314; 1976, p. 293; 1978, p. 243.

1950²⁸, esse produto continuou na lista dos principais exportados por Parnaíba e pelo estado do Piauí²⁹, em que as Indústrias Moraes apareciam em periódicos da época, assim como se auto apresentavam, como uma das maiores exportadoras de cera de carnaúba do Brasil³⁰.

Além das trocas comerciais com o mercado internacional que se davam, sobretudo, por meio da exportação de ceras de carnaúba industrializadas, responsável, em grande medida, pelo reconhecimento dado ao nome da indústria no cenário piauiense, a Moraes S/A também fornecia seus produtos para o mercado interno, principalmente para cidades e estados da região Nordeste e Sul do Brasil. Possuía diversas filiais para compra de gêneros de exportação e venda de produtos industrializados, distribuídas em cidades como Floriano (PI), Campo Maior (PI), Piri-piri (PI), Teresina (PI), São Luís (MA) e Rio de Janeiro (RJ). Em São Luís, onde foi possível encontrarmos maiores vestígios de suas atividades, possuíam as firmas Companhia Moraes Importadora e Exportadora, fundada em 1947 como sucursal de Moraes & Cia; Moraes Motores & Ferragens S/A, fundada em 1968 como revendedora de motores industriais e marítimos, material de construção, material elétrico, eletrodomésticos, dentre outros; e Moraes Center, revendedora de eletrodomésticos, televisores, rádios, gravadores, e outras utilidades de uso doméstico³¹. Além desses estabelecimentos, Moraes S/A também chegaram a instalar outras unidades comerciais que foram sendo criadas a partir do desmembramento de firmas e filiais já existentes, como Moraes Importação Ltda, fundada em 1951.

No estado do Rio de Janeiro (RJ), na Ilha do Governador, interior da Baía de Guanabara, as Indústrias Moraes operavam sob a razão social de Indústria e Comércio Dunorte S/A. Fundada em 1959 como empreendimento estratégico a favorecer-se dos fluxos comerciais e industriais do Porto do Rio de Janeiro, a firma era destinada à produção de óleos alimentícios e sabões, possuindo algumas instalações para a produção e estocagem desses produtos, como tanques e depósitos. Nessa unidade, também se localizava um de seus escritórios principais, cuja direção era de peso na manutenção de seus estabelecimentos fabris no Nordeste, tendo em vista a facilidade de acesso à informação, estruturas/infraestruturas, serviços, logística e etc.

²⁸QUEIROZ, 2006.

²⁹Dados extraídos dos Anuários Estatísticos do estado do Piauí, publicados no periódico Almanaque da Parnaíba. Tomou-se aqui como base as edições de 1924 até 1995.

³⁰ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1976, p. 51-53.

³¹ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1978, p. 208.; 1981, p. 320.

Em Parnaíba, as Indústrias Moraes possuíam dois estabelecimentos fabris, a Usina São José e a Usina Alberto Correia³². A São José, fundada em 1930, marcou o início das atividades industriais da empresa, pois até o final dos anos 1920 suas atividades giravam em torno do comércio atacadista de tecidos, louças e mercadorias em geral. Inicialmente, a Usina São José operava no ramo do beneficiamento e prensagem do algodão. O estabelecimento possuía 05 (cinco) armazéns para depósito de algodão em caroço, destinado a produção de óleos vegetais. Outras unidades fabris com finalidades semelhantes também foram implantadas em outras localidades, como a Usina Moraes, fundada em 1931, em Amarante (PI), para beneficiamento de algodão e arroz; Usina Caxias, fundada em 1934, na cidade de Caxias (MA), para a produção de óleos de algodão; e Usina Santa Maria, fundada em 1935 no município de Pastos Bons (MA), também para fins de beneficiamento e produção de óleos do algodão³³.

Figura 4 - Localização dos remanescentes industriais de Moraes S/A, em Parnaíba



Fonte: Google Earth. (Imagem de 2020, modificada pela autora).

A partir da década de 1940, refletindo as próprias mudanças no cenário econômico nacional e internacional, as instalações de beneficiamento de algodão foram sendo vendidas e a firma Moraes & Cia³⁴ passou a ampliar suas atividades e linha de produção.

³²As Indústrias Moraes chegaram a possuir uma terceira unidade fabril em Parnaíba (PI), localizada na zona rural, na localidade denominada Rosápolis. Essa fábrica, onde posteriormente seria implantada a Fábrica de Celulose – CELP, funcionou por poucos meses, sendo um núcleo de secagem para palhas de carnaúba.

³³ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1937, p. 118.; 1954, p. 51.

³⁴Em 1912, sua razão social foi alterada de Ribeiro, Moraes, Santos & Cia para Moraes, Santos & Cia. Em 1926, passa a se chamar Moraes & Cia. Em 1947, sua razão social foi novamente alterada, passando a se

A Usina São José, ao longo das décadas de 1940-1960, foi tendo suas instalações ampliadas, passando a produzir outros produtos e ganhando maior representatividade na dinâmica da paisagem urbana, fato que contribuiu para que a indústria emergisse em meio a imprensa local como “uma das mais poderosas organizações comerciais do Piauí”³⁵. Com uma área de 4.969 (quatro mil novecentos e sessenta e nove metros quadrados), situada na região do Porto das Barcas, entre às ruas do Comércio, Merval Veras, São José e Coronel Ribeiro, a Usina São José possuía diversas instalações distribuídas ao longo desse perímetro, como sessão de fabricação de sabonetes, sabões³⁶, glicerina³⁷, óleo alimentício³⁸, ceras para assoalho e móveis³⁹, ácidos graxos, silicato de sódio⁴⁰, e instalações para a extração e beneficiamento de óleos vegetais do coco babaçu e das nozes de tucum.

Além desses espaços denominados como “da produção”, a São José também possuía Oficinas mecânica, elétrica e marcenarias, onde ficavam instalados os equipamentos utilizados na manutenção das instalações fabris; Laboratório para análise e testes; Posto de Assistência Médica aos trabalhadores, com distribuição de medicamentos; Escritório central para venda de mercadorias em geral, como carros, peças para caminhões, rádios⁴¹, e uma série de armazéns para estocagem de mercadorias, sendo um deles localizado às margens do rio Igarapu.

chamar Moraes S/A – Indústria e Comércio; Em 1981, Moraes S/A – Celulose, Indústria e Comércio; e em 1983 é realizada a cisão da indústria de celulose, e esta volta a funcionar como Moraes S/A.

³⁵ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 261-265.

³⁶ Com capacidade de até 10 (dez) toneladas diárias.

³⁷ Muito utilizada para fins industriais e farmacêuticos. A capacidade diária de sua instalação era de até 500 (quinhentos) quilos.

³⁸ Feito a partir da extração do óleo do coco babaçu. A capacidade diária de sua instalação era de até 05 (cinco) toneladas.

³⁹ Feito a partir da cera de carnaúba. Sua capacidade diária de produção era de até 400 (quatrocentos) latas.

⁴⁰ Com capacidade de produção diária de até 05 (cinco) toneladas. O ácido graxo e o silicato de sódio eram para consumo próprio, aplicados em instalações fabris, como a saboaria.

⁴¹ ALJAVA, Parnaíba: [s.n.], ano 11, n. 09, mar. 1946, p. 03.

Figura 5 - Vistas laterais da Usina São José. [19--]



Fonte: Acervo pessoal de Oriceles Rocha. (Fotografia cedida à autora em 2018).



Fonte: IBGE. [19--].

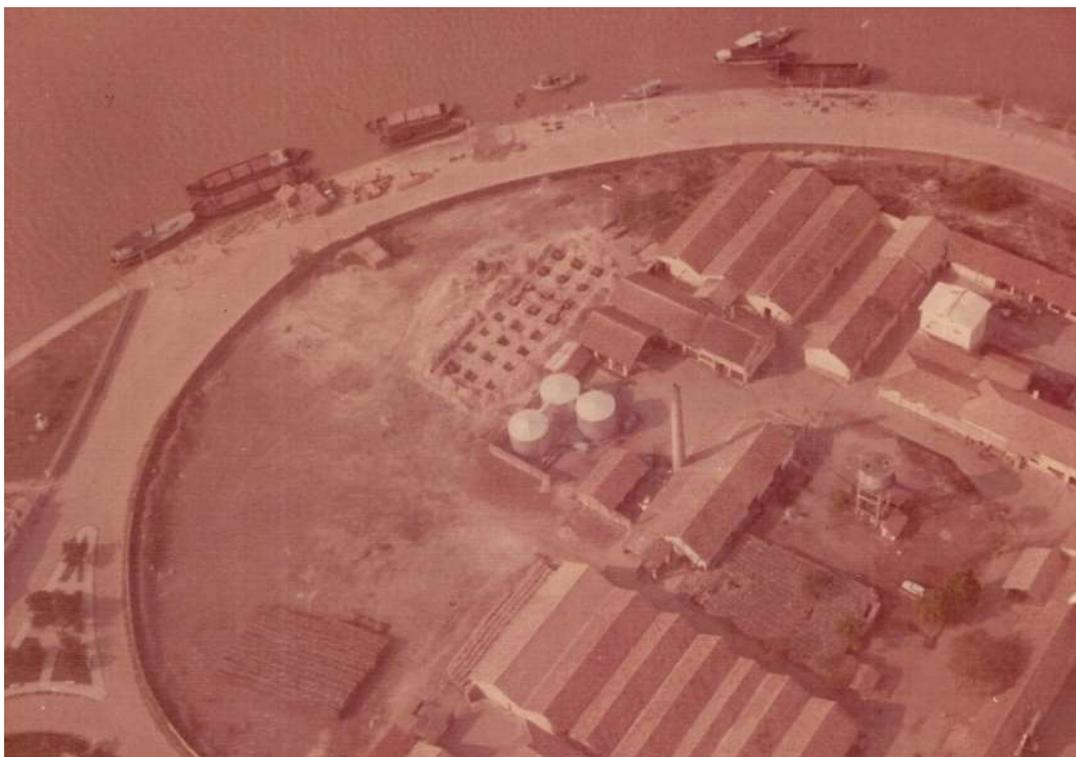
Por sua localização estratégica, e por ter sido um dos maiores complexos industriais localizados em zona urbana, a Usina São José aparece de forma mais expressiva em documentos oficiais e relatos memorialísticos sobre a cidade de Parnaíba, o que difere, porém, da Usina Alberto Correia, que quase nunca aparece nos documentos

e narrativas sobre a urbe. Fundada em 1947 à Rua Monsenhor Joaquim Lopes, também no Bairro Nossa Senhora do Carmo, no entorno do Porto das Barcas, a Usina Alberto Correia foi um conjunto de fábricas com especialidade no processamento industrial da cera e pó da carnaúba. Com uma área de 28.959 (vinte e oito mil novecentos e cinquenta e nove) metros quadrados, situada às margens do rio Igaracu, a Usina era formada por diversas instalações como Peneiramento de pó cerífero, que tinha por finalidade “limpar” o pó da carnaúba que era adquirido de outros estabelecimentos e produtores do interior do estado do Piauí e Ceará; instalação para a extração de óleos vegetais das amêndoas do babaçu e das nozes de tucum⁴²; instalação para a extração de resíduos denominada Scott, para beneficiamento de borra de ceras de carnaúba e tortas oleaginosas do babaçu e do tucum; e Refinaria de Cera, para a produção de até 10 (dez) toneladas diárias de ceras de carnaúba refinadas⁴³. Essas ceras eram industrializadas de três formas diferentes: em pedaços, escamas e em pó. E em três tipos diferentes: tipo 1, filtrada (Moraes Yellow), considerada marca *prime*; tipo 3, distribuída em duas categorias: totalmente clarificada (marca Nacar) e parcialmente clarificada (marca Jaspe); e tipo 4, distribuída em várias categorias: as conhecidas como “de Origem” que eram ceras produzidas de forma mais artesanal, comercializadas nas marcas Dalia Mabel, Wfour, Country; e a cera de marca Brown, de tonalidade mais escura.

⁴² Essa instalação também era formada pela unidade MOBA (Moraes Babaçu), de *Know-how* belga para beneficiamento de até 100 (cem) toneladas de amêndoas do babaçu e de nozes de tucum.

⁴³ Refinaria de Cera também era constituída pela unidade CAMO (Moraes Carnaúba), instalação de *Know-how* belga para o beneficiamento de até 20 (vinte) toneladas diárias de pó cerífero.

Figura 6 - Vista aérea da Usina Alberto Correia. [19--]



Fonte: Acervo pessoal de Oriceles Rocha. (Fotografia cedida à autora em 2018).

Além dessas instalações destinadas à produção, as Indústrias Moraes também chegaram a operar no ramo da navegação fluvial, criando, em 1952, uma firma coassociada sob a razão social de Empresa Moraes de Navegação Costeira S/A, que operava com o navio-tanque N/M Jozias Moraes. O navio possuía capacidade para transporte de até 700 (setecentas) toneladas e era utilizado para transportar o óleo do babaçu a granel do Porto de Amarração, na atual cidade de Luís Correia (PI), para a Ilha do Governador, no Rio de Janeiro (RJ)⁴⁴. Além de navio de médio porte, a indústria também possuía rebocadores e alvarengas distribuídos ao longo do curso do rio Parnaíba para o transporte de mercadorias para os Portos de Luís Correia (PI), Tutóia (MA) e Fortaleza (CE). A localização de suas fábricas nas proximidades do rio Igaráu, no Porto das Barcas, era estratégica ao passo em que facilitava o escoamento de sua produção. No caso da Usina Alberto Correia, instalada às margens do rio, isso se dava principalmente a partir de estruturas de ligação, como os oleodutos utilizados para transportar o óleo alimentício dos tanques de depósito situados dentro da Usina, diretamente para barcos e

⁴⁴ MENDES, Iweltman. **Porto de Luís Correia**: histórico de um sonho. Parnaíba: Sieart, 2008.

alvarengas (tipo de embarcação). Esses tanques eram também equipados a outros dispositivos para o transporte do óleo via terrestre.

Considerada uma indústria de grande porte para o contexto da época em que esteve operando com seu potencial produtivo completo (1950-1960), as Indústrias Moraes foram responsáveis por empregar significativa mão de obra para suprir as necessidades de suas inúmeras instalações fabris e comerciais. Suas caldeiras operavam constantemente, com regime de trabalho e produção diárias de 24h. Ao passar pelo Bairro da Coroa (atual Nossa Senhora do Carmo), era possível avistar uma “grande quantidade de empregados que aguardavam o primeiro apito dado comunicando que faltavam apenas 15 minutos para a entrada, e logo depois vinha o segundo apito e começavam a entrada pelos grandes portões”⁴⁵. Esses apitos que se repetiam várias vezes ao longo do dia, sete dias por semana, poderiam ser escutados do outro lado do rio Igaracu, no atual município de Ilha Grande, sendo incorporado como um referencial de tempo por parte de moradores locais. Para muitos, esses apitos marcavam a hora de “ir para o serviço”, de almoçar, de descansar, de levantar, de retornar à labuta diária. Era o barulho do trabalho, da luta pela subsistência. A indústria era, assim, marcada não apenas por sua extensão territorial, a partir das várias estruturas e instalações que possuía distribuídas pela cidade e pelo rio Parnaíba, mas, também, por sua influência atmosférica: o som dos apitos das Usinas São José e Alberto Correia que se repetiam várias vezes ao longo do dia; os cheiros dos sabões e sabonetes Moraes que se propagavam pelas redondezas do Porto das Barcas; o movimento dos trabalhadores enfileirados em frente aos grandes portões das fábricas, atravessando as ruas, entrando e saindo dos estabelecimentos fabris; a fumaça das chaminés; o barulho das máquinas e equipamentos industriais; Toda essa paisagem (visual, sonora e olfativa) que marcava o funcionamento da atividade industrial, por outro lado, não se constituía como algo isolado, mas agregava-se a outros elementos que caracterizavam a dinâmica e o funcionamento da própria cidade de Parnaíba.

Durante as décadas de 1930, 1940 e 1950 o Porto das Barcas e suas adjacências era uma região predominantemente comercial e industrial: galpões portuários, armazéns, firmas e casas comerciais, indústrias de beneficiamento de couros, arroz e outros produtos de origem vegetal, escritórios de representação de diversas empresas nacionais e estrangeiras, e outros estabelecimentos de natureza comercial desenhavam a paisagem urbana do lugar. No entanto, para além de prédios, embarcações e mercadorias, essa

⁴⁵ PIRES, José Nelson de Carvalho. **Parnaíba que eu vi**. Parnaíba: [Edição do autor], 2005, p. 39.

paisagem também era constituída por pessoas. Trabalhadores e trabalhadoras que exerciam os mais variados ofícios poderiam ali ser encontrados: estivadores que faziam o embarque e desembarque de mercadorias às margens do rio Igarçu; funcionários de escritório de casas e firmas comerciais e industriais que faziam o controle e conferência das mercadorias a serem recebidas ou exportadas; vareiros que realizavam, diariamente, a travessia de homens e mulheres pelo rio Igarçu, em constante movimento de ir e vir; vendedores ambulantes, muitos que se deslocavam de outras localidades circunvizinhas para vender seus produtos no mercado da cidade, como caranguejo, frutas, verduras e peixes; viajantes, embarcações, prostitutas, meninos de recado e demais pessoas que, por algum motivo, sentiam-se atraídos pelas belezas do lugar⁴⁶. O Porto das Barcas e suas adjacências era, assim, uma região agitada, caracterizada pelo trabalho e por ofícios diversos, cotidianos diversos. A existência desse espaço e sua localização estratégica com saída para o mar foi o que permitiu o surto de desenvolvimento vivenciado por Parnaíba na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, levando-a a experimentar tempos de sensações de euforia e progresso⁴⁷.

As Indústrias Moraes, por meio de suas fábricas, instalações, estruturas e infraestruturas fora, portanto, um dos elementos constituintes da paisagem urbana de uma cidade que vivia sob o berço do progresso, graças ao seu “comércio adiantado, forte e progressista”⁴⁸. A atividade industrial não se constituía, dessa forma, enquanto elemento central, onde suas estruturas e infraestruturas exerciam, por si só, o domínio do território - como se pode observar, por exemplo, nos estados de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS), Paraíba (PB) e Pernambuco (PE) em que as indústrias, do ponto de vista numérico e da diversidade da produção, constituíram verdadeiras paisagens industriais⁴⁹-, mas compartilhava desse mesmo território com as diversas camadas de comerciantes, empresários e pessoas economicamente bem-sucedidas que faziam desse mesmo território um lugar de prestígio e *status* social⁵⁰.

⁴⁶ RIBEIRO, Antonio Rodrigues. **Parnaíba, Presente do Passado**. Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2003.

⁴⁷ GANDARA, 2010.

⁴⁸ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 233.

⁴⁹ Dentre essas indústrias, pode-se citar: Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, Fábrica São Luiz, ambas em São Paulo (SP); Fábrica de Tecidos Bangu, no Rio de Janeiro (RJ); Fábrica Rheingantz, em Rio Grande (RS); Companhia de Tecidos Rio Tinto, na Paraíba (PB), e Companhia de Tecidos Paulista, em Recife (PE).

⁵⁰ Segundo Josenias dos Santos Silva, em **Parnaíba e o avesso da belle époque: cotidiano e pobreza (1930-1950)**, em meados do século XX favorecida pelo boom da economia do extrativismo vegetal no estado do Piauí, Parnaíba iniciou seu segundo ciclo de urbanização, marcado pelo adensamento populacional e pelos interesses de uma elite que passou a exigir do poder público uma atenção especial no sentido de oferecer as comodidades que já se via em grandes metrópoles do país. Esse contexto, de crescente

2.2 “Palhas para o Progresso”: Moraes S/A e seus projetos “pioneiros” no Piauí

Operando principalmente no beneficiamento de matérias-primas locais para a fabricação de produtos para bens de consumo, a partir da década de 1970 as Indústrias Moraes passaram a concentrar suas atividades no ramo da industrialização da cera de carnaúba. Conhecida como “Árvore da vida” ou “Árvore da Providência”, a carnaúba é uma palmeira nativa encontrada em abundância nos estados do Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN) e, em menor escala, no Maranhão (MA). Durante a primeira metade do século XX, em diversas cidades e localidades da região Nordeste fora comum a existência de unidades fabris de extração de pó cerífero e produção de ceras de carnaúba, muitas destas de pequeno porte, pertencentes a pessoas ou grupos familiares que produziam em pequena escala. A abundância de carnaubais no sertão nordestino, a demanda por mão de obra e a relativa facilidade de extração do pó de suas folhas contribuíam para que muitas pessoas, principalmente de áreas rurais, encontrassem nessa atividade um meio suplementar de renda e subsistência⁵¹.

À semelhança das demais atividades do extrativismo vegetal piauiense, como a borracha de maniçoba e o coco babaçu, a extração do pó e preparação das ceras de carnaúba se dava a partir de métodos e técnicas ainda primitivos, não se aproveitando, desta forma, toda a potencialidade dos carnaubais. Segundo Teresinha de Queiroz⁵², em todas as etapas do processo produtivo era possível verificar desperdícios. Mesmo durante o período de auge das exportações (final da década de 1930 até meados da década de 1940) os procedimentos manuais, que em diversos casos eram responsáveis por comprometer a qualidade do produto final, mantiveram-se predominantes.

De cada palmeira cortada anualmente extraíam-se, em média, 30 (trinta) folhas com os respectivos talos para a retirada do pó cerífero. As palhas passavam por um processo de secagem ao sol. Depois de secas, recolhidas para a “batição” do pó⁵³. Nesse processo, o rendimento, por folha, era inferior a potencialidade de material existente.

expectativas em relação ao “progresso”, repercutiu no cotidiano da cidade a partir da introdução de novos modos e modas, incorporados por grande parte das elites comerciais. A cidade passou, assim, por reformas que além de apresentar os sinais do conforto material pelas famílias enriquecidas pelo comércio de importação e exportação, alteraram, também, sua configuração espacial e arquitetônica, aumentando a distância entre ricos e pobres, e caracterizando o protagonismo de uma minoria em relação a uma maioria de pobres urbanos que passaram a habitar as áreas periféricas da cidade.

⁵¹ ARAÚJO, 2008.

⁵² QUEIROZ, 2006.

⁵³ Cf. SOUZA, Antônio de. **Estudos e coleta de dados sobre a cera de carnaúba**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1974.

Ademais, a borra da cera, subproduto que sobrava depois que a cera era extraída, não era comercializada para fins industriais. Em 1976, em matéria publicada no periódico *Almanaque da Parnaíba*, sobre as Indústrias Moraes e seus projetos “pioneiros” no Piauí, é informado que:

“Há mais de um século são abandonados nos campos do Nordeste Brasileiro esta imensa riqueza, da qual apenas 12% de seu valor são aproveitados” - afirma o idealizador da indústria José Moraes, maior exportador de cera de carnaúba do país. Os 88% restantes – valor de Cr\$ 1 bilhão - são queimados. Representam 50% de pó cerífero não recuperados das folhas, palhas e talos, e contém em média 35% das fibras celulósicas⁵⁴.

Diante do baixo rendimento dos carnaubais, em grande parte desencadeado pela inexistência ou dificuldade de acesso a tecnologias mais aprimoradas, em 1940 as Indústrias Moraes iniciam suas pesquisas sobre a industrialização da carnaúba, com o objetivo de desenvolver técnicas e métodos para o aperfeiçoamento de sua exploração. Em 1947, implanta a Usina Alberto Correia com maquinaria e equipamentos para a recuperação industrial, por meio de solvente, do material retido nas borras e resíduos remanescentes do processo de beneficiamento da cera de carnaúba. Em *O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no vale do Parnaíba*, o historiador Manoel Domingos apresenta relatos de pessoas que retratam sobre esse processo.

Havia alguns tiradores da borra. Ia ao fogo com água, conseguiam tirar a cera. Coavam em pano prensado, em prensinha de madeira. Ficava o bagaço, limpo. Só servia para adubo. Ficava muita cera na borra. O Zeca Correia tinha uma fábrica para extrair cera da borra. Ele comprava essa borra e por meio de solvente, limpava, tirava toda a cera dela. Então, toda borra do interior ia para o Zeca, em Parnaíba, que era o único que tinha a fábrica para extração da cera da borra. Já no fim da exploração, ele montou uma máquina não só para extrair a cera da borra por meio de solvente como também por refinagem, para vender a cera melhor, por melhor preço⁵⁵.

Em 1974, as Indústrias Moraes concluem suas pesquisas sobre a industrialização da carnaúba, desenvolvendo equipamentos e métodos para o processamento industrial de suas folhas. Dentre estes, estavam os secadores mecânicos de origem alemã que permitiam a secagem de palhas em maior escala e com maior aproveitamento de pó cerífero. De tecnologia considerada como “avançada à época”, sua execução demandou a vinda para o estado do Piauí de 08 (oito) técnicos da Buttner⁵⁶. A Buttner foi uma

⁵⁴ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1976, p. 51.

⁵⁵ DOMINGOS NETO, Manuel. *O que os netos dos vaqueiros me contaram: O domínio oligárquico no vale do Parnaíba*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 136-137.

⁵⁶ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1976, p. 52.

empresa estrangeira de fabricação de secadores industriais. No Brasil, era representada pela razão social de Buttner do Brasil S/A.

A partir da introdução dessas novas tecnologias, as Indústrias Moraes dão origem ao Projeto Celulose Moraes, desenvolvendo um processo veiculado por meio da imprensa local como “pioneiro no mundo pela não utilização de soda cáustica”⁵⁷, que tinha por finalidade aperfeiçoar o processo de corte e beneficiamento das folhas e talos da carnaúba para obtenção de pó cerífero e produção de celulose. Com esse projeto, a indústria almejava “aproveitar toda a riqueza retida nas folhas e talos da carnaúba”⁵⁸ e, para isso, buscou meios de incentivar a participação e cooperação de pequenos e grandes produtores de ceras, através da empresa denominada Carnaúba S/A, Cera & Celulose. A companhia contava com incentivos para a melhoria e o aumento dos carnaubais nordestinos, além do incremento da modernização dos processos de corte, secagem, “batição” e aproveitamento do pó cerífero⁵⁹. O Projeto Celulose Moraes, também intitulado “Projeto Carnaubeira”, tinha, assim, como objetivo trazer resultados econômicos para a região Nordeste, beneficiando proprietários de carnaubais, e favorecendo aumento de receita a municípios e estados⁶⁰. Segundo seus idealizadores, o Projeto se enquadrava na política de desenvolvimento socioeconômico do Governo Ernesto Geisel (1974-1979)⁶¹, que a partir do Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC) tinha como objetivos “tornar o país autossuficiente tanto na produção de papel quanto em celulose, prevendo para esta última, a geração de excedentes em escala para exportação”⁶². O Projeto foi entregue a Sudene em outubro de 1975, e aprovado em outubro de 1976 como de interesse para o desenvolvimento do Nordeste, durante sua 196ª reunião, realizada em Teresina, Piauí⁶³.

Sua primeira etapa foi executada em 1977 com a implantação de 04 (quatro) núcleos de secagem localizados no norte do estado do Piauí, nos municípios de Parnaíba

⁵⁷ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1976, p. 51.

⁵⁸ MORAES S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Síntese dos trabalhos e pesquisas levados a efeito por Moraes S/A Indústria e Comércio, de Parnaíba (Piauí), para extração de celulose dos resíduos abandonados das folhas e talos da carnaubeira.** Parnaíba: Moraes S/A Indústria e Comércio, 1975.

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s.n], ano 1, n. 06, abr. 1978, p. 9.

⁶¹ MORAES S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Síntese dos trabalhos e pesquisas levados a efeito por Moraes S/A Indústria e Comércio, de Parnaíba (Piauí), para extração de celulose dos resíduos abandonados das folhas e talos da carnaubeira.** Parnaíba: Moraes S/A Indústria e Comércio, 1975.

⁶² ARAÚJO, Leandro Guimarães. **A expansão da indústria de papel e celulose no extremo Sul da Bahia e seus impactos sobre a estrutura agrária.** 2006. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006, p. 17.

⁶³ MORAES S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Síntese dos trabalhos e pesquisas levados a efeito por Moraes S/A Indústria e Comércio, de Parnaíba (Piauí), para extração de celulose dos resíduos abandonados das folhas e talos da carnaubeira.** Parnaíba: Moraes S/A Indústria e Comércio, 1975.

(localidade Rosápolis), Piracuruca (localidade Alto Alegre), Campo Maior e Buriti dos Lopes (localidade Pirangi), destinados a abrigar 05 (cinco) unidades de secagem mecânica para palhas de carnaúba e a Fábrica de Celulose (CELP), “para a industrialização de todos os carnaubais situados nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte”⁶⁴. Já em fase final, a indústria almejava desenvolver novo processo para transformar a cera de carnaúba parda em cera branca. A cera branca, extraída “do olho” da carnaúba e por isso denominada cera flor, era um produto mais valorizado pelo mercado internacional, sendo utilizado na fabricação de cosméticos, farmacêuticos e comestíveis. A possibilidade de maior produção desse produto representava relevantes avanços à industrialização do Piauí e do próprio Nordeste, e como principal protagonista, Moraes S/A soube apropriar-se disso com vistas à divulgação de sua própria marca e legado como pioneiros.

Com este novo projeto a Moraes expande sua atuação pioneira. Foi a primeira empresa nacional a recuperar industrialmente 25% da cera retida nos resíduos, antes considerada imprestável. “Montamos a primeira refinaria de cera no país e conseguimos vencer o monopólio de cinco refinadores e exportadores americanos”, afirma José Moraes, que está implantando um sistema pioneiro para transformar o pó cerífero em cera de qualquer tipo, em operação única, com redução de mais de 50% do custo operacional. Agora, em fase final a empresa está obtendo um processo para produzir cera totalmente branca⁶⁵.

Além da obtenção da cera de carnaúba branca, dentre os objetivos finais do Projeto Celulose Moraes, veiculados por meio da imprensa local, estava a produção de “celulose de superior qualidade”, que não apenas ratificaria a laureada definição que a “A Carnaúba é a Árvore da Vida”, “como também, mais uma vez, comprovaria a vocação industrial do empresariado parnaibano, tão bem dignificado na memória do saudoso Coronel Zeca Correia”⁶⁶. Produzir celulose por meio das folhas e talos da carnaúba era, assim, um dos objetivos principais do projeto desenvolvido pelas Indústrias Moraes, que a partir da sua atuação “pioneira” traria grandes avanços ao desenvolvimento industrial do Piauí, do Nordeste e, sobretudo, parnaibano⁶⁷.

Há de se ressaltar que o aproveitamento das fibras celulósicas das palhas e talos da carnaúba, para a indústria de celulose e papeis, não foi uma descoberta das Indústrias

⁶⁴ MORAES S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Síntese dos trabalhos e pesquisas levados a efeito por Moraes S/A Indústria e Comércio, de Parnaíba (Piauí), para extração de celulose dos resíduos abandonados das folhas e talos da carnaubeira**. Parnaíba: Moraes S/A Indústria e Comércio, 1975.

⁶⁵ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1976, p. 52.

⁶⁶ JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s.n], ano 2, n. 21, ago. 1979, p. 06.

⁶⁷ JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s.n], ano 1, n. 06, abr. 1978, p. 08-09. Nessa parte do texto, optou-se pela transcrição das fontes, ou seja, sua apresentação.

Moraes. Tal possibilidade havia sido cogitada nas primeiras décadas do século XX, em escritos do cearense Thomas Pompeu de Souza Brasil, cujo “desafio”, como colocado pela própria Indústrias Moraes, estava sendo aceito e executado com êxito⁶⁸. Sob o *slogan* de “Palhas para o Progresso”⁶⁹, no final da década de 1970 Moraes S/A emergia, em meio às propagandas do *Almanaque da Parnaíba* e em matérias do *Jornal Inovação*, como “indústria pioneira no Brasil a usar processo mecanizado e a recuperar a cera dos resíduos das palhas, produto até então, não aproveitados”⁷⁰, sendo tratada como uma das maiores exportadoras de cera de carnaúba do País⁷¹.

Como mencionado no início deste capítulo, de 1969 até 1977, Moraes S/A esteve entre indústrias que mais exportou cera de carnaúba pelos Portos de Fortaleza (CE) e Tutóia (MA), sob o ponto de vista numérico. Tais rendimentos apareciam em periódicos da época, em grande parte, como resultado das técnicas e métodos “pioneiros” desenvolvidos pela indústria, principalmente no que dizia respeito ao aprimoramento da cera de carnaúba parda, a partir de *Know-how* belga que passaram a transformá-la em produto de tonalidade mais clara e, em tese, com a mesma qualidade da cera flor. Esse produto era, ainda, comercializado a preços menores, o que acarretou, por um curto período de tempo, em certa vantagem competitiva das Indústrias Moraes em relação a outras indústrias instaladas em Parnaíba e no Piauí, pois os consumidores, principalmente o americano, “passou a comprar mais a cera parda do que a flor”⁷². Além disso, a cera parda (aprimorada) sofria com menores taxações alfandegárias. Segundo Maria Genovefa de Aguiar Moraes, em conjunto de entrevistas cedidas ao escritor Kenard Kruel e posteriormente transformadas em biografia sobre sua trajetória de vida, relata que era recorrente que Moraes S/A exportasse cera flor (mais cara) com documentação de cera parda (produto mais barato), e assim conseguisse ampliar lucros⁷³.

No entanto, cabe elucidar que apesar de constantemente rememorada como pioneira no trato e industrialização da cera de carnaúba, Moraes S/A não foi a única indústria a desenvolver, durante a segunda metade do século XX, técnicas e métodos industriais para a melhoria da exploração da cera de carnaúba no Piauí e na região

⁶⁸ JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s.n], ano 2, n. 21, ago. 1979, p. 19.

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s.n], ano 1, n. 6, abr. 1978, p. 08.

⁷¹ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1976, p. 51.

⁷² ARAÚJO, José Bruno de. **Casa Inglesa**: Um inglês, uma família, uma história. Parnaíba: Sicart, 2019, p. 43.

⁷³ KRUEL, Kenard. **Genu Moraes**. A mulher e o tempo. Teresina: Zodíaco, 2015, p. 537.

Nordeste⁷⁴. Entre as indústrias que também se destacaram no ramo do processamento industrial da cera de carnaúba, apesar de muito pouco citada nas fontes consultadas, esteve a Produtos Vegetais do Piauí S/A - PVP, fundada em 1962 pelo grupo empresarial Marc Jacob S/A⁷⁵. A PVP, localizada à Rua João Emílio Falcão Costa, no Bairro São José, em Parnaíba, não apenas desenvolveu técnicas para a produção de ceras de carnaúba industrializadas, como produziu diferentes tipos de ceras para aplicações específicas. Assim como Moraes S/A, a PVP também investiu em pesquisas, projetos e maquinaria de tecnologias vistas como “avançadas à época” com o objetivo de aumentar o rendimento dos carnaubais nordestinos. Dentre essas tecnologias, estavam as estufas em plástico para a secagem das palhas da carnaúba, que dispensavam o uso de motorização, baseando-se em princípios da física. Além de diminuir a delonga das técnicas manuais, a secagem realizada por meio dessas estufas resultaria em maior rendimento de pó cerífero. Outra iniciativa “pioneira” da indústria PVP teria sido o desenvolvimento de “um processo simples” para a obtenção de celulose a partir das palhas da carnaúba⁷⁶.

Dessa forma, percebe-se que, em um mesmo período que as Indústrias Moraes emergiam por meio da imprensa local como pioneira na industrialização da carnaúba no Piauí e no Nordeste, a PVP também reivindicava essa mesma posição. Sob o *slogan* de “O Pioneirismo como Hábito”⁷⁷, a PVP, em anúncios e propagandas publicadas no *Almanaque da Parnaíba*, colocava-se como indústria pioneira no lançamento do primeiro secador industrial para as palhas da carnaúba, além de inventores de um “revolucionário secador rural”, de baixo custo, para os pequenos e grandes produtores de ceras de carnaúba⁷⁸.

Ao contrário de Moraes S/A, não encontramos uma diversidade de fontes que tratassem sobre o “pioneirismo” da indústria PVP no ramo do processamento industrial

⁷⁴Como no Piauí, no Ceará também há registros de indústrias que chegaram a ser consideradas como “pioneiras” na implantação de processos industriais para o beneficiamento da cera de carnaúba, como a Exportadora Machado Araújo e Machado S/A, dos irmãos Raimundo e Manoel Machado. Cf. D’ALVA, Oscar Arruda. **O extrativismo da carnaúba no Ceará**. 2004. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

⁷⁵A PVP ainda se encontra em funcionamento, no entanto não mais operando no ramo da industrialização da cera de carnaúba. Suas atividades giram em torno da produção de substâncias para fins farmacêuticos. Seu parque industrial, atualmente, encontra-se no perímetro de entorno do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba.

⁷⁶JACOB, Marc Theophile. A pequena e brava família Jacob. In. ARAUJO, Maria Mafalda Balduino; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Gente de longe: histórias e memórias**. Teresina: Halley, 2006. p. 273-334.

⁷⁷ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1978, p. 156.; 1979, p. 112.

⁷⁸ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1978, p. 156.

da cera de carnaúba⁷⁹. Durante a realização da pesquisa documental e bibliográfica, nos deparamos apenas com anúncios em periódicos feitos pela própria indústria, e relatos da família de Marc Jacob⁸⁰. No entanto, não é escopo desse trabalho discutir a veracidade dessas informações, em busca de uma “verdade dos fatos históricos”. Antes, o que nos chama a atenção nessas fontes é a necessidade de se construir uma imagem *pioneira* para o industrial parnaibano. Em um cenário em que a cidade de Parnaíba já não gozava do mesmo prestígio vivenciado na primeira metade do século XX - baseado no comércio de importação e exportação para o mercado internacional - o crescimento da indústria passa, então, a ser uma das possíveis alternativas a uma economia que se encontrava em eminente declínio. Nesse contexto, não apenas as indústrias de beneficiamento de pó e cera de carnaúba, mas também outras indústrias localizadas em Parnaíba passaram a se debruçar sobre a imagem de um suposto pioneirismo industrial parnaibano e piauiense. Um exemplo disso, a indústria de castanhas de caju Tropical de Alimentos Ltda, que emergia em meio às propagandas do *Almanaque da Parnaíba*, durante a década de 1970, como “indústria pioneira da castanha de caju no Piauí”⁸¹, exportando castanhas da melhor qualidade e para diversos países.

Todavia, é pertinente observar que isso não se caracterizou como casos isolados ou simplesmente estratégias adotadas entre indústrias concorrentes, mas refletia, também, a conjuntura econômica e política que Parnaíba vivenciava naquele momento. No início da década de 1970, Parnaíba alimentava certas expectativas em relação ao desenvolvimento da atividade industrial. A indústria, que passara por um processo de desaceleração pós Segunda Guerra Mundial, passa, novamente, a ser vista com olhos de otimismo. Tal entusiasmo fora resultado de uma série de fatores, dentre estes às políticas desenvolvimentistas levadas à cabo pela Sudene que, a partir de programas voltados para o crescimento das cidades do Nordeste, tinha por objetivo diminuir as disparidades entre Nordeste e Sul-Sudeste do país. Essas políticas, recorrentemente, eram exaltadas por meio da imprensa que atribuía ao crescimento da indústria “a solução” para o redimensionamento da economia parnaibana e piauiense.

O Nordeste e o Piauí sentem os efeitos do planejamento. A SUDENE, a partir de um plano bem elaborado, mostra a preocupação dos governantes no sentido de reduzir os desníveis verificados na produção comparada nos diferentes

⁷⁹ Acredita-se que o silêncio das fontes em relação à indústria PVP seja, em parte, ocasionado pelo fato desta ainda se encontrar em operação, o que se distingue das Indústrias Moraes que, por sua vez, vivencia outra temporalidade, a da memória e do patrimônio.

⁸⁰ JACOB, 2006.

⁸¹ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1977, p. 106.; 1978, p. 142.; 1979, p. 116.

núcleos constitutivos da economia nacional. Foi-se o tempo em que toda a produção nacional era do Centro-Sul e nós apenas importávamos. Urge exportar. Já não somos os mesmos de outrora. O Nordeste, o Piauí e Parnaíba precisam crescer mais. É a hora da industrialização e a ela nos devemos entregar. O caju, o babaçu, a mandioca, a carnaúba e o jaborandi devem ser aproveitados⁸².

A chegada em Parnaíba da energia de Paulo Afonso⁸³ fora, também, outro fator motivador dessa sensação de entusiasmo em relação ao crescimento do setor industrial. As dificuldades no fornecimento de energia elétrica prejudicavam o desenvolvimento de diversos setores, dentre estes, o industrial. No entanto, apesar da energia elétrica não ter sido uma das razões determinantes do processo de desaceleração da indústria, esse fator era ressaltado em periódicos como o *Folha do Litoral* como um dos principais responsáveis pelas dificuldades enfrentadas por Parnaíba, pela paralisação de suas indústrias e, conseqüentemente, pela descontinuidade de seu progresso. A chegada da energia elétrica de Paulo Afonso, por sua vez, iria modificar esse cenário, ao passo que impulsionaria o desenvolvimento industrial da cidade, transformando suas matérias-primas (caju, carnaúba, babaçu, jaborandi) em “trabalho” e “riqueza”⁸⁴, em que o trabalhador era apontado, por meio de discursos na imprensa – ainda que de forma tímida -, como um dos principais sujeitos a ser beneficiado com o crescimento da indústria⁸⁵.

Nesse contexto, identifica-se um terceiro fator que pode ser apontado como imprescindível para compreendermos esse período em Parnaíba: a promessa de instalação de novas indústrias. Indústrias como a Óleos Vegetais e Derivados Ltda, Indústria Jaborandi S/A, e Fábrica de Laticínios, obras a serem implantadas em Parnaíba a partir da cooperação do governo federal e do governo do Piauí, eram quase que “vendidas” nas matérias do *Folha do Litoral* como grandes empreendimentos que trariam novos empregos e desenvolvimento para Parnaíba⁸⁶. Em *Parnaíba cresce e se moderniza*, matéria do jornal *Folha do Litoral*, de 16 de outubro de 1969, referia-se à implantação de um desses empreendimentos da seguinte forma: “E dentro mais alguns meses a AGRO INDÚSTRIA JABORANDI S/A registrará também aqui o marco e a valorização da capacidade que sempre fez do parnaibano um pioneiro autêntico e criador de riquezas

⁸² FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s.n], ano 10, n. 710, 1969.

⁸³ Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, situada no médio Parnaíba, entre a cidade de Guadalupe (PI) e a cidade de São João dos Patos (MA). A Usina, anteriormente denominada Hidrelétrica Marechal Castelo Branco, teve suas obras iniciadas em 1964, sendo inaugurada em 21 de março de 1970. Cf. RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. **Estudos Regionais: geografia e história do Piauí**. Teresina: Halley, 2004.

⁸⁴ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 10, n. 714, 1969.

⁸⁵ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 8, n. 532, 1967.

⁸⁶ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 10, n. 745, 1969.

para o nosso Estado”⁸⁷. Com os investimentos advindos da Sudene e do Banco do Nordeste⁸⁸, com a superação das dificuldades relacionadas ao fornecimento de energia elétrica, e com a implantação de novas indústrias, Parnaíba estava assim, novamente, “arrancando para o progresso”⁸⁹.

Parnaíba dos Dias da Silva, pioneira das grandes charqueadas nacionais e do grito de independência política, nestes rincões do Nordeste, hoje se engalana festiva para celebrar o marco histórico memorável da chegada à cidade da energia de Paulo Afonso. Quase debruçada ao mar que lhe eram soluções de aflição pela pobreza de nossa infra-estrutura econômica, às escuras e com diminuta capacidade energética, vibra ao espetáculo inédito do lampadário público, enchendo de luz e alegria a vida cidadina. São olhos do progresso derramado sobre a terra da Senhora da Graça, embalando-lhe os sonhos de crescer, desenvolver-se e aumentar a glória do querido Piauí, integrando na comunidade política e sócio-econômica da extremessida Pátria brasileira. Vibra ainda incendiada de entusiasmo pela riqueza latente do potencial energético que lhe despeja no seio a lendária cachoeira de Paulo Afonso que já não é mais o grito de angústia do Rio São Francisco, por inaproveitada sua missão propulsora do desenvolvimento, por sua capacidade geratriz da energia elétrica libertadora. Chega-nos agora sua mensagem de integração, com se, confraternizados, se abraçassem o caudaloso Rio São Francisco e o lendário Parnaíba que, no seu braço igaraçu, envolve essa cidade. E a fôrça eletrogênea correndo célere pelos cabos de alumínio, como num desejo incontido de banhar de fôrça e de luz, as terras que suas águas não podem fecundar. Escreve-se dêste modo, página áurea de nossa história econômica e desenvolvente. Faz-se possível nossa industrialização e repontam como sonhos de realidade, indústrias novas e potentes, criando mercado de trabalho, riqueza de produção, aumento do dinheiro circulante⁹⁰.

Indústria, pioneirismo e progresso são, assim, três palavras-chave para compreendermos as relações entre a atividade industrial e a imagem que se queria construir sobre a cidade de Parnaíba e sobre o próprio parnaibano. Em um cenário em que a indústria passa a ser o carro chefe das atividades do futuro, era, portanto, necessário demonstrar a vocação do empresariado parnaibano para os negócios, para a indústria e para o progresso, e isso se fazia a partir de várias frentes como, por exemplo, na exaltação de “grandes homens” como José de Moraes Correia, rememorado como “um autêntico pioneiro, um líder incontestado da industrialização do Piauí”⁹¹.

Ao incomodar-se com as fontes, em esforço de enxergar as marginais cujas partituras não hão de se ler, considera-se que o crescimento experimentado e a ideia de “pioneirismo” associada à Moraes S/A não era um dado isolado, característico dessa indústria em específico, como as fontes buscam demonstrar. Estava, porém, em

⁸⁷ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 10, n. 743, 1969.

⁸⁸ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 13, n. 1030, 1972.

⁸⁹ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 10, n. 713, 1969.

⁹⁰ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s.n], ano 10, n. 713, 1969.

⁹¹ PASSOS, Caio. **Cada rua sua história**. Parnaíba: Imprensa oficial do Ceará: 1982, p. 106.

consonância com o modelo nacional desenvolvimentista, que enxergava na industrialização possíveis caminhos para o desenvolvimento das cidades brasileiras. O “milagre econômico” (1968-1976) caracterizado como um período em que se presencia, no Brasil, o crescimento de diversos setores da economia, dentre eles o industrial, fazia-se, assim, sentir em terras parnaibanas. Nesse contexto, não apenas Parnaíba, mas o estado do Piauí vai presenciar diversas iniciativas industriais. A cidade de Teresina (PI), por exemplo, contou com a instalação de indústrias em diferentes setores da economia, como a fábrica de refrigerantes Coca-Cola, da firma Carlos Henrique Aragão Indústria e Comércio Ltda, inaugurada em 1971; as indústrias de confecções Guadalajara S/A, fundada em 1972; a Socimol Indústria de Colchões e Móveis Ltda, fundada em 1976. A indústria da construção civil e de cerâmicas também teve um acentuado crescimento nesse período, com a fundação de diversas empresas como Construtora Lourival Parente, Construtora Poti, Construtora Piauí, Cerâmica Industrial – CIL, Cerâmica Mafrense, Cerâmica Fortes, dentre outras⁹². É também em fins da década de 1960 e primeira década de 1970 que datam a criação de empresas voltadas para o desenvolvimento do setor industrial piauiense, como a Associação Industrial do Piauí – AIP; Fomento Industrial do Piauí – FOMINPI, posteriormente chamada de CODIPI – Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí; e a COMDEPI – Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí.

Além dos investimentos no setor industrial e energético, a busca da integração do Piauí ao contexto de desenvolvimento nacional, durante a década de 1970, deu-se, também, com a construção de pontes, avenidas e rodovias; investimentos em telecomunicações, abastecimentos de água e redes de esgotos⁹³. O estado do Piauí, outrora à margem do desenvolvimento nacional, passa a ser tratado, pela imprensa, como um “enorme canteiro de obras”⁹⁴, em que o crescimento de diversos setores, dentre eles o industrial, inauguraria novos horizontes em relação ao porvir.

Por que estamos comemorando? Pela razão simples de haver o Piauí conseguido o que queria: um HOMEM capaz de multiplicar-se, para transmitir ao povo autêntica mensagem de otimismo e confiança no futuro. É este o grande segredo do nosso progresso: com apenas um ano de governo, a realidade foi modificada. A paisagem renova-se diuturnamente: indústria, comércio, educação, saúde, vias de comunicação, rodovias etc., tudo se renova

⁹² RODRIGUES, 2004.

⁹³ VILANOVA, Willian Sousa. **A indústria piauiense no contexto do “milagre” econômico brasileiro nos anos de 1970-1975**. 2007. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

⁹⁴ DO PIAUÍ. Teresina: [s.n], mar.1972, p. 3.

e vai compondo a nova imagem do Piauí. Somando a riqueza a habilidade do homem, vamos conquistando a grande meta que é fazer o nosso Estado suficientemente capaz de integrar-se no processo de desenvolvimento do País. Essa é a realidade piauiense, e nós nos orgulhamos de participar da memorável batalha, através do qual o Brasil inteiro passa a ver o Piauí com nova e confortadora imagem⁹⁵.

Nesse cenário de grandes expectativas em relação ao futuro, semelhante ao que vinha ocorrendo em Parnaíba, a capital Teresina também demonstrava certo estado de entusiasmo em relação ao crescimento da indústria. Em periódicos como o jornal informativo *O Dia*, a indústria era tratada como algo que traria, além de novos empregos, desenvolvimento e progresso para a cidade, para o Piauí e para o próprio Nordeste.

[...] todos os fatores da sociedade intimamente ligados aos setores de produção. Assim, produzir bens de consumo é promover o aumento da riqueza, proporcionando à comunidade melhores condições econômicas e sociais. Os países desenvolvidos têm suas metas apoiadas no parque industrial. Além de oferecer mão-de-obra para os operários, a indústria cria mentalidade progressista, fortalecendo a sociedade e o Estado⁹⁶.

Dessa forma, identifica-se durante a década de 1970 a existência de um esforço coletivo, no sentido de tentar chamar a atenção de diversos sujeitos, dentre eles o trabalhador, para a importância da indústria como algo que traria não apenas novos empregos, mas desenvolvimento e progresso. Industrializar passa, então, a ser necessário na construção não apenas de uma nova Parnaíba, mas de um novo Piauí e um novo Nordeste, e as próprias indústrias se apropriavam desses discursos. Em Parnaíba, as Indústrias Moraes, assim como outras indústrias instaladas na cidade, como a PVP e a Pedro Machado S/A, citadas anteriormente, lançavam mão desses discursos progressistas em seus anúncios publicitários. Além de ressaltar sua importância e “pioneirismo”, essas indústrias também ressaltavam que eram “considerada pela SUDENE de interesse para o desenvolvimento do Nordeste”⁹⁷. A imagem que se buscava construir sobre a indústria em Parnaíba nesse período estava, assim, consubstanciada pela imagem que se queria construir sobre a cidade e, também, sobre o próprio parnaibano. Esse parnaibano que apesar de todas as dificuldades impostas pela passagem do tempo e seu transcurso continuava “arrancando para o progresso”⁹⁸, com a grandeza e a garra que lhe fazia um autêntico pioneiro, um herdeiro legítimo dos Dias da Silva⁹⁹.

⁹⁵ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s.n], ano 12, n. 972, 1972.

⁹⁶ O DIA. Teresina: [s.n], 3 de jul. 1970.

⁹⁷ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s. n], ano 8, n. 531, 1967.

⁹⁸ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s.n], ano 10, n. 713, 1969.

⁹⁹ Domingos Dias da Silva e seu filho, Simplício Dias da Silva, são importantes figuras da história da fundação da vila de São João da Parnaíba que, segundo documentos históricos, haveriam de ter liderado

Tal análise, fundamentada nas fontes que aqui movimentamos, permite elucidar de que forma, durante um período em que a produção industrial brasileira passou por um processo de expansão de sua atuação, as Indústrias Moraes S/A chegaram a ser consideradas como uma das maiores indústrias do Piauí, do Nordeste, e uma das maiores exportadoras de cera de carnaúba do Brasil. Isso é pertinente ao passo em que se constitui em um dos elementos indispensáveis para que possamos compreender o contexto em que diversas narrativas, que enaltecem o passado da indústria e de seu fundador a partir de demandas de memória e patrimônio, vão sendo construídas - e reproduzidas - no tempo presente.

Por outro lado, apesar de identificarmos todo um processo de construção em torno da indústria, é pertinente observar que as Indústrias Moraes também obtiveram sua importância no contexto de industrialização do Piauí e da região Nordeste que não pode ser desconsiderada. Pioneiros ou não, os processos tecnológicos e projetos desenvolvidos por Moraes S/A tiveram sua relevância para o contexto da época. No início da década de 1970, a cera de carnaúba, principal produto de exportação do Piauí e base de suas atividades industriais, passava por um momento de considerável crise. O produto sofria, constantemente, com oscilações e redução de suas cotações no mercado internacional, fato que dificultava sua comercialização. Além das ameaças oferecidas pelos sucedâneos sintéticos e derivados do petróleo¹⁰⁰, uma das principais razões apontadas para a queda dos preços da cera de carnaúba era a qualidade do produto oferecido. Os métodos e técnicas empregados, outrora já discutidos, não apenas acarretavam em desperdícios, como comprometiam suas propriedades físico-químicas.

II- Não é possível continuar como está a extração e preparo da cera de carnaúba, um produto excepcional, só existente, no mundo inteiro, no Norte e Nordeste do Brasil, e de consumo universal, feita a sua extração sem técnica e ciência, e sem as exigências industriais que lhe são necessárias. O resultado desse descaso dos produtores de cera de carnaúba é a sua desvalorização, por parte dos importadores que industrializam o produto após sua aquisição a preços baixos, isso ocorrendo com prejuízos para a economia nacional,

no litoral piauiense o desenvolvimento da indústria da carne, com oficinas charqueadoras e estaleiros às margens do rio Igarauçu. Ainda hoje, o nome de Domingos Dias da Silva e de seu filho, Simplício Dias da Silva são lembrados e apropriados em discursos de patrimônio e saudosismos em relação à cidade do passado. O periódico Almanaque da Parnaíba, que ainda tem sido publicado, e livros de memórias como SILVA, Maria da Penha Fonte e. **Parnaíba, minha terra**. Crônicas. Parnaíba: [Edição da autora], 1987.; MENEZES, Maria Luiza Motta. **Parnaíba no século XX**. Fortaleza: Gráfica Alcy, 1994.; e ARAÚJO, Maria Elita Santos de. **O espaço e o tempo**. Parnaíba: Sieart, 2002., somam-se as diversas fontes que rememoram o heroísmo da família dos Dias da Silva, quando ao fazer referência a um passado de glórias que Parnaíba e o Piauí haveriam de ter experimentado.

¹⁰⁰DOMINGOS NETO, Manuel. Reflexão em torno da estagnação de Parnaíba. In: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1982, p. 45-54.

notadamente dos Estados produtores de cera de carnaúba como o Piauí, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte e outros em menor escala.

III- Sabemos que a boa apresentação dos produtos de exportação, hoje em dia, com o progresso da técnica e da ciência, requer um melhor e adequado aprimoramento. É, pois, o que desejamos ocorrer com a nossa cera de carnaúba, que seja realçada, essa inigualável matéria –prima, venha a ter uma apresentação e preparo correto ao nível de suas altas qualidades nobres e químicas, e não como vem sendo feito, muitas vezes com razoável negligencia por parte dos que se encarregam de sua extração e fusão¹⁰¹.

A partir da segunda metade do século XX, as indústrias de cera de carnaúba foram passando por transformações em relação aos processos de produção. Os incentivos fiscais oferecidos pelo Estado e pelos municípios, principalmente durante a década de 1970, foram favorecendo o surgimento de agroindústrias¹⁰² vindas de outros estados que passaram a implantar filiais no Piauí, bem como a ampliar unidades industriais existentes. Essa tendência fez com que as indústrias de cera de carnaúba tradicionais, conhecidas também como indústrias caseiras ou familiares, fossem perdendo sua participação no mercado para indústrias mais modernas. Destaque-se, ainda, que as novas aplicações que foram sendo empreendidas à cera de carnaúba, principalmente na indústria cosmética e farmacêutica, foram exigindo maior aprimoramento desse produto, demandando o surgimento de indústrias refinadoras de cera, não apenas no Brasil, mas também fora dele¹⁰³.

Ao ser adquirido a preços baixos por empresas estrangeiras importadoras, como Wessel, Strahl & Pitt, Baldini & Co, nos Estados Unidos, e Kahl Wax, na Alemanha, a cera de origem ou “cera bruta” (não industrializada) era rebeneficiada, passando por um processo de refinamento e, dependendo do porte da indústria/companhia, passava, ainda, por um processo de clarificação¹⁰⁴. Tal fato se constituía como ameaça, sobretudo a pequenos produtores que além de não possuírem recursos para adquirir maquinaria e equipamentos mais modernos, também não possuíam facilidades de crédito junto aos bancos. Não atendendo às demandas dos importadores estrangeiros em relação às

¹⁰¹SOUZA, Antônio de. **Estudos e coleta de dados sobre a cera de carnaúba**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1974, p. 99.

¹⁰²De acordo com a Lei de Incentivos Fiscais do estado do Piauí, as indústrias modernas de cera de carnaúba são classificadas como agroindústrias.

¹⁰³ D’ALVA, 2004.

¹⁰⁴A valorização da cera de carnaúba no período entre guerras intensificou a presença de interesses internacionais na sua industrialização. Na medida em que o mercado de consumo em massa expandiu aumentando a demanda mundial por ceras vegetais, foram surgindo empresas estrangeiras especializadas na exportação, refino e distribuição de ceras para usos industriais. Algumas dessas empresas como a Wessel, Strahl & Pitt, Baldini & Co, nos Estados Unidos, e a Kahl Wax, na Alemanha, passaram a ter forte influência sobre o mercado de ceras de carnaúba no Brasil, principalmente a partir de seus representantes. Cf. D’ALVA, 2004.

qualidades industriais exigidas, como normas técnicas para a padronização e classificação dos diferentes tipos de ceras, esses produtores eram “obrigados” a vender seus produtos a preços menores, por vezes não compensatórios diante dos gastos com extração, produção, transporte, serviços, taxas e impostos¹⁰⁵.

Nesse cenário de instabilidades que também refletia as mudanças que o sistema capitalista passava naquele momento, com o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, e com a própria forma que as indústrias passaram a produzir e a se organizar, resultado do processo de transição do modelo de produção fordista para o modelo de acumulação flexível¹⁰⁶ era, portanto, necessário empreender mudanças que atendessem às novas demandas do mercado mundial. Diante de iminente solapamento, o pó e a cera de carnaúba não poderiam continuar a ser produzidos e comercializados nos mesmos moldes da primeira metade do século XX.

Dessa forma, diante do contexto econômico e político que o Piauí vivenciava na década de 1970, de um lado com a depreciação de seu principal produto de exportação e, de outro, com a intervenção do governo federal a partir de políticas de proteção e incentivo à cultura da cera de carnaúba no Nordeste, as Indústrias Moraes assumiram relevante papel na continuação dessa atividade como base das atividades industriais do estado. Além de exportadora e produtora de pó e ceras de carnaúba de diversos tipos e em diferentes níveis de industrialização, Moraes S/A também era uma indústria refinadora, sendo responsável por industrializar cera e pó cerífero que eram produzidos em cidades e localidades do Piauí e Ceará. Ao adquirir esses produtos, a indústria os rebeneficiava, alterando suas propriedades físico-químicas¹⁰⁷. Suas instalações de *know-how* belga não apenas eram capazes de extrair cera das borras e resíduos descartados, como eram únicas no estado do Piauí a produzir cera de carnaúba em pó¹⁰⁸, com vistas a atender às novas exigências dos mercados consumidores.

Na década de 1970, industrializar era pauta obrigatória para a superação das crises que afetavam a economia piauiense, para a manutenção e conquista de novos mercados, bem como para a retomada “dos difíceis caminhos do progresso”¹⁰⁹. E as Indústrias Moraes, a partir de seus projetos e descobertas “pioneiras”, buscavam andar em

¹⁰⁵SOUZA, 1974.

¹⁰⁶ HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19^o ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

¹⁰⁷Ao ser adquirido de outros produtores, a cera de carnaúba passava por um processo de centrifugação, clarificação e filtragem. Já o pó cerífero era peneirado, lavado e centrifugado.

¹⁰⁸ Conforme entrevista realizada com Oriceles Rocha, cedida à autora em 9 de abril de 2016.

¹⁰⁹ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s.n], ano 10, n. 713, 1969.

consonância com esses discursos, oferecendo tecnologia, mão de obra especializada e expectativas de futuro a uma atividade que se encontrava em eminente declínio. O Projeto Celulose Moraes ou Projeto Carnaubeira era, assim, estratégico ao passo em que buscava levar (pelo menos no discurso) essas comodidades para o restante da região Nordeste, dando protagonismo não apenas ao nome da indústria e de seu fundador, José de Moraes Correia, mas ao próprio Piauí que despontava, naquele contexto, por meio da imprensa e grupos de interesse, como estado que “arrancava para o progresso”, graças ao crescimento e inovação de suas indústrias¹¹⁰.

No entanto, no que diz respeito ao papel das Indústrias Moraes nessa corrida pela industrialização do Piauí e do Nordeste, tal entusiasmo não perdurou por muito tempo. O falecimento de José de Moraes Correia, em 1978, não apenas provocou a descontinuação dos projetos em andamento por Moraes S/A, como provocou, de forma progressiva, a desorganização da própria indústria. Apesar desta ter continuado em operação, suas atividades foram se tornando cada vez mais comprometidas. O Projeto Celulose Moraes, idealização de José de Moraes Correia, não chegou a ser concretizado, sendo descontinuado poucos anos depois da realização de sua primeira etapa que consistiu na implantação de 04 (quatro) núcleos de secagem para palhas de carnaúba, citados anteriormente. Em 1983, depois de diversas tentativas não efetivadas de produzir celulose por meio das palhas e talos da carnaúba, e também como consequência do atraso no recebimento de recursos previstos junto à Sudene¹¹¹, foi realizada a cisão da indústria de celulose, e a indústria voltou novamente a funcionar apenas como Moraes S/A.

Apesar do protagonismo no ramo da industrialização da cera de carnaúba ter marcado apenas uma breve fase de sua trajetória, sendo ainda muito mais construções da própria imprensa, as Indústrias Moraes também tiveram sua importância na industrialização de óleos vegetais. Produtos “da terra”, como amêndoas do babaçu, oiticica e nozes de tucum, que estavam entre as principais matérias-primas de exportação do Piauí na primeira metade do século XX, especialmente o babaçu, eram beneficiados por Moraes S/A. Ademais, a produção em larga escala de produtos para bens de consumo, como óleos alimentícios, glicerina, sabões e sabonetes não apenas geravam emprego e renda para diversas famílias de Parnaíba, cidades e estados circunvizinhos, como foi

¹¹⁰ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s.n], ano 10, n. 713, 1969.; FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s.n], ano 10, n. 743, 1969.

¹¹¹ Conforme entrevista (não gravada) realizada com o trabalhador e ex-funcionário das Indústrias Moraes, Ademar Leocádio, cedida à autora em 3 de novembro de 2019.

também responsável por movimentar a economia da cidade para além das atividades do comércio a partir da articulação entre indústria, comércio e serviços. A atividade industrial parnaibana e piauiense, apesar de ter se caracterizado em moldes distintos ao que se pôde observar em outros estados brasileiros, como São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) e, muitas vezes, tratada como de pouca expressividade frente aos processos de industrialização nacional, também obteve seu grau de relevância.

2.3 Indústria nas construções de uma paisagem do progresso

Referências à importância de Moraes S/A podem ser encontradas em vasta documentação, como no jornal mensal *Inovação*¹¹², que circulou em Parnaíba entre os anos de 1977 a 1982, de propriedade de Benedicto dos Santos Lima, conhecido como Bembem; Em algumas edições do *Almanaque da Parnaíba*¹¹³, periódico anual fundado em 1924, também pelo gráfico Bembem; Em livros de memórias e relatos memorialísticos como *Cada Rua Sua História*, de Caio Passos¹¹⁴, *Parnaíba que eu vi*, de José Nelson de Carvalho Pires¹¹⁵, *Estórias de uma cidade muito amada*, de Carlos Araken¹¹⁶; *Memórias do Desenvolvimento*, de João Paulo dos Reis Velloso¹¹⁷. Nessa documentação, a indústria é identificada, e rememorada, como um dos maiores complexos industriais do Piauí e do Nordeste, graças a “invulgar capacidade de trabalho e extraordinária inteligência”¹¹⁸ de José de Moraes Correia.

José de Moraes Correia, pela clareza de sua inteligência, pela sua extraordinária capacidade de trabalho, pelo seu excepcional tino administrativo, pelas qualidades marcantes de sua personalidade ímpar de empresário, foi, sem sombra de dúvida, um autêntico pioneiro, um líder incontestado da industrialização do Piauí¹¹⁹.

¹¹² JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s.n], ano 1, n. 6, abr. 1978, p. 8-9.; JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s.n], ano 2, n. 21, ago. 1979, p. 6.

¹¹³ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 261-265.; 1976, p. 51-52.; 1979, p. 49-51.; 1994, p. 77.; 1995, p. 150.; 1996, p. 156.

¹¹⁴ PASSOS, Caio. **Cada rua – Sua história**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1982, p. 106-111.

¹¹⁵ PIRES, José Nelson de Carvalho. **Parnaíba que eu vi**. Parnaíba: [Edição do autor], 2005, p. 38-40.

¹¹⁶ ARAKEN, Carlos. **Estórias de uma cidade muito amada**. Parnaíba: [s.n], 1988, p. 105-106.

¹¹⁷ D' ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO Celso (Org.). **João Paulo dos Reis Velloso: memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 17.

¹¹⁸ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1979, p. 49.

¹¹⁹ PASSOS, 1982, p. 106.

Filho “de uma das famílias mais tradicionais da Parnaíba”¹²⁰, “Coronel Zeca Correia”, como era conhecido¹²¹, nasceu em Parnaíba em 1895, tendo dedicado parte de sua juventude aos estudos em instituições estrangeiras. Entre os anos de 1908 e 1910, estudou na Escola Acadêmica de Lisboa, Portugal, formando-se na área de Curso Comercial; Em 1910, seguiu para a cidade de Ilkley, no norte da Inglaterra, habilitando-se na área de língua inglesa; e durante os anos de 1911 e 1912, trabalhou na organização Camberlain Deaner & Co., na cidade de Manchester, Inglaterra, tendo aperfeiçoado conhecimentos na área contábil. Em 1913 regressa à Parnaíba, dando continuidade e expandindo os negócios de seu pai, Jozias de Moraes Correia¹²². Segundo as fontes, foi com “Coronel Jozias, uma das maiores figuras do comércio e da sociedade do Piauí”¹²³, que tudo começou quando, em 1904, viaja ao Sul do Brasil, realizando compras de tecidos e outras miudezas em geral. Em uma época em que os transportes do Sul ainda eram muito precários, esse “brilhante parnaibano” constituiu o que viria a se transformar em um dos maiores empreendimentos comerciais já conhecidos, as Organizações Moraes, “motivo de orgulho para os Estados do Maranhão e do Piauí”¹²⁴.

Depois de anos de “incansável labor e absoluta probidade”, Coronel Jozias impõe seu nome à admiração de seus contemporâneos¹²⁵, esforços que souberam ser bem assegurados por seus descendentes, em que se destacou José de Moraes Correia¹²⁶. Ao assumir a liderança dos negócios, “este notável parnaibano”, conhecido como “Coronel Zeca Correia”, foi homem de “espírito associativo”, emprestando o brilho de sua inteligência a diversas associações classistas¹²⁷, sendo fundador e primeiro presidente da Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI; Presidente da Associação Comercial de Parnaíba - ACP, do Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Piauí, e do Conselho Regional do SENAI; Diretor Regional do SESI; Sócio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Parnaíba, e membro do Conselho de Representantes da Confederação Nacional da Indústria¹²⁸.

¹²⁰KRUEL, Kenard. **Genu Moraes**. A mulher e o tempo. Teresina: Zodíaco, 2015, p. 441.

¹²¹Apesar de recorrentemente encontrada nas fontes analisadas, não identificamos entre trabalhadores, ex-funcionários de Moraes S/A essa forma de tratamento, sendo conhecido apenas como Zeca Correia.

¹²²JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s.n], ano 1, n. 6, abr. 1978, p. 8.

¹²³ALJAVA. Parnaíba: [s.n], ano 11, n. 12, jul. 1946, p. 2.

¹²⁴CINQUENTENÁRIO DAS ORGANIZAÇÕES MORAES. Disponível em formato de folheto impresso, cujo conteúdo foi transcrito do jornal maranhense O IMPARCIAL, de 28 de fev. de 1954.

¹²⁵ALJAVA. Parnaíba: [s.n], ano 11, n. 12, jul. 1946, p. 2.

¹²⁶PIRES, 2005, p. 38.

¹²⁷PASSOS, 1982, p. 110.

¹²⁸*Ibid.*

Além de comerciante e industrial, também era político, e “no louvável intuito de bem servir à sua terra natal e ao Piauí, o Coronel Zeca Correia penetrou em todos os setores da vida parnaibana”¹²⁹, realizando em sua cidade e em seu estado “várias iniciativas pioneiras”¹³⁰, como a introdução do primeiro automóvel e do primeiro rádio receptor do estado; “Da Inglaterra, ele trouxe as chuteiras, as bolas, as vestimentas, tudo ligado ao futebol”¹³¹, construindo, em 1913, o primeiro grande estádio e fundando o primeiro clube de futebol de Parnaíba, o Parnahyba Sport Clube¹³², formado em sua maioria por funcionários de Moraes & Cia; Foi responsável pela abertura do canal São José para o rio Igaraçu¹³³, facilitando a ligação fluvial de Parnaíba à cidade de Tutóia, no Maranhão. Em relação aos trabalhadores de suas fábricas, estes recebiam “assistência médica e dentária, salário funeral e natalidade”¹³⁴.

Pelo seu espírito “realizador e progressista”¹³⁵, e “pelos relevantes e inestimáveis serviços prestados à Parnaíba e ao Piauí”¹³⁶, recebeu várias premiações, como o título de “Homem de visão de 1959”, concedido pela imprensa de Teresina (PI); Comenda de “Ordem do Mérito do Trabalho”, expedido por decreto pelo V. Exa Presidente da República, Arthur da Costa e Silva, em 29 de abril de 1968; “Medalha do Mérito Industrial”, concedida pela Federação Nacional da Indústria, do Rio de Janeiro; e Diploma de Cidadão Honorário, de Piracuruca (PI)¹³⁷.

“De vida intensa e de grandes êxitos industriais”¹³⁸, José de Moraes Correia faleceu a 02 de abril de 1978, mas o seu nome e os seus feitos ficaram imortalizados “no coração e na mente do povo piauiense”¹³⁹, ficando, ainda, estampados em prédios e logradouros públicos pela cidade de Parnaíba: Escola de Aprendizagem Industrial José de Moraes Correia – (SENAI); Auditório José de Moraes Correia, na Avenida Presidente Vargas - (SESI); Edifício José de Moraes Correia, onde está localizada a Federação das Indústrias do Estado do Piauí – FIEPI (Casa da Indústria); Avenida José de Moraes

¹²⁹PASSOS, 1982, p. 110.

¹³⁰ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1979, p. 51.

¹³¹KRUEL, Kenard. **Genu Moraes**. A mulher e o tempo. Teresina: Zodíaco, 2015, p. 536.

¹³²Apesar de algumas passagens no Almanaque da Parnaíba informar que o primeiro clube de futebol foi fundado por Zeca Correia, registros identificam que o primeiro clube data de junho de 1912, com o International Athletic Club, fundado por Septimus Clark.

¹³³ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1979, p. 51.

¹³⁴PIRES, 2005, p. 39.

¹³⁵ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1979, p. 51.

¹³⁶PASSOS, 1982, p. 111.

¹³⁷ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1979, p. 51; PASSOS, 1982, p. 111.

¹³⁸ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1979, p. 49.

¹³⁹*Loc. cit.*

Correia (BR- 323), iniciando à Avenida Princesa Isabel e seguindo até o fim do Bairro Santa Luzia; e o busto de bronze¹⁴⁰, feito em sua homenagem por industriais piauienses, localizado à Rua Riachuelo, próximo aos portões de entrada do prédio da FIEPI. Ademais, considerando “que é dever do Estado reverenciar a memória daqueles que se destacaram no seu desenvolvimento”¹⁴¹, em 08 de setembro de 1978, o governador do estado do Piauí, Djalma Martins Veloso, através de decreto estadual, denominou o distrito industrial da cidade de Parnaíba como Distrito Industrial José de Moraes Correia¹⁴².

A partir dessas fontes, nas quais buscamos transcrever da forma mais fiel possível, nota-se que há um esforço coletivo no sentido de construir a memória de José de Moraes Correia e de seu pai, Jozias de Moraes Correia, como grandes industriais e comerciantes, cujo legado deve ser imortalizado não apenas “no coração e na mente do povo piauiense”¹⁴³, mas em lugares. Lugares físicos e, ao mesmo tempo, simbólicos, criados intencionalmente para manter vivas suas memórias.

Em consonância com essas fontes, a importância das Indústrias Moraes e de seu fundador também são salientadas nas memórias de Carlos Araken Correia Rodrigues. Nascido em Parnaíba em 1929, Dr. Carlos Araken, como era conhecido, foi um médico cardiologista, tendo se dedicado a escrita de poemas e crônicas com base na sociedade em que vivia, e em suas “andanças pelo mundo”. Mas, não escrevia qualquer coisa. Segundo ele, de volta só “lembranças boas que valham a pena ser revividas”¹⁴⁴. Em um de seus livros mais conhecidos, intitulado *Estórias de uma cidade muito amada*, Araken narra lembranças de sua infância e juventude, a partir de uma narrativa despojada, sem uma ordem cronológica definida. Em detalhes, descreve os pontos de encontro e diversão das classes altas e médias da Parnaíba dos anos 1940 e 1950. Dentre esses, em que se reunia a “gente de bem da cidade”, como colocado pelo autor, estava o Cine Teatro Éden, onde aos domingos uma pequena multidão entrava pela porta principal: “Senhoras em seus melhores trajes e jóias. Homens em sua fátiosa domingueira”¹⁴⁵. Araken rememora o cinema e o teatro de sua época como uma “fábrica de sonhos”, descrevendo detalhes de noites mágicas: com o som do “barulho dos leques das damas, o farfalhar das sedas dos

¹⁴⁰ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1979, p.49.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 50.

¹⁴² SANTANA, Judith. PARNAÍBA. **Parnaíba**: Prefeitura Municipal de Parnaíba, 1982, p. 95.; ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1979, p. 49 - 50.

¹⁴³ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1979, p. 49.

¹⁴⁴ ARAKEN, 1988, p. 10.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 34.

vestidos e o murmúrio civilizado do pessoal de boa linhagem”¹⁴⁶. Descreve, ainda, clubes e salões elegantes, como o Igara Clube, o Cassino 24 de Janeiro e a Praça da Graça, com “sua simetria harmoniosa, seus tabuleiros de grama muito verdes, seu contorno natural de figueiras, seu côreto, sua pérgola de pedra, sempre florida de buganvilles¹⁴⁷”. Rememora com saudades de “bons e belos tempos”, em que festas de noites deslumbrantes aconteciam no terraço da Casa Inglesa:

O encantamento começava na imponência da escadaria da entrada, de madeira nobre, revestida de grossa passadeira de veludo vermelho. Os metais dourados brilhavam, e faziam sombra aos aristocráticos lustres de cristal. No primeiro piso estava o terraço, misto de jardim e dancing, cercado de belas palmeiras, iluminação suave, que em noites de lua, por ela era substituída. A fidalguia e o requinte dos donos da casa, os rapazes Bruce e Sepinho, figuras saudáveis e belas, muito ingleses, por estirpe e por educação. O uísque legítimo correndo solto, fazia a cabeça de todos. Eram noites realmente deslumbrantes, difíceis de esquecer. Ali estava o que melhor havia em nosso meio, todos absolutamente seguros de sua posição, e da solidez de seu patrimônio. Bons e belos tempos aqueles!¹⁴⁸.

A narrativa de Araken é repleta de imagens e cenários que caracterizam os modos de viver das elites parnaibanas da primeira metade do século XX, com seus caros e sofisticados trajés, sapatos, joias, além de bebidas, carros, hábitos e costumes europeus. Tendo vivido em uma época em que a sociedade parnaibana era fortemente estratificada, em que a distinção entre pobres e ricos era escancarada, a ponto de cada um saber o devido lugar que poderia sentar ou andar na Praça da Graça, a narrativa de Araken é, assim, delimitada por um lugar de fala, em que as vivências cotidianas estavam marcadas pelo luxo e pelos privilégios de uma classe reconhecida e “naturalmente” privilegiada. A palavra naturalmente é utilizada pelo próprio autor, que reconhece, ao longo de seus escritos, os privilégios da classe à qual pertencia. No entanto, para além de um lugar de fala, que evidencia as diferenças entre as classes sociais da Parnaíba da primeira metade do século XX - que já tem sido objeto de muitas pesquisas -, o que mais nos chama a atenção nos escritos de Araken é a forma com que sua narrativa vai sendo construída, tomando sempre como base memórias e experiências de uma cidade do passado. A cidade de Araken é uma cidade diferente, não apenas em termos materiais e espaciais, mas

¹⁴⁶ARAKEN, 1988, p. 34.

¹⁴⁷*Ibid.*, p. 38.

¹⁴⁸*Ibid.*, p. 78.

também simbólicos. A sua cidade é uma “cidade perdida”¹⁴⁹, em que diversas temporalidades se misturam continuamente, num jogo entre lembrança e esquecimento. Nessas memórias, de uma Parnaíba *muito amada* e distante no tempo e no espaço, as Indústrias Moraes e seu fundador, José de Moraes Correia, emergem como parte de um passado que é rememorado com nostalgia pelo autor:

Empresário audaz com arte e sabedoria, desenvolveu uma das maiores empresas do nordeste. Era homem de mil e uma artes. Um dia, infernizava a vida do contabilista da firma, com palpites lúcidos e certos. Dia seguinte estava de macacão, todo sujo de graxa nas oficinas, compartilhando o rango com os operários. Entendia de química e engenharia como poucos. Tratava os doutores de sua firma, de igual para igual. Era realmente uma potência o coronel Zeca Correia! Tinha um olhar penetrante de “RX” que conseguia quase ler a mente das pessoas, com quais trocava idéias. Se existia olho clínico na vida prática, sem ser na medicina, ele possuía esse dom. Audácia e competência, são qualidades que, ajudaram a impulsionar sua carreira, e a construir um império. Exemplo disso a construção e fundação da “DUNORTE”. Em pé de igualdade ele disputou com as grandes indústrias de óleo vegetal do país, e conseguiu tirar sua fatia. Era sempre o homem certo na hora e lugar certo¹⁵⁰.

Ao analisarmos as memórias de Araken, em diálogo com as fontes apresentadas anteriormente, nota-se que a importância das Indústrias Moraes aparece sempre associada à figura de seu fundador, José de Moraes Correia, sendo este rememorado como um dos maiores empreendedores da indústria piauiense. Entretanto, ao estabelecermos *links* entre tipologias de fontes diferentes, foi possível perceber que essas memórias, que fazem referência à indústria e seu fundador, estão também relacionadas a um período em que a cidade de Parnaíba vivenciava outro momento de seu desenvolvimento econômico. Um artigo sobre as Indústrias Moraes publicado em 1940 no *Almanaque da Parnaíba*, período em que parte das memórias de Araken estão referendadas, traz alguns vestígios dessa análise.

A Firma Moraes & Ci. é uma das mais poderosas organizações comerciais do Piauí, fundada em 1904, nesta cidade, pelo Cel Jozias Benedito de Moraes, e por êle dirigida até hoje, veio ela, ao longo desses trinta e cinco anos, consolidando o credito, intensificando o negócio, aperfeiçoando o método e o sistema de seu comercio. Com o correr dos tempos, os filhos do Cel Jozias Moraes vieram ajuda-lo, de maneira que, hoje, a integridade do nome do fundador da grande firma está plenamente assegurada pelo trabalho, inteligência e esforço de seus descendentes. Atualmente, a firma Moraes & Ci.

¹⁴⁹PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo. Reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ: Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 9-17, jul./dez. 2005.

¹⁵⁰ARAKEN, 1988, p. 105.

está orientando suas atividades no sentido da indústria. O sócio gerente, sr. José Correia, criando a Uzina S. José, estabeleceu as solidas bases do futuro da firma. A máquina é a bussola do comercio do mundo moderno. É, portanto, a indústria o rumo certo das atividades humanas futuras¹⁵¹.

No início da década de 1940, Parnaíba ainda vivia sob a égide do que ficou conhecido como *belle époque*, período em que a cidade vivenciou um notável desenvolvimento econômico e urbano. Segundo Josenias dos Santos Silva, em *Parnaíba e o avesso da belle époque*, a partir dos anos 30 Parnaíba e o estado do Piauí puderam sentir os reflexos e direcionamentos da política nacional¹⁵². O embelezamento de espaços públicos durante as administrações dos prefeitos Ademar Gonçalves Neves (1931-1934) e Mirócles Campos Veras (1934-1945) buscava, constantemente, sugerir que Parnaíba vivenciava uma nova época, de transformações e desenvolvimento¹⁵³, apesar disso ter alcançado uma porção limitada da população e da paisagem urbana¹⁵⁴. À semelhança do que se pôde observar na cidade do Rio de Janeiro, com a Avenida Central, em Parnaíba a Avenida Presidente Getúlio Vargas, antiga Rua Grande, tornou-se uma “vitrine” de residências ecléticas. Essa Avenida, que servia de eixo de ligação entre o Porto das Barcas e a Estação Ferroviária, era sua rua principal, onde se localizavam os bangalôs, os chalés e residências em estilo eclético e *Art Decó*, sendo, portanto, um perímetro constituído pelas elites da época¹⁵⁵. Para Idelmar Cavalcante Junior, se a Parnaíba das décadas de 1920, 1930 e 1940 pode ser considerada uma cidade moderna é devido, em particular, a esse perímetro. Conforme o autor, a modernidade em Parnaíba caracterizou-se, antes de mais nada, como um dado espacial, resultado de um tempo que pôde se materializar no espaço, sobretudo a partir da mediação de conceitos socializados à época¹⁵⁶. O ufanismo em relação à cidade, vinculado ao projeto político que se desenvolvia no Brasil, não apenas era veiculado por meio das novas tecnologias midiáticas que se passou a ter acesso, como amplificadoras e rádios como, também, marcava a escrita de literatos e articulistas que escreviam em periódicos que circulavam na cidade¹⁵⁷. O primeiro governo

¹⁵¹ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 261.

¹⁵²SILVA, Josenias dos Santos. **Parnaíba e o avesso da belle époque**: cotidiano e pobreza (1930-1950). 2012. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

¹⁵³TOURINHO, 2015.

¹⁵⁴CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. **Inventário de uma memória consagrada**: Benjamim Santos nos interstícios do teatro pernambucano (1960-1970). 2017. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

¹⁵⁵MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. **O Eclétismo Parnaibano**: Hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX. Parnaíba: Edufpi, 2012.

¹⁵⁶CAVALCANTE JUNIOR, *op. cit.*

¹⁵⁷TOURINHO, *op. cit.*

de Getúlio Vargas (1930-1934) e, de forma mais ostensiva, o Estado Novo (1937-1945), funcionavam como importantes referências na construção de uma imagem de progresso e modernidade que se buscava construir sobre a cidade naquele momento. Nesse contexto, coube ao *Almanaque da Parnaíba*, ao lado de alguns poucos periódicos que tiveram historicamente menor expressão, como a revista *Glega* dos anos 1930, constituir por meio da linguagem e da produção de imagens uma nova consciência, para que a sociedade parnaibana pudesse se reconhecer em um novo tempo¹⁵⁸.

Diante de um projeto político voltado para os interesses de determinados grupos e classes sociais, em especial suas elites comerciais e industriais, o *Almanaque da Parnaíba* se auto apresentava como poderoso veículo de informação, ao retratar “nas páginas do seu importante veículo de propaganda “as belêsas e grandêsas do uberrimo solo piauiense e o surto de progresso de seu comercio e industria”¹⁵⁹. Durante a década de 1940, Parnaíba era constantemente representada nas páginas do *Almanaque* como uma cidade “linda” que marchava rumo ao “progresso”, impulsionada pelo esforço e dedicação de seus filhos¹⁶⁰, o que poderia ser demonstrado com a chegada de “grandes e importantes melhoramentos”. Em 1938, por exemplo, Parnaíba havia acabado de receber um sistema telefônico. Sem meios de transporte urbanos e ainda precária em termos de comunicações, o telefone seria um importante recurso que facilitaria o comércio e a indústria; em 1939, foi constituída a Rádio Educadora de Parnaíba, “demonstração altíloqua” do “progresso” parnaibano¹⁶¹. A emissora de rádio, oficialmente inaugurada em maio de 1940, transmitia, diariamente, programas com informações, notícias e divulgava eventos a ocorrer em Parnaíba e em outras regiões do estado. Dentre os considerados “pioneiros” dessa “realização em apreço” e diretores de sua primeira diretoria, estava José de Moraes Correia (Presidente), Francisco Fontenele de Araújo (Vice-presidente), Antônio Otávio de Melo (Diretor comercial), Dr. Antônio Castelo Branco Clark (Tesoureiro), Alarico J. da Cunha (Secretário), Alcenor Neves Madeiro (Superintendente). Em conformidade com as fontes, “esta diretoria, como era de esperar da capacidade de seus membros, soube conduzir a sociedade de modo a enveredar-se pelo caminho de prosperidade” em que Parnaíba marchava¹⁶².

¹⁵⁸ CAVALCANTE JUNIOR, 2017.

¹⁵⁹ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1935, p. 4.

¹⁶⁰ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 38-39.

¹⁶¹ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1942, p. 89.

¹⁶² ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1942, p. 85-89.

Ainda no plano de interesses do coletivo, Parnaíba recebeu outros melhoramentos em fins da década de 1930 e início dos anos 1940, como a extensão da linha férrea ligando-a à cidade de Piri-piri (PI), em 1937; Fundação, em 1938, do Lactário Suzane Jacob; Fundação, em 1940, da Maternidade Dr. Marques Bastos; E outras realizações que “demonstravam” seu tino realizador e progressista.

Maiores centro mercantil do Estado, Parnaíba corre parrelhas com Teresina, no primor das atividades produtoras e na ousadia das construções ciclópicas. Foi ela a primeira cidade do Estado a ver um automóvel. Foi das primeiras a conhecer o telefone. No seu dorso fecundo assentou Miguel Bacelar o primeiro metro de trilho que já ornou a terra piauiense. Leônidas Melo – estadista que tem a alma humanitária de um clínico – vai dar-lhe água abundante e pura. Parnaíba tem a fascinação irresistível do Progresso. Síntese e encarnação da alma nortista, esta pequena cidade comercial tem a beleza serena de uma lição e a eloquência inconfundível de um exemplo¹⁶³.

De “comércio adiantado, forte e progressista”¹⁶⁴, Parnaíba era, assim, representada como uma verdadeira “atalaia do progresso piauiense”¹⁶⁵, servindo de exemplo para as demais cidades do estado, e até do mundo¹⁶⁶. A “Princesa do Igarauçu” ou “Cidade Invicta”, como ainda emerge em meio às memórias e relatos memorialísticos¹⁶⁷, era motivo de orgulho e prestígio dos “filhos de sua terra”.

Dessa forma, observa-se que mesmo vivenciando um período de tensão ocasionado pelos efeitos e as incertezas geradas pela Segunda Guerra Mundial que se fizeram sentir, especialmente, nos setores de transporte e comunicação, a Parnaíba da década de 1940 - pelo menos no que dizia respeito às camadas mais abastadas - era uma Parnaíba tranquila, cheia de expectativas quanto a uma ideia já difundida de progresso e modernidade.

Como mencionado no início desse capítulo, ao alvorecer da década de 1940 as Indústrias Moraes passaram a direcionar suas atividades para o comércio da cera de carnaúba, ampliando suas unidades fabris para a industrialização desse produto. Em um período que a cera de carnaúba atingiu preços consideráveis e até especulativos no mercado internacional, devido a sua utilização como matéria-prima bélica na fabricação

¹⁶³ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1942, p. 125-126.

¹⁶⁴ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 233.

¹⁶⁵ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 87.; ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1941, p. 37.

¹⁶⁶ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 119.

¹⁶⁷ ARAÚJO, Maria Elita Santos de. **O espaço e o tempo**. Parnaíba: Sieart, 2002, p. 109.; MENEZES, Maria Luiza Motta. **Parnaíba no século XX**. Fortaleza: Gráfica Alcy, 1994, p. 41.; SILVA, Maria da Penha Fonte e. **Parnaíba, minha terra**. Crônicas. Parnaíba: [Edição do autor]. 1987, p. 29.

de pólvora¹⁶⁸, Moraes passou a investir significativo capital de giro em pesquisas e maquinário de tecnologias vistas como “avançadas à época”, a partir de técnicas e métodos originários de países europeus. Seus sócios, constituídos por um núcleo familiar (pai, irmãos, filhos, netos, sobrinhos, cunhados), eram assim, constantemente, exaltados nas páginas do *Almanaque* como verdadeiros heróis, exemplo e honra do povo parnaibano, portanto símbolos de poder¹⁶⁹ e opulência de uma sociedade que vivia sob as rédeas do progresso.

Terra de heróis e filhos ilustres, o seu nome tem vida na história e patria. Em quasi todos os Estados do Brasil querido, há um Parnahybanos de renome, Osias Correia, Jonathas e Jonas Correia, Berilo Neves e muitos outros e o eminente actual Prefeito Dr. Mirócles Veras, que se multiplica, em um esforço dinamico para tornar a sua terra grande. Ha na terra de Josias Correia, decano dos parnahybanos distintos, um *crescendo* de vida e progresso que atrae o viajante que por alli passa. Povo viajado pela Europa, culto e hospitaleiro, o Parnahybanos se distingue sobremodo pela delicadesa e atenção com que trata o seu hospede. O seu commercio no grosso e no retalho, é extraordinario, dando bem o caracteristico da sua vida. Em todos os sectores do adeantamento, a cidade nortista é, sem favor o ponto culminante do progresso Piauhyense¹⁷⁰.

A partir da movimentação dessas fontes, compreende-se que a ampliação das atividades das Indústrias Moraes durante a década de 1940 eram vistas pela “sociedade parnaibana” – no que se refere à suas elites comerciais e industriais - com olhos de otimismo, sendo exemplo que ratificava o presente e o futuro de uma cidade que crescia em demasia. A máquina, enquanto “bússola do comércio do mundo moderno”¹⁷¹, aparecia nesse contexto não somente como algo que caracterizava o crescimento do setor industrial, mas também a uma noção enraizada de progresso e modernidade que parte daquela sociedade vivenciava. Parnaíba, na primeira metade da década de 1940, “demonstrava” de diversas formas seu tino realizador e progressista¹⁷², e o crescimento da indústria era veiculado como um dos exemplos dessa conjuntura.

Ao analisarmos outros artigos publicados em épocas diferentes no *Almanaque*, foi possível perceber como essas relações foram, com o passar do tempo, modificando-se. A indústria, outrora vista como demonstração do progresso parnaibano e piauiense, passa a

¹⁶⁸ TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. (Org.). **Piauí: Formação desenvolvimento perspectivas**. Teresina: Halley, 1995. p. 133-154.

¹⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

¹⁷⁰ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1941, p. 37.

¹⁷¹ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 261.

¹⁷² ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1942, p. 125-126.

ser reinterpretada a partir das lentes de uma outra temporalidade, em que a memória é sua principal agenciadora.

Surge com os anos 30 a terceira fase do desenvolvimento industrial de Parnaíba. Com eles desponta o notável parnaibano José de Moraes Correia, um dos homens mais competentes do estado, uma espécie de paradigma do mundo empresarial piauiense. Zeca Correia, o fundador e primeiro presidente da Federação das Indústrias do Estado do Piauí, foi um poliglota, um autodidata, empreendedor notável, homem Cosmopolita, tendo negociado em vários países. Acredita-se que pelo espírito arrojado, pela alma aventureira, pela capacidade de correr riscos, Zeca Correia tenha sido um dos maiores empreendedores da indústria em terras piauienses... Assim, nasce a fábrica MORAES, que mais tarde evolui para Moraes S.A., cuidando da industrialização do algodão. Cresce a empresa MORAES S.A, e estabelece em Parnaíba uma fábrica de descaroçamento de algodão, cujo negócio de grande relevância, ultrapassando as fronteiras do estado, filiais em Amarante, no sul do Piauí, Caxias, no Maranhão e na cidade do Rio de Janeiro. No decorrer dos anos 40, a empresa Moraes S.A, amplia suas atividades ao enveredar seus negócios pela industrialização da cêra de Carnaúba e alcança o apogeu em 1952, quando foi a primeira empresa a atuar na recuperação e no trato dos resíduos da cera de carnaúba¹⁷³.

Ao falar sobre a gênese e desenvolvimento da economia parnaibana, o autor do referido artigo, Francisco Pereira da Silva Filho, inicia sua narrativa remetendo-se aos principais momentos de “glória” “da indústria parnaibana”¹⁷⁴. Primeiro, a indústria do charque quando, em 1758, Domingos Dias da Silva, oriundo do Rio Grande do Sul, instala à margem esquerda do rio Igarauçu charqueadas, enriquecendo com seu comércio para o exterior e para o Sul do Brasil. Em seguida, cita estabelecimentos industriais que foram relevantes para o desenvolvimento econômico da cidade, durante a primeira metade do século XX, como a fábrica de pilar arroz Madeira Veiga & Cia, a indústria de óleos vegetais Francisco Giz Cortez, Indústrias Moraes S/A; e as indústrias de curtumes identificadas pelo autor como “uma semente”, “um marco de progresso na contemporânea economia parnaibana”¹⁷⁵. O retorno aos períodos áureos da economia da cidade, a partir da retrospectiva de seus principais empreendimentos industriais, e a partir da identificação do que ainda restou desse setor, como as indústrias Cobrasil, PVP e Vegetex, emerge enquanto tentativa de lançar possíveis alternativas ao futuro. Dentre essas possíveis alternativas, o autor cita a necessidade de criação de políticas industriais,

¹⁷³ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1994, p. 77.

¹⁷⁴ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1994, p. 77.

¹⁷⁵ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1994, p. 78.

que valorize a trajetória industrial, argumentando a vocação do parnaibano para as atividades da indústria e das exportações¹⁷⁶.

A partir do cruzamento das diversas fontes aqui apresentadas, considera-se que a memória de José de Moraes Correia vai sendo construída a partir de sua identificação como um grande líder, um autêntico pioneiro, não apenas por ter se destacado no ramo da industrialização da cera de carnaúba e por ter construído um “império” em terras piauienses, mas, também, por representar o passado de uma cidade que foi “grande”, “linda” e “progressista” graças à atuação, esperteza e inteligência daqueles que souberam se destacar em seu desenvolvimento. Daqueles que “com labor e absoluta probidade”¹⁷⁷ souberam honrar o nome de seus “grandes heróis”, dentre estes, os mais requisitados pelas configurações da memória, Domingos Dias da Silva e Simplício Dias da Silva.

A memória das Indústrias Moraes e de seu fundador estão assim associadas a um período de surto de desenvolvimento que Parnaíba experimentou na primeira metade do século XX, em que se destacariam o papel das pessoas ilustres, das famílias tradicionais e da ligação que a urbe tinha com o mercado internacional. As narrativas de João Paulo dos Reis Velloso, parnaibano e ex-Ministro do Planejamento do Brasil, são expressivas nesse sentido.

Parnaíba, entre 1940 e 1945, era uma cidade importante, porque era a grande exportadora de óleos vegetais e cera de carnaúba das indústrias extrativas do interior do Piauí e do Maranhão. Quando terminei o ginásio, fui logo trabalhar na principal empresa de Parnaíba, a Moraes S.A., maior exportadora de cera de carnaúba do Brasil. Essa cera era material de guerra muito importante e era exportada principalmente para os Estados Unidos¹⁷⁸.

A atividade industrial é assim rememorada como parte de uma *paisagem do progresso*, que demonstra uma relação de identidade e pertencimento de determinados sujeitos e grupos com uma paisagem física e simbolicamente transformada pela passagem do tempo e pelas novas demandas do contemporâneo¹⁷⁹. Tal fato ficou mais evidente quando identificamos que ao citar Moraes S/A esses fragmentos de memória referiam-se, em específico, a Usina São José, localizada na antiga região portuária de Parnaíba (Porto das Barcas), e que foi tendo suas atividades encerradas a partir da década de 1990. O passado relacionado à atividade industrial passa, assim, a adquirir novos valores e

¹⁷⁶ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1994, p. 81.

¹⁷⁷ ALJAVA. Parnaíba: [s.n], ano 11, n. 12, jul. 1946, p. 2.

¹⁷⁸ D' ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO Celso (Org.). **João Paulo dos Reis Velloso: memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 17.

¹⁷⁹ SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

sentidos na medida em que vai se estabelecendo dentro de uma narrativa saudosista em relação à cidade, em tempos rememorados, por determinados sujeitos e grupos, como de glórias e progresso.

Saudades do repicar do sino da Matriz, do apito rouco das lanchas ancoradas no Porto das Barcas, o estrídulo silvo da Maria fumaça, o som agudo da Fábrica dos Moraes. Toda essa unissonância na hora maior, despertava a cidade, anunciando o nascimento de Cristo, a missa do galo ou a chegada do Ano Novo. Na passagem do século, nada se ouviu a não ser longos e profundos mergulhos de silêncio¹⁸⁰.

As Indústrias Moraes e todo o seu “pioneirismo” alicerçado à figura de seu fundador, José de Moraes Correia e de seu pai, Jozias de Moraes Correia, é, portanto, parte de uma vontade de memória no tempo presente, de um passado que é constantemente revisitado e reinventado pela memória social. Esse passado, que não passa¹⁸¹, vai sendo reinventado a partir de um trabalho de enquadramento da memória¹⁸², que se dá a partir do imbricamento de temporalidades distintas: passados vários, mas que tendem a se homogeneizar a partir de narrativas que o tomam como exemplar e como referência para explicar os desencantos e desencontros do tempo presente; presente (o tempo da memória), constituído por tensões e conflitos que estão relacionados ao desconforto em relação à passagem do próprio tempo e seu transcurso; e um futuro que se torna uma ausência nas narrativas, mas que, ao mesmo tempo, é referência na criação de demandas que se impõe ao tempo presente.

A partir dessa análise, compreende-se que Moraes S/A não foi apenas um grande complexo industrial que movimentou a economia de Parnaíba e do estado do Piauí, como as fontes buscam evidenciar a partir de uma metamemória¹⁸³ que reconstrói e reinventa a figura de José de Moraes Correia e de seu pai, Jozias de Moraes Correia, como grandes pioneiros, líderes incontestes da industrialização do Piauí. Mas ela é, também, parte da “escriturística de uma saudade parnaibana”¹⁸⁴, que reflete as maneiras pelas quais

¹⁸⁰ ARAÚJO, 2002, p. 108.

¹⁸¹ Esse passado que não passa não é o passado da indústria, mas sim da própria cidade. A indústria é aqui entendida como um dos elementos dessas paisagens da memória, que estão relacionadas a um tempo em que Parnaíba era interpretada, por suas elites comerciais e industriais, como uma verdadeira “atalaia do progresso piauiense”.

¹⁸² POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 03, p. 03-15, 1989.

¹⁸³ CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

¹⁸⁴ A escriturística da saudade é uma prática discursiva, um tipo de dispositivo que permite pensar realidades diversas. No caso de Parnaíba, a escriturística reflete as formas como determinados sujeitos e grupos se relacionam com o passado da cidade, que evidencia uma preocupação com a passagem do tempo e, conseqüentemente, com uma sensação de esvaziamento em relação ao presente. Para essa escriturística,

determinados sujeitos e grupos se relacionam com o passado e com o seu próprio tempo. Falar da indústria é, portanto, falar do próprio passado de Parnaíba, pois ela é símbolo de poder e opulência de uma cidade que ainda sobrevive em prédios, sobrados, casarões, ruas, avenidas; nas memórias, nas narrativas históricas.

a Parnaíba de verdade era a do passado e por isso, em seus textos que não se restringe aos aqui citados, busca especialmente destacar às suas elites, suas glórias e a decadência do tempo presente, tomando sempre como referência memórias e experiências de uma cidade perdida. Cf. CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. A escriturística de uma saudade parnaibana. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim; CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. (Org.). **Parnaíba: Ver, sentir, dizer**. Parnaíba: Edufpi, 2015. p. 111-126.

3 DOS ESPAÇOS FABRIS A OBJETO DO PATRIMÔNIO: O LUGAR DA INDÚSTRIA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM PARNAÍBA, PIAUÍ.

3.1 “Indústria sem chaminés”: a formação de vazios industriais em Parnaíba

O povo antigamente era quem dava nome às ruas; aqui em Parnaíba há muitos casos desta natureza. E o povo começou a chamá-la de Rua do Comércio e o nome pegou para sempre. Hoje, esta rua está esquecida e abandonada, apenas velhos armazéns fechados, vivendo apenas da glória do passado¹.

A partir da década de 1980 Parnaíba passou a vivenciar significativas transformações em seu espaço urbano, decorrentes da mudança de perfil econômico. O progressivo solapamento das atividades de exportações e importações, a partir da segunda metade do século XX, não apenas atingiu o setor de comércio, como a indústria de transformação de produtos originários do extrativismo vegetal, em posição de dependência com essas atividades produtivas. Dentre os fatores que influenciaram nesse processo, pode-se citar a queda dos preços da cera de carnaúba no mercado internacional, bem como sua progressiva substituição por sucedâneos sintéticos e derivados do petróleo². A própria Associação Comercial de Parnaíba - ACP foi responsável por promover uma série de ações de mobilização junto a comerciantes e industriais piauienses para o problema da redução dos preços da cera no exterior, conseguindo, em 1950, financiamento de emergência para o produto³. No entanto, essas e outras medidas criadas posteriormente em âmbito local e federal, como a Cooperativa dos Produtores de Cera de Carnaúba do Norte do Piauí de 1976⁴ e a Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM que tinha por objetivo evitar grandes oscilações de preços dos principais produtos de origem agrícola, dentre estes a cera de carnaúba, não foram suficientes para impedir o declínio dessa atividade⁵. O coco babaçu, segundo maior produto de exportação

¹ PASSOS, Caio. **Cada rua – Sua história**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1982, p. 187.

² DOMINGOS NETO, Manuel. Reflexão em torno da estagnação de Parnaíba. In: **ALMANAQUE DA PARNAÍBA**, 1982, p. 48.

³ MENDES, Iweltman. **Livro da Associação Comercial de Parnaíba**. Lutas e conquistas. Edição comemorativa ao sesquicentenário de Parnaíba, Piauí – (1844 -1994). Teresina: Gráfica da UFPI, 1994.

⁴ Criada em 1976 na cidade de Parnaíba, a Cooperativa dos Produtores de Cera de Carnaúba do Norte do Piauí tinha como objetivo congregar e estimular a produção de pó e cera de carnaúba.

⁵ A PGPM foi criada em 1943 como parte das atribuições da Companhia de Financiamento da Produção (CFP). Segundo Casadio (1980), o pó e a cera de carnaúba fazem parte dessa política desde a década de 1970. Cf. CASADIO, E. S. **Uma avaliação da política de preços mínimos para a cera de carnaúba**. Brasília: Comissão de Financiamento da Produção, 1980.

piauiense, também teve seu valor significativamente reduzido, vindo à estagnação no período pós-segunda guerra⁶.

Além da desvalorização dos principais produtos do extrativismo vegetal, as dificuldades de navegação do rio Parnaíba e a não concretização do Porto de Luís Correia (PI) foram outros fatores que contribuíram para o isolamento em que Parnaíba passou a se encontrar a partir da década de 1960. O Piauí, apesar de intenso intercâmbio com o exterior até a primeira metade do século XX, não chegou a possuir um porto marítimo. A barra de Amarração, localizada em Amarração, atual município de Luís Correia (PI), foi desde o período colonial o principal porto do Piauí⁷. A barra era utilizada como porta de entrada de embarcações que traziam mercadorias com destino ao Porto das Barcas, em Parnaíba; e como saída de produtos escoados pelo rio Parnaíba e seus afluentes. Porém, a barra de Amarração não possuía estrutura para ser utilizada como porto marítimo, não tendo capacidade suficiente para receber navios de cabotagem e de longo curso. “Em face de menor profundidade, os navios fundeavam além da barra, cerca de 3 milhas da costa, onde aguardavam os rebocadores e as alvarengas”⁸. Em decorrência dessas limitações, as exportações dos produtos parnaibanos, assim como de cidades circunvizinhas, davam-se principalmente pelo Porto de Tutóia, no estado do Maranhão. Os rebocadores saíam do Porto das Barcas com alvarengas (tipo de embarcação) carregadas de mercadorias para serem exportadas, o que se efetuava em várias horas de percurso, cerca de 24 horas. Além da distância, a obstrução dos canais fluviais ao Porto de Tutóia ocasionava problemas aos armadores e navegadores de cabotagem, havendo, ainda, registros de acidentes com embarcações de médio e grande porte. Somava-se a isso a subordinação do estado do Piauí a Alfândega do Maranhão, o que tornava suas transações comerciais e industriais mais onerosas⁹.

Os limitados investimentos governamentais também foram agravando as condições de navegabilidade do rio Parnaíba, ocasionando o seu progressivo assoreamento. Suas margens foram sofrendo desmatamento, proporcionando o alargamento do seu leito e diminuindo, como consequência, sua profundidade. Tal fato fora inviabilizando sua navegação, acarretando no aumento dos valores dos fretes

⁶ TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de. (Org.). **Piauí: Formação desenvolvimento perspectivas**. Teresina: Halley, 1995. p. 133-154.

⁷ MENDES, Iweltman. **Porto de Luís Correia: histórico de um sonho**. Parnaíba: Sieart, 2008.

⁸ BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. **O Parnaíba**. Contribuição de sua navegação. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986, p. 100.

⁹ *Ibid.*

realizados, e maior delonga na entrega de mercadorias¹⁰. A partir de fins da década de 1940, e ao longo da década de 1950, Parnaíba presenciou o fechamento de diversas empresas locais, nacionais e estrangeiras, de navegação fluvial e marítima, como a União Fluvial Ltda; Companhia Nacional de Navegação Costeira; Companhia Comércio e Navegação; Booth&Co (london) Ltda, dentre outras¹¹. Segundo Edison Gayoso Castelo Branco Barbosa¹², a carência de investimentos na manutenção da navegabilidade do rio Parnaíba foi resultado da prioridade dada ao transporte rodoviário que levou o governo federal a construir rodovias, facilitando o escoamento da produção brasileira, sua rapidez e barateamento. As distorções em relação aos elevados custos de navegação de cabotagem, simultâneas com a expansão das rodovias, foram assim proporcionando desvantagens quanto à utilização do transporte fluvial e marítimo. Em consequência, o transporte rodoviário que experimentou acentuado crescimento, especialmente no período de 1952 a 1960, passou a absorver quase todas as mercadorias¹³.

Com as políticas desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), pautadas no objetivo de estruturar e acelerar a economia brasileira rumo à industrialização, o Piauí pôde se beneficiar, principalmente, por meio da construção de rodovias¹⁴. Com o transporte rodoviário, foram surgindo outros processos de comercialização que passaram a deslocar o eixo econômico do litoral do Piauí para o interior do estado¹⁵. Tal processo, acentua-se com a abertura e ampliação de novas estradas que foram favorecendo o crescimento de outras cidades como, por exemplo, a capital Teresina (PI), que passou a concentrar maiores recursos, assumindo maior protagonismo na economia piauiense¹⁶. Como aponta Lêda Rodrigues Vieira, em sua dissertação de mestrado intitulada *Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba (1916-1960)*, a criação e ampliação do transporte rodoviário também proporcionou a gradativa desativação do sistema ferroviário, fator que contribuiu para a diminuição da importância comercial de Parnaíba, pois as mercadorias passaram a ser escoadas em

¹⁰BARBOSA, 1986.

¹¹MENDES, 2008.

¹²BARBOSA, *op. cit.*

¹³BRASILEIRO, Anísio *et al.* **Transporte no Brasil: história e reflexões**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

¹⁴VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960**. 2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

¹⁵INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**. Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba. Teresina: IPHAN-PI, 2008.

¹⁶TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias, 1995.

Teresina (PI), Picos (PI) e Floriano (PI). Apesar de grande parte do escoamento dos produtos locais serem realizados via fluvial e marítima, o transporte ferroviário, na primeira metade do século XX, obteve papel singular no desenvolvimento das atividades comerciais e industriais. Diante das dificuldades de navegação do rio Parnaíba e ausência de um porto de mar, a ferrovia era muito utilizada para o transporte de mercadorias até os portos de exportação, chegando em locais onde as embarcações não alcançavam.

O problema da navegação do rio Parnaíba ao Porto de Tutóia (MA), as dificuldades de utilização do Porto de Amarração (PI) como porto de mar, e o advento das rodovias comprometiam tanto as atividades ligadas ao comércio de exportações e importações, como a indústria que dependia desse primeiro setor para sua própria sobrevivência. Como salientado no primeiro capítulo deste trabalho, a indústria em Parnaíba era uma indústria de extração e beneficiamento de produtos locais, e apesar de ter impulsionado o desenvolvimento econômico e urbano da cidade, tendo inclusive sido responsável pelo crescimento de bairros como o Nossa Senhora do Carmo e São José, não possuía, sozinha, o domínio do território a qual estava instalada. Suas atividades giravam entre os três setores: primário, na extração de matérias-primas locais; secundário, no beneficiamento e transformação dessas matérias-primas em bens de consumo ou em produtos base para o setor industrial; e terciário, na comercialização desses produtos para o mercado nacional e, sobretudo, internacional. Ao passo em que esse último (o comércio com o mercado internacional) entra em colapso em decorrência das situações outrora colocadas, a indústria também entra em processo de solapamento. Dessa forma, além de manterem relações indissociáveis em virtude da natureza dos bens distribuídos, indústria e comércio faziam uso das mesmas infraestruturas para o escoamento de sua produção: a hidrovia e a ferrovia. Com um rio sem condições de navegabilidade, sem uma ferrovia, sem um porto de mar, e diante de uma conjuntura internacional desfavorável, Parnaíba foi perdendo sua posição estratégica no fluxo das trocas comerciais e industriais.

Depois de décadas de mobilizações e projetos descontinuados para a construção do Porto de Luís Correia (PI), fato que não chegou a ser concretizado, Parnaíba a partir da década de 1970 passou a vivenciar uma nova fase de sua história, impulsionada a partir do que ficou conhecido como “Indústria sem chaminés”, que enxergava no turismo possível solução que traria de volta o *status* econômico que a cidade experimentou no

passado¹⁷. Nesse período, a cidade aparecia em alguns jornais de circulação local e regional, como *Folha do Litoral*, como “3º Polo Turístico do Nordeste Brasileiro” ou “3º Polo Turístico Nacional”. Tal atribuição de título foi levada ao conhecimento da população parnaibana por meio de discurso realizado pelo Ministro do Planejamento e Coordenador Geral (Miniplan), João Paulo dos Reis Velloso, durante sessão solene na Associação Comercial de Parnaíba - ACP. Segundo o ministro, “Parnaíba e o Delta do Parnaíba” haviam sido considerados pela Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR como o “3º Polo Turístico do Nordeste Brasileiro”. Em primeiro lugar, estaria Fernando de Noronha em Pernambuco; em segundo, Porto Seguro na Bahia; e em terceiro, o Delta do Parnaíba¹⁸. Apesar de muito reproduzido na imprensa local, não encontramos nenhuma documentação que esclarecesse o que significava esse título, com base em que critérios foi atribuído e o que representou para o município de Parnaíba, em termos de política pública para o desenvolvimento do turismo. Por outro lado, o que se nota a partir dos periódicos é que mesmo a atribuição de “3º Polo Turístico do Nordeste Brasileiro” ou “3º Polo Turístico Nacional” está relacionada ao Delta do Parnaíba e não à cidade de Parnaíba, esta última começa a ser alvo de novos horizontes de expectativa. Com o objetivo de torná-la mais atrativa aos visitantes, a cidade começa a receber diversas obras do governo municipal, como pavimentação poliédrica, construção de dois mercados municipais (São José e de Fátima), construção de uma estação rodoviária; criação e melhora das áreas de lazer, como a reforma das Praças da Graça e Praça Antonio do Monte. Os “monumentos históricos” também foram alvo de atenção, sendo pintados e suas placas restauradas para melhor visibilidade; e hotéis como o Rio Parnaíba, na Praça da Graça, passaram a possuir luminosos letreiros para melhor orientação aos visitantes¹⁹. A recuperação da Banda de Música Municipal, com apresentações na Praça da Graça²⁰, e a abertura de postos de gasolina durante os domingos, também passaram a ser formas de incentivo ao desenvolvimento do turismo que se ansiava naquele momento²¹.

Além dos melhoramentos urbanos por meio de construções e reformas, uma das principais metas da “Indústria sem chaminés” era o desenvolvimento do turismo por meio

¹⁷ OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. **Mar à venda:** pescadores e turismo no “Piauí Novo” (anos 1970). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

¹⁸ ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1974, p. 39.

¹⁹ FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n.], ano 20, n. 1733, 1980.; FOLHA DO LITORAL, Parnaíba [s.n.], ano 20, n. 1734, 1980.

²⁰ NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n.], ano 12, n. 1831, fev. 1980.

²¹ NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n.], ano 12, n. 1822, jan. 1980.

da exploração das paisagens naturais. Áreas como Lagoa do Portinho, Lagoa do Bebedouro e praia Pedra do Sal (única praia de Parnaíba) passaram a ser alvo de projetos de urbanização como limpeza, iluminação, fornecimento de água, abertura de restaurantes, lojas de artesanato e outros atrativos. Lagoa do Bebedouro e Pedra do Sal, ambas, deveriam se transformar em um “dos principais pontos turísticos da Parnaíba”²². Durante a década de 1970, a valorização da natureza emerge como estratégia de valorização urbana, ao passo em que atrairia turistas para a região, impulsionando o seu desenvolvimento. No entanto, para que isso acontecesse, além de belezas naturais, serviços e uma estrutura urbana minimamente apropriada, era preciso que esse turista dispusesse de meios de acesso a esses locais. A praia Pedra do Sal, por exemplo, alvo de maiores atenções por conta de sua beleza rochosa e sua história singular, possuía acesso restrito. Localizada em Ilha Grande de Santa Isabel, bairro a 15km do centro de Parnaíba, a chegada a essa praia era bastante dificultosa, pois além de atravessar o rio Igarçu de barco – única forma de acesso para quem vinha de outras partes da cidade – também não havia estradas via terrestre.

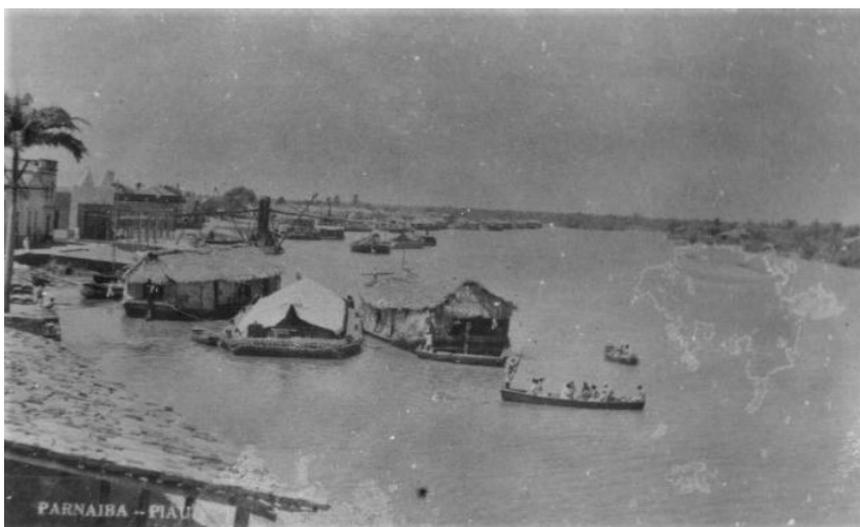
Durante a gestão do governador Alberto Tavares Silva (1971-1975), é construída a ponte Simplício Dias. Sobre o rio Igarçu, a ponte possuía dentre seus objetivos, veiculados por meio da imprensa local, facilitar o tráfego de pessoas entre a cidade de Parnaíba e povoados insulares. Devido à intensa movimentação comercial que ocorria tanto na região portuária Porto das Barcas, como no centro e nos espaços públicos de Parnaíba, havia um fluxo diário de travessias no rio Igarçu. Muitas pessoas atravessavam o rio, em sua maioria trabalhadores, vendedores oriundos de povoados e ilhas vizinhas, como Ilha Grande, Ilha Grande de Santa Isabel, Cal, Tatus, Testa Branca, Morros da Mariana, dentre outras, para comercializar seus produtos nos mercados da cidade, como arroz, frutas, peixes e verduras²³. Até o final da década de 1960, essas travessias eram feitas em canoas ou embarcações, por vezes em condições precárias de conservação. Os “veículos mais pesados atravessavam o rio sobre uma barca chata, usada para este fim, enquanto os veículos leves e os passageiros com suas bagagens eram passados pelos vários barcos empurrados a remos ou pelos vareiros”²⁴.

²² NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n], ano 12, n. 1825, jan. 1980, p. 1.

²³ OLIVEIRA, 2017.

²⁴ RIBEIRO, Antonio Rodrigues. **Parnaíba, Presente do Passado**. Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2003, p. 105.

Figura 7 - Porto das Barcas. Meados do século XX (década de 1930 ou 1940)



Fonte: Diderot Mavignier. Foto calibrada por Giorgio Richard Nunes Silvério.

Com a construção da ponte Simplício Dias, em 1975, essas travessias foram perdendo sua importância, pois bastava atravessar a ponte e já se estaria do outro lado do rio Igaráçu. Ademais, a construção de estradas no início da década de 1970 como a de Morros da Mariana que fazia a ligação praia Pedra do Sal, povoado Morros da Mariana e Parnaíba, também facilitaria o tráfego de pessoas e veículos entre a cidade e povoados insulares²⁵. No entanto, para além do que aparecia em periódicos da época, a construção da ponte e da estrada Morros da Mariana não tinham como objetivos melhorar a condição de vida de pessoas que precisavam deslocar-se diariamente, percorrendo grandes trajetos para conseguir seu sustento e de suas famílias. A partir do diálogo com as fontes hemerográficas e iconográficas, e com pesquisas historiográficas outrora realizadas²⁶, compartilhamos da ideia que o interesse maior e agilidade com que foram executadas essas obras residia nas facilidades do acesso turístico à Ilha Grande de Santa Isabel: o turista saíria do centro de Parnaíba direto para a praia Pedra do Sal, assim como regressaria, obrigatoriamente, pela cidade, podendo, então, usufruir dos serviços disponíveis, como hospitalidade, mercados, áreas de lazer, bares e restaurantes. Os interesses políticos e econômicos voltados para a criação de uma demanda turística na cidade era o ponto chave dessas obras, e não a melhora das condições de vida da população local.

²⁵ OLIVEIRA, 2017.

²⁶ *Ibid.*

“Indústria sem chaminés” foi, portanto, um projeto de desenvolvimento urbano que tinha como escopo transformar Parnaíba em uma cidade turística, a partir da exploração de suas belezas naturais. Sem uma atividade comercial e industrial expressiva, Parnaíba precisava lançar novos olhares ao futuro, e o fez a partir de tentativas de criação de novas demandas e necessidades de consumo que, de início, não se fundamentavam em usos do passado. Ou seja, o patrimônio relacionado à história da cidade, aos monumentos, sobrados e casarões antigos, ainda, não se constituía como preocupação central para o desenvolvimento do turismo, mas sim o que se entendia por “patrimônio natural” que correspondia às paisagens naturais da cidade de Parnaíba, como praias, lagoas e praças²⁷. Tal fato não era, porém, algo isolado, mas refletia a própria dinâmica do desenvolvimento do turismo no Brasil e, conseqüentemente, na região Nordeste.

Marcada pelo forte crescimento da economia nacional, a década de 1970 é um momento em que o setor turístico ganha maior impulso com a criação de políticas para o desenvolvimento do turismo em diversas partes do território brasileiro. Os investimentos massivos em obras de infraestrutura, como rodovias e aeroportos, e o estímulo à difusão de equipamentos urbanos com a implantação de hotéis, pousadas e restaurantes foram das principais características da política nacional desse período²⁸. A EMBRATUR, criada pelo Decreto Lei nº 55 de novembro de 1966, assumiu papel decisivo nesse processo em que se presencia, no âmbito da política nacional, preocupações na criação de uma imagem positiva e atrativa do país no Exterior. Em meio às obscuridades da ditadura civil-militar, buscava-se mostrar o Brasil a partir de sua potencialidade turística, em que as paisagens naturais, como praias e orlas marítimas são, então, apropriadas como áreas estratégicas²⁹.

Embora em condições bastante desiguais em relação ao que se podia presenciar em outras regiões do país, o Nordeste também era contemplado pela Política Nacional de Turismo, em que o litoral emerge como estratégico para o desenvolvimento econômico da região. A criação do Fundo Nacional de Turismo – FUNGETUR, que tinha por objetivo fomentar e prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo, possibilitou diversos investimentos no setor de hotelaria, com a implantação de hotéis, inclusive em

²⁷No final da década de 1970 e decorrer dos primeiros anos de 1980 é que isso modifica-se substancialmente, quando o patrimônio “histórico-cultural” passa a ser apropriado como estratégia imprescindível para a valorização turística da cidade, aspecto a ser desenvolvido posteriormente.

²⁸AFONSO, Louise Prado. **EMBRATUR**: formadora de imagens da nação brasileira. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

²⁹*Ibid.*

áreas de atuação da Sudene. O Decreto Lei, de 27 de outubro de 1971, que instituiu o FUNGETUR, considerava a construção e/ou ampliação de hotéis, obras e serviços específicos de finalidade turística como “atividades econômicas de interesse nacional” e, desde que aprovadas pelo Conselho Nacional de Turismo, “equiparadas a instalação e ampliação de indústrias básicas”³⁰. O Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, que tinha como finalidade apoiar financeiramente empreendimentos instalados ou a ser instalados na área de atuação da Sudene, também se insere dentro das políticas de desenvolvimento desse período. Criado em 1974 pelo governo federal, o FINOR previa, para o exercício de 1975, a opção a pessoa jurídica de aplicação de até 50% (cinquenta por cento) do imposto de renda para os Fundos de Investimentos do Nordeste ou da Amazônia, em projetos de interesse para o desenvolvimento econômico dessas regiões, inclusive os relacionados com o setor turístico³¹. É nesse mesmo período (década de 1970) que surgem na região Nordeste empresas de turismo como a EMCETUR - Empresa Cearense de Turismo, no estado do Ceará³²; EMSETUR – Empresa Sergipana de Turismo, em Sergipe³³; PBTUR – Empresa Paraibana de Turismo S/A, na Paraíba³⁴; MARATUR – Empresa Maranhense de Turismo S.A, no Maranhão; e no Piauí, a PIEMTUR – Empresa de Turismo do Piauí, de 1971.

Nesse contexto, em que o turismo passa a ser visto como prioridade no âmbito das políticas públicas para o desenvolvimento do país, o “patrimônio natural”, ao lado do “patrimônio histórico-cultural”, era alvo de atenções. Em 1973, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro (RJ) tem 07 (sete) bens de patrimônio natural tombados pelo Iphan: Horto Florestal, Pão de Açúcar, Morro da Babilônia, Morro Cara do Cão, Morro da Urca, Penhasco Dois Irmãos e Penhasco do Corcovado³⁵. As paisagens naturais, dentre essas aquelas reconhecidas como patrimônio, eram uma das principais preocupações da

³⁰BRASIL. **Decreto - Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971**. Dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

³¹BRASIL. **Decreto – Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974**. Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento, altera a Legislação do Imposto sobre a Renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

³²GOVERNO DO CEARÁ. Lei nº 9.511, de 13 de setembro de 1971.

³³SERGIPE. Governo do Estado. **Lei nº 1.721, de 09 de dezembro de 1971**. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Sergipana de Turismo S.A (EMSETUR) e dá outras providências. Aracaju: Governo do Estado, 1971.

³⁴PARAÍBA. Governo do Estado. **Lei nº 3.779, de 27 de maio de 1975**. Autoriza a criação, sob a forma de sociedade de economia mista, da Paraíba Turismo S/A – PB – TUR e dá outras providências. João Pessoa: Governo do Estado, 1975.

³⁵PEREIRA, D. C. **A natureza como patrimônio cultural: um diagnóstico propositivo**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

EMBRATUR, que buscava, em consonância com a Política de Turismo Nacional, construir um “Brasil Turístico”³⁶.

Diante disso, compreende-se que a “Indústria sem chaminés”, em Parnaíba, não era apenas um projeto de desenvolvimento urbano que tinha como objetivo recuperar o *status* econômico que a cidade experimentou no passado. Mas, também, resultado de um projeto mais amplo em que o turismo e o patrimônio, dentre eles o patrimônio natural, passa a ser apropriado como estratégia de valorização urbana das cidades brasileiras. Parnaíba não ficou alheia a esse processo, e procurou assumir um lugar dentro desse movimento a partir de investimentos direcionados para o setor turístico: valorização e exploração das paisagens naturais; construção da ponte Simplício Dias; construção de estradas; reforma de logradouros públicos e áreas de lazer; “restauração”³⁷ de monumentos históricos; pavimentação de ruas; abertura de postos de gasolina; dentre outros melhoramentos urbanos. A ideia era mostrar que Parnaíba não estava isolada, parada no tempo e no espaço a observar o declínio de sua economia mas, a exemplo da nação, caminhava a passos largos rumo ao futuro, em um “Piauí progressista”.

Com o fim dos ciclos da cera de carnaúba e coco babaçu, seguido do desenvolvimento do turismo a partir da década de 1970, começa-se a perceber maiores investimentos no setor terciário e o progressivo abandono dos setores primário e secundário, em que as indústrias que não fecharam definitivamente suas portas, foram alterando a natureza de suas atividades com vistas a se manter no mercado, como foi o caso da PVP. Sendo uma das poucas indústrias do século XX que ainda permanece em operação na cidade de Parnaíba, a PVP não apenas passou a terceirizar seus serviços, como também foi alterando e adaptando sua linha de produção às novas exigências de mercado, abandonando a extração e beneficiamento da cera de carnaúba e se concentrando na produção de produtos farmacêuticos de origem vegetal. Outras indústrias como Moraes S/A, cuja produção girava, sobretudo, a partir do beneficiamento da cera de carnaúba e óleo de babaçu, não acompanharam essas mudanças, vindo a se transformar no que aqui se intitulou de *friches industrielles*.

Dessa forma, diferente do que se pôde observar em grandes metrópoles brasileiras como São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), não se pode afirmar que em Parnaíba houve

³⁶AFONSO, 2006.

³⁷Apesar de periódicos como o *Norte do Piauí* falarem em “restauração”, o que haviam eram reformas e substituições de materiais e estruturas comprometidas.

um processo de desindustrialização ou de reestruturação urbano-industrial³⁸, em que as indústrias passaram a se deslocar dos grandes centros urbanos para áreas mais afastadas da cidade³⁹. Mas o que se presencia, a partir da década de 1970, é uma mudança de perfil econômico que passou a alterar não apenas a natureza das atividades produtivas, como as relações socioespaciais: capital, pessoas, produtos e serviços, em uma nova lógica de organização do território.

No entanto, é pertinente observar que Parnaíba também pôde sentir os reflexos das mudanças nas formas de produzir e de se organizar das indústrias. A transição para o modelo de acumulação flexível, apesar de não determinante na desativação de suas indústrias, também deixou suas marcas. Durante a década de 1990, por exemplo, as Indústrias Moraes, que até então eram responsáveis por quase todo o seu processo de produção, passaram a terceirizar seus serviços como forma de manter a indústria em atividade. Vários estabelecimentos fabris, inclusive a PVP, chegaram a extrair e beneficiar pó e cera de carnaúba em suas instalações, e depois comercializavam esse produto com sua própria marca. No final de suas atividades, a indústria também chegou a alugar seu maquinário e instalações para outras empresas do Piauí e Ceará. O crescimento no número de contratos de funcionários temporários e serviços avulsos remunerados por produção, em detrimento de trabalhadores e cargos efetivos, também fora outro vestígio de como as mudanças no setor industrial, internacional e nacional, refletiram em solo parnaibano e piauiense.

Compreende-se, portanto, que o solapamento da atividade industrial em Parnaíba não foi apenas resultado de uma conjuntura econômica desfavorável, que deixou a cidade à margem do desenvolvimento comercial e industrial, mas, também, de transformações tecnológicas e flexibilização das relações de trabalho que passaram a caracterizar a indústria do século XXI, exemplo disso, a própria forma de produzir os sabões Moraes. Um produto quase que inteiramente artesanal, produzido em caixas de madeira, prensado e cortado de forma manual, mantendo essa forma de fabricação até a desativação de suas instalações, ocasionado pela perda de espaço desse produto no mercado. A cera e o pó da carnaúba são outros dois exemplos do não acompanhamento das mudanças que passaram a assolar o setor industrial no Brasil a partir da década de 1980. Apesar de Moraes S/A

³⁸SCIFONI, Simone. Lugares de memória operária na metrópole paulista. **Geosp espaço e tempo**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 84-97, 2013.

³⁹Parnaíba possui algumas unidades industriais, localizadas no Distrito Industrial de Parnaíba, entre Parnaíba e Buriti dos Lopes (PI). Porém, ressalta-se que essas indústrias são novas, instaladas (e em processo de instalação) a partir da década de 2000.

ter se destacado no ramo da industrialização da cera de carnaúba a partir de processos industriais específicos, como tratado anteriormente, esse produto foi aos poucos perdendo espaço para sucedâneos que passaram a ser produzidos por empresas estrangeiras e que foram substituindo a cera natural. Por outro lado, o aprimoramento das técnicas produtivas, a partir do desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, talvez, não fosse, para o caso de Parnaíba e do estado do Piauí, suficiente para manter a atividade industrial como alternativa econômica. Em posição de dependência com o setor de comércio, a mudança de perfil econômico que a cidade passou a vivenciar a partir da segunda metade do século XX não apenas atingiu as indústrias, como todas as estruturas e infraestruturas a elas interligadas, como a ferrovia, a hidrovía, as atividades portuárias, o comércio de equipamentos agrícolas e industriais e a própria comercialização dos produtos locais (cera de carnaúba, coco babaçu, sementes, algodão, jaborandi, oiticica) que dependiam do setor industrial para sua extração e beneficiamento.

Em Parnaíba, os vazios urbanos industriais ou *friches industrielles* são, assim, resultantes do processo de decadência das atividades outrora ligadas ao comércio internacional e indústria da cera de carnaúba e óleo de babaçu. Por vazios urbanos industriais compreende-se grandes porções de áreas, com ou sem benfeitorias, desocupadas ou subutilizadas, outrora ocupadas por atividades industriais ou outras funções ligadas à indústria⁴⁰. Ao andarmos pelo o Centro Histórico de Parnaíba, sobretudo na parte que compreende sua antiga região portuária Porto das Barcas, deparamo-nos com diversos vestígios ligados a essas atividades produtivas, e que ainda permanecem como marcos da paisagem urbana: as ruínas de antigas fábricas, armazéns e galpões portuários; as carcaças de embarcações soterradas às margens do rio Igaráçu; os guindastes ao longo da Beira Rio; os trilhos do trem de ferro descarrilado são alguns dos vestígios que nos transportam a essas outras temporalidades. Em Parnaíba, os vestígios da indústria indicam, assim, muito mais que a atividade das indústrias extrativas e de beneficiamento, mas revelam todo um conjunto de atividades comerciais e industriais que caracterizavam a dinâmica da vida urbana, entre a primeira e a segunda metade do século

⁴⁰MENDONÇA, Adalto da Motta. Revisitando as ruínas urbanas. In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 1., 2007, Belém do Pará. *Anais...* Belém do Pará: ENANPUR, 2007. p. 1-15.

XX. O patrimônio industrial é elemento constituinte da conformação da paisagem cultural de Parnaíba, e traz as marcas do seu desenvolvimento econômico e urbano⁴¹.

No entanto, apesar de reconhecida sua importância por meio do instrumento do tombamento em âmbito federal - alguns em âmbito estadual -, muitas dessas estruturas se encontram em progressivo processo de desaparecimento. Um dos exemplos disso, e objeto maior de nossa análise, pode ser identificado pelos remanescentes das Indústrias Moraes S/A, cujas estruturas se encontram em precárias condições de conservação, não contando, até o período de realização dessa pesquisa, com projetos de reforma ou revitalização.

Figura 8 - Remanescentes industriais. Usina São José



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2018.

Além desses espaços atualmente fechados e/ou em estado de abandono, parte das edificações desse complexo tem abrigado novas funções, como oficinas de confecção de sapatos e acessórios em couro, confecção de roupas, fabricação de móveis e outros produtos em madeira, coordenados pela Prefeitura Municipal de Parnaíba e pela Cooperativa Industrial e Artesanal do Couro e Calçados do Piauí, criada em 2001.

⁴¹INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII. **Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba**. Teresina: IPHAN/PI, 2008.

Figura 9 - Remanescentes industriais. Usina São José



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2018.

Apesar de abrigar novas funções, esses prédios se encontram em precárias condições de conservação. A estrutura das edificações apresenta basicamente a mesma

condição de quando a Usina São José foi desativada, não recebendo obras de restauro ou reforma, exceto pequenos reparos realizados pelos próprios trabalhadores (as) que utilizam esses espaços cotidianamente. Outro ponto pertinente a observar é que embora os usos atuais mantenham relações com atividades de natureza industrial, não há objetos ou outros elementos que remeta às atividades outrora desenvolvidas, exceto sua arquitetura. Os novos usos se inserem na lógica de reutilização desses espaços, mas não visam a preservação de uma história ou memória de períodos de industrialização.

No tocante ao prédio onde outrora localizava-se o escritório central de Moraes S/A, esse tem abrigado diversas funções. Inicialmente, esse espaço foi utilizado como galeria de arte e loja de artesanato, denominado Centro Tecnológico de Arte – Centecart, fundado em 2003. Ali, era possível encontrar diversos produtos produzidos por artesãos e artesãs da própria região, como acessórios e utensílios feitos em palha de carnaúba, peças decorativas, esculturas em madeira, bolsas, cestos, dentre outras peças. O Centecart desempenhou importante papel na divulgação da cultura local, além de oferecer possibilidade de renda por meio do apoio ao desenvolvimento da atividade artesanal.

Figura 10 - Loja de artesanato Centecart. 2010.



Fonte: Parnaíba - 180 Graus. Disponível em:
<https://litoraldopiaui.blogspot.com/2010/11/artesaos-de-parnaiba-exibem-suas-pecas.html>
Acesso em 08 jan. 2020.

No entanto, apesar de sua importância, esse estabelecimento foi recentemente desativado e em seu lugar passou a funcionar o Arquivo Público Municipal de Parnaíba. Denominado “Edifício Jozias de Moraes Correia”, em homenagem ao fundador das Indústrias Moraes S/A, o prédio passou por reformas que não chegaram a descaracterizar sua arquitetura original, porém sendo responsável por alterar algumas características de sua estrutura interna.

Figura 11 - Edifício Jozias de Moraes Correia



Fonte: PMP. 2019.



Fonte: Acervo pessoal da autora. 2019.

Ao adentrarmos nesse espaço, nos deparamos com novos usos do passado a partir das demandas do contemporâneo: de um lado, uma placa em homenagem à Jozias de Moraes Correia, que ao lado de seu filho, José de Moraes Correia, construiu uma das

maiores firmas exportadoras de cera de carnaúba, “a firma Moraes S/A”. De peso na história da cidade de Parnaíba, Moraes S/A, assim como Casa Inglesa, Casa Marc Jacob, Franklin Veras, e Pedro de Machado de Moraes citadas na placa, ratificaria que “os homens que passam mais os exemplos de trabalho e honradez ficam gravados para a posteridade”⁴²; e, de outro, as necessidades da funcionalidade: um lugar para estocar os arquivos da Prefeitura Municipal. Entre processos, licitações, folhas de pagamento, caixas e caixas de arquivos até então sem utilização, procuramos pelos “documentos históricos” do “Arquivo Público de Parnaíba”, objeto do discurso de inauguração desse prédio, realizado em 2019, sob a gestão do prefeito Francisco Moraes Souza (2017-2020). Se os vestígios do passado, a partir da relação entre o visível e o invisível, são a matéria-prima do historiador, esse prédio é o documento que atesta como as estratégias contemporâneas de dar visibilidade ao passado se traduz como parte de um esforço social de culturalização do tempo⁴³. Sua revitalização e novos usos consubstanciados pela máscara do patrimônio sugerem uma homogeneidade, em que os conflitos e as divergências passam a ficar secundarizados. A destruição, sob a capa da preservação, é assim sintoma de como práticas, até então não compreendidas, tornam-se legítimas⁴⁴. Nesse contexto, o patrimônio surge como égide de uma sociedade que procura justificar suas ações em valores do passado⁴⁵.

No caso dos vazios industriais pertencentes à Usina Alberto Correia, temos um cenário diferente. Como propriedade privada, pertencente aos herdeiros de Moraes S/A, essa área possui acesso restrito, e apesar de termos tido algumas poucas oportunidades de adentrarmos nesse espaço, não conseguimos autorização para fotografarmos, nem consultarmos os arquivos da Usina que ainda se encontram em seu antigo Escritório. De vasta extensão e com grande parte de suas edificações originais, ou seja, sem descaracterizações, esse espaço se encontra em precárias condições de conservação, possuindo alguns espaços inacessíveis devido a vegetação crescente e condições de suas estruturas. Sem nenhum tipo de reparo por parte de seus proprietários, a cada ano uma

⁴²Placa em homenagem à Jozias de Moraes Correia, localizada no “Edifício Jozias de Moraes Correia”, à Rua do Comércio, 480 – Centro.

⁴³ GUIMARÃES, Manoel Salgado. Vendo o passado: representações e escrita da história. **Anais do Museu Paulista História e Cultura Material**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, jul./dez. 2007.

⁴⁴Em 2018, o atual Superintendente de Cultura do Município de Parnaíba, Albert Nunes de Carvalho, já havia se posicionado contra a transformação do antigo prédio do escritório de Moraes S/A em um “almoxarifado”. Segundo ele, a ideia era que aquele espaço abrigasse a Superintendência de Cultura de Parnaíba, o escritório do Iphan PI, sendo também sede da Banda Municipal Simplício Dias.

⁴⁵ CHENEVEZ, Alain; MARQUES, Kadma. O patrimônio no espaço urbano: metropolização, estética e formas comunicacionais no Rio de Janeiro. **O público e o privado**, Fortaleza, n. 22, p. 15-29, jul./dez. 2013.

parte desse acervo desvanece. Na imagem a seguir, é possível identificarmos apenas um pequeno fragmento do que hoje é a Usina Alberto Correia: camuflada entre a vegetação crescente, a beleza de tempos outros, cujas problemáticas extrapolam a fantasmagoria de sua arquitetura.

Figura 12 - Remanescentes industriais. Usina Alberto Correia



Fonte: Google Maps Street View. (Imagem de 2013).

Além do Complexo Moraes S/A em Parnaíba, outros exemplares ligados a períodos de industrialização no Piauí caracterizam o estado de abandono em que se encontra o patrimônio industrial piauiense. Como exemplos, pode-se citar os remanescentes industriais da Fábrica de Laticínios Puro Leite, localizados na cidade de Campinas do Piauí. Fundada em 1897 e considerada a primeira indústria de laticínios do Nordeste, a fábrica foi tombada pelo governo do estado, no âmbito da Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC, em 1988. Decreto nº 7.294 de 26/01/1988, Diário Oficial nº 18 de 02/02/88, data da inscrição no Livro de Tombo: 05/01/90⁴⁶. Em 2014-2015, seus remanescentes também foram tombados pelo Iphan como importante testemunho da ocupação do interior do Brasil durante os séculos XVIII e XIX⁴⁷. No entanto, apesar de ter recebido proteção legal nas duas esferas, fato que resultou, sobretudo, de demandas e mobilizações junto à comunidade local, a antiga fábrica se encontra em precárias condições de conservação. Em 2016 foi contemplada com um projeto de restauração,

⁴⁶PIAUI. Secretaria de Estado de Cultura do Piauí. Coordenação de Registro e Conservação. **Bens tombados e registrados no Piauí**. Teresina: Secretaria de Estado da Cultura, 2018.

⁴⁷INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX**. Teresina: IPHAN, 2008.

fruto de convênio entre o Iphan e o governo do estado do Piauí⁴⁸. Porém, mesmo a vigência do convênio ter sido datada de 08/12/2018, as obras de restauração ainda não foram iniciadas.

Os remanescentes industriais da Usina Santana S/A, em Teresina (PI), é outro exemplo que vem somar-se a esse quadro em que se encontra a preservação do patrimônio industrial no estado. Fundada em 1906 por Gil Martins, a Usina Santana foi uma das primeiras usinas de beneficiamento de açúcar no Piauí, mantendo fortes relações com a criação e desenvolvimento do Bairro de Santana e da região do “Grande Dirceu”, na zona sudeste de Teresina (PI)⁴⁹. Atualmente, o antigo engenho de açúcar se encontra em precárias condições de conservação e, diferente da Fábrica de Laticínios Puro Leite, não possui nenhum tipo de proteção legal.

Se preservar, conservar, destruir são formas explícitas de relações ao tempo⁵⁰, nos questionamos o porquê desses bens, mesmo sendo representativos de importantes períodos de desenvolvimento econômico e urbano, ainda não mereceram uma atenção maior por parte das políticas de proteção do patrimônio, seja em âmbito local, estadual ou federal. Prédios, sobrados, igrejas e casarões antigos, apesar da delonga nos processos, são reformados, restaurados e/ou revitalizados, mas o patrimônio industrial não tem sido alvo das mesmas preocupações. Contudo, atribuir, unicamente, o abandono dos bens industriais aos órgãos de preservação parece tarefa fácil. É preciso perceber qual o lugar que a indústria, mormente espaços ligados ao trabalho e a produção fabril, tem ocupado no âmbito das políticas de proteção do patrimônio cultural. Se o patrimônio “é um aparelho ideológico da memória” como apontou Jöel Candau⁵¹, ao passo em que cria regimes de historicidades⁵², domesticando o tempo, o patrimônio é, portanto, a expressão de um passado presente que demonstra como as sociedades, em um determinado momento histórico, lidam com rupturas, permanências e períodos de crise. Resta saber de que forma o patrimônio industrial tem feito parte dessas seleções, em que o passado é recortado, selecionado e culturalizado⁵³.

⁴⁸Processo nº 01402.001934/2016-74; Convênio nº 05/2017.

⁴⁹SILVEIRA, Thiago Coelho. **Desvelando os caminhos do Santana: História e Memória de um processo de rurbanização em Teresina – PI**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

⁵⁰HARTOG, François. Regimes de historicidade. **Presentismo e experiências no tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

⁵¹CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 158.

⁵²HARTOG, *op. cit.*

⁵³GUIMARÃES, 2007.

3.2 Um “despertar” para a importância do patrimônio: apontamentos sobre ações de preservação do patrimônio cultural em Parnaíba, Piauí.

Em meio aos anseios da “Indústria sem chaminés”, abordado anteriormente, Parnaíba a partir da década de 1980 passou a vivenciar uma série de mudanças em seu espaço urbano, como a formação de novos bairros com características e tipologias arquitetônicas mais recentes, o surgimento de novos estabelecimentos comerciais, e criação de novas infraestruturas urbanas e áreas de lazer. Nesse período de transformações decorrentes, sobretudo, da mudança de perfil econômico que foram empreendendo alterações nos modos de viver e consumir os espaços da cidade, foi possível identificar algumas ações voltadas para a proteção do patrimônio “histórico-cultural”. Dentre estas, pode-se citar as que estão relacionadas à manifestação popular contra a “destruição” da Praça da Graça, em 1979⁵⁴. Em função das novas exigências da cidade “3º Polo Turístico do Nordeste Brasileiro”, a Praça da Graça passou por reformas durante a administração do prefeito João Baptista Ferreira da Silva (1977-1983), que descaracterizaram parte da sua arquitetura original⁵⁵. Além de perder traços de sua simetria anterior, como a pérgola e postes de iluminação, somou-se a isso a delonga no andamento das obras que ultrapassaram as datas previstas, ocasionando conflitos junto à população local. No dia 31 de agosto de 1979, reuniram-se em manifestação popular diversas pessoas, em sua maioria estudantes, “em protesto contra a morosidade das obras de reforma do logradouro”⁵⁶. Intitulada por meio da imprensa alternativa como a “destruição do Muro da Vergonha”⁵⁷, a manifestação resultou na quebra e queima das tábuas dos tapumes que delimitavam o canteiro de obras de reforma da praça, gerando agitações e confrontos.

Uma manifestação popular iniciada por estudantes resultou na destruição do tapume que cercava a Praça da Graça, em Parnaíba, em protesto contra a morosidade das obras de reforma do logradouro. As tábuas dos tapumes foram queimadas ou levadas por populares com o consentimento da polícia, que apareceu para evitar a propagação do fogo e ontem à tarde montou um cordão de isolamento em torno da área. O tapume foi destruído na noite de sexta-feira e madrugada de ontem, registrando como única vítima um estudante de 17 anos esfaqueado na coxa por um vigia da praça. Ontem havia intensa movimentação popular, mas o clima da cidade era de ordem⁵⁸.

⁵⁴JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s.n], ano 2, n. 23, out. 1979, p. 3.

⁵⁵Por volta do ano de 1935, a Praça da Graça já havia passado por reformas que alteraram alguns de seus traços originais.

⁵⁶O DIA. Teresina: [s. n], ano 28, n. 7103, set.1979, p. 1.

⁵⁷JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s.n], ano 2, n 22, set. 1979, p. 20.

⁵⁸O DIA. Teresina: [s. n], ano 28, n. 7103, set.1979, p. 1.

Ao ler a matéria do jornal *O Dia*, somos informados da ocorrência de uma manifestação popular, ocasionada pelo descaso da Administração Pública Municipal em relação a reforma de um logradouro público. Tendo em vista que nesse período Parnaíba passava por problemas de infraestrutura, como limpeza, abastecimento de água, saneamento básico, fornecimento de gasolina e energia elétrica, e enchentes do rio Igaracu que atingiam principalmente os mais pobres, não seria surpreendente que a população local estivesse descontente com a gestão atual, que não conseguia nem ao menos concluir uma obra de revitalização. A “destruição do Muro da Vergonha” seria uma espécie de estopim, em meio ao caos da “cidade mais suja e maltratada do Nordeste”⁵⁹. Por outro lado, de acordo com o levantamento do histórico da Praça da Graça, em conjunto com estudos historiográficos que tratam sobre esse logradouro⁶⁰, e artigos veiculados por meio da imprensa alternativa sobre a manifestação de 1979, podemos também abrir à análise outras possibilidades interpretativas.

Localizada próximo à região do Porto das Barcas, a Praça da Graça possui suas origens ainda no século XVIII, quando já aparecia demarcada na planta de 1798 da vila de São João da Parnaíba. Segundo Maria da Penha Fonte e Silva (1987), a Praça da Graça se originou de “um grande quadrado”, coberto por terra cercado de mata nativa e poças de água, formando uma espécie de lagoa que recebeu o nome de Lagoa da Onça. Anos mais tarde, no início do século XX, recebeu o nome de Largo da Matriz e, aos poucos, foi adquirindo forma de praça⁶¹, sendo oficialmente inaugurada como Praça da Graça em 1917 pelo intendente, Nestor Gomes Veras. Considerada nas primeiras décadas do século XX (1920-1940) como o “coração” da cidade devido as sociabilidades que ali se estabeleceram, a Praça da Graça possui relevância única na história de Parnaíba e sua população. Do “grito da independência do Brasil” à distinção entre classes sociais, em que cada um sabia o devido lugar que poderia andar ou sentar⁶², a Praça da Graça possui marcas não apenas da passagem do tempo e seu transcurso, mas de mudanças econômicas, culturais e sociais.

Com a reforma de 1979, esse logradouro permaneceu por um período considerável de tempo repleto por tábuas que escondiam, ainda que parcialmente, o seu estado de

⁵⁹JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s. n], ano 2, n. 17, abr. 1979, p. 15.

⁶⁰MENDES, Sérgio Luiz da Silva. **Sem medir as palavras**: atuações do Jornal Inovação – PI (1977-1982). 2012. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

⁶¹SILVA, Maria da Penha Fonte e. **Parnaíba, Minha Terra**: Crônicas. Parnaíba: [Edição do autor], 1987.

⁶²ARAKEN, Carlos. **Estórias de uma cidade muito amada**. Parnaíba: [s.n], 1988.

abandono e descaracterização. Nesse contexto, a imprensa alternativa assumiu papel importante na formação de movimentos que já demonstravam, ainda que de forma incipiente, preocupações com a preservação do patrimônio. Como exemplo, pode-se citar o jornal alternativo *Inovação* que chegou a ser responsabilizado, por pessoas e grupos ligados a lideranças políticas, pela formação desses movimentos, sendo intitulados como “baderneiros”, “subversivos” e “agitadores”⁶³. Ligado a movimentos sociais da juventude parnaibana, e sempre engajados na denúncia do descaso da Administração Pública e das mazelas da vida cotidiana em geral, principalmente da população mais pobre, publicações encontradas no *Jornal Inovação* nos trazem indícios de como as discussões sobre a importância da preservação do patrimônio estavam a se desenvolver em âmbito local.

É inadmissível a realização de reformas em praças, parques e jardins, pela simples vaidade de reformar, sem, no entanto, atender o valor histórico desses logradouros públicos. O passado grandioso traz reminiscências grandiosas. O patrimônio histórico, quando preservado, nos seus estilos primitivos, são verdadeiras paisagens de amor e de vida para a cultura de um povo. A sua destruição será, pois, a sua desolação, a morte do sentimento cívico, a tristeza de recordações imperecíveis [...]. O recente episódio da Praça da Graça tem muito a ver com a nossa história. Primeiro, uma simples pergunta: os bancos, a pérgola, os valiosos postes de iluminação, onde estão? Tudo isso é história. Praça da Graça... Praça, que evoca o nome da nossa santa protetora. Praça da Graça, a Praça da Independência do Piauí. Praça da Graça, a Praça do civismo parnaibano. Destruí-la? Enquanto houver um parnaibano que tenha vergonha na cara – não!⁶⁴.

Apesar da manifestação contra a reforma da Praça da Graça ter tido como pauta maior questionar a privatização de um espaço público por meio de reformas inacabadas, e o *Jornal Inovação* apresentar por meio de suas publicações uma noção ainda restrita de patrimônio, ligado às elites e seu progresso, nota-se que no final da década de 1970 já havia a preocupação de alguns seguimentos da sociedade parnaibana em relação à preservação de seus bens culturais. A manifestação contra a reforma da Praça da Graça não seria, portanto, resultado apenas do descontentamento da população local com a gestão pública municipal ou de grupos de oposição a esta como procuravam evidenciar os periódicos, mas pode também ser interpretada como reação às transformações que a cidade vivenciava naquele momento. Talvez, poucos parnaibanos que se reuniram naquela noite de 31 de agosto soubessem o que significava preservar o “patrimônio histórico”, talvez isso não estivesse em suas pautas, mas algo parecia certo: sabiam que

⁶³JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s.n], ano 2, n. 22, set. 1979, p. 20.

⁶⁴JORNAL INOVAÇÃO. Parnaíba: [s. n], ano 2, n. 22, set. 1979, p. 7.

aquele logradouro público, denominado Praça da Graça, não poderia permanecer em pedaços, escondido sob tapumes. Em nossa leitura, a manifestação contra a “destruição” da Praça da Graça teve, portanto, como objetivo questionar a morosidade das obras, mas também o estado de desleixo daquilo que significava, para determinados sujeitos e grupos, não apenas um espaço de lazer, mas do viver, do sentir, do pertencer a cidade.

A década de 1970 em Parnaíba foi, portanto, um momento em que as discussões sobre a preservação do patrimônio foram ganhando corpo não apenas no âmbito dos espaços institucionalizados e ocupados por lideranças e grupos políticos, empresários ou “homens de letras”, como advogados e literatos. Mas, no próprio seio da comunidade local, esses debates já estavam a se desenvolver, ainda que essas discussões estivessem restritas a determinados grupos de interesse, e mais ligadas à atuação da imprensa.

No decorrer da década de 1980, refletindo a própria dinâmica da preservação do patrimônio cultural no Brasil, quando há a descentralização das políticas preservacionistas e maior participação dos municípios e estados na proteção dos bens culturais⁶⁵, Parnaíba continuará sendo palco de diversas ações em prol da preservação de seu patrimônio. Com o processo de decadência das atividades ligadas ao comércio e indústria de produtos do extrativismo vegetal, principalmente a cera de carnaúba, a região do Porto das Barcas esvazia-se, perdendo suas funções e sentidos originais. Em estado de abandono e em precárias condições de conservação, esse espaço, durante as décadas de 1970 e 1980, passou a abrigar novos usos, em que pessoas em condições de vulnerabilidade social passaram a residir em suas edificações. Parte dessas eram vítimas das enchentes do rio Parnaíba e seus afluentes que deixaram muitas pessoas e famílias desabrigadas, principalmente de bairros mais próximos às margens do rio, como São José, Nossa Senhora do Carmo e Mendonça Clark. Como parte das ações empreendidas pela administração do prefeito Baptista Silva, por meio da Comissão Municipal de Assistência às Vítimas das Inundações e apoio da Sudene, essas pessoas passaram a ser alojadas em prédios do governo do estado e do município⁶⁶. É nesse contexto que algumas edificações do Porto das Barcas começaram a ser ocupadas como moradias, muitas vezes noticiadas por meio da imprensa local como “cortiço”. Tal fato começou a despertar, de forma mais incisiva, a atenção de grupos heterogêneos: de um lado, lideranças políticas e empresários e, de outro, pessoas e grupos preocupados com a preservação do patrimônio histórico da

⁶⁵FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

⁶⁶NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n], ano 12, n. 1836, fev.1980, p. 1.

cidade. Tais embates não foram harmoniosos, nem chegaram a um consenso imediato sobre o que fazer com aquele espaço. Porém, algo parecia certo: era necessário retirar aquelas pessoas daquele local, o que se constituía não apenas como preocupação de dar-lhes condições dignas de moradia ou de recuperar o patrimônio histórico da cidade, mas, sobretudo, de interesses políticos e do mercado turístico que se buscava desenvolver.

Em 1979, a Prefeitura Municipal, por meio de ofício, chegou a solicitar ao presidente da Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, Henrique Oswaldo de Andrade, a inclusão do projeto de revitalização do Conjunto Arquitetônico do antigo Porto das Barcas na relação de prioridades do PCH. Além das justificativas de natureza histórica, estava o fato deste conjunto se encontrar em “acentuado processo de arruinamento”, e porque sua revitalização permitiria a instalação de equipamentos culturais e de lazer, tão carentes na cidade e “perfeitamente enquadráveis no conjunto”. A proposta de criação de um “museu vivo” que recuperaria a memória “Histórico-Cultural” desse espaço, também se colocava como justificativa⁶⁷. Tal solicitação, obteve parecer positivo em 19 de janeiro de 1979 pelo então diretor da Divisão de Conservação e Restauração - DCR e representante do Iphan na Comissão das Cidades Históricas, Augusto Carlos da Silva Telles, sendo enquadrado como “empreendimento prioritário” ao lado de outros conjuntos urbanos, como o da cidade de Amarante (PI)⁶⁸.

Criado pela Exposição de Motivos nº 076-B, de maio de 1973, o PCH foi um programa regional que tinha por objetivo a geração de renda para o Nordeste por meio do incremento da atividade turística. Além disso, buscava estabelecer uma política de preservação que superasse a falta de estrutura administrativa do Iphan, visando assim a descentralização das políticas preservacionistas⁶⁹. Tendo sido implantado em um momento em que as diretrizes para o desenvolvimento do país baseavam-se no reforço da nacionalidade, em que a cultura era vista como importante espaço de manipulação ideológica, o PCH possuía uma lógica própria de atuação, nem sempre de acordo às necessidades regionais. Segundo ainda Sandra Corrêa, existiam diferentes níveis de

⁶⁷PARNAÍBA. Prefeitura Municipal de Parnaíba. **Ofício nº 14/1979**. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 1979. *passim*.

⁶⁸IPHAN. **Parecer do Conjunto Arquitetônico do antigo Porto das Barcas**. Parnaíba: IPHAN, 1979. Pasta 1195. Cx. 0417.

⁶⁹CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH): Por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural - 1973/1979**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

prioridade no âmbito do PCH, em que o programa, naturalmente, tendia “a considerar como prioritários os monumentos localizados nas capitais, nas cidades mais desenvolvidas comercial e industrialmente, e nos núcleos a elas vizinhas”⁷⁰. Atendendo aos critérios exigidos, dentre eles a possibilidade de integração imediata à atividade turística, principal critério utilizado, inicialmente foram selecionadas como prioritárias as cidades de Salvador (BA), Porto Seguro (BA), Cachoeira (BA), Olinda (PE), São Cristóvão (SE), Igarassu (PE), Itamaracá (PE), Cabo de Santo Agostinho (PE) e Jaboatão dos Guararapes (PE); Para obras de natureza emergencial, foram selecionadas Laranjeiras (SE), Marechal Deodoro (AL) e Alcântara (PI); E para obras de complementação de infraestrutura, as cidades de Penedo (AL), Aracati (CE), Aquiraz (CE), Sobral (CE), São Luís (MA), Oeiras (PI) e Piracuruca (PI)⁷¹.

Em conformidade, verifica-se que Parnaíba não aparece entre as cidades elencadas como prioritárias para adesão ao Programa Cidades Históricas. Levando em consideração que o centro histórico de Parnaíba, talvez, não estivesse no mesmo nível de excepcionalidade de outros centros urbanos nordestinos, não possuindo nenhum bem tombado, acreditamos que Parnaíba não tenha sido contemplada pela primeira fase do PCH. Além disso, o fato da cidade, na primeira metade da década de 1970, ainda não dispor de infraestrutura adequada para o desenvolvimento imediato do turismo, também pode ser apontado como fator determinante para a sua não inclusão.

Dessa forma, ao solicitar a inclusão do conjunto arquitetônico do antigo Porto das Barcas na lista de prioridades do Programa Cidades Históricas, em 1979, Parnaíba não estava assim preocupada apenas em preservar esse espaço, que à época se encontrava em “acentuado processo de arruinamento”, mas de garantir um lugar dentro de um movimento maior de valorização e preservação do patrimônio cultural como alternativa econômica para o desenvolvimento das cidades do Nordeste. Em um contexto em que o turismo passava a ser visto como a solução de todos os problemas, a partir do entendimento da cidade como produtora de capital por meio da exploração de seu patrimônio cultural⁷², enxergava nas políticas do governo federal a oportunidade de restabelecer sua economia, em que o apelo ao passado passa então a ser visto como estratégia indispensável para o reconhecimento do potencial turístico da cidade.

⁷⁰ CORRÊA, 2012, p. 147, apud TELLES, 1974, p. 3-4

⁷¹ CORRÊA, 2012.

⁷² *Ibid.*

Outro exemplo que expressa bem esse processo é o Projeto de Lei nº 4.449, apresentado por Heráclito de Sousa Fortes à Câmara dos Deputados, em 1984. O documento considerava a cidade de Parnaíba, no estado do Piauí, “área especial de interesse turístico”, com “classificação prioritária” na forma do Decreto nº 86.176, de 06 de julho de 1981⁷³. Dentre as justificativas apresentadas no Projeto, estava o potencial turístico de Parnaíba a partir das várias áreas naturais, de lazer, e construções de importância histórica, como a Casa Grande de Simplício Dias da Silva, a Catedral de Nossa Senhora das Graças, a Praça da Graça, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o Delta do Parnaíba, a Lagoa do Portinho, a Praia Pedra do Sal, a Praça de Maria Fumaça, o Centro Cívico, dentre outros. Como justificativa maior, e primeiro aspecto discriminado, aparecia a história da origem e formação econômica da cidade de Parnaíba, em que o Porto das Barcas emerge em destaque.

Em 1758, chega ao Piauí, Domingos Dias da Silva, procedente do Rio Grande do Sul, trazendo grande fortuna em ouro e prata, estabelecendo-se naquele local, à margem esquerda do rio Igaracu. Aí fundou seis charqueadas (carne-de-sol, desidratada pelo sol e vento). Tornou-se rico fazendeiro, lavrador com grande número de escravos e comerciante de renome. Foi pioneiro, na região, no comércio, na indústria e na agricultura. Exportava carne-de-sol para o Sul do país e Portugal, em navios de sua propriedade, ali, no local que se chamou Porto das Barcas, construiu um grande sobrado conhecido até hoje como Casa Grande da Parnaíba, atraindo para sua proximidade outras construções, embora desordenadas e sem alinhamento. Eis a origem da atual Parnaíba. A Vila de São João da Parnaíba foi instalada, solenemente, a 18 de agosto de 1762. Foi escolhido para a sede do Município o lugarejo Testa Branca, sem maior importância, pelo que não prosperou. Em 1770, foi oficialmente transferido para o Porto das Barcas. E, a 14 de agosto de 1844, Parnaíba foi elevada à categoria de cidade⁷⁴.

Ainda segundo o documento, tendo sido polo estadual da economia no Piauí e sede das principais empresas de exportação e importação, Parnaíba testemunhou a aparição de unidades de transformação de produtos oriundos do extrativismo vegetal, com a implantação de refinarias de cera de carnaúba, curtumes e produtores de óleos vegetais, sendo, portanto, originária de uma “economia natural”, ou seja, de “intima relação entre os estabelecimentos industriais e os recursos naturais”. Já em relação “ao turismo propriamente dito”, a força de Parnaíba residiria no seu litoral: de rara beleza, o Delta do Parnaíba, recordando a Amazônia “com seus rios, igarapés e vegetação exuberante”; A

⁷³Regulamenta a Lei Federal nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências.

⁷⁴PIAUI. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 4.449, de 1984**. Teresina: Câmara dos Deputados, 1984. Caixa 136. Lote 60.

praia Pedra do Sal, formada por blocos de pedras “de formas estranhas”, que propiciavam a formação de dois cenários distintos: “de um lado, um belíssimo remanso de águas claras e mornas e, de outro, a agitação das ondas do mar, ideal para a prática do surf”; E a Lagoa do Portinho, um dos mais belos locais da cidade, em que “dunas de areia alvíssima formam desenhos sinuosos e variáveis e contrastam com o azul do céu. O verde luxuriante da vegetação e as velas dos **hobbie-cat** tangidos pela brisa que vem do litoral, dão colorido especial a paisagem”⁷⁵.

Da “economia natural” às belezas do litoral: sol, praia, brisa, dunas, azul, verde, o colorido dos Hobbie-Cat... Vê-se, aqui, o destaque dado ao aspecto “natural”, desde as origens do município aos dias atuais, numa clara tentativa de enquadrá-lo dentro da política nacional vigente. Para que Parnaíba atendesse às exigências de cidade com interesse turístico, e assim fosse contemplada com planos e projetos com o apoio do governo federal, era preciso que os aspectos “cultural e natural” fossem satisfatoriamente atendidos⁷⁶. Ademais, a cidade precisava encerrar as condições necessárias para o desenvolvimento por meio do turismo, ou seja, era preciso que a cidade já dispusesse de infraestrutura básica e de uma demanda turística que pudesse ser ampliada. É nesse ponto que o Delta do Parnaíba ou “Delta das Américas” emerge como estratégico. Ora, se o Delta, desde a década de 1970, já era considerado como “3º Polo Turístico Brasileiro” e Parnaíba estava ali, geograficamente privilegiada, por que, então, não atrair essa demanda para a cidade? Dessa forma, diferente do que se pôde notar em periódicos do início da década de 70, em que os esforços estavam mais concentrados nas belezas naturais de Parnaíba (Praia Pedra do Sal e Lagoa do Portinho), aqui se vê o deslocamento das atenções para o Delta. De beleza rara e vegetação exuberante a recordar a Amazônia, este não poderia, por sua vez, ser enaltecido sozinho, mas sim apropriado como estratégia para a valorização e construção de Parnaíba como cidade turística. Como porta de entrada para o único delta em mar aberto das Américas, Parnaíba encontrava, assim, sua excepcionalidade. Considerado como “oportuno e conveniente” em razão da cidade apresentar as condições exigidas, como a “ocorrência de expressivo fluxos de turistas” e infraestrutura com “razoável rede de hotéis de boa qualidade e diversos restaurantes”, o

⁷⁵PIAUÍ. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 4.449, de 1984**. Teresina: Câmara dos Deputados, 1984. Caixa 136. Lote 60, *passim*.

⁷⁶De acordo com a Lei nº 6.513 de 20 de dezembro de 1977 que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico, considera-se como Área Especial de Interesse Turístico os “trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido **cultural e natural**, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico”. (grifo nosso).

Projeto de Lei nº 4.449 foi aprovado em 1985, e em 1986 Parnaíba é elevada à condição de Área Especial de Interesse Turístico, com classificação prioritária.

É dentro desse contexto político (nacional, local e regional), e como resultado de interesses diversos e conflitantes (empresários, políticos e pessoas preocupadas com a preservação do patrimônio histórico), que o Complexo Arquitetônico Porto das Barcas teve uma parte de suas edificações tombadas pelo governo do estado, por meio da Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC, e as pessoas que ali residiam foram desapropriadas e indenizadas com novas moradias. O tombamento do Porto das Barcas, inscrito no livro de tomo estadual em 10/12/1987, decreto nº 6.924 de 09/12/1986, até onde as fontes mostram, foi a primeira proteção legal dada a um bem imóvel em Parnaíba. Tendo em vista o estado de abandono em que se encontrava esse conjunto e a sua importância para a história da cidade, considera-se que o tombamento do Porto das Barcas foi uma das mais importantes ações da FUNDAC em prol da preservação do patrimônio parnaibano. Como parte do plano cultural do governo de Lucídio Portela Nunes (1979-1983), o estado do Piauí beneficiava-se com políticas e legislações específicas para a proteção de seu patrimônio histórico, em que Parnaíba, ao lado de outras cidades como Teresina e Oeiras, era contemplada. A Lei estadual nº 3.742 de 02 de julho de 1980 foi uma dessas legislações, sendo por um período de 12 (doze) anos a principal referência na preservação do patrimônio cultural piauiense⁷⁷. Segundo Viviane Pedrazzani⁷⁸, é nesse período que se iniciam no estado os primeiros tombamentos pelo Departamento de Patrimônio Natural, Histórico e Cultural da FUNDAC, importante instituição atuante no período.

Por outro lado, é pertinente observar que, embora formada por grupos de interesse bastante díspares, a população civil também assumiu papel importante no processo de identificação e reconhecimento dos bens culturais de Parnaíba. Na imprensa, foi possível notar, por meio de pequenos artigos que circulavam em jornais locais e regionais, como a questão do patrimônio passava a se tornar alvo da atenção e do debate público.

O prédio onde funcionou a Escola Presbiteriana nesta cidade defronte a União Caixeiral, hoje é uma grande ameaça à população pois ali existe apenas agora uma velha tapera escorada com estacas de carnaúba, sujeita a desabar a qualquer momento e com isto certamente ocasionará sérios perigos à população em virtude de naquelas imediações ser um local bastante transitável tanto por veículos como por pedestres e acima de tudo fica defronte a um

⁷⁷Substituída pela Lei nº 4.515 de 09 de novembro de 1992.

⁷⁸PEDRAZZANI, Viviane. **Patrimônio cultural de Teresina (PI):** o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990. 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

colégio onde o movimento de alunos é constante. A Prefeitura Municipal, deve imediatamente tomar as providências intimando os responsáveis por aquela tapera para que façam o restante da demolição e imediatamente a retirada dos entulhos daquele local. Não só devem ser intimados os proprietários daquela tapera como também os de outras que ali estão ameaçando a população como é o caso da outra que recentemente desabou uma parede e por milagre não matou as pessoas que por ali passavam no momento⁷⁹.

A mudança de perfil econômico que Parnaíba passou a vivenciar com a decadência do comércio e indústria da cera de carnaúba e óleo de babaçu foi favorecendo o abandono de antigos estabelecimentos e casarões, anteriormente ocupados por pessoas e famílias enriquecidas com essas atividades produtivas. Parte dessas pessoas ou mudaram-se para outras cidades e estados ou simplesmente perderam as propriedades em virtude de dívidas; havendo ainda aquelas que herdaram essas propriedades, mas que não se empenharam no sentido de conservar esses imóveis, deixando-os em condições precárias de conservação.

Ainda que mais ligado à questão da segurança pública, é possível notar que já havia o entendimento de que algo precisava ser feito em relação ao estado de conservação dos prédios antigos da cidade. A condição dos considerados “monumentos históricos” também se colocava como pauta dessas reivindicações.

O zelo aos monumentos históricos não é somente um dever dos governos para com a comunidade e para a comunidade e para com o povo, mas o é, igualmente, para com a tradição histórica, para com o passado glorioso que são as fontes inspiradoras do presente e do futuro. A Parnaíba possui alguns monumentos históricos de grande valor, que procuram materializar no cimento ou no mármore, fatos que honraram nossas tradições e engrandeceram os fastos dos nossos antepassados. Entre outros, existe um que foi construído aqui por iniciativa do ex-Governador ALBERTO SILVA, em homenagem aos heróis da nossa Independência e que se encontra situado em frente ao Ginásio São Luiz de Gonzaga, aliás num ponto inteligentemente escolhido, por ficar numa aprazível avenida e defronte a um tradicional educandário. Nesse monumento, para melhor valorizar o espírito cívico que o inspirou, as paredes estão revestidas de placas de mármore, e mármore autêntico do Piauí, para a afirmação aos pósteros que, realmente, o Piauí possui mármore, e de primeríssima qualidade, conforme se pode evidenciar... Entretanto, lamentavelmente, ele se encontra abandonado, sem qualquer cuidado, com suas placas de mármore sendo roubadas e até mesmo o lago que o circunda está seco⁸⁰.

Em posição distinta ao tratamento dado a prédios em condições de desabamento, a preocupação com o patrimônio aparece aqui como algo ligado a fatos memoráveis da história parnaibana, em que o valor histórico estava atrelado à ideia de um passado

⁷⁹NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s. n.], ano 12, n. 1858, abr. 1980, p. 1.

⁸⁰FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s. n.], ano 20, n. 1762, 1980, p. 1.

glorioso e dos grandes feitos de homens que souberam honrar tradições. No entanto, em ambos, o patrimônio já era pauta do debate público, apesar da própria noção de patrimônio ainda não aparecer de forma explícita nesses debates. Ou seja, falava-se do patrimônio a partir de interesses transversais, como segurança pública, conservação de monumentos ligados à história dos considerados heróis da Parnaíba, “gerigonças” e “taperas” que atrapalhavam e enfeavam a cidade⁸¹, salvo alguns poucos casos como a Praça da Graça e o casarão de Simplício Dias da Silva, que despertavam maior atenção da população local. Mais uma vez, a imprensa assume papel decisivo na criação de concepções de patrimônio: patrimônio como antiguidade, como algo distante, voltado para o passado e, ao mesmo tempo, presente, caracterizando o descaso da Administração Pública com a história, a memória e as tradições.

Por meio do levantamento de periódicos que circulavam em Parnaíba durante a década de 1980, considera-se, portanto, que não havia, no âmbito das discussões junto à população local, um sentido único atribuído à noção de patrimônio, mas situações diversas que caracterizavam um momento de descobertas: de um lado, a preocupação com prédios e monumentos devido aos problemas que estes causavam: insegurança pública, vandalismo, a questão estética; e, de outro, as preocupações ligadas ao entendimento de que esses bens deveriam ser recuperados e preservados pela sua importância para a história e memória da cidade. A partir da década de 1990 – sabendo que cronologias não são dados “duros”, mas aproximações em relação a apreensão de mudanças e permanências -, pode-se notar que a preocupação com a preservação do patrimônio vai se alargando e tomando outras dimensões. A falta de conservação e ocorrências de descaracterizações e demolições de antigos prédios em função dos interesses do mercado privado e das novas dinâmicas da cidade contemporânea colocava-se como basilar, no entendimento de que o parnaibano precisava “despertar” para a importância da preservação dos seus bens culturais. Ao longo de publicações de periódicos que circulavam em âmbito local durante fins da década de 1990 e durante a década de 2000, como *Meio Norte e Norte do Piauí*, nos deparamos com uma série de artigos - geralmente escritos por advogados e pessoas ligadas à Academia Parnaibana de Letras – APAL e ao Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba - IHGGP- que buscavam denunciar o descaso com a preservação do patrimônio histórico da cidade, a partir da

⁸¹NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s. n], ano 12, n. 1820, jan. 1980, p. 1.; NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n], ano 12, n. 1858, abr.1980, p. 1.

compreensão de que era preciso “dar o grito do exemplo”, criar políticas públicas e agir em prol da proteção do acervo ainda existente.

Temos presenciado, constringidos, revoltados, sem forças, a agressão que se vem perpetuando contra o patrimônio histórico da cidade. São prédios seculares, de severa e insuperável beleza arquitetônica que são violentados, descaracterizados, agredidos pela estúpida febre de progresso ou, simplesmente, por falta de BOM GOSTO ou de educação. São casarões vetustos, símbolos de uma cultura, de uma sociedade, grosseiramente, abandonados, sem a mínima conservação... Se chegarmos ao grande conjunto Porto das Barcas, ficaremos estarecidos com a agressão sistemática que se vem cometendo àquele acervo que é dos mais importantes e ricos do país. Como exigir da juventude que preserve o nosso patrimônio, a nossa cidade, nossos monumentos, nossas praças, se lhe oferecemos o exemplo de indiferença, de desprezo, de ignorância, de desrespeito pelo o que é mais sagrado para a terra? É nossa preocupação fundar, o quanto antes, em Parnaíba, uma organização não governamental que tenha por objetivo precípua lutar na defesa do nosso patrimônio arquitetônico, histórico e paisagístico. Iremos convocar os homens de boa vontade e de responsabilidade para, todos unidos, procurarmos, pelo menos evitar que a ação depredadora e inconsequente contra o nosso patrimônio persista, sem resistência, sem protesto. Se preciso e necessário procuraremos a Justiça que é onde se busca defender os mais legítimos interesses do povo e da cidade.

Embora a noção de patrimônio ainda girasse em torno da excepcionalidade dos bens a serem protegidos, como sobrados e casarões antigos ligados ao progresso e desenvolvimento da cidade, o diálogo com a população local passa a ser igualmente indispensável para que a proteção do patrimônio pudesse se concretizar enquanto política pública. A exigência da criação de uma “organização não governamental” aparecia, nesse contexto, como uma espécie de denúncia: o patrimônio não poderia permanecer nas mãos de poucos, autorizados a dizer o que deveria ser preservado ou destruído, como políticos e empresários. Era preciso que a população parnaibana despertasse e se unisse em prol dos “interesses do povo e da cidade”. Nesse ínterim, a criação do IHGGP, em 2000, por um grupo de pessoas de atuações diversas, como comerciários e funcionários públicos, teve papel relevante na formação desses movimentos. Além de preocupar-se na construção de um acervo constituído por documentos sobre a história de Parnaíba, com quadros, fotos, brasões, mobília, dentre outros, o IHGGP atuou (e ainda atua) de forma decisiva em ações de mobilização e sensibilização para o patrimônio, ainda que seus esforços estivessem mais voltados a bens identificados como de “pedra e cal”.

Engajado na luta pela proteção e valorização do patrimônio edificado de Parnaíba, o IHGGP participou de alguns marcos que sinalizam como o patrimônio passou a ser alvo da opinião pública. Um exemplo disso, foram as diversas mobilizações realizadas por essa instituição em favor da preservação do Sobrado Dona Auta, localizado à Rua Duque

de Caxias, no centro da cidade. “De inestimável valor histórico e arquitetônico”, essa construção do século XVIII-XIX, que se encontrava em precárias condições de conservação, foi adquirida como patrimônio da municipalidade durante a administração do prefeito Paulo Eudes Carneiro (2001-2004). Respalda na Lei Municipal nº 1.781, de 18 de abril de 2001 que autorizava a aquisição de propriedade pelo município de Parnaíba, quando este for de interesse público, o imóvel foi desapropriado, restaurado, e em 2004 passou a ser utilizado como sede do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba⁸².

As mobilizações em prol da proteção do patrimônio histórico também foi alvo dos esforços de outras instituições locais, como o Instituto Parnahiba – INPAR, associação privada, fundada em 2006. Liderada por seus representantes, dentre esses Fábio Muallem Mendes, em 2005 foram às ruas em protesto diversas pessoas da população civil parnaibana, entre estudantes, comerciários e funcionários públicos, em uma marcha que ficou intitulada como “SOS Casa Grande”. Localizado à Rua Monsenhor Joaquim Lopes com avenida Presidente Getúlio Vargas, no Bairro Centro, o casarão de Simplício Dias, conhecido como “Casa Grande”, é uma edificação datada do século XVIII, rememorada como símbolo da grandeza histórica de Parnaíba e centro de toda a vida da Província⁸³. Em estado de abandono e em precárias condições de conservação, essa construção foi alvo de uma série de conflitos entre seus herdeiros (família do Senador piauiense, Alberto Tavares Silva) e os governos estadual e municipal. Em 2007, depois de muitos embates em prol de sua preservação, em que o INPAR esteve na linha de frente, o prefeito Hamilton Furtado Castelo Branco, respaldado na Lei Orgânica do município e no Decreto – Lei 3.365 de 21 de junho de 1950, decretou a Casa Grande de Simplício Dias da Silva como de utilidade pública para fins de desapropriação⁸⁴. Em 2010, através de convênio entre a PMP e o Iphan, por meio do Ministério da Cultura, o imóvel foi restaurado e, posteriormente, aberto à visitação pública. IHGGP, INPAR e PMP, dentro de suas limitações e interesses, foram três importantes instituições na luta pelo reconhecimento da importância da preservação do patrimônio.

No decorrer da década de 2000, em que o patrimônio passa a ganhar mais espaço no âmbito das políticas públicas municipais, sua preservação era também alvo de

⁸²OP ARQUITETURA LTDA. **Sobrado Dona Auta**. Projeto de Restauração. Relatório III. Levantamento cadastral. Parnaíba: OP Arquitetura, 2009.

⁸³CASTELO BRANCO, Renato. **Tomei um ita no Norte (Memórias)**. São Paulo: L.R., 1981.

⁸⁴HISTÓRICA. Parnaíba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba, ano 1, n. 1, abr. 2008, p. 08-9.

interesses de outros grupos que ansiavam a criação de um “turismo cultural”, em pauta desde a década de 1980, mas ainda não alcançado de forma satisfatória. Em um período em que Parnaíba passava por um processo de identificação e reconhecimento do seu centro histórico em âmbito federal, fora possível identificar alguns artigos que buscavam promover um “despertar” para a importância do patrimônio como parte da história, da memória e da identidade do parnaibano.

Parnaíba pode orgulhar-se de ter uma das mais ricas e importantes trajetórias de todo o Nordeste. A cidade consolidou-se como um pólo regional de desenvolvimento econômico. E muito há para conquistar. É em seu passado glorioso que a cidade encontra uma das principais fontes de enriquecimento: dona de um abastado Patrimônio Histórico, Cultural e Natural, Parnaíba deverá se consolidar no Turismo Cultural. Para isso é necessário interromper o processo de abandono e deterioração que muito desse patrimônio – em especial a Memória – tem sofrido com o passar do tempo. Sem o resgate das lendas e mitos, dos fatos e personagens, casarões e ruelas não conseguem revelar os tesouros que guardam. Para envolver a população, que é fundamental desse projeto de desenvolvimento, é imprescindível ampliar o conhecimento dos cidadãos acerca desse patrimônio. A identificação do povo com sua cidade é uma das melhores maneiras de garantir, por exemplo, a sua colaboração com a preservação dos bens tombados... Se há uma cultura, uma história popular, é possível que se possa resgatá-la através da oralidade. De pai para filho os mitos, os verdadeiros heróis da cidade (os que participaram da saga dos Dias da Silva, talvez?) vêm sendo transmitidos. No escuro, nos becos, nos bares, nas alcovas (já dizia Chique Buarque) é que é cochichada a verdadeira história, que pode ser bela para uns e insignificante para outros... A cultura é o que o povo produz, criando e recriando os usos e costumes. Os poetas da terra que catam a terra, que sonham a cidade, onde estão? Quem escuta? Para que o povo de Parnaíba sinta-se parte da cidade é necessário que se reconheça aquilo que ele construiu⁸⁵.

Em um contexto em que os laços com uma história dita oficial se encontravam cada vez mais frágeis, caindo no esquecimento da memória social, era preciso buscar meios de sensibilizar o “povo” para a importância da preservação dos bens culturais da cidade. No entanto, para que isso se concretizasse, enquanto política pública, era preciso que o “povo” se identificasse com a história da sua própria cidade. Ou seja, a história deveria extrapolar os espaços institucionalizados e ditos intelectualizados e chegar nos “becos”, nas “ruelas”, nos “bares”, nas “igrejas”. Para que a população local pudesse colaborar com a preservação dos bens culturais tombados e, assim, promover o desenvolvimento da cidade por meio do “turismo cultural”, fazia-se necessário entender que “a história da cidade não é a história do povo”⁸⁶. O passado deveria ser cultuado como

⁸⁵RAFAEL, Ciarlini. A identidade de um povo. *In*: HISTÓRICA. Parnaíba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba, ano 1, n. 1, abr. 2008, p. 13-14.

⁸⁶*Ibid.*

meio de educar a população, criando uma identidade local⁸⁷. Se o patrimônio era um dever, no sentido de que sua preservação passou a ser uma demanda da sociedade e das cidades contemporâneas, era, portanto, necessário fazer com que este fizesse sentido e, sobretudo, que trouxesse algum tipo de retorno para o desenvolvimento econômico local. Nesse ínterim, os intelectuais, como advogados e literatos, tiveram papel relevante na criação de novas concepções de patrimônio, não mais restrito à excepcionalidade dos bens a serem protegidos e/ou ligados aos feitos de grandes homens que souberam honrar tradições - ainda que esse aspecto permanecesse como basilar -, mas como parte da história, da memória e da identidade do parnaibano. A preservação do patrimônio passa a ter como justificativa maior (pelo menos no discurso) a sua importância como um bem comum, em que não apenas uma pequena parcela dos parnaibanos se reconheceria, mas o “povo” em suas particularidades.

A década de 2000 será, portanto, marcada por uma série de ações em que o patrimônio cultural aparece, de forma mais proeminente, como requisito da política municipal de desenvolvimento urbano⁸⁸. Parnaíba não era mais palco de algumas poucas edificações tombadas e recuperadas pelo governo do estado, mas dono de um vasto conjunto histórico e paisagístico em processo de reconhecimento em âmbito federal. Tal fato revigorava olhares e expectativas: nunca se falou tanto em patrimônio cultural, histórico, arquitetônico, artístico, paisagístico, arqueológico etc. E, mais uma vez, o turismo a partir da exploração das paisagens naturais, sobretudo do Delta do Parnaíba ou “Delta das Américas”, por meio de rotas turísticas de integração entre Piauí, Maranhão e Ceará, terá papel decisivo⁸⁹. Não demasiado, poderíamos afirmar que, mesmo diante da riqueza de seu Centro Histórico tombado, sem o Delta Parnaíba não ocuparia o lugar que hoje ocupa como destino turístico. Em uma sociedade em que o patrimônio, muitas vezes, é interpretado como um problema para o desenvolvimento econômico e urbano, é no turismo que o patrimônio encontra sua legitimidade, e Parnaíba, desde a década de 1970, tem explorado e trabalhado nisso.

⁸⁷REIS, Daniel. **Cidade [i]material**: museografias do patrimônio cultural no espaço urbano. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2015.

⁸⁸PARNAÍBA. Prefeitura Municipal de Parnaíba. **Lei Municipal nº 2296, de 2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município e da cidade de Parnaíba e dá outras providências. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 2007.

⁸⁹Com a ampliação das políticas de turismo no Brasil por meio da criação de programas como o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE, de 1992, e Programa de Regionalização Turística – Roteiros do Brasil, de 2004, o Piauí e o Nordeste presenciam a intensificação do setor turístico, com maiores investimentos em infraestrutura. Parnaíba também pôde e vem presenciando as benesses desses investimentos, em que o Delta do Parnaíba tem sido a principal base do turismo na região.

A par desses apontamentos que nos trazem as peculiaridades do recorte espacial a que nos debruçamos, busca-se, agora, perceber qual o lugar que os bens associados à industrialização, como fábricas, armazéns e galpões portuários, têm ocupado no âmbito das políticas de proteção do patrimônio cultural em Parnaíba, Piauí.

3.3 Patrimônio industrial como arquitetura colonial e do século XX

O Moraes sustentou muita família de Parnaíba. Aquele Bairro São José, ali todinho, tudo foi criado pelo Moraes... Eu tenho pena daquilo ali ter se acabado. Aquilo ali sustentou muito filho. Meu coração dói, meu coração dói. A São José, só terreno e aquela chaminé⁹⁰.

Apesar de atualmente serem administradas pela Prefeitura Municipal de Parnaíba, as áreas outrora pertencentes à Usina São José não possuem nenhum tipo de proteção em âmbito municipal. A Lei nº 1908, de 11 de março de 2003, atualmente em vigor, que instituiu o sistema de tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Parnaíba, e criou o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba – CONSPAC⁹¹, elencou apenas alguns imóveis “para objeto de processo de tombamento, em caráter prioritário”⁹². Dentre os 41(quarenta e um) bens considerados como de valor “arqueológico, artístico, bibliográfico, etnográfico, folclórico, histórico, ecológico ou paisagístico” estão construções datadas dos séculos XVIII e XIX, como o Espaço Cultural Porto das Barcas, por sua condição de “conjunto arquitetônico colonial que remonta o nascimento da vila de São João da Parnaíba”; A Catedral de Nossa Senhora da Graça, e a Igreja do Rosário, ambas localizadas na atual Praça da Graça; Os sobrados residenciais de Simplício Dias da Silva e da Casa Inglesa, localizados à Avenida Presidente Getúlio Vargas, principal avenida em que se estruturou o crescimento da cidade de Parnaíba.

⁹⁰Entrevista realizada com o ex-funcionário da Usina São José, José Wilson, cedida à autora em 12 de maio de 2018.

⁹¹O CONSPAC é um órgão de Assessoramento à Prefeitura Municipal de Parnaíba, criado em 2003 com atribuições voltadas para a defesa e preservação do patrimônio Histórico Cultural e Artístico do município de Parnaíba. No entanto, desde sua criação, esse órgão não tem colocado de forma efetiva suas atribuições.

⁹²PARNAÍBA. Prefeitura Municipal de Parnaíba. **Lei Municipal nº 1.908, de 11 de março de 2003.** Institui o Sistema de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Parnaíba, cria o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba – CONSPAC, revoga as Leis 1.413/93 e 1775/01 e dá outras providências. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 2003.

No âmbito dos bens associados ao patrimônio industrial, apenas os remanescentes do Complexo da Estrada de Ferro Central do Piauí, e o antigo prédio da Usina José Narciso são citados. No caso deste último, sua indicação para tombamento se deu por ser uma construção cuja arquitetura é característica do século XX. Nessa mesma perspectiva, também se insere outros bens associados ao patrimônio industrial, como as antigas residências dos industriais Josias de Moraes Correia (atual Escola Simplício Dias), José de Moraes Correia (atual Pró-médica), e Osias de Moraes Correia, localizadas à Rua Josias Moraes Correia, Avenida Presidente Getúlio Vargas e Praça Santo Antônio, respectivamente. Apesar de inicialmente associadas à indústria, esses bens são identificados, na Lei de 2003, apenas como construções do século XX, sendo a última de características neoclássicas. Os espaços pertencentes à Usina São José, ainda que desativados quando da elaboração e promulgação da Lei de 2003, não foram contemplados. Tal fato pode ser, em parte, explicado pelo fato de que, nesse período, as Indústrias Moraes ainda se encontravam em funcionamento por meio da Usina Alberto Correia. Mesmo com parte de suas instalações desativadas e em processo de desmonte, essa unidade fabril ainda se encontrava em operação a partir de serviços terceirizados. Fato que, na nossa compreensão, dificultaria qualquer tentativa de proteção e valoração patrimonial, tendo em vista os interesses da propriedade privada.

No tocante a galpões e armazéns portuários, tanto do lado direito como do lado esquerdo da ponte Simplício Dias, não foram citados como de interesse para tombamento. Os bens listados nesse setor da cidade se restringiram aos imóveis mais próximos do denominado “Espaço Cultural Porto das Bancas”, além deste próprio.

No entanto, apesar de no início da década de 2000 o olhar sobre o patrimônio, no âmbito da municipalidade, ainda caminhasse em direção à excepcionalidade dos bens a serem protegidos, é importante notar que houve avanços. A Lei Orgânica do Município de Parnaíba, datada de 1990, considerava como Patrimônio Histórico Cultural de Parnaíba apenas 05 (cinco) bens: Praça da Graça, Praça Santo Antônio e Monumento do Centro Cívico, Cajueiro de Humberto de Campos, e Espaço Cultural Porto das Barcas. Tais bens eram identificados como objetos de proteção para que suas características físicas ou ambientais não fossem descaracterizadas pelo desenvolvimento econômico ou pela ação humana. Além disso, considerava em seu Art. 218 a importância de se manter um

Museu Municipal, “com relíquias de documentos históricos, bens móveis e obras de beleza notável, a fim de preservar e enaltecer sua história e engrandecer a sua cultura”⁹³.

Leis criadas em período posterior a promulgação da Lei Orgânica vão, porém, apresentar um entendimento mais ampliado do que deveria ser preservado como patrimônio da municipalidade, ainda que, em nossa leitura, caracteriza-se mais como espelho do Decreto-Lei nº 25 de 1937⁹⁴. Dentre estas, a Lei Municipal 1.413 de 1993 que tratava sobre o tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico de Parnaíba. Em conformidade, além de construções e obras de arte de notável estética ou representativas de determinadas épocas ou estilos; edificações e monumentos vinculados a fatos memoráveis da história local ou a pessoa de excepcional notoriedade; considerava como bens a serem preservados “monumentos naturais, como sítios e paisagens, de notável feição, inclusive os agenciados pela indústria humana”⁹⁵. No entanto, essa Lei foi revogada com a promulgação da de 2003 citada anteriormente, que, por sua vez, não apresenta esse último aspecto.

Dessa forma, apesar dos bens associados à indústria ainda permanecerem de fora dos considerados como bens a serem protegidos “em caráter prioritário”, nota-se, a partir da década de 2000, que houve uma ampliação dos bens de interesse para preservação. Em um período em que Parnaíba passava por um processo de identificação do seu sítio histórico na esfera federal, como resultado dos esforços mútuos entre IHGGP, INPAR, PMP, governo do estado, e da arquiteta Diva Maria Freire Figueiredo - à época Superintendente da 19ª SR/IPHAN/PI -, o patrimônio passa a se configurar como uma preocupação no âmbito das políticas públicas municipais. Se não houve uma continuidade dessa preocupação, no sentido de que ações previstas na Lei de 2003 não chegaram a ser concretizadas como, por exemplo, o efetivo funcionamento do CONSPAC, pelo menos pode-se dizer que houve esforços junto ao governo municipal para a criação de políticas voltadas para a identificação e valorização do patrimônio cultural da cidade.

Nesse sentido, o Plano Diretor do município de Parnaíba também representou importantes avanços. Criado pela Lei nº 2.296, de 05 de janeiro de 2007, o Plano Diretor previa como parte da política municipal de desenvolvimento urbano a “proteção,

⁹³PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. **Lei Orgânica do Município de Parnaíba, de 05 de abril de 1990**. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 1990.

⁹⁴BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1937.

⁹⁵PARNAÍBA. Prefeitura Municipal de Parnaíba. **Lei Municipal nº 1.413, de 04 de outubro de 1993**. Dispõe sobre o tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico localizado no território Municipal de Parnaíba. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 1993.

preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”. Estabelecia, como linha estratégica para o desenvolvimento econômico da cidade, a “recuperação e valorização dos patrimônios arquitetônicos, urbanísticos e ambientais, particularmente o Centro Histórico da Cidade de Parnaíba”. Além disso, também previa um Programa de recuperação, restauro e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural⁹⁶.

No entanto, apesar de demonstrar certa preocupação com a preservação do patrimônio de Parnaíba, sobretudo a partir de interesses do mercado turístico, o Plano Diretor relegava a responsabilidade de sua proteção e fiscalização ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ou seja, mesmo antes da abertura do processo de tombamento do Centro Histórico de Parnaíba pelo Iphan, já havia, no âmbito da municipalidade, uma transferência de responsabilidade quanto à preservação dos bens culturais da cidade⁹⁷. Em 2006, a Prefeitura de Parnaíba, com o apoio do Iphan, já havia realizado um estudo de tombamento, com cerca de 408 (quatrocentos e oito) imóveis de interesse para preservação, fato que, talvez, tenha contribuído para tal compreensão.

Recentemente, foi possível identificar alguns poucos avanços em relação à preservação do patrimônio industrial no âmbito do governo municipal. Em 2014, durante a administração do prefeito Florentino Alves Veras Neto (2013-2016), foi elaborado um Projeto Lei, sem número, que dispunha sobre a alteração e atualização da Lei nº 1.908 de março de 2003 que instituiu o tombamento do patrimônio histórico, artístico e natural do município de Parnaíba. De acordo com o Projeto, a alteração da Lei de 2003 fazia-se necessária para adequá-la a nova estrutura administrativa do município, prevista em Lei Complementar nº 020, de 31 de dezembro de 2012. Conforme esta última, além de outras providências, atribuía à Secretaria da Gestão “promover e incentivar o turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social do município, zelar pela preservação do patrimônio histórico e cultural e estimular o intercâmbio cultural”⁹⁸.

O Projeto Lei de 2014, além de ressaltar a importância da atualização da lei de tombamento vigente em conformidade com a Lei Complementar de 2012, e dispor sobre a alteração do Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de

⁹⁶PARNAÍBA. Prefeitura Municipal de Parnaíba. **Lei Municipal nº 2296, de 2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município e da cidade de Parnaíba e dá outras providências. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 2007.

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸PARNAÍBA. Prefeitura Municipal de Parnaíba. **Lei Complementar nº 020, de 31 de dezembro de 2012**. Altera dispositivos da Lei Complementar 001/2009 que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 2012.

Parnaíba, também incluía mais 25 (vinte e cinco) bens para objeto de tombamento em caráter prioritário. Dentre estes, a “Usina Moraes S/A com chaminé” (antiga Usina São José), localizada à Rua do Comércio com Rua Merval Veras; a “Fábrica de Sabão e Óleo Vegetal – Usina São José da Indústria Moraes S/A”⁹⁹, localizada à Rua Monsenhor Joaquim Lopes; “ a Residência e Fábrica do Comendador Cortês” construída em 1920, localizada às margens do Rio Parnaíba, no Bairro Rosápolis; “A Usina de Força e Luz Mendonça Clark com chaminé”, localizada à Rua 07 de janeiro (atual Dr. João Goulart), no Bairro Mendonça Clark; E “os edifícios onde funcionaram o armazém e as oficinas da Fábrica Pedro Machado S/A”, do início do século XX, localizados à Rua João Goulart com Rua do Rosário, no Bairro Centro¹⁰⁰. Em um mesmo período em que os remanescentes das Indústrias Moraes S/A, no Bairro Nossa Senhora do Carmo, estavam a ser alvo de conflitos com moradores locais por conta de sua precária condição de conservação, nota-se, assim, no âmbito da municipalidade, ações voltadas para a preservação do patrimônio industrial.

No entanto, apesar de apresentar importantes avanços ao incluir bens de natureza industrial para objeto de tombamento, como remanescentes de antigas fábricas e chaminés, algo ainda não previsto na Lei de tombamento anterior, este Projeto de Lei não chegou a ser apresentado à Câmara Municipal, sendo “engavetado” quando houve mudança de gestão. Nos arquivos da Câmara e Prefeitura Municipal, conforme pesquisa *in situ*, não foram encontrados registros da aprovação ou desaprovação desse Projeto. Tal fato nos leva a pensar que, talvez, fora apenas uma ideia de um futuro projeto, idealizado por pessoas (ou pessoa) engajadas na preservação do patrimônio da cidade, por pressão empreendida pelos conflitos desencadeados em torno da Usina São José ou, ainda, por interesses políticos, de ordem eleitoral. Com a mudança de gestão, novos projetos são criados, novas lideranças são acionadas, novos interesses e disputas são gestados o que pode explicar, em tese, o fato desse Projeto Lei não ter sido apreciado pelas autoridades competentes.

Atualmente, há interesses junto à Prefeitura Municipal na recuperação do patrimônio industrial de Parnaíba, sobretudo no que diz respeito a antigos espaços outrora pertencentes à Usina São José, localizados nas proximidades do Espaço Cultural Porto

⁹⁹Há um erro de redação no Projeto, pois aqui se trata da Usina Alberto Correia e não da Usina São José.

¹⁰⁰PARNAÍBA. Prefeitura Municipal de Parnaíba. **Projeto de Lei, [s.d], de fevereiro de 2014.** Dispõe sobre a alteração da composição do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba previsto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 1.908 de 11 de março de 2003, e dá outras providências. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 2014.

das Barcas. No entanto, diferente de outros bens considerados como de grande valor histórico e arquitetônico, como o Espaço Cultural Porto das Barcas, o Casarão de Simplício Dias da Silva e o Sobrado Dona Auta, em que se notam esforços no sentido da criação de espaços de memória, esses interesses giram em torno da busca pela criação de valores pragmáticos¹⁰¹. Ou seja, há a preocupação em atribuir alguma utilidade a esses espaços como, por exemplo, a construção de um estacionamento público no terreno onde estão localizados os remanescentes da antiga fábrica de glicerina das Indústrias Moraes S/A, projeto que tem sido, inclusive, alvo de debates entre a Prefeitura e o Iphan. Mas, ainda, não há preocupações no sentido de valorizar a história e/ou memória de períodos de industrialização.

Em âmbito estadual, também há registros de ações voltadas para a identificação e preservação do patrimônio cultural de Parnaíba. Em 1997, houve um inventário e estudos para a proteção do centro histórico da cidade, realizado pela FUNDAC e Ministério da Cultura - MinC, em parceria com o Iphan – PI, e apoio da Prefeitura Municipal de Parnaíba¹⁰². Entre os bens identificados como de interesse para preservação, estão construções situadas entre o rio Igarauçu e a Ferrovia, datadas dos séculos XVIII, XIX e XX. Dentre estas edificações, estão o Sobrado de Simplício Dias da Silva, o Casarão dos Azulejos, o Sobrado Dona Auta, o Sobrado da Casa Inglesa, o Porto das Barcas e edificações adjacentes, a Capela de Nossa Senhora de Montserrat (Capela Senhor dos Passos), a Matriz de Nossa Senhora das Graças, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Praça da Graça¹⁰³.

Em relação aos bens de natureza industrial, semelhante ao que se pôde notar em bens de interesse da municipalidade, estão os remanescentes da antiga Estação Ferroviária, com todas as edificações que faziam parte do seu complexo: almoxarifado, escritório, armazém e corpo de bombeiros, que integram o acervo da Estrada de Ferro Central do Piauí, e algumas residências associadas às tipologias das construções ferroviárias. Algumas edificações situadas à Rua João Goulart e Avenida Presidente Vargas, ligadas à indústria e comércio de produtos do extrativismo vegetal, também

¹⁰¹MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Iphan, 2009. p. 25-39.

¹⁰² Na década de 1970, a FUNDAC, em conjunto com o Iphan, já havia realizado um inventário das cidades históricas do Piauí, denominado Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural IPAC, que subsidiou os estudos posteriores de tombamento das cidades piauienses.

¹⁰³FUNDAÇÃO ESTADUAL DE CULTURA E DESPORTO DO PIAUÍ – FUNDEC. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Inventário e estudo de proteção de conjuntos urbanos no Piauí**. Inventário de Acervo Cultural do Piauí. Teresina: IPAC, 1997.

foram citadas no inventário como de interesse para preservação. Dentre estas, está o antigo prédio da Companhia de Navegação Vap, alguns armazéns pertencentes as indústrias PVP Sociedade Anônima, e da antiga fábrica de beneficiamento de castanhas PVA S/A. No entanto, essas edificações são identificadas apenas como de “interesse na configuração da região do Porto das Barcas”, no caso do primeiro; de interesse histórico e “importância na composição das quadras”, no caso do segundo; e de “gosto Deco”, no caso do terceiro. Os remanescentes industriais da Usina São José, apesar dessa já se encontrar em processo de desativação à época de realização do inventário, não foi incluída como de interesse para preservação. Ao todo, foram objeto de inventário e estudo 105 (cento e cinco) imóveis denominados como Arquitetura Civil, 10 (dez) da Arquitetura Oficial, 04 (quatro) da Arquitetura Religiosa e 03 (três) da categoria Equipamentos Urbanos. De acordo com o dossiê, “alguns desses imóveis não apresentam maior valor arquitetônico, tendo sido incluídos no cadastramento como elementos de interesse na composição dos arruamentos, ou apenas de interesse histórico como é o caso da Casa de Humberto de Campos”¹⁰⁴.

Dos imóveis localizados no centro histórico de Parnaíba, 03 (três) receberam tombamento pelo governo do estado, no âmbito da Coordenação de Registro e Conservação da Fundação Cultural do Piauí – FUNDAC. Dentre estes, datados do período colonial e que remetem à vila de São João da Parnaíba, estão algumas edificações que constituem o atual “Espaço Cultural Porto das Barcas”, construção do século XIX¹⁰⁵, “de imensurável valor histórico”¹⁰⁶; o Sobrado Dona Auta (sobrado do Mirante), construção do século XVIII- XIX¹⁰⁷; e o Sobrado Casa Simplício Dias da Silva, datado do século XVIII¹⁰⁸. De acordo com a Lei que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do estado do Piauí, tais atribuições de valor tornam-se questionáveis.

Art. 1º - O Patrimônio Cultural do Estado do Piauí é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos

¹⁰⁴FUNDAÇÃO ESTADUAL DE CULTURA E DESPORTO DO PIAUÍ – FUNDEC. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Inventário e estudo de proteção de conjuntos urbanos no Piauí**. Inventário de Acervo Cultural do Piauí. Teresina: IPAC, 1997, p. 8.

¹⁰⁵Data de inscrição no Livro de Tombo: 10/12/1987; Decreto nº 6.924 de 09/12/1986.

¹⁰⁶PIAUÍ. Secretaria de Estado de Cultura do Piauí. Coordenação de Registro e Conservação. **Bens tombados e registrados no Piauí**. Teresina: Secretaria de Estado da Cultura, 2018, *passim*.

¹⁰⁷Data de inscrição no Livro de Tombo: 12/12/2006; Decreto nº 12.395 de 09/10/2006. Dispõe sobre o tombamento do imóvel denominado “Sobrado Dona Auta”, no Município de Parnaíba – PI, de propriedade da Prefeitura Municipal de Parnaíba, e dá outras providências.

¹⁰⁸Data de inscrição no Livro de Tombo: 24/11/2008; Decreto nº 13.337 de 29/10/2008. Dispõe sobre o tombamento do imóvel “Casa Simplício Dias”, este, situado no município de Parnaíba - PI, e dá outras providências.

formadores da comunidade piauiense e que, por qualquer forma de proteção, prevista em Lei, venham a ser reconhecidos como valor cultural, visando à sua preservação.

Parágrafo Único – Integram, ainda, o Patrimônio Cultural do Estado, nos termos desta Lei, o entorno dos bens tombados, os bens declarados de relevante interesse da cultura e as manifestações culturais existentes¹⁰⁹.

Apesar da Lei nº 4.515, de 09 de novembro de 1992, em diálogo com a Constituição de 1988, prevê uma noção mais alargada de patrimônio, o tombamento estadual dos imóveis listados fundamentou-se, sobretudo, no entendimento de que os bens culturais de Parnaíba são dotados de características arquitetônicas e urbanísticas excepcionais, que remetem ao período de colonização do Piauí, mostrando, por meio da arquitetura, a evolução nos modos de habitar e construir dessa população. A ideia de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade piauiense é considerada de forma ainda tímida no processo de atribuição de valor a esses bens, prevalecendo os aspectos construtivos das edificações estudadas, suas características históricas relacionadas ao período colonial, e a importância da preservação do patrimônio no âmbito do planejamento urbano. Dessa forma, nota-se que, na transição da década de 1990 para a década de 2000, refletindo a própria dinâmica da preservação do patrimônio cultural no Brasil, ainda havia uma tendência na separação entre bens materiais e bens imateriais, ao passo em que nesse último predominava maior preocupação com os elementos relacionados à memória e à identidade cultural.

Além de inventários, estudos e tombamentos, a Fundação Cultural do Piauí, inicialmente por meio do Departamento de Defesa do Patrimônio Natural, Histórico e Cultural e, posteriormente, pela Coordenação de Registro e Conservação, tem estado à frente de outras ações em prol da proteção dos bens culturais de Parnaíba e do Piauí¹¹⁰. Dentre estas, assinalamos a coordenação de reformas e restauração de sítios históricos como a do Memorial Tertuliano Brandão Filho, na cidade de Pedro II (PI), por meio de convênio com o Ministério da Cultura; participação na restauração dos principais sítios

¹⁰⁹PIAUI. Secretaria de Estado de Cultura. Coordenação de Patrimônio Cultural. **Lei Estadual do Patrimônio Cultural, nº 215, de 13 de novembro de 1992**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do estado do Piauí e dá outras providências. Teresina: Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

¹¹⁰Em 1978, durante o governo de Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1978), foi criado o Instituto do Patrimônio Artístico e Arqueológico do Piauí - IPHAPI. Ao órgão, foi atribuído a responsabilidade da política de preservação do patrimônio do Piauí. No entanto, como aponta Viviane Pedrazzani (2005), o IPHAPI teve uma vida curta. Em 1980, por meio da Lei estadual nº 3742 de 02 de julho de 1980, a função de proteger os bens culturais do Piauí passa novamente a ser atribuída a Fundac e, em 1984, o Piauí é contemplado com o primeiro escritório técnico do Iphan, que passa então a colaborar, junto com a Fundac, na proteção e promoção do patrimônio cultural do Piauí. A Fundac foi criada pela Lei 3.320 de 04 de abril de 1974, sendo substituída pela Secretaria Estadual de Cultura – SECULT, pela Lei estadual nº 6.673 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.fundac.pi.gov.br/historico.php>. Acesso em 12 abr. 2020.

arquitetônicos da cidade de Oeiras (PI), por meio do Programa Monumenta, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-MinC); e participação na revitalização do Conjunto Arquitetônico Porto das Barcas, em Parnaíba. A elevação desse conjunto em centro cultural, em 1986, transformou esse espaço em um dos principais cartões postais de Parnaíba e do estado do Piauí. Formado por lojas de artesanato, restaurantes, agências de turismo, sorveteria, pousada e outros equipamentos culturais.

Em 2017, após decretado situação de emergência¹¹¹, o “Espaço Cultural Porto das Barcas” tem passado por novas reformas do governo do estado, em parceria com o Iphan e governo municipal¹¹², com o objetivo de recuperar e revigorar sua estrutura. Além do denominado “Espaço Cultural Porto das Barcas”, outras edificações que formam o Complexo também estão sendo objeto de reformas que, após sua concretização, irão abrigar novos espaços: as Ruínas do Porto das Barcas que será transformada em Parque das Ruínas; a edificação onde será instalado o Museu do Mar, atualmente fechado; e uma edificação, até então esvaziada, que será transformada em um Ponto de cultura. Visando “a valorização e ao aproveitamento integral do setor mais homogêneo do sítio histórico de Parnaíba”, o projeto de recuperação e revitalização do Porto das Barcas, a partir de uma perspectiva paisagística do conjunto, busca transformar este espaço em um complexo de cultura, turismo e lazer, algo que já vem sendo feito nas últimas décadas¹¹³. Segundo o governador do estado do Piauí, José Wellington Barroso de Araújo Dias, a ideia é que o Complexo Porto das Barcas, após revitalizado, possa também ser utilizado como ponto de embarque e desembarque para o Delta do Parnaíba¹¹⁴ e praias localizadas em Luís Correia (PI), incentivando, assim, a atividade do turismo na cidade de Parnaíba¹¹⁵.

Em relação aos remanescentes das Indústrias Moraes S/A, assim como galpões portuários localizados ao longo do curso do rio Igaracu, ligados ao comércio e à indústria

¹¹¹Com base em vistoria técnica realizada pela Coordenação de Registro e Conservação - CRC/SECULT/PI, o governador do estado do Piauí, Wellington Dias, decretou situação de emergência do conjunto Porto das Barcas, em 2017.

¹¹²Parnaíba faz parte do PAC Cidades Históricas. Entre os bens identificados como objeto de investimentos junto ao PAC, estão o Conjunto Porto das Barcas; Complexo Ferroviário, Casarão Miranda Osório (posse do imóvel transferida para a iniciativa privada e revitalizada atualmente pela Federação do Comércio do estado do Piauí), Sobrado Dona Auta, Sobrado de Simplício Dias, Igreja de Nossa Senhora da Graça, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela de Nossa Senhora do Monte Serrate. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1795/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

¹¹³PIAUI. Secretaria de Estado de Cultura do Piauí. Coordenação de Patrimônio Cultural do Piauí. **Porto das Barcas: recuperação e revitalização do conjunto arquitetônico.** Estudo preliminar. Teresina: Secretaria de Estado de Cultura, 2011.

¹¹⁴Atualmente, a principal via de acesso ao Delta do Parnaíba dar-se pelo Porto dos Tatus, no município de Ilha Grande PI, distante cerca de 11km da cidade de Parnaíba.

¹¹⁵ WELLINGTON DIAS. Entrevista cedida à TV Costa Norte – Parnaíba - PI, em junho de 2019.

da cera de carnaúba e babaçu, não foram contemplados em nenhuma das duas revitalizações. Embora o Complexo Porto das Barcas seja formado por uma área mais extensa, os esforços no âmbito do governo do estado estiveram mais concentrados em edificações localizadas do lado direito da ponte Simplício Dias, como antigos prédios da Alfândega de Parnaíba datado de 1822, cais, pátios, velho dique, becos e vielas, identificadas como “edificações do século XIX, de imensurável valor histórico”¹¹⁶.

Figura 13 - Espaço Cultural Porto das Barcas. Vista 1



Fonte: Acervo PMP/Superintendência de Turismo. 2017. (Guia de bolso/turístico)

Figura 14 - Espaço Cultural Porto das Barcas. Vista 2



Fonte: Acervo Iphan. Foto de Margareth Leite. (Figura modificada pela autora).

¹¹⁶PIAUÍ. Secretaria de Estado de Cultura do Piauí. Coordenação de Registro e Conservação. **Bens tombados e registrados no Piauí**. Teresina: Secretaria de Estado de Cultura, 2018, p. 33.

Figura 15 - Galpões portuários, fora do Espaço Cultural Porto das Barcas



Fonte: Foto da autora. 2018.

É curioso, ainda, observar que o “Espaço Cultural Porto das Barcas” (área que se encontra revitalizada) além dos remanescentes de arquitetura colonial, é também formado por edificações de ocupação mais recente como armazéns e galpões portuários do século XX, resultantes das alterações ou substituições que foram ocorrendo em função das mudanças de perfil econômico. No entanto, no processo de atribuição de valores e na construção desse espaço de memória, essa temporalidade é secundarizada, sobressaindo-se os aspectos que identificam essas construções como exemplares remanescentes de uma época áurea de desenvolvimento comercial do Piauí e como núcleo de onde se propagou a urbanização da atual cidade de Parnaíba. Em termos de valorização patrimonial, os usos mais recentes fundem-se aos mais remotos, encontrando nestes últimos sua sustentação. Talvez, pouca atenção chamaria se o “Espaço Cultural Porto das Barcas” não possuísse, entre galpões e armazéns, exemplares da arquitetura colonial em pedras aparelhadas e argamassa de cal e ostras, que permitissem contar a história da vila de São João da Parnaíba e seu heróis fundadores, Domingos Dias da Silva e Simplício Dias da Silva. As narrativas preservacionistas (em diferentes seguimentos) não são, portanto, desinteressadas, mas assumem-se protagonistas no processo de ressemantização dos patrimônios, atribuindo-lhes homogeneidade, coerência e atratividade.

Nessa leitura, considera-se que, no âmbito das ações do governo do estado e do município, o olhar (no sentido do tratamento dispensado) sobre os bens industriais de uso fabril, como fábricas, armazéns e galpões portuários tem se baseado, principalmente, na atribuição de dois valores principais: valor arquitetônico, que identificam esses vestígios

em suas relações com a arquitetura colonial (estado) ou da arquitetura do século XX (município); e valor histórico (estado e município), que os identificam como constitutivos de um período de ascensão da cidade de Parnaíba e do estado do Piauí, ligada às primeiras atividades econômicas, e seu respectivo desenvolvimento comercial. Como veremos a seguir, no tocante às ações no âmbito do Iphan, esses valores tomam outras dimensões, trazendo avanços na identificação e valorização dessa tipologia de patrimônio, bem como dando vazão a outras problemáticas que estão relacionadas ao processo de construção da indústria a objeto do patrimônio.

3.4 Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba: indústria como elemento da formação da paisagem cultural

A política nacional de preservação do patrimônio cultural no Brasil é formada por diversos marcos que sinalizam como a ampliação do entendimento de patrimônio tem fortemente influenciado a dinâmica das práticas preservacionistas. A atribuição de valor a conjuntos urbanos durante a década de 1970 pode ser identificada como sintoma desses deslocamentos. Em termos conceituais e metodológicos, esse é um período marcado por mudanças no âmbito do Iphan, em que a noção de exemplaridade, até então característica das práticas de patrimonialização em curso, vai sendo progressivamente substituída¹¹⁷. De 1971 a 1979, sob a gestão de Renato Soeiro, à época diretor da DPHAN (Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), verifica-se um aumento no número de conjuntos tombados, em que cidades da região Nordeste, como Igarassu (PE), Lençóis (BA), Porto Seguro (BA), Cachoeira (BA), São Luís (MA) e Alcântara (MA) tem seus centros históricos erigidos à condição de monumentos representativos da nacionalidade brasileira¹¹⁸. No entanto, se antes os conjuntos estavam voltados para a identificação de valores artísticos, a partir do monumental e excepcional como ocorrera, por exemplo, em Diamantina (MG), São João Del Rey (MG), Mariana (MG) e Ouro Preto (MG), os valores históricos e paisagísticos foram ganhando espaço nos processos de tombamento. Com

¹¹⁷SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

¹¹⁸DEPAM/IPHAN. Conjuntos urbanos protegidos até janeiro de 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123>. Acesso em: 26 abr. 2020.

exceção do centro histórico de Itaparica (BA), todas as cidades tombadas pelo Iphan nesse período foram inscritas apenas no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, não sendo mais incluídas no Livro de Belas Artes. “Da cidade-monumento à cidade-documento”, em que a cidade-patrimônio passou a ser entendida como “documento que informa a ocupação do território brasileiro e sobre os processos históricos de produção do espaço”¹¹⁹, presencia-se, durante as décadas de 1970 e 1980, uma mudança nos critérios de valoração de cidades e centros históricos, com a consequente abertura à identificação de outros patrimônios e de outros agentes até então não representativos da nacionalidade brasileira¹²⁰.

A Rede de patrimônio cultural do Piauí, iniciada em 2008 com a abertura do processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, pode ser apontada como seguimento dessas novas diretrizes das políticas preservacionistas. Instruído pelo processo nº 1554-T-2008, elaborado entre outubro de 2006 e março de 2008 pela 19ª SR/IPHAN – PI e Depam, o sítio histórico de Parnaíba foi tombado como *Uma das cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII*. Ao longo do dossiê¹²¹, esse conjunto é identificado pelo ambiente natural modificado pela ação humana, que compõe a malha viária e edificações de características arquitetônicas e urbanísticas diversas, remanescentes do longo percurso de desenvolvimento e urbanização da cidade, desde o século XVIII até os dias atuais¹²². Por sua identificação como representativo do período de expansão da colonização do litoral para o interior, associada ao ciclo do gado e da política de controle da Coroa portuguesa sobre a região Nordeste, o tombamento fundamentou-se no entendimento de que o conjunto urbano de Parnaíba, sua origem e desenvolvimento, insere-se em um movimento histórico de urbanização e interiorização do Brasil¹²³.

¹¹⁹ SANT'ANNA, 1995, p. 218.

¹²⁰ *Ibid.*

¹²¹O Dossiê de tombamento de Parnaíba é composto de dois volumes e um anexo: Vol I, A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX, que traz uma caracterização geral sobre a ocupação do estado do Piauí, base para o tombamento em Rede de outras cidades; Vol II, Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII – Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, que trata especificamente sobre a cidade de Parnaíba: localização e dados geográficos, aspectos históricos, iconografia, justificativa de tombamento, delimitação de poligonais de tombamento e entorno, dentre outras informações sobre o patrimônio material e imaterial do município; e Anexos, contendo 09 pranchas com dados sobre perímetro urbano, sistema viário, fotos aéreas, usos das edificações, número de pavimentos, tipologias, estado de conservação e caracterização, poligonais e legislação municipal vigente.

¹²²INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**. Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba. Teresina: IPHAN-PI, 2008.

¹²³ LOPES, Daniel Barreto. **A Atribuição de Valor a Conjuntos Urbanos Tombados Face a Experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí pelo Iphan (2006-2012)**. Dissertação (Mestrado em

Ao reconhecer por meio do tombamento a diversidade e singularidades da colonização piauiense em relação a outros estados brasileiros, nota-se a tentativa de diminuição das disparidades regionais em relação a representatividade do Iphan. Até 2011, ano em que se deu a inscrição de Parnaíba no Livro de Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico¹²⁴, dos núcleos urbanos tombados em todo o país pela instituição, não havia nenhum que se localizasse no estado do Piauí, que contava à época com apenas bens tombados de forma isolada: Igreja Matriz de São Benedito, em Teresina; Cemitério do Batalhão, em Campo Maior; Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, em Piracuruca; e Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, Ponte Grande e Sobrado Nepomuceno, em Oeiras¹²⁵. Além disso, o tombamento da primeira cidade piauiense ratificava a noção de um Brasil historicamente plural, em que regiões pouco valorizadas como o Nordeste aparece como protagonista na formação de outras porções do território nacional.

Não seria justo pois, que tal acervo de arquitetura rural e urbana, testemunha incontestemente da saga de ocupação de grande parte do território brasileiro permanecesse a margem das atenções da maior instituição nacional que visa a preservação da memória e da história do país. A nosso ver, do ponto de vista do valor histórico, o tombamento irá também garantir a preservação do testemunho material de dois processos civilizatórios do território nacional, em especial do sertão nordestino: a ocupação humana e a modernização dos sertões. Ambos, ainda pouco representados nos acervos patrimoniais do Brasil, como fundadores da cultura e da nacionalidade¹²⁶.

Baseada, metodologicamente, numa visão sistêmica do todo, o tombamento do conjunto histórico de Parnaíba, a partir da perspectiva de rede, buscava compreender o território piauiense “a partir de seu sítio natural, da rede de cidades ali implantadas e das influências culturais nelas presentes”. Ademais, considerava estes aspectos como interligados entre si, e que apesar de pouco explorados, guardavam uma vinculação lógica, de respaldo histórico e urbanístico¹²⁷. Não se tratava, portanto, apenas de

Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2019.

¹²⁴Livro do Tombo Histórico, volume III, fls. 02 a 06, número de inscrição: 594 e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, volume II, fls. 56 a 59, número de inscrição: 148. Amparo legal: Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, Portaria nº. 11, de 11 de setembro de 1986 e Decreto nº. 6.844, de 07 de maio de 2009.

¹²⁵DEPAM/IPHAN. Conjuntos urbanos protegidos até janeiro de 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123>. Acesso em: 26 abr. 2020.

¹²⁶INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1.554-T-2008. **Parecer de Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès**. São Luís: IPHAN, 2008, p. 04.

¹²⁷INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**. Conjunto histórico e

reconhecer a importância e influência de uma determinada cidade ou centro histórico na ocupação do território nacional, mas identificar as particularidades de ocupação do território a qual estava inserido, ou seja, a unicidade do todo, inscrita à rede. Embora não esclarecida enquanto conceito, a noção de território aparece aqui como resultado da interação entre natureza e cultura. Essa relação entre natural e antrópico, que acompanha toda a narrativa de identificação do sítio, foi o elemento que nos permitiu perceber como bens ainda pouco valorizados, como fábricas, chaminés, galpões e armazéns têm sido alvo de demandas de patrimônio.

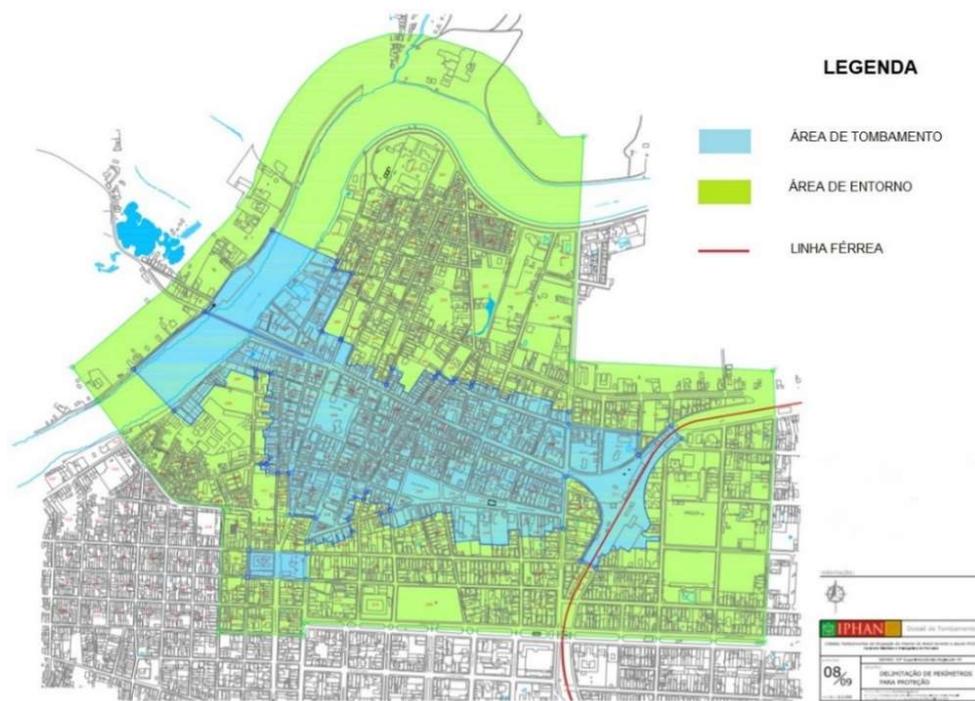
Limitando-se a área urbana de ocupação mais antiga, situada entre os bairros Nossa Senhora do Carmo, Mendonça Clark e Centro, o sítio histórico de Parnaíba foi dividido em duas partes: perímetro de tombamento e perímetro de entorno. A área de tombamento compreende a considerada central, cujos remanescentes de interesse histórico e paisagístico se encontram em maior número. Por possuir vasta extensão, com rica diversidade de estilos arquitetônicos e urbanísticos (colonial, art-decô, eclética, ferroviária e modernista), essa área foi dividida, para efeito de estudos de tombamento, em setores: Conjunto Porto das Barcas e Galpões Portuários, Conjunto Praça da Graça, Conjunto Praça Santo Antônio, Conjunto Estação Ferroviária, e Conjunto Avenida Getúlio Vargas. No dossiê, também é citado o setor Arquitetura Tradicional Popular, que compreende edificações de características mais simples, localizadas às margens do rio Igarçu. Sua escolha se justificou por sua proximidade com o Centro Histórico e por demonstrar a “evolução urbana-social” da cidade, bem como os contrastes existentes nos modos de construir e habitar entre áreas muito próximas. Porém, mesmo demarcada como de interesse para preservação, esse setor não foi incluído à área de tombamento por apresentar características arquitetônicas e urbanísticas muito diferenciadas em relação ao restante do Centro Histórico, dificultando sua incorporação ao sentido de conjunto, ficando, assim, com apenas algumas edificações na área de entorno.

No tocante à área demarcada para entorno, de maior extensão e ocupação mais recente, objetivou resguardar a paisagem da área tombada, possuindo características semelhantes e complementares a esta, como proximidade, porte das edificações, tipo de acabamento, uso e ocupação, componente do ambiente natural modificado ou, ainda, como referência para o contexto cultural do sítio. A partir dessas duas áreas, perímetro de tombamento e perímetro de entorno, é possível compreender, a partir das características

paisagístico de Parnaíba. A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX. Teresina: IPHAN-PI, 2008.

identificadas no dossiê, o processo de formação e ocupação dos espaços da cidade em perspectiva histórica e paisagística, consolidado em várias temporalidades.

Figura 16 - Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba



Fonte: Acervo Depam/Iphan. 2008. (Figura modificada pela autora).

Além de um conjunto de edificações de diferentes tipologias, característica de períodos e ciclos econômicos diversos, a área de proteção do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba incluiu um trecho do rio Igaráçu, anexado à área de tombamento e também de entorno, “uma vez que a presença deste elemento foi fundamental não apenas para a definição do sítio onde a cidade se desenvolveu, mas também por ter influenciado toda a dinâmica urbana ao longo de quase três séculos”¹²⁸. A ligação da cidade com o Delta do Parnaíba, a partir do rio Igaráçu, afluente do rio Parnaíba e um dos braços formadores do Delta, foi assim um dos fatores considerados na atribuição de valor ao seu sítio histórico.

A região do Delta por si só já merece destaque. Desaguando diretamente no Oceano Atlântico. O rio Parnaíba forma o único delta em mar aberto das Américas e um dos três maiores do mundo, perdendo apenas para o do Rio Nilo, no Egito e do Rio Mekong, no Vietnã. A paisagem se apresenta como

¹²⁸INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Parecer técnico, nº 004/2008**. Brasília, DF: DEPAM, 2008, p. 06.

uma continuidade dos Lençóis Maranhenses: dunas de areais brancas se intercalam com áreas de mangues e florestas de carnaúba, e a proximidade com o litoral oferece uma diversidade paisagística e biológica como poucos outros lugares do Brasil¹²⁹.

Por ter sido por bastante tempo uma das poucas vias de acesso ao interior do estado e, historicamente, responsável pela articulação entre sertão e litoral, Parnaíba, desde as origens, possui forte ligação com o rio Parnaíba, sendo este uma das marcas de sua história, memória e identidades locais. Como porta de entrada deste rio, era por ele que a urbe, ainda na condição de vila, enviava seus principais produtos para o interior do Brasil, como o charque, o couro, o algodão, as sementes etc., abastecendo não apenas regiões próximas, como também mais distantes, como Minas Gerais (MG) e Rio de Janeiro (RJ). A exploração das atividades extrativistas, animal e vegetal, durante a primeira metade do século XX, e sua comercialização aliadas à navegação fluvial foi o instrumento que corroborou para que o Parnaíba se constituísse como rio de integração comercial, com forte vocação internacional¹³⁰. No entanto, para além dos usos atrelados a atividades produtivas, o rio Parnaíba, via Igaracu, também se constituiu – e se constitui - como espaço social vivido¹³¹, onde a ação humana sobre o meio natural deixou ali suas marcas. Das charqueadas de Domingos Dias da Silva à “Indústria sem chaminés”, o rio foi – e ainda é - protagonista de diversas histórias e memórias que caracterizam uma paisagem cultural associada às práticas comerciais, industriais, e da vida cotidiana em geral. Nesse sentido, compreende-se que a inclusão de um trecho do rio Igaracu a área de tombamento não representou apenas o seu reconhecimento como eixo estruturador das origens e desenvolvimento da cidade ou, ainda, como forma de justificar a importância desta por conta de sua ligação com o Delta do Parnaíba, “uma das regiões mais belas do país”. Ademais, permite identificar os diversos elementos que caracterizam a formação do território parnaibano, e do Piauí, como espaço praticado¹³². São as características culturais da cidade, materializadas em uma estrutura urbana cujos remanescentes dos séculos XVIII, XIX e XX se misturam a paisagem contemporânea, o objeto a ser preservado.

A preservação do conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Parnaíba, e de seu entorno, será assegurada pela proteção, conservação, manutenção e

¹²⁹INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Parecer técnico, nº 004/2008**. Brasília, DF: DEPAM, 2008, p. 3.

¹³⁰GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades – beiras (1850-1950)**. Teresina: EDUFPI, 2010.

¹³¹*Ibid.*

¹³²CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

revitalização das características culturais da cidade, presentes nos seus elementos construtivos: o rio, o traçado urbano e as arquiteturas resultantes da implantação, configuração e sistemas construtivos, representantes tanto do período colonial e imperial quanto do ecletismo arquitetônico vigente de meados do século XIX até meados do XX, e do modernismo do século XX, que ali também deixou suas marcas. Ao conjunto associam-se vários elementos da vida contemporânea, que devem ser compreendidos como agentes de manutenção e revitalização dos espaços e das atividades urbanas, sem, contudo, alterar a substância histórica do conjunto a ser preservado¹³³.

Somadas às motivações históricas e culturais, as ameaças ocasionadas pelos novos ritmos da cidade contemporânea também se colocaram como relevantes na atribuição de valor ao sítio histórico de Parnaíba. Dentre estas, elencadas no dossiê, estava o crescimento do setor turístico ocasionado, sobretudo, pela utilização da cidade como porta de entrada para o Delta do Parnaíba, e como parte de roteiros para visitas ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA) e Parque Nacional de Jericoacoara (CE). A demolição e descaracterização de antigas edificações e suas substituições por outras de tipologias mais recentes, identificadas como “sem qualidade estética ou funcional e sem preocupação com a preservação das relações urbanas”¹³⁴, também se colocavam como basilares. Como exemplo disso, havia propostas, por grupos de empresários, de construção de mais um pavimento no atual prédio do Armazém Parnaíba, estabelecimento comercial implantado no início da década de 1980. Esse prédio, onde outrora localizava-se o escritório de importante empresa de navegação instalada em Parnaíba, conhecida como *Booth Line*, fica situado à Avenida Presidente Getúlio Vargas, do lado direito do sobrado da Casa Inglesa. A construção de mais um pavimento comercial nessa área, por sua vez, comprometeria a visibilidade desse sobrado, edificação do século XIX, de grande valor histórico e arquitetônico, ligada à história do comércio de importação e exportações no Piauí¹³⁵. Apesar de Parnaíba nesse período já contar com uma Lei Municipal para a proteção de bens considerados como de interesse histórico, com alguns elencados para tombamento em caráter prioritário, ainda não havia um controle efetivo sobre as intervenções realizadas em seu Centro Histórico, em que a especulação imobiliária e os interesses da propriedade privada se constituíam como ameaças à preservação de seu patrimônio. Nesse cenário, o tombamento federal além de reconhecer os “valores excepcionais históricos, arquitetônicos e paisagísticos” que

¹³³INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**. Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba. Teresina: IPHAN-PI, 2008, p. 93-94.

¹³⁴*Ibid.*, p. 94.

¹³⁵*Ibid.*

justificavam a proposta de tombamento do centro histórico de Parnaíba¹³⁶, também era interpretado como forma de proteger as características urbanas e arquitetônicas do acervo ainda remanescente.

Para efeito do reconhecimento dos valores identificados, foram destacadas 04 (quatro) características principais: a malha urbana; o acervo arquitetônico (erudito e popular); a paisagem natural das margens do rio Igaracu; e a paisagem cultural resultante desse acervo histórico, paisagístico e arquitetônico. A essas características foram, ainda, imbricados “valores imateriais ou intangíveis, relativos à organização social e aos modos de vida tradicionais e peculiares”¹³⁷. De acordo com o dossiê, pela significância de seu conjunto para a história do Brasil, pelo acervo de irrefutável percurso histórico e valores excepcionais (históricos, arquitetônicos e paisagísticos), e pelas histórias que poderia contar por meio de seus testemunhos materiais, Parnaíba estava, assim, apta a representar a nacionalidade.

Plena de significados, Parnaíba é também o ambiente cultural urbano composto da posição geográfica, da singularidade do desenho das vias e logradouros, e do conjunto das arquiteturas representadas na parte mais central da cidade e sua beira-rio portuária – embora se constitua num amálgama de arquiteturas – desde as mais antigas até as recentes inserções. Parnaíba está apta e pode representar a nacionalidade não só como paisagem cultural e acervo urbano, mas com a responsabilidade do exemplo¹³⁸.

Consequente, nota-se que a noção de paisagem cultural, ainda que não apareça como o próprio bem em si, mas como entorno ou ambiência do acervo a ser protegido, foi um dos principais elementos utilizados na atribuição de valor ao centro histórico de Parnaíba. Na nossa compreensão, isso implica que o sentido de conjunto atribuído a esse acervo (histórico, arquitetônico e paisagístico) não se tratava somente da identificação, por meio da arquitetura, vias e logradouros, das particularidades dos modos de construir, de habitar, e do evoluir das cidades piauienses, mas implicava, também, perceber como homem *versus* natureza se traduz em um movimento singular de apropriação do território. É na relação entre o natural e o antrópico que se daria o peculiar que, por sua vez, distinguiria a ocupação do interior do Piauí e da região Nordeste em relação a outras porções do território nacional.

¹³⁶INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**. Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba. Teresina: IPHAN-PI, 2008. p. 92.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 64.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 93.

No tocante aos remanescentes das indústrias do século XX, a noção de paisagem cultural também se constitui como indissociável, nesse caso a justificar o tombamento desses vestígios como parte do Centro Histórico da cidade. Como citado anteriormente, os maiores exemplares de vazios industriais em Parnaíba estão situados na região do Complexo Porto das Barcas e seu entorno. O Porto das Barcas, em que estão localizadas as edificações consideradas como de maior valor histórico e arquitetônico, fica localizado ao longo do curso do rio Igarauçu. Possui em destaque dois tipos de edificações de temporalidades diferentes: mais antiga, em alvenaria de pedras, remanescente do século XIX; e mais recente, resultante da mudança de perfil econômico vivenciada durante o século XX. Na imagem a seguir, de acordo com o dossiê de tombamento, podemos visualizar a disposição do conjunto. Da esquerda para a direita, identifica-se 03 (três) chaminés de olaria e uma quarta pertencente à Usina Alberto Correia do Complexo Moraes S/A; um conjunto de armazéns e galpões portuários pertencentes às antigas firmas, Franklin Veras & Cia e Casa Inglesa, ligadas ao comércio internacional da cera de carnaúba e óleo de babaçu; o sobrado da antiga Alfândega de Parnaíba, e ao seu redor um conjunto de edificações remanescentes do século XIX que, junto a este primeiro, formam o denominado “Espaço Cultural Porto das Barcas”. Destacam-se, também, em plano mais recuado, os remanescentes industriais da Usina São José (fábrica e chaminé), que somadas às outras edificações citadas formam a paisagem do Complexo Porto das Barcas.

Figura 17 - Porto das Barcas (lado esquerdo da ponte Simplício Dias)



Fonte: Acervo Depam/Iphan. 2006.

Do lado direito, separado pela ponte Simplício Dias, há outro conjunto de edificações do século XX, também associadas ao ciclo da carnaúba e babaçu, e que foram substituindo antigas edificações em alvenaria de pedras, onde outrora funcionavam usinas

de beneficiamento do charque¹³⁹. Em sua maioria, são galpões portuários e armazéns em estado de abandono e que, atualmente, encontram-se em condições precárias de conservação.

Figura 18 - Porto das Barcas (lado direito da ponte Simplício Dias)



Fonte: Acervo Depam/Iphan.

Em relação a esse conjunto de edificações (lado direito mais lado esquerdo), os usos ligados à indústria, assim como de outras atividades econômicas como o comércio, são identificados como determinantes do processo de desenvolvimento da cidade, desde suas origens até os dias atuais. Segundo o dossiê de tombamento, as indústrias, em conjunto com firmas comerciais que controlavam o comércio na região, são apontadas como impulsionadoras da transformação da cidade de Parnaíba em um dos polos econômicos mais importantes do Piauí, durante o século XX.

Quanto às funções, os usos industrial e comercial marcaram a história da cidade desde seu início, persistindo até os dias de hoje. Desde a fundação esta vocação é tão marcante que foi a responsável pela mudança do sítio inicial escolhido para as margens do rio, onde as charqueadas já produziam e comercializavam carne e couro. Posteriormente as indústrias de beneficiamento de derivados da carnaúba e babaçu, juntamente com as empresas importadoras e exportadoras ali instaladas, mantiveram este caráter

¹³⁹FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. **O monumento habitado**: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio. O caso de Parnaíba. 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

e o reforçaram, tornando a cidade um dos pólos economicamente mais importantes da região¹⁴⁰.

Nota-se que não há uma distinção entre comercial e industrial, mas sim a identificação da coexistência dessas duas atividades produtivas: inicialmente, nos séculos XVIII e XIX, com a indústria e comércio de charque e couro e, posteriormente, no século XX, com o comércio e indústria da cera de carnaúba e óleo de babaçu. O patrimônio industrial, nesse caso constituído por remanescentes de antigas fábricas e estruturas portuárias como galpões e armazéns, ligados ao comércio e à indústria de produtos extrativistas, aparece, portanto, não de forma complementar ou acessória ao contexto urbano, mas intrínseco à formação do território. Tal tratamento, apesar de estar em consonância com narrativas que identificam Parnaíba a partir de seu passado de progresso e desenvolvimento econômico, em que a indústria é imanente, por outro lado, é capaz de exprimir as complexas redes de interligação entre indústria, território, matérias-primas, produção, escoamento e outras estruturas/infraestruturas associadas à atividade industrial, como a ferrovia e o comércio de importações e exportações; Ademais, permite entender, a partir das diferentes temporalidades que revestem a paisagem urbana contemporânea, os diversos ciclos econômicos que a cidade vivenciou desde o final do século XVIII até a primeira e segunda metade do século XX, em que a atividade industrial passou a deixar, de forma mais expressiva, suas marcas.

Dessa forma, compreende-se que, ainda que as indústrias e seus remanescentes não sejam citados, categoricamente, como bens a serem preservados, como ocorrera com outras edificações do Centro Histórico, sua identificação e tratamento dispensado evidencia a importância desses vestígios em suas relações com a formação da paisagem cultural da cidade. A inclusão dos remanescentes do Complexo Moraes S/A à área de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba não se fundamentou, portanto, apenas numa tentativa aleatória de proteção desse espaço construído, que à época se encontrava sob ameaças de venda e demolição. Mas, sim, de compreensão que os vestígios da indústria do século XX, assim como do comércio e indústria dos séculos XVIII e XIX, são característicos do processo de ocupação e interiorização do território piauiense e, portanto, devem ser igualmente preservados. Ao contemplar bens ainda pouco valorizados pelas narrativas preservacionistas, o tombamento de Parnaíba, como

¹⁴⁰INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**. Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba. Teresina: IPHAN-PI, 2008, p. 27.

parte da Rede de cidades do Piauí, representou e representa importantes avanços para o patrimônio industrial, não apenas por sua identificação como parte de um contexto maior, mas por ampliar o seu potencial de entendimento como bem cultural.

Como vimos no decorrer deste capítulo, apesar de ainda não existirem políticas efetivas para a preservação do patrimônio industrial piauiense, as políticas tem alcançado essa tipologia de patrimônio, seja por meio de instrumentos de preservação e proteção como inventários e tombamentos, seja por meio de legislações estaduais ou municipais que, ainda que não específicas e dentro de suas limitações, tem o contemplado. Da arquitetura colonial a elemento constituinte da formação da paisagem cultural, os vestígios da industrialização têm sido alvo da atribuição de valores diversos que os identificam como bens a serem protegidos e conservados. Resta, porém, questionar em que medida a atribuição de valor a edificações outrora de uso fabril, como fábricas, armazéns e galpões portuários tem repercutido em termos de preservação desses bens e de seu reconhecimento, em âmbito local, como bens culturais.

4 (IN)VISIBILIDADES DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL DA PAISAGEM CULTURAL

4.1 Usos e apropriações da indústria: entre tentativas de preservação e condenação ao esquecimento

Não sendo sinônimo de preservação, as políticas de proteção do patrimônio cultural, em Parnaíba, Piauí, não têm sido capazes de assegurar a preservação de bens outrora associados a períodos de industrialização, como fábricas, armazéns e galpões portuários. A falta de diálogo entre as instituições que tem assumido a linha de frente na proteção e promoção do patrimônio piauiense (Secult e Iphan) e a população local, conforme pesquisa *in situ*, tem tornado a permanência dessas estruturas objeto de controvérsias, sobretudo pelas formas que têm se encontrado na malha urbana. A cada ano, parte desse acervo desvanece, seja em virtude da passagem e das intempéries do tempo, seja em razão da ação humana, quando, por exemplo, pessoas da própria comunidade local resolvem extrair dessas edificações quaisquer fragmentos que possam ser reutilizados ou comercializados, como ferro, madeira, telhas e tijolos. Os usos ligados a moradias precárias e irregulares, e consumo de drogas, são outros fatores que têm contribuído para que a permanência desses vestígios no espaço urbano se torne cada vez mais problemática, principalmente para gerações mais novas que apresentam maiores dificuldades em compreender os sentidos dessas permanências.

Diferente de construções consideradas como de grande valor histórico e/ou arquitetônico, como a Casa Grande de Simplicio Dias da Silva, o Espaço Cultural Porto das Barcas e o Sobrado Dona Auta, objetos de maior atenção junto aos órgãos de preservação, com ações de desapropriação e projetos de revitalização, o patrimônio industrial ainda não tem sido alvo das mesmas preocupações. Mesmo aquelas edificações que se encontram em acentuado processo de arruinamento, como é o caso da antiga fábrica de glicerina das Indústrias Moraes S/A, ainda não têm sido dignas de tamanhos esforços. Em decorrência de seu estado precário de conservação, em 2014, moradores do Bairro Nossa Senhora do Carmo, em nome da Associação de Moradores do Bairro de mesmo nome, reivindicaram ao poder público uma solução para o problema da antiga fábrica, cuja chaminé remanescente, com mais de 20 (vinte) metros de altura, apresentava – e apresenta - rachaduras ao longo de sua estrutura, comprometendo a segurança de

moradores locais e transeuntes. Segundo Onésio Junior, presidente da Associação de Moradores do Bairro do Carmo:

A Associação foi até o Iphan que é responsável pelo patrimônio histórico e artístico. E aqui é uma área de tombamento. Essa área foi tombada. Então, pro Iphan, essa chaminé ela tem que ser restaurada, tem que ser preservada. Então, ninguém toma as providências. E a chaminé, hoje, traz muitos riscos à comunidade, não só para os moradores do Bairro Do Carmo, mas para todos aqueles que transitam por aqui. Já acionamos, já, a Prefeitura, já acionamos também os bombeiros, e agora estamos com o apoio do Ministério Público [do estado do Piauí], né? O promotor de justiça Dr. Antônio Antenor Filgueira, que já solicitou a demolição da chaminé. E com certeza o órgão responsável, juntamente com a Secretaria de Serviços Urbanos do município, vão executar esse pedido¹.

A partir da fala de Onésio, nota-se que há o entendimento de que esses bens, outrora utilizados para fins de transformação de matérias-primas, possuem sua importância e devem ser preservados, fato que levou a Associação a procurar primeiramente o Iphan, instituição identificada como responsável pelo “patrimônio histórico e artístico”. A procura de órgãos como o Ministério Público e, conseqüentemente, o consenso em relação à demolição da chaminé deram-se à medida que as primeiras solicitações não foram atendidas. Se não há meios disponíveis para que se proceda com a devida conservação do bem, a demolição passa, então, a ser uma alternativa, quando a segurança da vida humana se encontra na pauta das discussões. Decorridos cerca de 05 (cinco) anos após essas manifestações, que resultaram na tramitação de processos pelo Ministério Público junto ao Iphan², a chaminé ainda não foi submetida a obras de restauração ou reparações em caráter de emergência. Em razão do seu iminente risco de desabamento, uma das medidas que têm sido adotadas pela Administração Pública Municipal é o isolamento da área em períodos de chuvas mais intensas, limitando o tráfego de pessoas e veículos. Por estar localizada em via de relativa movimentação diária, dando acesso ao Porto da Barcas e Avenida Presidente Getúlio Vargas, tal medida nem sempre tem sido bem recebida, gerando conflitos junto à população local quando, por exemplo, pessoas que por ali costumam transitar são obrigadas a modificar seus itinerários. Excetuando-se esse caso em particular, outras

¹Entrevista com Onésio Junior, cedida à TV Delta Canal 02 Parnaíba, em outubro de 2014.

²Processos que tratam sobre as providências de fiscalização tomadas acerca da chaminé citada e de solicitação do Ministério Público Estadual para manifestação do Iphan: 01402.001063/2014-27; 01402.000516/2018-21; 01402.000645/2019-09. Todos esses processos podem ser consultados como documentos públicos, mediante cadastro de usuário externo na Plataforma SEI. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 6 mar. 2020.

medidas voltadas para a diminuição dos impactos ocasionados pelo abandono e arruinamento de edificações outrora industriais, ainda, não têm sido identificadas.

Ao longo da antiga região portuária da cidade, tal situação de descaso com o patrimônio industrial tende a se repetir, atingindo outros exemplares ligados a atividades produtivas e que hoje permanecem esvaziados de função e/ou subutilizados. Em alguns casos, utilizados como depósitos de lixo ou, ainda, como recintos para usuários de drogas que encontram nesses espaços seu refúgio. A qualquer hora do dia ou da noite, percorrer pela antiga região portuária de Parnaíba é descortinar caminhos outros, escondidos em meio aos destroços do tempo, às adversidades da vida cidadina: o excêntrico, o disforme, a marginália que não hão de se ler; os retalhos, ora embebidos, ora a despir-se dos vultos descarnados dos que vivem à margem dos planos diretores. Privatização do espaço público e riscos à segurança pública, são assim alguns dos fatores que têm associado os vestígios da industrialização a situações de transtorno a vida urbana.

Diante desses dados, em que o olhar do historiador é invadido pelo sensível e desconcerto do substrato social, é manifesto que os vestígios da industrialização em Parnaíba, mesmo que protegidos pelo instrumento legal do tombamento e localizados em área de interesse turístico, denominada Zona 01 Porto das Barcas³, ainda não tem sido alvo de esforços significativos quanto a sua conservação e inserção à dinâmica urbana. No entanto, há de se observar que tal incúria não se restringe a bens de natureza industrial, mas atinge todo o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Decorridos mais de 10 (dez) anos do seu reconhecimento pelo Iphan como representativo da ocupação do interior do Brasil, Parnaíba ainda carece de políticas efetivas de educação para o patrimônio. Não basta que as formas de acatamento façam saber que os bens culturais existem, é preciso que se compreenda o porquê e para quê preservar sua existência, a fim de proporcionar sua apropriação coletiva⁴. Contudo, mais uma vez, seria ingênuo atribuímos o abandono do patrimônio industrial a fatores unívocos, a desconsiderar interdependências. Sabe-se que a educação é ponto chave em qualquer processo de preservação, seja o bem dotado de excepcional valor histórico e arquitetônico, como uma igreja barroca do século XVIII, seja uma construção característica de ocupações populares, por exemplo. Mas, a isso, a

³ PARNAÍBA. Prefeitura Municipal de Parnaíba. **Lei Municipal nº 2.296, de 2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município e da cidade de Parnaíba e dá outras providências. Anexo Único. Volume III. Mapa 44. Mapa das áreas com os índices de restrições. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 2007.

⁴ Salienta-se a relevância das ações empreendidas pelo Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que aos poucos vem contribuindo para o avanço no reconhecimento e valorização do patrimônio cultural de Parnaíba e do estado do Piauí.

de se adir os sentidos que se atribuem à proteção dos bens culturais, ou seja, as demandas que se colocam à seara do patrimônio.

Em Parnaíba, a atividade do turismo, que tem se desenvolvido principalmente em função da exploração das belezas naturais do Delta do Rio Parnaíba, ainda tem sido a principal base das formas de promoção e apropriação do patrimônio cultural. Arquipélago formado por aproximadamente 80 (oitenta) ilhas, apresentando pequenos povoados de comunidades tradicionais⁵ e algumas áreas sob o domínio de particulares, o Delta é formado a partir do encontro entre o rio Parnaíba e o Oceano Atlântico, dando origem a um estuário com cerca de 2.750 (dois mil setecentos e cinquenta) Km², compreendendo os estados do Piauí e Maranhão⁶. No ano de 1996, passou a possuir uma APA, denominada Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba⁷; que é também constituída pela Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba - RESEX⁸, formada pelas comunidades tradicionais de Canárias, Morro do Meio, Passarinho, Caiçara e Torto. A RESEX foi criada no ano 2000 no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, pela Lei federal 9.985 que prevê para as UC's (Unidades de Conservação), dentre outros objetivos: “promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais”, “valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica” e “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”⁹.

⁵Atualmente, o maior povoado do Delta do rio Parnaíba, e mais intensamente atingido pela atividade turística, é a Ilha das Canárias, com cerca de 1.200 (mil e duzentos) habitantes.

⁶GUZZI, Anderson. (org.). **Biodiversidade do Delta do Parnaíba**: litoral piauiense. Parnaíba: EDUFPI, 2012.

⁷A Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba - APA tem como objetivo proteger os recursos hídricos, a vegetação nativa, e incentivar o turismo ecológico na região. Possui uma área de aproximadamente 313.809 hectares, e dela fazem parte os municípios de Barroquinha e Chaval, no estado do Ceará; Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia, no estado do Piauí; Araiões, Água Doce, Tutóia e Paulino Neves, no estado do Maranhão. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/9411-area-de-protecao-ambiental-delta-do-parnaiba>. Acesso em: 23 abr. 2020

⁸BRASIL. **Decreto de 16 de novembro de 2000**. Cria a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, no município de Ilha Grande de Santa Isabel, estado do Piauí, e nos municípios de Araiões e Água Doce, estado do Maranhão, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

⁹BRASIL. **Lei 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

procurados. Criada em 2005 no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo¹¹, como resultado do Projeto Rede de Cooperação Técnica para a roteirização, implementado pelo SEBRAE, o roteiro integrado envolve passeios pelos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, em que as principais atrações tem sido as visitas ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA), Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba (PI) e Parque Nacional de Jericoacoara (CE).

No tocante ao Delta, conforme ainda pesquisa *in situ*, a Rota envolve passeios realizados em barcos ou lanchas pelas várias ilhas e ilhotas que compõe o arquipélago, compreendendo as baías do Igarçu, Caju, Tutóia, Melancieira, Ilha das Canárias etc. Dentre os destinos mais procurados, está a Baía do Feijão Bravo, formada por dunas e manguezais onde podem ser vistos animais silvestres, como garças brancas e pardas, jacarés do papo amarelo, macacos-prego e macacos guaribas; e a Revoada dos Guarás, que consiste em observar o retorno das aves guarás-vermelho aos ninhos de origem, cujo contraste de suas penas vermelhas com o verde da vegetação e o azul do céu é o principal atrativo. Além da contemplação da fauna e flora nativas, são também parte dos passeios ao Delta a visita de dunas de areia branca, mergulhos em praias desertas e lagos, e capturas de caranguejo-uçá, realizada por um “homem lama”, responsável por fazer sua demonstração aos turistas.

Figura 20 - Rota das Emoções



Fonte: Viagens Possíveis por Maurício Oliveira. Disponível em:

<https://www.viagenspossiveis.com.br/rota-das-emocoes-jeri-delta-e-lencois/>. Acesso em: 27 jan. 2020.

¹¹Lançado em 2004 pelo Ministério do Turismo, o Programa de Regionalização do Turismo tem como objetivos apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>. Acesso em: 23 abr. 2020

Por atender sobretudo aos interesses da iniciativa privada, sobressaindo-se os de ordem econômica, a apropriação da paisagem cultural do Delta do Parnaíba, fundamentada na valorização da natureza e nos aspectos culturais de comunidades tradicionais, parece que ainda não direcionou os olhares para os vários patrimônios que caracterizam a história e memória da cidade de Parnaíba. Mesmo com a criação de roteiros por algumas agências de turismo, denominados de *City Tour Histórico*¹², que consiste em passeios pelo Centro Histórico tombado, com o objetivo de valorizar o patrimônio cultural da cidade, ainda não tem sido capaz de sustentar uma demanda no e para o lugar. O turista não tem se deslocado com destino à cidade de Parnaíba, mas passado por ela no decorrer de seus itinerários. Em contrapartida, há de se notar, nos últimos anos, que o crescimento da atividade turística no Delta e áreas próximas tem aumentado a demanda por hotéis, pousadas e serviços. Não raro, surge em Parnaíba um novo serviço de quarto, um novo cartão postal, um novo restaurante, um novo posto de gasolina, uma nova farmácia com o intuito de melhor recepcionar aqueles que são atraídos pelas paisagens culturais do Piauí, Ceará e Maranhão.

Recentemente, durante a gestão do prefeito Florentino Alves Neto (2013-2016), o município de Parnaíba tem criado alguns projetos visando o crescimento do turismo local¹³. Dentre estes, previsto pelo Plano Municipal de Cultura, lançado em 2015, está a criação de roteiros turísticos, museus e acervos documentais abertos à visitação pública; valorização do patrimônio tombado; e reconhecimento do patrimônio imaterial por meio de inventários e registros, como a capoeira, o bumba-meu-boi, a Banda Municipal de Simplício Dias, e festas religiosas como o festejo de São Francisco¹⁴. Algumas dessas medidas já se encontram em execução, e podem aqui ser analisadas.

Intitulada como “Capital do Delta”, logomarca criada pelo governo municipal por meio da Superintendência de Turismo e Superintendência de Comunicação, Parnaíba tem sido apresentada por meio do *Marketing* Turístico como “porta de entrada” para o “único delta em mar aberto das Américas”, sendo uma das vias mais rápidas e baratas de acessá-lo. Destino obrigatório, a “Capital do Delta” oferece mais que hospitalidade, sendo dona

¹²Como exemplos de agências de turismo que tem adotado esse passeio como parte de suas rotas, tem-se a Eco Adventure Tour, e a Delta do Rio Parnaíba Viagens e Turismo, ambas localizadas em Parnaíba.

¹³Ressalta-se que, desde 2007, com a criação do Plano Diretor pela Lei nº 2296/2007, Parnaíba tem adotado como diretriz para o desenvolvimento do turismo “a recuperação e valorização dos patrimônios arquitetônicos, urbanísticos e ambientais, particularmente o Centro Histórico de Parnaíba”.

¹⁴PARNAÍBA. Superintendência Municipal de Cultura. **Plano Municipal de Cultura de Parnaíba (2015-2025)**. Parnaíba: Superintendência Municipal de Cultura, 2015.

de um vasto patrimônio histórico e arquitetônico tombado em nível nacional. Isenta de gratuidades, tal construção procura garantir à Parnaíba um lugar na seara do turismo, em que o “patrimônio natural”, como ocorrera em décadas anteriores, continua na pauta das estratégias de valorização urbana.

A exemplo de agências de turismo que têm incorporado Parnaíba em seus pacotes de passeios e viagens, entre os principais pontos turísticos divulgados pela gestão municipal estão edificações históricas de excepcional valor: Porto das Barcas, Casarão de Simplício Dias da Silva, Sobrado Dona Auta, Casa Inglesa, Igreja do Rosário, Igreja de Mont Serrat, Catedral de Nossa Senhora da Graça; Monumentos: Centro Cívico, Monumento da Águia, Monumento do Sesquicentenário da Independência do Piauí, Locomotiva Maria Fumaça, Esplanada da Estação e Museu do Trem; Áreas de lazer: Praça da Graça, Praça Santo Antônio, Praça da Mulher do Pote, Beira Rio, Praça Mandu Ladino; E belezas naturais: Praia de Pedra do Sal, Lagoa do Portinho e Delta do Parnaíba¹⁵.

Figura 21 - Pontos turísticos em Parnaíba, Piauí



Fonte: Acervo PMP/Superintendência de Turismo. 2014. (Guia de bolso/turístico).

¹⁵ PARNAÍBA. Superintendência de Turismo. **Guia de bolso Parnaíba**. Parnaíba: Superintendência de Turismo, 2014.

Em relação aos prédios históricos escolhidos pela Prefeitura Municipal para compor a rota turística da cidade, nota-se que, entre os mais de 800 (oitocentos) imóveis tombados pelo Iphan, há a tendência na priorização do interpretado como belo e mais antigo, que correspondem as edificações identificadas como de maior valor histórico e/ou arquitetônico, características do longo processo de ocupação e desenvolvimento da urbe. Mesmo edificações situadas fora do Centro Histórico, ou seja, não protegidas por meio do tombamento, como é o caso do Castelo do Tó ou “Castelo de Maracujá”, são identificadas como pontos turísticos por possuir uma arquitetura que “chama a atenção”¹⁶.

Ao bem não são, portanto, necessárias características que o identifique com o período colonial ou acontecimento histórico de grande relevância, mas o dinamismo e o seu poder de atratividade é o que o identificaria como de excepcional valor. Este último, por sua vez, seria indispensável para que a rota mantivesse um padrão mínimo de homogeneidade, agregando, assim, valor e singularidade a experiência dos visitantes. O quesito atração parece, então, sobressair-se quando se compara, por exemplo, bens de um mesmo período histórico, de uma mesma tipologia patrimonial, mas cujos valores agregados são diferentes, caso em que se insere o patrimônio industrial. Em relação a esses bens em particular e sua identificação como pontos turísticos, nota-se a predominância de exemplares ligados à Estrada de Ferro Central do Piauí, como o Museu do Trem, a locomotiva Maria Fumaça e a Estação Floriópolis. Esta última, localizada fora do Centro Histórico. Relativamente conservados, esses remanescentes estão ligados a um período de ascensão de Parnaíba e do estado do Piauí, em que a ferrovia era interpretada a partir de sensações de progresso e modernidade¹⁷. Identificar e conservar esses bens como parte indispensável das rotas turísticas do município, por sua vez, seria iluminar um passado cujas expectativas em relação a um determinado futuro não chegaram a se concretizar, mas que permanecem resistindo enquanto ruína à passagem e aos embaraços do tempo¹⁸.

¹⁶ PARNAÍBA. Superintendência de Turismo. **Guia de bolso Parnaíba**. Parnaíba: Superintendência de Turismo, 2014.

¹⁷ VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960**. 2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010; CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele. **Entre trilhos e dormentes: a Estrada de Ferro Central do Piauí na história e na memória dos parnaibanos (1960-1980)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

¹⁸ HUYSSSEN, Andreas. **Políticas de memória no nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014b.; HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014a.

No que concerne aos remanescentes da Usina São José, assim como armazéns e galpões portuários localizados às margens do rio Igarçu, ainda que tombados e localizados em área de interesse turístico, denominada Zona 01 Porto das Barcas¹⁹, não foram incluídos como roteiros turísticos. A ponte Simplício Dias, que também poderia ser considerada como associada ao patrimônio industrial, é, porém, citada como roteiro apenas por proporcionar a ligação de Parnaíba às Ilhas vizinhas e, conseqüentemente, ao Delta do Parnaíba.

Dessa forma, nota-se que mesmo que os remanescentes da indústria do século XX estejam também relacionados a um tempo de progresso e ascensão de Parnaíba e do estado, ainda há certa resistência em relação à conservação desses bens. Em meio à seletividade do que deve ou não ser conservado e promovido a *status* de patrimônio, a indústria, diferente de outros exemplares escolhidos para compor as rotas turísticas do município, parece não possuir o mesmo grau de atratividade a justificar vultosos investimentos em sua revitalização e/ou conservação. Se existe algo a ser contemplado para além do “Delta das Américas”, que tem elevado a cidade de Parnaíba a objeto de atração turística, levando pessoas de diversas origens a descenderem de seus barcos e lanchas para visitar seu Centro Histórico, certamente não tem sido os remanescentes das indústrias de extração e beneficiamento um dos motivos dessa ampliação de itinerários. Em um contexto em que o retorno econômico aparece sempre em um patamar a frente dos interesses culturais, o “turismo cultural” funciona como uma espécie de desculpa na manutenção de práticas e narrativas preservacionistas que levam à promoção de determinados patrimônios e à exclusão de outros. Ao criar novos espaços e necessidades por meio da ressemantização e comercialização do passado, atribui-se, assim, novos valores e usos aos bens culturais e à própria cidade que passa, então, a experimentar uma nova temporalidade marcada por demandas de memória e patrimônio. Um processo destrutível ao passo em que não apenas determina o que deve ou não ser objeto de maiores esforços e investimentos como, também, contribui para o próprio distanciamento da população local em relação ao patrimônio, uma vez que sua apropriação tem visado não ao atendimento das demandas locais, mas à promoção turística da cidade, com vistas a agradar gostos e olhares dos de fora, algo não muito distante do que tem ocorrido, por

¹⁹PARNAÍBA. Prefeitura Municipal de Parnaíba. **Lei Municipal nº 2.296, de 2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município e da cidade de Parnaíba e dá outras providências. Anexo Único. Volume III. Mapa 44. Mapa das áreas com os índices de restrições. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 2007.

exemplo, em outras cidades brasileiras com centros históricos tombados, como Salvador (BA) e Recife (PE).

Incluir como pontos turísticos da “Capital do Delta” antigas fábricas, armazéns e galpões que não possuem o valor estético e/ou arquitetônico como excepcionalidade, parece não se enquadrar aos objetivos do ecoturismo, que possui em “uma das mais belas paisagens do mundo” seu principal produto de consumo. O patrimônio, independentemente de seu valor, seja histórico, econômico, artístico, turístico, estético só vale pelo uso que dele se pode fazer²⁰ e, na impossibilidade disso, em decorrência da proteção do patrimônio ainda ser vista como algo secundário em relação à outras demandas da sociedade civil, como saúde, educação, transporte, etc., é necessário que a *ruína* seja transformada em algo que possua alguma utilidade prática, alguma função que justifique a sua permanência no espaço urbano. Sendo o Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba relegado a segundo plano, não seria, portanto, demasiado estratégico caminhar em sentido inverso a esses interesses. O turismo em Parnaíba existe, em grande medida, em função de sua localização privilegiada em relação ao Delta do Rio Parnaíba, e os gestores da cidade, desde a década de 1970, têm se apropriado disso ao fazer uso dos bens culturais como estratégia de valorização de áreas urbanas. O problema, porém, não reside nesse fato, pois há de se reconhecer que é justamente a apropriação turística do patrimônio cultural que tem favorecido, nas últimas décadas, sua permanência seja por meio de investimentos de origem pública, seja de origem privada, dando assim novas condições de uso a bens outrora em situações precárias de conservação e/ou em estado de arruinamento. O problema está nas repercussões que isso tem gerado, a saber, a exclusão e esquecimento de outros patrimônios como o de uso fabril, cujas características não se encaixariam às lógicas empregadas. Por um lado, a não incorporação desses bens às demandas da atividade turística, em Parnaíba, tem sido positiva ao impedir que o patrimônio industrial seja descaracterizado e/ou ressemantizado em virtude dos interesses do mercado privado, que tem sido o principal alavancador do processo de criação, manutenção e exclusão de patrimônios. Mas, por outro lado, tem sido negativa ao contribuir, de forma significativa, para o abandono e esquecimento desses vestígios.

Preservar e não preservar são, portanto, escolhas políticas, consubstanciadas por relações de poder que resultam em decisões sobre o que fazer com os bens culturais. E, aqui, não nos referimos às políticas de proteção, mas sim à apropriação que é feita dos

²⁰ DE VARINE, Hugues. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

bens patrimonializados e das políticas públicas de preservação do patrimônio. Tombar, registrar um bem a partir da atribuição de determinados valores não repercute, automaticamente, na sua preservação. Os usos que lhe são atribuídos, em consonância com os anseios daqueles que são autorizados a falar sobre eles, é que determinam, em última instância, sua preservação ou destruição. Não basta que órgãos como o Iphan e Fundac (atual Secult) ateste que os remanescentes da indústria do século XX devam ser preservados se não há, na esfera dos poderes locais, as condições necessárias para que isso se efetive. Os sujeitos e grupos se apropriam do patrimônio de formas diferentes, conforme os significados que o atribuem, os interesses que possuem, e as leituras que fazem do meio em que estão inseridos. Atribuir às políticas de proteção do patrimônio toda a responsabilidade pelo descaso em que se encontra o patrimônio industrial piauiense seria, por sua vez, desconsiderar esses contrastes que não são dados originais²¹, mas que, no entanto, ressignificam-se, dando origem a novas problemáticas como, por exemplo, o porquê e de que forma preservar determinados bens que fogem à regra do que normalmente, no senso comum, entende-se como patrimônio.

Dessa forma, em um contexto em que a preservação do patrimônio cultural ainda encontra suas bases na excepcionalidade dos bens culturais e no seu potencial como atrativo turístico, o patrimônio industrial, de uso fabril, nem ao menos tem sido apropriado como tal. Quando não em estado de abandono ou subutilizados, esses bens passam a ser alvo de interesses – e diríamos, também, de obrigação por se tratar de bens tombados – na medida em que ancoram nas pedras as memórias relacionadas ao progresso material e espacial das elites de outrora, ainda materializado à paisagem urbana. Por expressar a decadência dos ciclos da cera de carnaúba e óleo de babaçu, que fora o carro-chefe das atividades econômicas da primeira metade do século XX, rememorar a memória da indústria não se estabelece como demanda de um passado que se deseja presente, mas sim de um passado que precisa ser ressemantizado, em consonância com os anseios de uma elite desalojada do seu protagonismo econômico/social que constantemente busca reavivar, a partir de suas memórias, ora de forma sutil, ora de forma exorbitante, seu passado dominante. Nos dois capítulos anteriores trabalhamos os principais exemplos desse processo: o primeiro é a construção das Indústrias Moraes como símbolo de uma

²¹A produção acadêmica sobre o patrimônio cultural brasileiro é bastante vasta. Não seria demasiado afirmar que, no que tange à essa produção, o patrimônio como campo de conflitos de interesses entre sujeitos e grupos distintos tem sido um dos principais aspectos explorados.

“saudade parnaibana”²², por meio da lembrança de seu fundador, Jozias de Moraes Correia e seu sucessor, José de Moraes Correia como grandes pioneiros, líderes incontestes “da industrialização do Piauí”²³; e o segundo é a revitalização de prédios outrora de uso fabril, em que se vê o interesse da municipalidade não em conservar o bem, reinserindo-o as novas dinâmicas do urbano, mas em dar-lhe alguma utilidade que justifique sua permanência na cidade. Projeto idealizado pelo prefeito Francisco de Assis de Moraes Souza, a reforma do antigo escritório da Usina São José e sua transformação em um almoxarifado, ancorada em discursos de patrimônio, demonstra o esforço de determinados sujeitos e grupos de cultivar seu passado e suas memórias. Mão Santa é um dos ícones desse culto ao passado. Não raro, seus discursos políticos buscam dar ênfase a narrativas de uma cidade maravilhosa, primeira do Piauí a aderir a causa da independência do Brasil. A ideia de manter o *Almanaque da Parnaíba* ainda em circulação, também é reflexo desse saudosismo de um passado glorioso e exemplar, em que Mão Santa é agente, uma vez que não apenas reproduz tais discursos, como ele próprio é oriundo de famílias outrora enriquecidas com o comércio e indústria da “Princesa do Igarapé”.

Os novos usos do patrimônio industrial têm assim o reapropriado - ainda que de forma incipiente - pelo o que esse significa enquanto representação de um passado que se deseja presente: o saudosismo de uma cidade que foi “grande”, “linda” e “progressista” graças à atuação, esperteza e inteligência daqueles que souberam se destacar em seu desenvolvimento. Daqueles que com “labor e absoluta probidade” souberam honrar o nome de seus “grandes heróis”, dentre os mais requisitados pelas configurações da memória, Domingos Dias da Silva e Simplicio Dias da Silva²⁴. As demandas pela criação e institucionalização de uma memória que ilumine esse passado presente é uma das marcas que caracteriza os sentidos atribuídos ao patrimônio cultural, no qual a indústria é imanente: passado imortalizado em casas, casarões, sobrados, ruas, avenidas, monumentos e lugares criados para manter viva essa memória²⁵, como o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba, a Academia Parnaibana de Letras e o próprio *Almanaque da Parnaíba*, ainda a conservar por meio de suas publicações o culto

²²CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. A escriturística de uma saudade parnaibana. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim; CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. (Org.). **Parnaíba: Ver, sentir, dizer**. Parnaíba: Edufpi, 2015. p. 111-126.

²³PASSOS, Caio. **Cada rua sua história**. Parnaíba: Imprensa oficial do Ceará: 1982, p. 106.

²⁴Para mais informações sobre essa discussão, ver Capítulo I.

²⁵NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7- 28, dez.1993.

ao passado como exemplar. Nesse contexto, em que os laços com as origens encontram-se cada vez menos firmes, o patrimônio emerge como uma verdadeira luta pelo o não esquecimento, sustentado em ancoras de um passado presente e excludente, em que somente uma parte de seus agentes são dignos de terem suas memórias cristalizadas em lugares, sejam estes físicos (edificações, arquitetura, objetos, monumentos) ou não (memória social, instituições e o simbólico da paisagem).

Ao serem vistos como bens a serem preservados, espaços outrora ligados ao trabalho e à produção fabril, como a antiga Usina São José, passam, assim, a adquirir novos usos, evidenciando como a elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades²⁶. Ou seja, a necessidade de patrimônio é consubstanciada pela busca recíproca de consolidação de memórias, em que a noção de perda se traduz em um esforço contínuo que as sociedades possuem de dar sentido ao presente por meio dos usos que fazem do passado²⁷.

Para o caso investigado, identifica-se, portanto, 03 (três) fatores que têm se apresentado como basilares no processo de esquecimento do patrimônio industrial: o primeiro são as demandas que têm se atribuído aos bens culturais. Enquanto no âmbito das discussões da preservação do patrimônio cultural no Brasil, o patrimônio tem deixado de ser simplesmente um conjunto de vestígios herdados do passado para se transformar em arma simbólica e política na luta por direitos²⁸, em Parnaíba o patrimônio cultural se encontra em fase de outras demandas, a saber, um lugar que justifique sua preservação e conservação, fato que tem se dado, principalmente, a partir da identificação de seu potencial como atrativo turístico;

Em segundo, tem-se o abandono de imóveis outrora de uso industrial e comercial como resultado dos interesses da propriedade privada, interesses políticos e da especulação imobiliária. Para esses grupos, as políticas de proteção do patrimônio cultural têm apresentado empecilhos nas transações de compra e venda e, conseqüentemente, na abertura de novos empreendimentos, uma vez que limita intervenções ao bem. Deixar ruir, por sua vez, parece que tem sido um dos principais projetos adotados pelo setor privado, a enxergar em vazios urbanos possibilidades de empreendimentos futuros. Mesmo que algumas dessas áreas tenham sido adquiridas pelo poder público, como é o

²⁶CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

²⁷GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 15-28, dez. 2015.

²⁸REIS, Daniel. **Cidade [i]material: museografias do patrimônio cultural no espaço urbano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2015.

caso da antiga Usina São José, ainda há negligências no tocante a conservação desses imóveis, predominando interesses que se sobressaem aos interesses culturais;

E em terceiro, tem-se as dificuldades ainda existentes na identificação e reconhecimento dos vestígios associados à industrialização como bens culturais, tanto no que diz respeito às ações em âmbito local para a proteção e promoção do patrimônio cultural, como nas interações junto à comunidade receptora dessas ações. Em relação a esta última, o entendimento de que o patrimônio é algo distante, voltado para o passado, coloca-se como determinante desse processo. No âmbito das interações com a comunidade, conforme pesquisa de campo, o patrimônio industrial, da forma como tem se apresentado ao olhar de quem o observa (em estado de abandono ou subutilizado), pode, em primeiro momento, apenas evocar lembranças de um passado de progresso e desenvolvimento econômico/urbano que ficou no pretérito. Além disso, diferente de outros bens dotados de valores excepcionais, e por isso vistos como antiguidade, os espaços industriais foram criados para abrigar uma função concreta e produtiva, e não para serem admirados como uma “grande obra” do ser humano como ocorre, por exemplo, com palácios e igrejas²⁹. Ao passo que, em outras tipologias de patrimônio, presencia-se a passagem de um bem outrora funcional para algo que passa a ser digno de contemplação, no caso dos espaços industriais isso, ainda, não ocorre na mesma proporção. Não possuindo o mesmo glamour que uma igreja ou casarão dos séculos XVIII e XIX, por exemplo, fábricas desativadas e áreas portuárias que perderam suas funções e lugar na estrutura produtiva constituem-se como algo fantasmagórico, não despertando a mesma atratividade ou curiosidade.

O fato de não existir na história local uma distinção entre indústria e comércio, muito tratadas como sinônimas, também contribui para esse processo. Ao levantar os trabalhos produzidos em âmbito local, em diferentes áreas do conhecimento, como História, Sociologia, Turismo e Museologia, identifica-se a ausência de pesquisas que tratem sobre o passado industrial de Parnaíba, predominando narrativas que tratam do seu passado pelo viés de seu desenvolvimento comercial. A borracha de maníçoba, a cera de carnaúba, o algodão e o babaçu, matérias-primas básicas das atividades industriais de Parnaíba e do estado do Piauí, são abordadas a partir de suas importâncias enquanto

²⁹ Tradução livre, do original: se trata de elementos creados para una función concreta y productiva, no para ser admirados como una “gran obra” del ser humano (como ocurre con palacios e iglesias). *In*: SERRANO, Santiago Arroyo.; PRADES, María Giménez.; MUSTIELES, Diana Sánchez. **Conservación y restauración de patrimonio industrial**. Madri: Editorial Síntesis, 2018.

produtos de exportação. Ademais, nota-se que há relevante quantidade de trabalhos sobre as origens da cidade de Parnaíba; desenvolvimento de suas primeiras atividades econômicas com a carne de charque e beneficiamento de couros; o comércio internacional e marítimo com importações diretas de países europeus; as exportações de cera de carnaúba, babaçu e outros produtos extrativistas que elevaram o *status* da cidade enquanto entreposto comercial. Sobre a indústria de extração e beneficiamento, responsável pelo processamento das matérias-primas locais, assim como sua transformação em bens de consumo ou material base para o setor industrial, quase ou nada tem se falado. Essa invisibilidade da indústria na produção acadêmica, também, reverbera nas construções do patrimônio, uma vez que reforça, ao senso comum, o entendimento de que Parnaíba e o estado do Piauí, frente a outras regiões da federação, não houve indústrias ou que essas foram tão inexpressivas a ponto de não se possuir suficiente arcabouço, capaz de gerar narrativas sobre sua constituição. A falta de identificação da população local com o patrimônio industrial de uso fabril, no sentido de não haver movimentos em prol de sua preservação³⁰ pode, assim, está relacionada com as formas como esse patrimônio tem sido percebido: se, por um lado, é capaz de evocar lembranças de um passado recente, cujos laços identitários, ainda, encontram-se frágeis e em processo de construção, por outro, a falta de conhecimento sobre a indústria e sua importância na formação da cidade e sua população, aliada a seu estado de incúria, desperta a incompreensão de sua permanência no espaço urbano.

Em suma, considera-se que a proteção de bens outrora associados à indústria, como antigas fábricas, chaminés, galpões e armazéns portuários ainda não tem levado sua efetiva preservação, no sentido da existência de esforços, individuais e/ou coletivos, para a sua conservação e promoção como bem cultural. Se o entendimento que o patrimônio é importante vetor de desenvolvimento econômico - prova disso são as tentativas, desde a década de 1970, de desenvolvimento do turismo local por meio da valorização do patrimônio natural e cultural - não tem sido suficiente para garantir a preservação dessa tipologia de patrimônio, o entendimento que esses bens devem ser preservados porque são importantes suportes de identidade e memória torna-se mais desafiador. Sem políticas efetivas de proteção, e sem esforços de sensibilização junto à comunidade local, essas ruínas de tempos outros estão a desaparecer da paisagem urbana.

³⁰Como salientado, há movimentos junto à população local em prol de uma “solução” para o problema da chaminé da antiga Usina São José, mas esses movimentos possuem como pauta maior a segurança pública, não a preservação do bem em si.

Ademais, as apropriações e novos usos do patrimônio industrial têm se baseado em concepções ainda distantes das que justificaram seu tombamento como parte do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, demonstrando como a atribuição de valor a bens culturais pelos órgãos de preservação nem sempre são absorvidos da mesma forma. Soma-se a isso, ainda, como discutido em capítulo anterior, o fato do tombamento de remanescentes de períodos de industrialização em âmbito federal ter se baseado, entre suas principais justificativas, na identificação desses vestígios com um período de desenvolvimento que a cidade experimentou no passado, sendo as indústrias impulsionadoras da transformação de Parnaíba em um dos polos econômicos mais importantes do Piauí durante o século XX. É manifesto que não se pode, porém, negligenciar que o tombamento realizado não foi dos remanescentes das Indústrias Moraes em específico, mas do Centro Histórico de Parnaíba, em que esses vestígios foram incluídos como constituintes da formação da paisagem cultural da cidade, a partir da perspectiva de cidades em rede. Portanto, em grande medida, é evidente que as demandas de memória da população local, bem como de pessoas que trabalharam em espaços industriais, não seriam uma preocupação nesse processo, mas sim a proteção do acervo urbano remanescente, que à época da realização do estudo de tombamento encontrava-se sob ameaças. No entanto, como historiadores do patrimônio, é pertinente que se perceba que na busca em atender determinadas demandas do tempo presente, no caso a proteção do espaço construído, o patrimônio muitas vezes acaba assim em consonância com um trabalho de enquadramento da memória³¹, que exclui e silencia. A preservação dos patrimônios, seja qual for sua tipologia, não pode simplesmente isentar-se de quem o vê cotidianamente, sendo transformados em meros espaços funcionais ou atrativos turísticos, adaptando-se, assim, às exigências de mercado e dos ritmos da cidade contemporânea. Antes, necessitam que lhe atribuam dinâmica econômica e social que restitua sua importância para as cidades e identidades locais³².

Seja como for, enquanto não há um despertar para a importância de se preservar os remanescentes da industrialização, seja pelo seu valor arquitetônico, paisagístico, seja como documento sobre processos industriais e tecnológicos ou qualquer outro critério de valoração, como memória da indústria, memória do trabalho, artes ou ofícios, esses bens ficam a desvanecer, deslocados à dinâmica das cidades contemporâneas e despertando

³¹ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

³² DE VARINE, 2012.

controvérsias em relação a sua permanência no espaço urbano. Tais dificuldades ainda existentes na compreensão dos vestígios da indústria como bens a serem protegidos nos leva a outras problemáticas que estão relacionadas aos sujeitos que também são agentes desse patrimônio, no sentido de também os atribuir valores e sentidos, mas que, porém, permanecem subterrâneos, no visível e no invisível da paisagem.

4.2 Contradições em torno das construções da indústria a objeto do patrimônio: o que não de nos dizer o invisível da paisagem

Os ciclos da cera de carnaúba e babaçu deixaram muitas marcas nas paisagens urbanas do Piauí, desde a arquitetura, com prédios, casas, sobrados e casarões construídos a partir das riquezas advindas dessas atividades produtivas, como vestígios de máquinas e instalações industriais que ainda permanecem como cicatrizes de outros tempos. Semelhante a outras cidades-beiras como Teresina (PI), União (PI), e Floriano (PI)³³, a paisagem da antiga região portuária de Parnaíba é resultante das complexas redes de interligação que foram se estabelecendo ao longo de séculos: pecuária, produção agrícola, extrativismo animal, extrativismo vegetal, indústrias de beneficiamento, navegação fluvial e marítima, comércio de importações e exportações. Acompanhando o curso do rio, em que o Igarauçu é apenas uma porção desse vasto território, não de se avistar carnaubais, manguezais, comunidades ribeirinhas, famílias que faziam – e fazem - do meio natural adaptado seu território de subsistência, vida e sociabilidades: pesca artesanal (tarrafas, caçoeris), cata de caranguejo-uçá, agricultura familiar em que se destacam a lavoura de arroz e a produção de carvão, o extrativismo vegetal (em pequena escala), criação de animais de pequeno porte, caça de animais silvestres, as lavagens de roupa às margens do rio. Uma paisagem marcada pelo trabalho e por ofícios diversos, cotidianos diversos, em que a transformação e apropriação social da natureza, à luz dos condicionamentos ambientais, culturais, sociais e econômicos, emergem como testemunhos da experiência e evolução humana³⁴. A paisagem do Complexo Porto das Barcas, em que se encontram os maiores exemplares de períodos de industrialização em

³³ Segundo Gercinair Silvério Gandara, “cidades-beira” são cidades que se constituem nas beiras, ou seja, nascem e crescem em função da sua localização à margem de rios. Cf. GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... cidades – beiras (1850-1950)**. Teresina: EDUFPI, 2010.

³⁴ COSGROVE, Denis. **Social formation and symbolic landscape**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

Parnaíba – e eixo principal de seu desenvolvimento econômico e urbano -, é assim formada por diversas temporalidades, resultantes da apropriação do território por grupos e sujeitos diferentes. Território compreendido não somente como espaço geográfico, mas como espaço vivido, constituído de relações sociais e culturais³⁵.

Figura 22 - Vista aérea do rio Igaracu, um dos braços do rio Parnaíba



Fonte: Acervo 19ª SR/IPHAN.

Não muito distante de outras realidades em que as indústrias arcaram maior expressividade ao meio, a coexistência de atividades comerciais e industriais, alicerçadas a estruturas portuárias e infraestruturas de transporte terrestre e fluvial, apontam para uma adaptação aos recursos naturais o que, por sua vez, favoreceram o surgimento e desenvolvimento da cidade. Mas, além disso, importa ressaltar que o caráter singular da ocupação do homem sobre o território se faz como condição *sine qua non* no processo de conformação da paisagem urbana. Tal fato não se constitui como mera questão econômica, em que os recursos e possibilidades disponíveis são seu alicerce, mas de como culturas, no plural, se expressam no território. O processo de ocupação do estado do Piauí, cujas características convergem a semelhanças nas formas de construir e habitar, dando

³⁵ROLNIK, Raquel. Lei e Política: a construção dos territórios urbanos. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 18, p. 135-154, mai. 1999.

origem a cidades em rede³⁶ ou “cidades-beira”³⁷, é uma das marcas dessas singularidades, em que a natureza é o meio, as culturas são os agentes e as paisagens são o produto dessa articulação³⁸. A paisagem cultural pode ser, portanto, compreendida como um registro do homem sobre o território, formada por diversas camadas de tempo que resultam da apropriação e agência de grupos e sujeitos diversos.

Quando pensamos no lugar da indústria na preservação do patrimônio cultural, em Parnaíba, é para essas singularidades que nosso olhar é direcionado. É certo que a indústria piauiense, como outrora desenvolvido, deu-se em moldes distintos do que se pôde observar em outras regiões do Brasil, em que as indústrias constituíram verdadeiras paisagens industriais, a partir de seu legado material remanescente. No entanto, a indústria de extração e beneficiamento de produtos vegetais, ainda que não tão expressiva, imprimiu marcas singulares ao contexto urbano. Ao observar a paisagem do Complexo Porto das Barcas (lado direito mais lado esquerdo) é possível notar como as marcas ligadas a atividades de natureza industrial ainda permanecem ali, materializadas: são as chaminés e remanescentes de antigas fábricas, armazéns e galpões portuários que além de servirem à estocagem de produtos para exportação ou importados, eram também utilizados por indústrias como recintos ou estabelecimentos fabris para matérias-primas em processamento. Muito pouco ou quase nada tem se falado sobre esses usos, sobressaindo-se os de natureza comercial, na qual o setor industrial aparece como algo secundário ou complementar ao contexto econômico experimentado. Mesmo diante desses ocultamentos, em que a memória e os usos do passado são basilares, aspectos desenvolvidos ao longo de todo o nosso itinerário, o patrimônio industrial ali está, sobrevivendo enquanto ruína às intempéries e aos embaraços do tempo.

No que concerne à noção de ruína, logo pensamos em antigas estruturas como sobrados, casarões, igrejas, galpões, armazéns portuários, pontes, parques industriais, dentre outras que foram perdendo suas funções com o passar dos anos e, por consequência, acabam por se encontrar em estado de abandono e/ou arruinamento. No entanto, como aponta Andreas Huyssen³⁹, a noção de ruína vai muito além de um

³⁶INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**. Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Teresina: IPHAN-PI, 2008.

³⁷GANDARA, 2010.

³⁸SAUER, Carl O. A Morfologia da paisagem. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; HOSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

³⁹HUYSSSEN, Andreas. **Políticas de memória no nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014b.; HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014a.

fragmento obsoleto do passado, extrapolando, assim, seu significado enquanto substantivo. Para o autor, ruína estaria ligada a um sentimento de “desejo nostálgico pelo passado”, de “desejo de um outro lugar” distante do agora, no tempo e no espaço. Essa espécie de “utopia investida”, como denomina, tomaria como referência promessas e expectativas de um futuro que desvaneceu, de algo que não se concluiu, mas que ainda é capaz de gerar nostalgia. A ruína, na perspectiva de Huyssen, seria, portanto, aquilo que permanece, que resiste mesmo quando deslocado de sua origem e assim incorporando novos usos e valores decorridos das novas relações que as sociedades vão estabelecendo com o seu próprio tempo. Dentre os principais alavancadores desse processo, aponta a “ruína arquitetônica”, ou seja, restos de estruturas desativadas e obsoletas, mas que permanecem, uma vez que uniria desejos temporais e espaciais por determinado passado.

A nostalgia está em jogo no Atlântico norte quando se observam os restos em decadência da idade industrial e as suas cidades empequenecidas, nas antigas zonas industriais da Europa, na ex-União Soviética ou nos Estados Unidos: fábricas automóveis abandonadas em Detroit, monstruosos fornos de fundição de aço na bacia do Ruhr, integrados hoje nos parques públicos, gigantescos conglomerados industriais do carvão e do aço na Europa oriental, rodeados de cidades fantasmas, sinais indubitáveis do fim do socialismo. Essas ruínas e a sua representação em livros ilustrados, filmes e exposições são um claro sinal de nostalgia pelos monumentos de uma arquitetura industrial correspondente a um passado onde uma cultura pública unia o trabalho e a sua organização política. Sentimos nostalgia pelas ruínas da modernidade porque ainda nos parecem transmitir uma promessa que se desvaneceu na nossa época: a promessa de um futuro diferente⁴⁰.

Importante salientar que Huyssen não deixa claro se a nostalgia das ruínas estaria sempre associada a um passado visto como bom, de progresso, de saudade daquilo outrora visto como moderno. Entretanto, chama a atenção para o fato de que a ruína é portadora de muitas temporalidades, algumas das quais tão contraditórias que se tornaria difícil compreender como poderíamos falar de uma nostalgia das ruínas no início do século XXI quando, por exemplo, recordamos cidades que foram bombardeadas durante a Segunda Guerra Mundial, como Varsóvia, Hamburgo, Estalinegrado etc. Para o autor, os bombardeios não apenas produziram ruínas, como também escombros, estes que são “estetizados” por meio de uma série de filmes e livros de ficção que buscariam recontar estes conflitos, transformando, assim, os escombros em ruínas. A ruína, em nossa leitura, teria assim suas origens a partir do material, de algo palpável, mas que, porém, ganharia

⁴⁰HUYSEN, Andreas. **Políticas de memória no nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014b, p. 88.

uma dimensão imaterial, deixando de ser o que o autor chama de “ruína autêntica” para se transformar em objeto de uma “nostalgia reflexiva”. A nostalgia reflexiva, segundo o autor, seria aquela que valorizaria os fragmentos de memória, que temporalizaria o espaço, sendo capaz de revelar sensações contraditórias: que o desejo nostálgico pelo passado e o pensamento crítico não se opõem, da mesma forma que as recordações afetivas de um determinado passado não nos privariam de sentir compaixão, refletir criticamente e, até mesmo, fazer juízos de valor sobre determinados fatos ou acontecimentos passados.

Nesse sentido, a ruína seria algo seletivo: um casarão dos séculos XVIII e XIX, uma igreja barroca, uma praça, mas também uma fotografia, uma lembrança, a memória de um cheiro, de um sabor, as recordações de um massacre seriam ruína, uma vez que seriam e são capazes de despertar nostalgia de uma era anterior, de um tempo transcorrido que permanece, resistindo entre a lembrança e o esquecimento. A ruína é, portanto, um fragmento de passado que nos traz vestígios de um tempo que não se apresenta como tão distante. Exacerbada de memórias, metamemórias⁴¹, outras subterrâneas, silenciadas⁴². Seja como for, a ruína é a marca, é a cicatriz de um tempo que ainda permanece na paisagem: nas paisagens da cidade e nas paisagens da memória. A paisagem, entendida aqui como documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural⁴³ e, também, como memória⁴⁴ é a expressão visível e, ao mesmo tempo, invisível das transformações que ocorrem ao longo do tempo e que se apresentam nas sociedades contemporâneas como ruína⁴⁵. Entre o sensível e o factual, o que a paisagem é capaz de nos revelar para além daquilo que nossos olhos alcançam ou do que nossos ouvidos já se acostumaram a escutar? A paisagem é obra da mente, do olhar de quem a observa⁴⁶, e esse olhar nunca é destituído de um sentido político. É preciso todo um trabalho de prospecção para enxergar o que está além da paisagem como espaço físico, reveladora da apropriação social do território⁴⁷, e como espaço simbólico apropriada pelas demandas do contemporâneo que presentificam ausências, reconfigurando temporalidades⁴⁸.

⁴¹CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

⁴²POLLAK, 1989.

⁴³RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

⁴⁴SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁴⁵HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014a.

⁴⁶SCHAMA, Simon. *op. cit.*

⁴⁷COSTA, Otávio José Lemos. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 33-40, jan./jun. 2003.

⁴⁸PESAVENTO, Sandra Jatáhy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, Goiás, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008.

Ao percurso quase que etnográfico, num esforço contínuo em oferecer subsídios à escrita da História do Tempo Presente, muitos são os agentes que a partir de experiências diferentes, e de um determinado lugar de fala, atribuem sentidos à paisagem. Adentrando no âmbito do sensível, do experimentado, alguns desses agentes nos chamaram maior atenção pela natureza das relações que estabeleceram e, de outras formas, estabelecem com o meio: indústria, trabalho, memória e patrimônio, num processo contínuo de (re)criação de identidades.

4.2.1 Ruínas industriais e patrimônio: outras vozes, outros usos a reconfigurar temporalidades

Do suor derramado durante a labuta diária, das queimaduras provocadas pelas caldeiras de cera de carnaúba e óleo de babaçu, das dores de cabeça desencadeadas pela “quentura” e “pressão” das máquinas e instalações industriais, das greves, das advertências, das suspensões, da insatisfação com pagamentos e jornadas de trabalho, dos conflitos entre patrões, capatazes e empregados⁴⁹. Espaços estrategicamente criados para abrigar funções concretas e produtivas, por vezes insalubres e degradantes e, por isso, reveladores de experiências nem sempre tão positivas. Mas, sob a ótica da memória e do patrimônio, esses espaços, em estado de abandono ou abrigando novas funcionalidades, passam a adquirir novos usos, inaugurando outras temporalidades.

Por meio das narrativas de pessoas que trabalharam em espaços industriais, em particular nas antigas fábricas do Complexo Moraes S/A, foi possível perceber que a indústria foi capaz de criar ritmos, conflitos, sociabilidades, revelando-se como organizadora da vida social e principal referência espacial. A atividade industrial não apenas alterava a paisagem urbana a partir das diversas estruturas e infraestruturas implantadas como, também, as percepções temporais e espaciais de diversos sujeitos e grupos, ditando horários, ritmos, hábitos e costumes. Dentre estes últimos, que aparecem

⁴⁹Toma-se aqui como fonte 10 (dez) entrevistas de história oral de vida e história oral temática, realizadas com ex-funcionários das Indústrias Moraes S/A, são elas: Manoel Moraes Neves (Manoelzinho), cedida à autora em 11 de maio de 2016 (entrevista não gravada); Roque de Souza Galeno, cedida à autora 7 de maio de 2016 (entrevista não gravada); Enoque Epifânio, cedida à autora em 12 de maio de 2018; Raimundo Nonato (Pé Vei), cedida à autora em 9 de abril de 2016; Jacob de Sousa, cedida à autora em 22 de julho de 2018; José Wilson, cedida à autora em 12 de maio de 2018; Luiz Carlos Quaresma (Bibi), cedida à autora em 06 de maio de 2016; Oriceles Rocha (Célio), cedida à autora em 9 de abril de 2016; Raimundo Nonato (Sansão), cedida à autora em 18 de julho de 2018; José Maria Guimarães (Cachimbo), cedida à autora em 14 de setembro de 2018.

com maior frequência nas entrevistas de história oral realizadas, era o costume de ir a bares e botequins depois do expediente de trabalho e, apesar de haver distinções entre categorias de trabalhadores, no sentido do tipo de bar frequentado, era costume que fazia parte do cotidiano dos funcionários, eram estes “trabalhador de fábrica”, “trabalhador braçal” ou “funcionários de escritório”. Os times de futebol com campeonatos, formados por trabalhadores de indústrias e casas comerciais (geralmente rivais no futebol e nos negócios), assim como acordar, almoçar, “se deitar” em função do apito das fábricas também é parte expressiva dos ritmos empreendidos pela a indústria, ainda lembrados com saudades e entusiasmos.

Com as transformações decorrentes do encerramento das atividades industriais em Parnaíba, que resultaram na perda de diversos empregos e ofícios, houve mudanças não apenas no ritmo de vida dessas pessoas, mas, também, nas formas pelas quais a própria cidade passou a ser vivida e consumida. Hoje, sem “os Moraes”, parte desses sujeitos demonstram em suas narrativas a sensação de estar vivendo um novo tempo. A urbe já não possui a beleza e a movimentação que caracteriza seu passado rememorado a partir de um tempo de riquezas e progresso material. Continua sendo uma cidade barulhenta, mas já não são os mesmos barulhos “daquele tanto de homem enchendo os navios de óleo, de cera”⁵⁰. São outros diálogos, outras gargalhadas, transbordadas pelos novos costumes e hábitos da contemporaneidade. Nesse contexto, os espaços que outrora abrigavam as atividades do trabalho e da produção industrial, hoje em estado de abandono ou abrigando outras funções, permanecem marcados nas memórias desses sujeitos que, em meio a esses espaços, dedicaram longos anos de suas vidas, que viram seus filhos crescerem à custa do suor derramado durante a labuta diária, que construíram vidas, sonhos, em meio a movimentação de uma cidade agitada, portuária. Uma cidade que permanece adormecida “entre as experiências de um passado idealizado e as expectativas de um presente desencantado”⁵¹. Esses sujeitos, outrora embebidos por um estilo de vida ritmado pelo chão das fábricas, agora passam a ter suas vidas remodeladas não apenas pela ausência de seus locais de trabalho, mas por uma nova forma de experiência urbana.

A cidade era muito diferente. Esse Porto das Barcas aí, o movimento de Parnaíba. Aqui recebia tudo, tudo fluvial. As barcas tava tudo aí, rebocador. Vinha de Floriano, Teresina, de seis barcos de lá pra cá, cheim. Eles [os

⁵⁰Entrevista realizada com Roque de Souza Galeno, cedida à autora em 07 de maio de 2016 (entrevista não gravada).

⁵¹CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. A escriturística de uma saudade parnaibana. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim; CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. (Org.). **Parnaíba: Ver, sentir, dizer**. Parnaíba: Edufpi, 2015. p. 121.

Moraes] traziam muita carga. Toneladas e toneladas do Moraes passava tudo naquela balança. Naquele tempo, era muita coisa. Hoje, não tem mais nada... Olha, quando eu entrei, em 57, funcionava lá e cá [Usina Alberto Correia e Usina São José]. E era dia e noite, meu irmão. Era difícil parar, 10 (dez) dias, 15 (quinze) dias. Mas era difícil. Olha, caminhão carregado de material, cera, pó, babaçu, fazia fila. Podia entrar tudo de uma vez, que não cabia lá dentro [da Alberto Correia]. Descarregando, descarregando, passava o dia todinho descarregando. Os armazéns era uma coisa estúpida⁵².

Ao rememorar sua trajetória de vida como trabalhador das Indústrias Moraes, nota-se na narrativa de Sansão um contraste entre a cidade de outrora, rememorada a partir de um tempo em que se tinha, em suas palavras, “estupidamente” tudo e a cidade atual, onde já não há mais nada. Para ele, o tempo “dos Moraes”, tomado como referência na atribuição de sentidos à cidade que hoje vive, era um tempo diferente, que se contrapõe a um tempo reinventado como novo e que não mais possui as riquezas de outrora. Nesse ínterim, em que a memória trabalha, o sentimento de perda e de esvaziamento em relação ao presente acarreta uma espécie de ajuizamento dos eventos desenrolados, em que as divergências e os conflitos inerentes ao espaço fabril passam a ficar secundarizados e, até mesmo, esquecidos. A fala de José Wilson, de 60 (sessenta) anos de idade, também nos traz elementos dessa análise.

A minha vida nos Moraes foi ótima, ótima. Eu tenho pena daquilo ali ter se acabado. Aquilo ali sustentou muito filho. Meu coração dói, meu coração dói. A São José, só terreno e aquela chaminé... Aquele Moraes, até hoje tem meu rastro lá, do meu irmão, do meu pai. Tem hora que eu passo por lá, e digo: olha aí, nesse Moraes, tem tanta alma andando aí, muitos deles chorando porque isso aí se acabou⁵³.

José Wilson trabalhou nas Indústrias Moraes por 18 (dezoito) anos, ingressando em 1976 por intermédio de seu pai, Dermeval de Souza, que exerceu toda a sua vida laboral na mesma indústria. Inicialmente como funcionário de serviços gerais e posteriormente como “funcionário de escritório”, Wilson não chegou a vivenciar o chão das fábricas, tendo ainda acesso a estudos formais, algo não muito comum a maioria dos “trabalhadores de fábrica”. No entanto, apesar de um lugar bem definido dentro do processo de trabalho, traz em suas narrativas pontos em comum com a de outros trabalhadores que exerciam atividades e funções menos valorizadas, do ponto de vista das

⁵²Entrevista realizada com Raimundo Nonato da Cunha (Sansão), cedida à autora em 18 de julho de 2018. Sansão, 83 (oitenta e três) anos, trabalhou nas Indústrias Moraes por 30 (trinta) anos, de 1957 a 1987. Trabalhou bastante tempo como porteiro, chegando a exercer outras funções na Usina Alberto Correia, como marceneiro e carpinteiro.

⁵³Entrevista realizada com José Wilson, cedida à autora em 12 de maio de 2018.

hierarquias existentes. Tal fato evidencia como os espaços industriais, sob a temporalidade da memória, vão adquirindo novos sentidos, quiçá, distantes dos de outrora. A fala de Oriceles Rocha, de 49 (quarenta e nove) anos, que exerceu diversas funções na Usina Alberto Correia, como “trabalho braçal”, carregando sacos na cabeça, nas caldeiras de cera de carnaúba e também como porteiro, é sensível nesse sentido.

Nós éramos uma grande família. Tínhamos nossas desavenças, mas era coisa assim, verbal. No final das contas a gente trabalhava em favor da firma e os patrões nos ajudavam. Eles eram rígidos, mas se você estivesse trabalhando correto pode ter certeza que você tinha um grande patrão, um grande amigo. Até hoje, eu te juro, eu tenho amigos que chega aqui, aí enche os olhos d'água. Eu mesmo me sinto, às vezes no final de semana, aquele momento assim de nostalgia. Tu chega aqui, aí fica lembrando, na imaginação, ver o pessoal trabalhando aqui, ali. Eles chegam aqui. Eu vejo homem chorando, homem barbudo. Eu não gosto de trazer meu pai aqui. Eu não gosto de trazer o meu avô aqui, porque depois que envelhece, diz que vira criança, né? Imagine só oportunidades únicas que tu tem na tua vida, de juntar uma grande família, de trabalhar, sustentar tua família, todos os teus filhos. Eu digo que tudo que eu tenho tá aqui. Eu já trabalhei em Brasília, em muitos locais, mas eu me identifiquei aqui⁵⁴.

Para Célio, forma pela qual é conhecido, que trabalhou por 10 (dez) anos para Moraes S/A, de 1995 a 2005, não existiam momentos ruins. E, se existiram, não viu o porquê contar. Em suas narrativas, busca sempre rememorar o espaço fabril como semelhante ao da família: as divergências existiam, mas faziam parte da dinâmica cotidiana. Os patrões não eram apenas sujeitos que determinavam e reclamavam serviços, nos quais se devia respeito e obediência, mas eram, também, amigos, na medida em que se “estivesse trabalhando correto”. Tais relações a evidenciar certa nostalgia e desalento diante do que se apresenta aos olhos - fábricas desativadas e em estado de abandono -, também aparecem nas memórias de outros trabalhadores que exerciam funções diferentes da de Célio, mas, ainda, no chão das fábricas. Ao narrar suas experiências, Raimundo Nonato, conhecido como Pé Vei, que trabalhou durante 35 (trinta e cinco) anos para as Indústrias Moraes, exercendo várias atividades, dentre estas de natureza administrativa nos setores chamados “da produção”, assim rememora:

A gente fazia uma bandeja de inox. Aí, na hora vinha todo mundo pra comer. Ave Maria! Eu sinto assim uma tristeza tão grande. Eu criei minha família trabalhando lá e o Dr. Flávio [diretor industrial e sócio da indústria] era uma pessoa boa. Ele gostava de ver o bandejão quando nós ia merendar. Dizia: há, rapaz, eu num posso nem comer um pedaço desse peixe frito com vocês, que

⁵⁴ Entrevista realizada com Oriceles Rocha (Célio), cedida à autora em 09 de abril de 2016.

é problema... Se tivesse lá, eu ainda tava lá, porque eu trabalhava na administração, e o homem [Dr. Flávio] era muito bom comigo⁵⁵.

Na temporalidade da memória, em que as marcas físicas do trabalho fabril já não se fazem tão perceptíveis como, por exemplo, as de Pé Vei que recebeu esse apelido por conta de uma queimadura em um de seus pés provocada por cera de carnaúba quente, o que sobrevive na paisagem é o significado que os sujeitos o atribuem e, nesse caso, são as experiências do trabalho, e o valor atribuído a este, que dão essa significação. Nesse contexto, a memória funciona como importante vetor na construção do patrimônio, ainda que a palavra “patrimônio” não apareça nessas narrativas. Essa construção, por sua vez, mesmo se tratando de um mesmo grupo social - “trabalhador de fábrica”, a qual se enquadrariam Célio e Pé Vei -, não é, porém, unívoca, mas distinta e conflitante, assinalando como o patrimônio é portador de valores diversos, em disputa pelos sujeitos e grupos que faz parte enquanto memória. A narrativa de José Maria Guimarães, conhecido como Cachimbo, demonstra como essas relações entre indústria, memória e patrimônio são problemáticas, a requerer análise pormenorizada.

Ainda hoje eu me lembro de tudo que fizeram comigo. Eu tinha 23 anos e 6 meses de carteira. No dia que eu fui. Hoje, um negócio aí dum rio aí alagado, que andou alagando o pessoal. Aí muita gente tirou dinheiro lá e era obrigado a firma dá para as pessoas pra, não sei porque era não. Ainda hoje tem essa arrumação. Aí, eu nunca pedi. Eu passei esse tempo todinho e nunca pedi um vale de nada dentro da firma. E quando foi no dia do meu pagamento que eu fui, que eu fui receber lá na Justiça do Trabalho. Foi eu, esse Ademar, que é o que tá vivo, que ainda hoje dirigia os carros, tanto dos donos como das firmas. Trabalhava de tudo lá dentro, era muito poderoso! E aí, eu e ele, e esse sem vergonha que acabou com a firma [um dos sócios], e outro rapaz que também mora do outro lado do rio. Nós era quatro. O meu dinheiro deu 95 (noventa e cinco) reais. De 23 anos e 6 meses de carteira. Nunca pedi um nada. Meu dinheiro só deu este. Hoje eu conto pros meus colegas: tu tá com mentira! Rapaz, eu não vou tá com mentira com ninguém, porque se eles tivessem me dado mais, eu teria dito que eles me deram mais. Mas o meu dinheiro, que eu dei durante esses vinte e poucos anos, foi só esse dinheiro aqui: 95 (noventa e cinco) reais. A dona Zulmira [esposa de um dos sócios], cheguei lá fora, a dona Zulmira me deu 05 (cinco) reais, completou 100 (cem) reais (silêncio.). Viu? Ainda hoje, quando as vezes eu me lembro assim, me dá vontade de eu chorar⁵⁶.

Cachimbo trabalhou nas Indústrias Moraes por 23 (vinte e três) anos e 06 (seis) meses, inicialmente como “trabalhador de fábrica” ou “trabalhador braçal” no setor de refinamentos de cera de carnaúba, passando pelas caldeiras e, posteriormente, exercendo o transporte terrestre de mercadorias, e como vigia na residência de um dos sócios da

⁵⁵ Entrevista realizada com Raimundo Nonato (Pé Vei), cedida à autora em 09 de abril de 2016.

⁵⁶ Entrevista realizada com José Maria Guimarães (Cachimbo), cedida à autora em 14 de setembro de 2018.

indústria. Em suas memórias, relata a saudade do trabalho, da fábrica, dos amigos, dos patrões que eram “carrascos”, mas que, também, eram “gente boa”, além de outros eventos do cotidiano do trabalho, narrados com entusiasmos. No entanto, apesar da saudade e das expressões faciais de alegria, Cachimbo também relembra de momentos intitulados por ele como “muito ruim”, como o ritmo do trabalho pesado, a “quentura” de máquinas e instalações, os acidentes de trabalho – que quase o fizeram perder um dedo e o emprego que acabara de conseguir -, a rigidez dos patrões e capatazes, além de, mesmo sendo um funcionário exemplar e nunca ter pedido “um vale de nada”, não ter recebido os direitos que contava possuir. Para ele, o tempo “da firma”⁵⁷ é também um tempo de sofrimentos.

Eu trabalhei esse tempo todinho, e ainda hoje eu sinto saudade. Foi um tempo que eu passei, que sofri muuuito. Porque eu penso assim: se fosse hoje, eu não vinha mais me embora dacolá pra casa. Eu tinha que tirar o resto da noite lá. Se desse pra mim vim, se não desse, eu rodava [pernoitava]. Porque eu saia daqui 05 (cinco) hora da manhã e chegava 12 (doze) hora da noite de volta em casa.

Diferente do que se pôde observar no primeiro capítulo deste trabalho em que a indústria aparece como parte de algo que convencionamos chamar de *paisagem do progresso*, essa aparece aqui não apenas como parte de um tempo bom, de progresso comercial e industrial, mas, também, associada aos enfrentamentos do trabalho fabril. São memórias de labuta, de sofrimentos, movidas pelo sentimento de esvaziamento e pela perda de um local de trabalho, em que a saudade e a ressemantização do passado se dão a partir de outros referenciais identitários. É certo que a indústria, ou firma como prefere Cachimbo, também emerge em sua importância para a cidade e seu desenvolvimento. Assim como outros trabalhadores que entrevistamos, Cachimbo não se esquivava em ressaltar, entusiasmado, como a “firma era muito rica”, possuindo abundantes armazéns, guindastes, navios, barco, avião; a diversidade e qualidade dos produtos produzidos, cera de carnaúba, babaçu, sabões e sabonetes; além, também, de lamentar o encerramento de suas atividades e situação atual de abandono. No entanto, como vimos, essas memórias vêm, ainda, acompanhadas de outros posicionamentos que nem sempre revelam uma relação positiva com os espaços a que estão atreladas, evidenciando como a ruína é portadora de diversas temporalidades, algumas tão contraditórias que fica difícil compreendermos como podemos sentir saudades de uma época que também é capaz de

⁵⁷Durante a entrevista, Cachimbo não se refere a Moraes S/A como indústria ou fábrica, mas apenas como firma.

gerar aborrecimentos e/ou sofrimentos. Ao apontar insatisfações com jornadas de trabalho e remunerações, a fala de Pé Vei que, de início, havia relatado apenas boas lembranças, também traz esse aspecto.

Uma vez nós fizemos uma zuada lá [na Usina Alberto Correia], porque nós trabalhamos 05 (cinco) domingos direto. E nossa briga era assim: porque quem trabalha o domingo, tem direito a 9 (nove) dias. Ou que você trabalha, não trabalha, você tem direito a 07 (sete). Porque o domingo nos exigia dobrado. Porque domingo ninguém queria ir. Aí, era uma enrolada assim. Porque uma firma aí pra fora, era assim: você quer trabalhar amanhã? Você quer trabalhar amanhã? Pois assine aqui. Aí, o Ministério traz uma autorização. E ali [na Moraes] nada disso! Aí, o Dr. [um dos sócios da empresa] chegou. Você não tá satisfeito de trabalhar o domingo? Tô não! Porque eu já ganho o domingo. Eu trabalhar o domingo, eu não ganho nada, só ganho mesmo o dia que é pra ser dobrado. Sim, mas você recebe quantos dias? Recebo 08 (oito) dias. É 09 (nove)! Não mais... Não, Dr., mas como que tá certo? É dobrado. É 50%, Dr. Mas tudo é comprado, essas autoridades. Hoje ninguém é de ninguém⁵⁸.

Dessa forma, os espaços industriais, transformados em *friches* ou abrigando novas funções, não são apenas locais onde se desenvolveram atividades de trabalho e produção, e que tiveram significativa relevância no contexto de desenvolvimento econômico e/ou urbano, mas são, também, lugares da memória. Lugares físicos e, ao mesmo tempo, simbólicos, que são capazes de mobilizar a memória de diversos sujeitos e grupos acerca de experiências e acontecimentos passados, fazendo com que a memória, como construção social, trabalhe⁵⁹. A atividade industrial vai, assim, deixando suas marcas nas paisagens urbanas, não apenas a partir dos vários vestígios de estruturas e instalações obsoletas e/ou adaptadas a novos usos, mas nas formas com que essas paisagens vão sendo significadas e ressemantizadas pelos trabalhos da memória: se, por um lado, revelam o progresso e as demandas de memória e patrimônio de uma elite desalojada de seu protagonismo econômico, são, também, reveladoras de outros usos e de outras vozes que nem sempre revelam uma relação harmoniosa e/ou de culto ao passado como exemplar, tornando a construção dos patrimônios espaço de luta, material e simbólica⁶⁰.

Pensar nas relações entre indústria, memória e patrimônio, a partir de trajetórias de vida a reconfigurar paisagens e temporalidades, é vislumbrar um campo cercado por subjetividades, cujos maniqueísmos não são bem vindos. A escolha de testemunhos

⁵⁸Entrevista realizada com Raimundo Nonato (Pé Vei), cedida à autora em 09 de abril de 2016.

⁵⁹NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez.1993; GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 15-28, dez. 2015.

⁶⁰CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacionalismo. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.

oculares do passado com idades, ofícios e trajetórias diferentes não fora arbitrária. A intencionalidade se fez na medida em que se buscou assinalar que não se trata de fenômeno isolado, submetido aos condicionamentos de quem e de onde se fala, cuja estrutura social é indelével. Se as memórias dos espaços fabris, construídas com base na experiência social do trabalho, são boas ou ruins não cabe à análise do objeto pesquisado. O que importa é perceber de que forma indústria, trabalho e memória articulam-se a evidenciar contradições em torno da identificação dos remanescentes da industrialização a objeto do patrimônio. A tessitura que rege essas relações, por vezes problemáticas, fora um dos fios que nos conduziu à *ruína* e aos pormenores que dificultam a compreensão dos remanescentes da indústria, mormente espaços ligados ao trabalho e a produção fabril, como bens culturais. Ao contrário de bens valorizados, sobretudo, por sua excepcionalidade histórica, monumental, artística, estética, o patrimônio industrial nem sempre é motivo de orgulho e contemplação, sendo capaz de revelar estigmas, como as marcas do trabalho fabril, seja nas mãos, nos pés, nas expressões faciais; a divisão entre classes sociais, tanto no que se refere as hierarquias existentes dentro das próprias fábricas a partir da distinção entre “categorias de trabalhadores”, como fora dos espaços fabris, em que o trabalhador industrial, sobretudo “braçal”, encontrava sua distinção, seja ao atravessar as ruas com seu macacão de zuarte, seja nos bares ou botequins em que frequentava. A insalubridade do interior das fábricas; o perigo, a poluição e as consequências à saúde humana ocasionadas pelas máquinas e instalações industriais; a exploração da classe trabalhadora e sua transformação em mera engrenagem do processo de trabalho e conseqüente alienação; as relações que as sociedades possuem com a própria noção de trabalho são fatores que transformam o patrimônio industrial em objeto de controvérsias: se há quem defenda sua proteção e conservação (número ainda pouco expressivo em relação a outras tipologias de patrimônio), há, também, quem não compreenda os sentidos de manter essas estruturas destituídas de suas funções originais e/ou abrigando valores distantes daqueles que regem seu processo histórico de constituição.

Ainda que se tenha levantado que os esforços em prol da preservação do patrimônio industrial sejam incipientes para o caso de Parnaíba e do próprio Piauí, as apropriações e interpretações sobre o seu significado, à luz das demandas de memória e patrimônio, por sua vez, abrem espaço para que passados nem sempre tão glamorosos como os relacionados ao cotidiano e aos enfrentamentos do trabalho fabril sejam ressignificados, silenciando e, até mesmo, apagando aspectos que possam apresentar-se

como negativos ou dissonantes. Aqui, aponta-se o papel que a própria escrita historiográfica possui nesse processo, sendo ela capaz de criar e/ou legitimar narrativas sobre o passado e, conseqüentemente, criando patrimônios. Ao que pese as ausências do patrimônio industrial como tema de estudos da historiografia, há de se notar, a partir de revisão de literatura, que os espaços fabris possuem uma longa trajetória de estudos e pesquisas, cujas chaves de leitura giram, sobretudo, em torno de abordagens e conceitos pertinentes à história social e aos mundos do trabalho. No entanto, uma vez que se passa a olhar para a indústria como objeto da pesquisa historiográfica, a partir do ponto de vista da memória e do patrimônio - número ainda bastante reduzido, conforme discriminado no item Introdução -, esvazia-se o problema da dimensão do trabalho e das questões relacionadas à classe e à cultura operária, sobressaindo-se, em primazia, o problema das dimensões da memória e do patrimônio. Considera-se que os historiadores, ao dedicarem-se aos estudos dos mundos do trabalho, cultura e movimentos operários precisam, também, transpor esses limites entre linhas e abordagens teóricas, com vistas a problematizar os dilemas que perpassam as disputas simbólicas em torno da construção dos patrimônios do trabalho como inerente à própria experiência. Ao cunhar o conceito de experiência, parte-se do entendimento que Thompson⁶¹ não apenas evidenciava o papel da classe operária frente aos determinismos impostos pelas estruturas sociais dominantes, como trazia à tona a própria questão de como lidar com os resultados da agência dos sujeitos frente às estruturas que resultam, também, em cultura. Culturas laborais, gestadas em meio a sistemas opressores e esmagadores, são elas, também, formadoras de muitos patrimônios, alguns tão novos que continuam ali, subterrâneos, silenciados, negligenciados em fachadas e chaminés tombadas. Na temporalidade da memória e do patrimônio, o problema da dimensão do trabalho e das questões relacionadas à classe e cultura operária, em suas articulações com os bens patrimonializados e patrimonializáveis, não são, ainda, considerados.

Há, por sua vez, que se notar em demandas e processos de patrimonialização de bens industriais no Brasil o interesse nas memórias do trabalho e dos trabalhadores na preservação do legado de períodos de industrialização. No entanto, com base em pesquisa bibliográfica, nota-se que as memórias do trabalho e dos trabalhadores são apropriadas como pilar de sustentação na identificação e manutenção de bens industriais a objeto do patrimônio, e não como eixo agenciador capaz de criar narrativas políticas sobre o

⁶¹THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

passado das indústrias, dos processos de industrialização e desindustrialização, bem como das próprias identidades nacionais. Considera-se que tal fato não é somente característico de sociedades cujos processos de industrialização apresentaram-se como tardios, caso em que se insere o Brasil, nem mesmo de contextos em que a noção de patrimônio industrial ainda encontra-se em processo de desenvolvimento, caso do Piauí e da região Nordeste, mas relaciona-se, também, com a própria noção de herança.

O consenso que o patrimônio está ligado à formação de identidades, em que a continuidade de um grupo social se daria por meio da herança de bens, lugares e práticas culturais corrobora com o entendimento que preservar o passado é imortalizar valores e manifestações culturais como algo a ser deixado ou transmitido a gerações futuras⁶². Ora, não há de se negar como a noção de herança assume papel decisivo na gestão do passado e na construção de patrimônios, a contemplar narrativas de identidades e nacionalidades. O que seria de Salvador (BA) se sua construção como patrimônio histórico da humanidade, ao invés de fundamentada em raízes luso-brasileiras, estivesse pautada no passado da escravidão africana?! No arrancar-lhe dos pedaços de carne preta, feito mioglobina⁶³ a corar as ruas do Pelourinho ... O que seria de Ouro Preto (MG), cujo esplendor da arte barroca é expressão maior de sua excepcionalidade, se a insalubridade e o sucumbir da mão de obra cativa dos negros africanos emergisse em meio as narrativas protagonistas que levaram seu reconhecimento como Patrimônio Mundial?! O que seria da Parnaíba dos Dias da Silva se as narrativas patrimonialistas enfatizassem o papel dos movimentos sindicalistas, a identificar conflitos no interior das classes operárias?! Ou, por ventura, o trabalho dos estivadores da Parnaíba e sua antiga região portuária, responsável por movimentar a economia durante grande parte do século XX?! Entre cais e porões: homens pretos, suados, calejados; entorpecidos de tanto trabalho, hão de encontrar refúgio em meretrício e destilados

A exemplo dos marcos que caracterizam a trajetória da preservação do patrimônio cultural no Brasil, desde a criação do SPHAN à descentralização das políticas preservacionistas; Se partirmos do pressuposto que o patrimônio caracteriza-se como “aquilo que define o outro a partir de referenciais identitários e é referendado por valores

⁶² POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

⁶³ Mioglobina, nome atribuído ao líquido vermelho que escorre da carne bovina, quando esta se encontra pronta para o consumo, em condição mal passada. Tomada aqui como metáfora, não se constitui como escolha gratuita, mas remete a redução do escravizado à condição de quadrúpede, domesticado para fins de reprodução da riqueza material e simbólica das classes dominantes.

atribuídos a bens e práticas culturais”⁶⁴ ou, ainda, se considerarmos que o patrimônio se constitui como reação de defesa, em que valores, instituições e objetos representativos de uma determinada coletividade tenderiam a se perder⁶⁵, porquê haveríamos de preservar bens que contrariassem os valores pelos quais gostaríamos de ser lembrados? Memórias difíceis, narrativas dissonantes parecem não contemplar os ideais de herança que identificam o passado como objeto patrimonializável. As discordâncias em torno do que deve ou não ser preservado, do que deve ou não ser destruído não residem, portanto, na natureza dos bens culturais em si, mas no ideal de herança que os rege.

A partir dessa leitura, compreende-se que as dificuldades de identificação e valorização dos remanescentes da industrialização como bens culturais não estão associadas apenas ao fato destes bens se constituírem como tipologia de patrimônio ainda muito recente, cuja especificidades arquitetônicas desafiam os padrões estilísticos do que normalmente se entende como patrimônio⁶⁶ ou, ainda, por conta da forma como estes bens têm se apresentado às malhas urbanas (abandonados ou subutilizados), mas porque sua arquitetura, seus pisos, suas paredes, seus fragmentos de máquinas obsoletos e ultrapassados podem também revelar vozes e narrativas dissonantes⁶⁷, nem sempre a revelar relações positivas com esses espaços. Quando entendidos como patrimônio cultural, espaços outrora destinados ao trabalho e a produção fabril distanciam-se, assim, da definição tradicional de “herança cultural”, inserindo-se no que Dominique Poulot⁶⁸ designou como “novos patrimônios”, oscilando entre tentativas de preservação e, ao mesmo tempo, condenação ao esquecimento⁶⁹. É, portanto, as formas pelas quais nos relacionamos com o passado das indústrias, e o que esse possa vir a revelar, que se coloca como ponto chave nas dificuldades de identificação e valorização dos bens industriais. Como anteriormente salientado, o patrimônio industrial precisa ser ressemantizado. É preciso transformar esse patrimônio para que sua recepção e permanência no espaço urbano se torne, minimamente, aceitável e justificável. Se o próprio glamour, cujo o excepcional e o monumental é ostensivo as hipérboles que caracterizam a fugacidade de

⁶⁴NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014. p. 63.

⁶⁵GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

⁶⁶FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-35, jan./jun. 2009a.

⁶⁷TUNBRIDGE, John E; ASHWORTH, Gregory John. *Dissonant heritage: The management of the past as a resource in conflict*. Londres: Belhaven Press, 1996.

⁶⁸POULOT, 2009.

⁶⁹BORGES, Viviane Trindade. Memória pública e patrimônio prisional: questões do tempo presente. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 310-332, jan./mar. 2018.

tempos líquidos, ainda não tem sido suficiente para sustentar o patrimônio associado às demandas de turismo⁷⁰, promover e manter um patrimônio menos glamouroso e, até mesmo, desconfortável aos ouvidos e olhos ansiosos por aventuras e *likes* é, por sua vez, quebrar com a lógica que identifica o passado como produto comercializável. O passado precisa ser contemplado, para que o poder simbólico que rege o mundo social⁷¹ sirva, também, como referência invisível na promoção de locais e cidades, que enxergam na materialidade do patrimônio potencialidades de valorização turística e consequente retorno econômico.

É certo que essa natureza dinâmica do processo de construção dos patrimônios, caracterizada por controvérsias em torno dos usos contemporâneos do passado, é inerente à sua própria constituição. No entanto, há de se notar que esses processos não são plenamente racionais, como se a não gratuidade da gestão do passado fosse isenta de quaisquer interferências das estruturas sociais. São os significados e as formas pelas quais as sociedades se relacionam com suas heranças que abrem espaço a discordâncias e, por consequência, a falta de consenso em relação aos bens culturais. Não apenas o que é interpretado, mas como é interpretado, por quem, onde e quando são particularidades a condicionar relações e valores atribuídos a determinados locais, bens ou práticas⁷². Nesse aspecto, há muito de se notar dos empréstimos a reboque das redefinições das bases teóricas e metodológicas da pesquisa antropológica. A ênfase nos estudos da cultura a partir de sua abordagem sistêmica cujo conflito é inerente, a redução da escala de análise, a valorização do lugar de fala do outro (sujeito do processo histórico e indivíduo da abordagem sociológica), a diversidade de temas, objetos e abordagens foram, e são, das principais contribuições da antropologia cultural para o campo dos estudos historiográficos. Como principal repercussão dessa “virada antropológica”, pode-se apontar o entendimento de que todo fenômeno é cultural, ainda que outros aspectos, como os sistemas econômicos, não possam ou não devam ser desconsiderados. As diferenças são da ordem da cultura, e a cultura se faz na medida em que são vivenciadas as tramas da vida em sociedade, nas experiências, nos enfrentamentos cotidianos, nas tensões,

⁷⁰Aqui, faz-se uma crítica as formas pelas quais, na sociedade contemporânea, o patrimônio tem feito parte de demandas de consumo. Ao visitar o Museu do Louvre, em Paris, por exemplo, talvez o visitante não compreenda nada que ali há, porém sente a necessidade de tirar muitas *selfies* que vão, quase que num impulso incontrolável, parar em seus *instories* no Instagram, ficando lá por apenas 24 horas, sendo depois automaticamente excluído. Fugaz, exagerado, assim tem sido a sociedade do consumo, onde não basta consumir, mas é preciso mostrar que se consome, do contrário, a visita ao Louvre ou a qualquer monumento/ruína de excepcional valor histórico e/ou arquitetônico não faria nenhum sentido.

⁷¹BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

⁷²TUNBRIDGE, John E; ASHWORTH, Gregory John, 1996.

dissensos e consensos imersos à particularidade histórica do conjunto das relações sociais⁷³. O próprio entendimento que “a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio”⁷⁴ é reflexo desses deslocamentos, em que cultura é dinâmica e não pode ser interpretada como fenômeno homogeneizante e interdependente de outros aspectos que regem a vida em sociedade. Não arbitrário, mas segundo lógica, segundo interesse, o patrimônio apresenta-se muito mais como reação às mudanças resultantes da passagem do tempo e seu transcurso⁷⁵, do que propriamente como esforço em dar a conhecer sobre fatos, eventos e transformações histórico-culturais⁷⁶.

A afeição exagerada pelo passado e o desencanto com o presente como produtos de uma sociedade que olha para o passado como herança – e muito como problema a ser solucionado, como tem acontecido com remanescentes de períodos de industrialização – e não como perspectiva de futuro, evidenciam as marcas que caracterizam o nosso tempo⁷⁷. Os anseios em fazer com o que o passado se conforme às nossas expectativas não apenas nos levam a alterar evidências ao interpretá-las, como também fabricá-las e inventá-las⁷⁸. À lógica da sociedade do consumo, as coisas não lidam bem com o envelhecimento, tornam-se obsoletas e são descartadas ou recicladas. Construções são demolidas, restauradas ou revitalizadas⁷⁹. Com a aceleração da vida contemporânea, em que os espaços de experiência hão de se encontrar cada vez mais distantes dos horizontes de expectativa⁸⁰, a probabilidade de as coisas envelhecerem e se transformarem em ruína diminui. A ruína, mais do que objeto físico, palpável, como uma chaminé rachada, uma caldeira oxidada, os trilhos da estrada de ferro descarrilados ..., mas como coisa imaterial e invisível, está assim sujeita ao esquecimento e ao progressivo desaparecimento⁸¹. À releitura de François Hartog⁸², o interesse, o conflito e a negociação que rege a construção

⁷³BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Textos selecionados por Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.; THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁷⁴POULOT, 2009, p. 12.

⁷⁵HARTOG, François. Regimes de historicidade. **Presentismo e experiências no tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

⁷⁶Para melhor entendimento sobre essa discussão, consultar capítulos I e II.

⁷⁷POULOT, *op. cit.*

⁷⁸LOWENTHAL, David. Past time, present place: landscape and memory. **Geographical Review**, New York, v. 65, n.1, p. 1-36, jan. 1975.

⁷⁹HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014a.

⁸⁰KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

⁸¹HUYSSSEN, Andreas. *op. cit.*

⁸²HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

dos patrimônios são, portanto, sintomas de como memória, patrimônio e cultura se entrelaçam a demandas do social, inscritos em espaços e temporalidades particulares.

Dessa forma, considera-se que os espaços fabris, transformados em *friches* ou abrigando novas funções, ainda têm se configurado, no tempo presente, como um patrimônio de difícil aceitação, pois, se por um lado, são capazes de revelar relações nem sempre tão positivas com o passado nos quais estão atrelados, por outro, ainda carecem de políticas efetivas de valorização que os compreenda como parte de práticas sociais, de modos de viver, saberes, fazeres, dizeres. Em meio à flexibilização e precarização das relações de trabalho, em que o trabalhador, industrial ou não, passou à mercadoria descartável, isso nos leva ao questionamento de como o patrimônio industrial, das formas como tem sido apropriado, não estaria, também, a contribuir com a obsolescência e marginalização desse trabalhador. Esse “trabalhador de fábrica”, esse “trabalhador braçal” que não se encontra mais nos seus espaços de trabalho e, também, não se encontra nos espaços do patrimônio. A mudança encontra, assim, sua expressão não apenas na obsolescência, no esvaziamento e no silêncio dos espaços industriais, mas na vida e no cotidiano do trabalhador; seus conhecimentos, ofícios, saberes transformados em memórias, subterrâneas, silenciadas, negligenciadas.

Recentemente, no período de 17 a 19 de maio de 2018, na cidade de Sevilha, na Espanha, foi realizado o VII Seminário de Paisagens Industriais da Andaluzia Pensando no Patrimônio Industrial: os desafios do século XXI, organizado pelo Centro de Estudos da Andaluzia e do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Espanha), cujas discussões resultaram na elaboração da Carta de Sevilha do Patrimônio Industrial. Lançada em fevereiro de 2019 com o objetivo de orientar as práticas de pesquisa e gestão do patrimônio industrial, a Carta informa que “o patrimônio industrial em benefício da sociedade representa um exemplo de sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural”, considerando, dentre outros aspectos discriminados: o valor cultural dos testemunhos material e imaterial ligado às atividades produtivas; aos impactos territoriais, sociais e ambientais que as técnicas industriais causaram em todo o planeta; à crescente conscientização pública para a manutenção e conservação do patrimônio industrial como parte essencial da memória coletiva; e demandas de grupos e cidadãos (entende-se aqui sujeitos) por espaços onde possam expressar suas relações de memória e sociabilidade⁸³. Essa preocupação com a

⁸³Tradução livre, do original: Patrimonio Industrial en beneficio de la sociedad suponen un ejemplo de sostenibilidad medioambiental, económica, social y cultural considerando: El valor cultural de los

imaterialidade do patrimônio industrial aparece com maior ênfase no item denominado “Conceituações”, em que destacamos dois pontos de maior relevância para esse estudo:

7. A memória coletiva da classe trabalhadora deve ser considerada como um elemento de referência para entender espaços de trabalho e relacionamentos que se estabelecem entre a cultura material, o imaterial e o território. 8. O estudo do patrimônio industrial tem que contemplar o papel que as mulheres tiveram nos processos econômicos, nos espaços da sociabilidade, na ciência e na tecnologia⁸⁴.

Ao fazer um balanço dos novos paradigmas e desafios que vêm caracterizando o campo do patrimônio industrial na contemporaneidade, a Carta de Sevilha explicita, em diferentes trechos de seu texto, a importância dos sujeitos e grupos que estiveram diretamente ligados a processos de industrialização. Se na Carta de Nizhny Tagil os sujeitos apareciam de uma forma mais passiva, a partir da compreensão destes e de suas memórias como uma fonte imprescindível para os estudos do patrimônio industrial, tomando este último enquanto gerador de identidades⁸⁵, na Carta de Sevilha esses sujeitos passam a ser, de forma clara, os agentes do próprio patrimônio. Dentre outros aspectos citados, são os diversos sujeitos, suas vivências e experiências, que tornam os vestígios de processos industriais obsoletos bens dignos de serem preservados e conservados. Apesar de considerar a memória coletiva ainda a partir de uma perspectiva de fonte para a compreensão de espaços industriais, a Carta de Sevilha, ao apontar a necessidade de reconhecimento do valor cultural dos testemunhos materiais e imateriais associados a períodos de industrialização demonstra, assim, maior preocupação com as pessoas, com as memórias do trabalho, com as relações e os conflitos associados a processos de industrialização e desindustrialização, bem como com os aspectos simbólicos do patrimônio industrial.

testimonios materiales e inmateriales vinculados a las actividades productivas; Los impactos territoriales, sociales y ambientales que la técnica ha impulsado por todo el planeta.; La creciente conciencia ciudadana por el mantenimiento y conservación del Patrimonio Industrial como parte esencial de la memoria colectiva; La demanda expresada por colectivos ciudadanos para disponer de espacios donde poder expresar sus relaciones de memoria y sociabilidad. *In*: THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Sevilha de patrimônio industrial**. Sevilha: TICCIH, 2018, p. 11-12.

⁸⁴Tradução livre, do original: La memoria colectiva de la clase trabajadora debe ser considerada como un elemento referencia para entender los espacios de trabajo y las relaciones que se establecen entre la cultura material, la inmaterial y el territorio. 8. El estudio del Patrimonio Industrial ha de contemplar el papel que las mujeres han tenido en los procesos económicos, en los espacios de sociabilidad, en la ciencia y en la técnica. *In*: THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Sevilha de patrimônio industrial**. Sevilha: TICCIH, 2018, p. 22.

⁸⁵THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial**. Nizhny Tagil: TICCIH, 2003.

Com base nessas novas referências, em diálogo com nosso objeto de estudo, compreende-se que os vestígios da industrialização, sejam materiais ou imateriais, são representativos de períodos de desenvolvimento que tiveram profundas consequências históricas e sociais e que se configuram, no tempo presente, como marcos na paisagem cultural⁸⁶. Trabalhar com esses vestígios como tema e objeto de estudos da História Social requer, portanto, todo um esforço de sensibilização e educação dos sentidos⁸⁷ para que se perceba que o patrimônio industrial não apenas exprime o passado das indústrias e de suas estruturas no contexto de desenvolvimento econômico e urbano de diversas cidades e estados, mas é, também, parte constitutiva de uma paisagem cultural associada à labuta e aos enfrentamentos do trabalho fabril: nos silêncios e na fantasmagoria dos vazios urbanos industriais, há mais histórias e memórias que o contemporâneo busca recuperar e cristalizar a partir de narrativas que endossam passados de labuta a partir de narrativas de patrimônio.

Falar de indústria como objeto de políticas de preservação sem adentrar nessas disputas simbólicas que regem sua construção a objeto do patrimônio é desconsiderar o lugar daqueles que, coexistindo entre as instituições, sujeitos e grupos possuidores do poder de decisão sobre o que fazer com os bens culturais, também são responsáveis por sua agência. Destrinchar esses sentidos e valores a emergir de vozes por vezes dissonantes, silenciadas e esquecidas pelas demandas do contemporâneo e novos usos do passado, constitui-se como atribuição e, ao mesmo tempo, desafio na identificação e valorização do patrimônio industrial, em que o historiador do patrimônio assume papel decisivo: é preciso ir até o subterrâneo, não para iluminar um símbolo de “uma saudade parnaibana”⁸⁸, mas para perceber que a memória e o patrimônio são construídos a partir do ocultamento de outros agentes, cujas subjetividades, também, ancoram-se nas pedras, no visível e no invisível da paisagem cultural. O visível diz respeito àquilo que os olhos não mais podem ver: o trabalhador nos seus espaços de trabalho, enfileirados em frente aos grandes portões das fábricas, atravessando as ruas, nos bares e botequins da cidade; as máquinas e equipamentos industriais, despertando ritmos, imagens, sons e cheiros... O

⁸⁶THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial**. Nizhny Tagil: TICCIH, 2003.

⁸⁷PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo. Reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ**: textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 9-17, jul./dez. 2005.; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 01, n. 58, 37-53, out./dez. 2015.

⁸⁸CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. A escriturística de uma saudade parnaibana. In: LIMA, Frederico Osanam Amorim; CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. (Org.). **Parnaíba**: Ver, sentir, dizer. Parnaíba: Edufpi, 2015. p. 111-126.

invisível da paisagem, por sua vez, diz respeito ao processo de construção da indústria a objeto do patrimônio a se dá a partir da ressemantização das paisagens contemporâneas, em que aquilo outrora visível torna-se invisível em sua dimensão material e imaterial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das mais importantes funções do historiador é ser um lembrete.

(Peter Burke)

Um gravador nas mãos, intentos na cabeça; um caderno de campo e uma caneta. Foi assim que começou essa pesquisa, em que eu procurava, persistente, por um objeto que eu criei à casa. Tantos eram os questionamentos que me levavam ao chão das fábricas, as memórias e enfrentamentos do cotidiano fabril: alguns padecidos, líricos... Nesses caminhos da memória demasiado enfadava-me: o que ficava no campo do subtendido, nos silêncios da gravação, outros, em olhares desviantes. Os silêncios, por vezes o que só era dito quando o gravador era, então, desligado, fora o fio, o fio que me conduziu à *ruína*. Ora, mas eu estava em meio a tantas ruínas, como não pude enxergar? Porque a ruína, talvez tenha dito Clio ou, quem sabe, Mnemosine quando, em meio às evidências, perdera-se¹: porque a ruína, a ruína é marginália. É partitura que não hão de se ler.

Indústria, pioneirismo, pioneiro, pioneira, progresso, progressista; personagens, heróis e coroas, homens de negócios, embebidos em metamemórias². Não comprei suas histórias ou, quiçá, estórias. Não comprei suas memórias. Mas, como poderia eu esquivar ao confesso que, no subterrâneo, eu também encontrei esses heróis, eu encontrei essas memórias!? Mas, em meio aos símbolos engolidos feito habitus³, havia heróis cujos retratos não estavam impressos às folhas do *Almanaque*. O que pensarias Domingos Dias da Silva se descobrisse que sua coroa, quimérica, fora moça bonita, que andavas acompanhada a sujar-se com o barro de ruas não pavimentadas? O que pensarias José de Moraes Correia se descobrisse que suas caldeiras, por hora oxidadas, deslumbram-se aos sentidos da visão e da audição como vestígios de planos não concretizados, cujas cicatrizes, em mãos e pés calejados, são como frívolos a não merecerem ser recordadas? Mas isso, isso é estória, é poesia, cujo rigor do método científico não furtas às temporalidades da memória.

¹ Tomada aqui como metáfora, Mnemosine, segundo a mitologia grega, fora deusa da memória que se uniu com um de seus sobrinhos conhecido como Zeus, que a ela se apresentou disfarçado de um pastor. Talvez, se soubesse de seu disfarce, não tinha, então, a ele se unido.

² CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Seguindo rastros, questionando evidências, desembaraçando fios, encontrando peças ora perdidas ou esquecidas pelos caminhos percorridos, o objeto dessa pesquisa foi aos poucos ganhando forma quando identificamos que a atividade industrial vai deixando suas marcas nas paisagens urbanas não apenas pelos vários vestígios de estruturas e instalações obsoletas e/ou adaptadas a novos usos, mas nas formas com que essas paisagens vão sendo significadas e ressemantizadas pelos trabalhos da memória. A memória na paisagem, talvez tenha sido um dos principais momentos da trajetória dessa investigação em que outras vozes e outros usos, por vezes dissonantes, emergiam de forma a evidenciar tensões e conflitos em torno das construções da indústria a objeto do patrimônio.

Entendendo que as políticas de preservação do patrimônio cultural possuem uma lógica própria, conforme cada época e contextos, não se buscou nessa pesquisa questionar os porquês da ausência das memórias do trabalho e dos trabalhadores nas práticas e ações preservacionistas a identificar a indústria como objeto de proteção. Não fizemos papel de juízes, a procura de culpados e sentenças. O que se buscou, durante todo o itinerário, foi problematizar as formas pelas quais os vestígios da industrialização, a partir da temporalidade da memória e do patrimônio, têm sido ressemantizados e apropriados pelas demandas do tempo presente; ao mesmo tempo, em que se buscou perceber as disputas simbólicas em torno dessas construções. Não basta que as políticas façam saber que os bens culturais existem, se seus usos e apropriações baseiam-se nos anseios daqueles que possuem o poder de decisão.

A transformação de um espaço outrora funcional a objeto do patrimônio não pode simplesmente basear-se nos interesses de determinados sujeitos e grupos que fazem uso dos bens culturais como instrumentos de criação e legitimação de suas próprias narrativas de interesse. Enquanto não existir um *trabalho de memória* que compreenda os remanescentes da industrialização como parte de práticas sociais, de modos de viver, saberes e fazeres, o patrimônio industrial, mormente espaços ligados ao trabalho e a produção fabril, continuará sendo interpretado como um patrimônio de menor relevância e de difícil aceitação nas malhas urbanas. A mudança é funcional, mas a estrutura é cultural e é simbólica⁴.

⁴ BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Textos selecionados por Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.; THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.; BOURDIEU, 1989.

Ao problematizar as disputas simbólicas em torno das construções da indústria a objeto do patrimônio, percebendo as apropriações que são feitas dos bens patrimonializados e das políticas de proteção - e não apenas identificando que estas existem ou não -, a pesquisa contribui para o campo da Memória, do Patrimônio e da História Social ao apontar questões de maior envergadura que hão de se abrir a novos objetos de pesquisa: a saber, o problema da classe e da cultura operária em suas articulações na identificação dos remanescentes da industrialização como bens a serem preservados. Como outrora desenvolvido, o patrimônio industrial não apenas exprime o passado das indústrias e de suas estruturas no contexto de desenvolvimento econômico e urbano, mas é também parte constitutiva de uma paisagem cultural associada à labuta e aos enfrentamentos do trabalho fabril. A mudança encontra, assim, sua expressão não apenas na obsolescência, no esvaziamento e no silêncio dos espaços industriais, mas na vida e no cotidiano do trabalhador; seus conhecimentos e habilidades transformados em memórias, subterrâneas, silenciadas, negligenciadas. É preciso que a escrita historiográfica, em particular dos mundos do trabalho, abarque essas dimensões de forma a entender que o patrimônio não é o avesso da experiência, mas sintoma de como as diferenças entre as classes sociais se traduz em bens, lugares, práticas e espaços patrimonializáveis.

De historiadora à *flâneur*, saindo dos arquivos empoados e indo parar em bares, avenidas, ruas e praças, cujas paisagens extrapolavam a arquitetura do espaço construído, os caminhos percorridos nessa pesquisa demonstram a preocupação com o sensível, em que o olhar do historiador é invadido pelo desconcerto do substrato social. A influência de outras áreas do conhecimento, como antropologia e ciências sociais, fizeram-se marcantes nessa ampliação de itinerários. A diversidade de fontes e temporalidades trabalhadas demandou a busca por outras ferramentas interpretativas, em que a interdisciplinaridade se colocou como desafio que foi sendo superado na medida em que se permitiu sair do lugar comum. Observar a paisagem da cidade, os prédios, os carros, as pessoas... Andar em ruas e ruelas que, “se eu fosse você, não andaria por aí”. Entrar em casas, sentar no sofá, tomar um café, ver álbuns de fotografias antigas em meio a tantas recordações (nem sempre tão positivas), sentar em bares em meio a olhares erotizados em que a força do gênero inquietava-me a alma, causou estranhamentos, pois ao ofício do historiador essas formas de fazer pesquisa não são tão recorrentes. Nos ensinam o sabor dos arquivos, o manuseio de folhas amareladas que, com um simples toque, desmancham-se no ar. As traças, os fungos, a umidade, a poeira a entrar-me pelos

ouvidos desprotegidos quase que como um convite, do que propriamente como cuidados a serem redobrados.

É, portanto, notório como a interdisciplinaridade tem contribuído não apenas para os estudos historiográficos, mas para diversas áreas do conhecimento, como Memória Social e Patrimônio Cultural, em que as sociedades aparecem como pano de fundo ou elemento principal do objeto empírico. Todavia, é pertinente perceber que novos problemas, novas abordagens e novos objetos tendem a surgir, levando ao questionamento das fronteiras que delimitam o trabalho do historiador, em particular do historiador do patrimônio, frente ao ofício do antropólogo e cientistas sociais. A passagem de um paradigma em que a análise macroeconômica deixou de ser, por sua vez, primordial, para uma história que focaliza os sistemas culturais em sua diversidade de representações, as diferenças entre as classes sociais que vão muito além do econômico, abrangendo distintas formas de capitais⁵, podem ser apontadas como sintomas desses novos desafios, em que as fronteiras entre áreas de estudos distintas, como história, sociologia, antropologia, arqueologia passam, cada vez mais, atenuar-se. É certo que a busca por ferramentas interpretativas, frente as reavaliações da própria operação historiográfica⁶ que passou a reconhecer as subjetividades como inseparáveis do seu próprio fazer-se, talvez não seja mais das principais preocupações dos historiadores contemporâneos, em particular àqueles que têm se debruçado sobre a História do Tempo Presente, cujas temporalidades da memória e usos do passado têm sido objetos privilegiados. No entanto, reconhecer que esses limites possam existir não deslegitima essas novas formas de fazer história, nem contribui para o enrijecimento do próprio campo. Antes, chama a atenção para o fato de que a operação historiográfica conserva peculiaridades que a distingue de outras áreas das ciências humanas. Ainda que, na perspectiva de uma antropologia da história, esses limites sejam quase invisíveis, o olhar do historiador sobre os contextos culturais, a dinâmica da pesquisa de campo, o tratamento dado às fontes etnográficas e à análise do material coletado, ainda assim conserva suas particularidades, a saber, o método. A questão do método histórico como conjunto de regras que regem a produção de um conhecimento que visa determinada objetividade, mas cuja subjetividade é inerente à sua própria constituição⁷, talvez seja

⁵ BOURDIEU, 1989.

⁶ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

⁷ GRESPAN, Jorge. Considerações sobre o método. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 291-300.

esse limite. Limite por vezes não questionável, mas enraizado no próprio ofício do historiador, no seu trato com o passado, na sua relação com as fontes e contextos analisados, em que a separação entre diacronia e sincronia há muito deixou de ser referência de distinção da história em relação a outras áreas do conhecimento.

Dessa forma, espera-se que esse estudo confira avanços não apenas em termos de resultados de pesquisa, mas, também, em termos epistemológicos, ao entender o patrimônio industrial como tema e objeto de estudo legítimo da historiografia e, sobretudo, da História Social, a partir do entendimento que os sujeitos não são meros receptores das políticas de preservação do patrimônio, mas são seus próprios agentes.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Louise Prado. **EMBRATUR: formadora de imagens da nação brasileira**. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ARANTES, Antônio A. Patrimônio cultural e cidade. *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. p. 11-24.
- ARAÚJO, José Luis Lopes. O rastro da carnaúba no Piauí. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 198-205, dez. 2008. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/579/463>. Acesso em: 1 jan. 2018.
- ARAÚJO, José Bruno de. **Casa inglesa: um inglês, uma família, uma história**. Parnaíba: Sieart, 2019.
- ARAÚJO, Leandro Guimarães. **A expansão da indústria de papel e celulose no extremo Sul da Bahia e seus impactos sobre a estrutura agrária**. 2006. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.
- AMORIM, Henrique. Centralidade e imaterialidade do trabalho: classes sociais e luta política. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 367-385, fev. 2010.
- ANDREOTTI, Maria Beatriz. **Vestígios industriais em Campinas: deslocamento produtivo e patrimônio industrial**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. **O Parnaíba: contribuição de sua navegação**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.
- BRASILEIRO, Anísio *et al.* **Transporte no Brasil: história e reflexões**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.
- BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Textos selecionados por Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editora, 2003.

BORGES, Viviane Trindade. Memória pública e patrimônio prisional: questões do tempo presente. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 310-332, jan./mar. 2018. Disponível em:
<https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018310>. Acesso em: 7 jul. 2020.

BOMFIM, Suzete Santos. **O patrimônio industrial do Nordeste brasileiro**: o caso de Sergipe. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

CASTRO, Hebe. História Social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 41-54.

COSTA, Alcilia Afonso de Albuquerque. O processo de preservação da Fábrica das Fazendas Nacionais em Campinas do Piauí. **Labor & Engenho**, Campinas, v. 4. n. 4, p. 78-92, dez. 2010. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/1>. Acesso em: 5 de jan. 2018.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacionalismo. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.

CASADIO, E. S. **Uma avaliação da política de preços mínimos para a cera de carnaúba**. Brasília, DF: Comissão de Financiamento da Produção, 1980.

CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. **Inventário de uma memória consagrada**: Benjamim Santos nos interstícios do teatro pernambucano (1960-1970). 2017. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. A escriturística de uma saudade parnaibana. *In*: LIMA, Frederico Osanam Amorim; CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. (Org.). **Parnaíba**: Ver, sentir, dizer. Parnaíba: Edufpi, 2015. p. 111-126.

CAMPAGNOL, Gabriela. **Usinas de açúcar**: habitação e patrimônio industrial. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele. **Entre trilhos e dormentes**: a Estrada de Ferro Central do Piauí na história e na memória dos parnaibanos (1960-1980). 2015.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

CHENEVEZ, Alain; MARQUES, Kadma. O patrimônio no espaço urbano: metropolização, estética e formas comunicacionais no Rio de Janeiro. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 22, p. 15-29, jul./dez. 2013. Disponível em: revistas.uece.br. Acesso em: 8 jun. 2018.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 34, p. 147-165, 2012.

CORREIA, Telma de Barros. Patrimônio industrial e agroindústria no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais. *In*: CORREIA, Telma de Barros; BORTOLCCI, Maria Angela (org.). **Lugares de produção**: arquitetura, paisagens e patrimônio. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2013.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidade Históricas (PCH). *In*: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2015.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH): Por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural - 1973/1979**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

CORDEIRO, J. M. M. L. Algumas questões sobre o estudo e salvaguarda de paisagens industriais. **Labor e Engenho**, Campinas, v. 5, n.1, p. 1-12, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/102>. Acesso em: 13 abr. 2019.

COSTA, Otávio José Lemos. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 33-40, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/issue/view/575>. Acesso em: 13 abr. 2019.

COSGROVE, Denis. **Social formation and symbolic landscape**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

D'ALVA, Oscar Arruda. **O extrativismo da carnaúba no Ceará**. 2004. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

DE VARINE, Hugues. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. **O lugar do patrimônio industrial**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no vale do Parnaíba**. São Paulo: Annablume, 2010.

FALCI, Miridan Brito Knox. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1986.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Reflexões sobre o reconhecimento e usos do patrimônio industrial. *In*: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio (Org.). **Cultura material e patrimônio da Ciência e da Tecnologia**. Rio de Janeiro: MAST, 2009b. p. 189-212.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 69-98, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000100004. Acesso em: 11 abr. 2020.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-35, jan./jun. 2009a. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/43/23>. Acesso em: 11 mar. 2020.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Luiz Tarquínio: a companhia empório do Norte**. *In*: FLEXOR, Maria Helena Ochi; SCHWEIZER, Peter José (org.). **Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 143-168.

FILIPE, Maria da Graça da Silveira. Conversando sobre patrimônio industrial. *In*: MATOS, Ana Cardoso de; SALES, Telma Bessa (org.). **Conversando sobre patrimônio industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens**. Sobral: Edições UVA, 2018. p. 125-142.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. **O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio**. O caso de Parnaíba. 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *In*: IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Brasília, DF: IPHAN, 2000. p. 11-21.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... cidades – beiras (1850-1950)**. Teresina: EDUFPI, 2010.

GERIBELLO, Denise Fernandes. **A patrimonialização de estruturas industriais: o caso do Complexo da Usina de Itatinga**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. *In*. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 291-300.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Vendo o passado: representações e escrita da história. **Anais do Museu Paulista História e Cultura Material**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5463>. Acesso em: 17 jul. 2020.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUZZI, Anderson. (org.). **Biodiversidade do Delta do Parnaíba: litoral piauiense**. Parnaíba: EDUFPI, 2012.

GOMES, M. T. S. A abertura econômica no Brasil e suas implicações na indústria em cidades média do Oeste Paulista. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 10, n. 31, p. 83-91, set. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15937>. Acesso em 17 jul. 2020.

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 15-28, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/6265>. Acesso em: 18 jul. 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

HARTOG, François. Regimes de historicidade. **Presentismo e experiências no tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014a.

HUYSSSEN, Andreas. **Políticas de memória no nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014b.

JACOB, Marc Theophile. A pequena e brava família Jacob. *In*: ARAUJO, Maria Mafalda Balduino; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Gente de longe: histórias e memórias**. Teresina: Halley, 2006. p. 273-334.

KISHIMOTO, Deborah Padula. **A gestão do patrimônio: estratégias da preservação do Patrimônio Cultural na cidade de Parnaíba, Piauí**. 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

LEITE LOPES, José Sérgio. Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 583-605, dez. 2011.

LIMA, Frederico Osanam Amorim; CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes (org.). **Parnaíba: ver, sentir, dizer**. Parnaíba: Edufpi, 2015.

LIMA, Adriana Ribeiro de. **Trabalhadores da carnaúba: paisagem cultural e modos de vida dos camponeses em Russas – CE na primeira metade do século XX**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LOPES, Daniel Barreto. **A Atribuição de Valor a Conjuntos Urbanos Tombados Face a Experiência da Rede de Patrimônio Cultural do Piauí pelo Iphan (2006-2012)**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2019.

LOWENTHAL, David. Past time, present place: landscape and memory. **Geographical Review**, New York, v. 65, n.1, p. 1-36, jan. 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/213831?seq=1>. Acesso em: 17 jul. 2020.

LUTHER, Aline de Carvalho. **Patrimônio arquitetônico industrial na Península de Itapagipe: um estudo para preservação**. 2012. Dissertação (Mestrado em Conservação e Restauro) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. **O ecletismo parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX**. Parnaíba: Edufpi, 2012.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Municipal Monsenhor Chaves, 2003.

- MENDES, Iweltman. **Parnaíba: educação e sociedade**. Parnaíba: Sieart, 2007.
- MENDES, Iweltman. **Porto de Luís Correia: histórico de um sonho**. Parnaíba: Sieart, 2008.
- MENDES, Sérgio Luiz da Silva. **Sem medir as palavras: atuações do Jornal Inovação – PI (1977-1982)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.
- MENDONÇA, Adalto da Motta. Revisitando as ruínas urbanas. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, 7., 2007, Belém do Pará. **Anais [...]**. Belém do Pará: ENANPUR, 2007. p. 1-15.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL*, 1., 2009, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Iphan, 2009. p. 25-39.
- MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial: memória, acervos cidade. *In: CASAGRANDE DE PAULA, Zueleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís. (Org.). Polifonia do patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012.
- MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. *In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE*, 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UDESC, 2011. p. 1819-1834.
- MICHELON, Francisca Ferreira. **Sociedade Anônima Frigorífero Anglo de Pelotas: o trabalho do passado nas fotografias do presente**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19969/15603>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 01, n. 58, 37-53, out./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/43471/26994>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Tempo, patrimônio e políticas de preservação no Brasil. *In: NOGUEIRA, A. G. R.; SILVA FILHO, A. L. M. (org.). História e historiografia: perspectiva e abordagens*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014b. p. 60-68.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez.1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 17 jul. 2020.

OLIVEIRA, Pedro Vagner Silva. **Mar à venda: pescadores e turismo no “Piauí Novo”** (anos 1970). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

PAIXÃO, Ana P. S.; PAULO, L.D.R. O Tombamento para além do aço: o patrimônio industrial em Miguel Burnier e a luta entre memórias. *In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 2., 2018, Belo Horizonte. Anais [...].* Belo Horizonte: ICOMOS, 2018. p. 3898-3918.

PEDRAZZANI, Viviane. **Patrimônio cultural de Teresina (PI): o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990.** 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: Uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**, Lisboa, n. 2 (nova série), p. 04-23, 2007. Disponível em: [http://arquivos-da-memoria.fch.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta\[1\].pdf](http://arquivos-da-memoria.fch.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta[1].pdf). Acesso em: 17 jul. 2020.

PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. **Sociologia: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 13, p. 211-226, 2003. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2484>. Acesso em: 17 jul. 2020.

PEREIRA, D. C. **A natureza como patrimônio cultural: um diagnóstico propositivo.** 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo. Reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ: textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, Pelotas, v. 2, n. 4, p. 9-17, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/893>. Acesso em: 16 jul. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, Goiás, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225>. Acesso em: 16 jul. 2020.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

POMARI, Elisa Paletti. **Imagens industriais: narrativas fotográficas sobre a industrialização do estado de São Paulo na virada do século, 1900-1914.** 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3. ed. Teresina: Edufpi, 2006.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. 2010. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

REIS, Daniel. **Cidade [i]material: museografias do patrimônio cultural no espaço urbano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2015.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997. Tomo 3.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. **Cidade, cultura e memória: uma perspectiva sob óptica da arqueologia e do patrimônio industriais**. 2017. Tese (Doutorado em História e Patrimônio) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2017.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. **Estudos regionais: geografia e história do Piauí**. Teresina: Halley, 2004.

RODRIGUES, Marly. Patrimônio industrial: entre o fetiche e a memória. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 3, p. 31-40, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/116>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ROLNIK, Raquel. Lei e Política: a construção dos territórios urbanos. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 18, p. 135-154, maio 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10992>. Acesso em: 13 jul. 2020.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais**. 1. ed. São Paulo: UNIFESP, 2013.

SALES, Telma Bessa. Conversando sobre patrimônio industrial. **Saeculum Revista de História**, João Pessoa, n. 35, p. 61-76, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/28857>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SALES, Telma Bessa. Patrimônio industrial: palavras, imagens e práticas. **Revista Historiar**, Sobral, v. 7, n. 13, p. 80-101, 2015. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/214>. Acesso em: 12 mar. 2020.

SANTOS, Cecília Helena Godoy Rodrigues dos. Patrimônio cultural. Documentação e reflexão necessárias. *In*: CUREAU, Sandra. *et al.* **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 239-249.

SANTANA, R. N. Monteiro de. **Piauí: formação desenvolvimento perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SAUER, Carl O. A Morfologia da paisagem. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; HOSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCIFONI, Simone. Lugares de memória operária na metrópole paulista. **Geosp Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 84-97, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74304>. Acesso em: 9 abr. 2019.

SERRANO, Santiago Arroyo; PRADES, María Giménez; MUSTIELES, Diana Sánchez. **Conservación y restauración de patrimonio industrial**. Madri: Editorial Síntesis, 2018.

SILVA, Josenias dos Santos. **Parnaíba e o avesso da belle époque: cotidiano e pobreza (1930-1950)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

SILVEIRA, Thiago Coelho. **Desvelando os caminhos do Santana: História e Memória de um processo de rurbanização em Teresina – PI**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. *In*: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). **Piauí: formação desenvolvimento perspectivas**. Teresina: Halley, 1995. p. 133-154.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 65-92.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

TUNBRIDGE, John E; ASHWORTH, Gregory John. **Dissonant heritage:** The management of the past as a resource in conflict. Londres: Belhaven Press, 1996.

TOURINHO, Mary Angélica Costa. **Por dentro da história:** mulheres operosas no mundo do comércio em Parnaíba (1930-1950). 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos de ferro:** a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960. 2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

VILANOVA, Willian Sousa. **A indústria piauiense no contexto do “milagre” econômico brasileiro nos anos de 1970-1975.** 2007. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. **As indústrias Matarazzo no interior paulista:** arquitetura fabril e patrimônio industrial. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FONTES

Livros

ARAKEN, Carlos. **Estórias de uma cidade muito amada**. Parnaíba: [s.n], 1988.

ARAÚJO, Maria Elita Santos de. **O espaço e o tempo**. Parnaíba: Sieart, 2002.

CASTELO BRANCO, Renato. **Tomei um Ita no Norte (memórias)**. São Paulo: L. R. Editores, 1981.

D' ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO Celso (org.). **João Paulo dos Reis Velloso: memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

KRUEL, Kenard. **Genu Moraes**. A mulher e o tempo. Teresina: Zodíaco, 2015.

MENDES, Iweltman. **Associação Comercial de Parnaíba**. Lutas e conquistas. 2. ed. Teresina: Gráfica da UFPI, 1994.

MENEZES, Maria Luiza Motta. **Parnaíba no século XX**. Fortaleza: Gráfica Aley, 1994.

PASSOS, Caio. **Cada rua – Sua história**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1982.

PIRES, José Nelson de Carvalho. **Parnaíba que eu vi**. Parnaíba: [Edição do autor], 2005.

RIBEIRO, Antonio Rodrigues. **Parnaíba, presente do passado**. Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2003.

SANTANA, Judith. **Parnaíba**. Parnaíba: Prefeitura Municipal de Parnaíba, 1982.

SILVA, Maria da Penha Fonte e. **Parnaíba, minha terra**. Crônicas. Parnaíba: [Edição do autor]. 1987.

SOUZA, Antônio de. **Estudos e coleta de dados sobre a cera de carnaúba**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1974.

Jornais e Periódicos

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba: Academia Parnaibana de Letras, 1924-1995.

ALJAVA. Parnaíba: [s.n], ano 11, n. 12, jul. 1946.

DO PIAUÍ. Teresina: [s.n], mar.1972.

O DIA. Teresina: [s.n.], ano 28, n. 7103, set. 1979.

- O DIA. Teresina: [s.n.], n. 7251, abr. 1982.
- FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s. n], ano 8, n. 531, 1967.
- FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 8. n. 532, 1967.
- FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s.n], ano 10, n. 710, 1969.
- FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 10, n. 714, 1969.
- FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 10. n. 713, 1969.
- FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 10. n. 741, 1969.
- FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 10, n. 743, 1969.
- FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 10, n. 745, 1969.
- FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s.n], ano 12, n. 972, 1972.
- FOLHA DO LITORAL. Parnaíba [s.n], ano 13, n. 1030, 1972.
- FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s.n.], ano 20. n. 1762, 1980.
- FOLHA DO LITORAL. Parnaíba: [s.n.], ano 20, n. 1733, 1980.
- NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n.], ano 12, n. 1820, jan. 1980
- NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n.], ano 12, n. 1822, jan. 1980.
- NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n.], ano 12, n. 1825, jan. 1980.
- NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n.], ano 12, n. 1831, fev. 1980.
- NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n.], ano 12, n. 1836, fev. 1980.
- NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n.], ano 12, n. 1841, mar. 1980.
- NORTE DO PIAUÍ. Parnaíba: [s.n.], ano 12, n. 1858, abr. 1980.

Revistas especializadas

- HISTÓRICA. Parnaíba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba, ano 1, n. 1, abr. 2008.

Documentos oficiais

PIAUI. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.449, de 1984**. Teresina: Câmara dos Deputados, 1984. Caixa 136. Lote 60.

PARAÍBA. Governo do Estado. **Lei nº 3.779, de 27 de maio de 1975**. Autoriza a criação, sob a forma de sociedade de economia mista. João Pessoa: Governo do Estado, 1975.

SERGIPE. Governo do Estado. **Lei nº 1.721, de 09 de dezembro de 1971**. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Sergipana de Turismo S.A (EMSETUR) e dá outras providências. Aracaju: Governo do Estado, 1971.

PARNAÍBA. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 2.296, de 2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município e da cidade de Parnaíba e dá outras providências. Anexo Único. Volume III. Mapa 44. Mapa das áreas com os índices de restrições. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 2007.

PARNAÍBA. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar nº 020, de 31 de dezembro de 2012**. Altera dispositivos da Lei Complementar 001/2009 que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 2012.

PARNAÍBA. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.413, de 04 de outubro de 1993**. Dispõe sobre o tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico localizado no território Municipal de Parnaíba. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 1993.

PARNAÍBA. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.775, de 23 de março de 2001**. Estabelece a proteção do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba, atendendo ao disposto no art. 216 da Constituição Federal, autoriza o poder Executivo a instituir o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba e dá outras providências. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 2001.

PARNAÍBA. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.908, de 11 de março de 2003**. Institui o Sistema de Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Parnaíba, cria o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba – CONSPAC, revoga as Leis 1.413/93 e 1775/01 e dá outras providências. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 2003.

PARNAÍBA. Prefeitura Municipal. **Lei Orgânica do Município de Parnaíba, de 05 de abril de 1990**. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 1990.

PARNAÍBA. Prefeitura Municipal. **Ofício nº 14/1979**. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 1979.

PARNAÍBA. Prefeitura Municipal. **Projeto de Lei sem número, de fevereiro de 2014**. Dispõe sobre a alteração da composição do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba previsto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 1.908 de 11 de março de 2003, e dá outras providências. Parnaíba: Prefeitura Municipal, 2014.

BRASIL. **Decreto - Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971.** Dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971.

BRASIL. **Decreto – Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.** Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento, altera a Legislação do Imposto sobre a Renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1974.

BRASIL. **Decreto de 16 de novembro de 2000.** Cria a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, no Município de Ilha Grande de Santa Isabel, Estado do Piauí, e nos Municípios de Araiões e Água Doce, Estado do Maranhão, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1937.

PIAUI. Secretaria de Estado de Cultura. Coordenação de Patrimônio Cultural. **Lei Estadual do Patrimônio Cultural, nº 215, de 13 de novembro de 1992.** Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do estado do Piauí e dá outras providências.

PARNAÍBA. Superintendência Municipal de Cultura. **Plano Municipal de Cultura de Parnaíba (2015-2025).** Parnaíba: Superintendência Municipal de Cultura, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Embratur 50 anos: uma trajetória do turismo no Brasil.** Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2016.

Entrevistas

ISRAEL CORREIA E LAURO CORREIA. Entrevista não gravada, cedida à autora em 18 de maio de 2016, na residência de Lauro Correia.

ONÉSIO JUNIOR. Entrevista cedida à TV Delta Canal 02 Parnaíba - PI em outubro de 2014.

WELLINGTON DIAS. Entrevista cedida à TV Costa Norte – Parnaíba - PI, em junho de 2019.

Entrevistas de história oral

ADEMAR LEOCÁDIO. Entrevista não gravada, cedida à autora em 03 de setembro de 2019.

ENOQUE EPIFÂNIO. Entrevista cedida à autora em 12 de maio de 2018.

JACOB DE SOUSA. Entrevista cedida à autora em 22 de julho de 2018.

JOSÉ MARIA GUIMARÃES (CACHIMBO). Entrevista cedida à autora em 14 de setembro de 2018.

JOSÉ WILSON. Entrevista cedida à autora em 12 de maio de 2018.

LUIZ CARLOS QUARESMA (BIBI). Entrevista cedida à autora em 06 de maio de 2016.

MANOEL MORAES NEVES (MANOELZINHO). Entrevista não gravada, cedida à autora em 11 de maio de 2016.

ORICELES ROCHA (CÉLIO). Entrevista cedida à autora em 09 de abril de 2016.

RAIMUNDO NONATO (PÉ VEI). Entrevista cedida à autora em 09 de abril de 2016.

RAIMUNDO NONATO (SANSÃO). Entrevista cedida à autora em 18 de julho de 2018.

ROQUE DE SOUZA GALENO. Entrevista não gravada, cedida à autora em 07 de maio de 2016.

Processos de inventário, estudos e tombamentos

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE CULTURA E DESPORTO DO PIAUÍ – FUNDEC. **Inventário e estudo de proteção de conjuntos urbanos no Piauí. Inventário de Acervo Cultural do Piauí.** Teresina: IPAC, 1997.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX.** Teresina: IPHAN, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba.** Teresina: IPHAN-PI, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Parecer técnico, nº 004/2008.** Brasília, DF: DEPAM, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1.554-T-2008. **Parecer de Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès.** São Luís: IPHAN, 2008.

IPHAN. **Parecer do Conjunto Arquitetônico do antigo Porto das Barcas.** Parnaíba: IPHAN, 1979. Pasta 1195. Cx. 0417.

OP ARQUITETURA. **Sobrado Dona Auta**: projeto de restauração. Relatório III. Levantamento cadastral. Parnaíba: OP Arquitetura, 2009.

PIAUÍ. Secretaria de Estado de Cultura. Coordenação de Patrimônio Cultural do Piauí. **Porto das Barcas**: recuperação e revitalização do conjunto arquitetônico. Estudo preliminar de 2011. Teresina: Secretaria de Estado de Cultura, 2011.

PIAUÍ. Secretaria de Estado de Cultura. Coordenação de Patrimônio Cultural do Piauí. **Bens tombados e registrados no Piauí**. Teresina: Secretaria de Estado de Cultura, 2018.

Cartas patrimoniais

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial**. Nizhny Tagil: TICCIH, 2003.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Sevilha de patrimônio industrial**. Sevilha: TICCIH, 2018.

Outros impressos

CARVALHO, Elmar. Fuga ao passado. *In*: OLIVEIRA, Inácio Marinheiro de; CANDERIA FILHO, Alcenor R.; CARVALHO, José Elmar de M. (org.). **Parnárias**: poemas sobre Parnaíba. Parnaíba: Sieart, 2017. p. 68.

CINQUENTENÁRIO das Organizações Moraes. Disponível em formato de folheto impresso, cujo conteúdo foi transcrito do jornal maranhense O imparcial, de 28 de fev. de 1954.

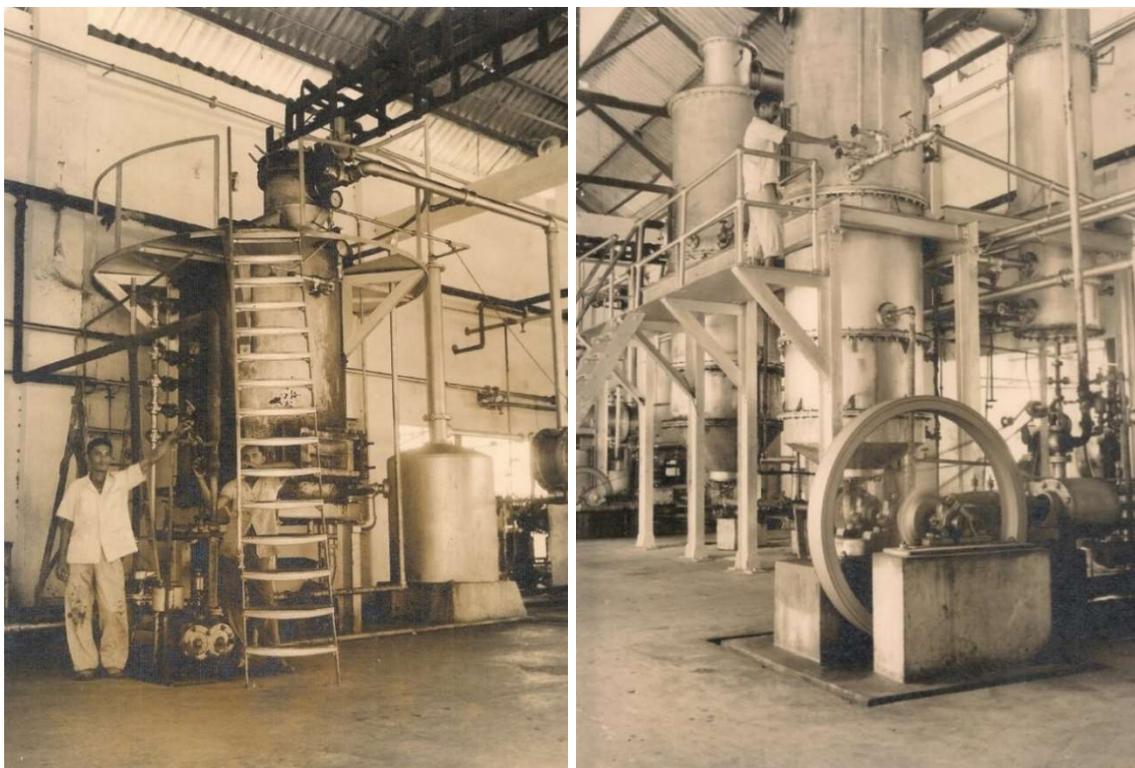
MORAES S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Síntese dos trabalhos e pesquisas levados a efeito por Moraes S/A Indústria e Comércio, de Parnaíba (Piauí), para extração de celulose dos resíduos abandonados das folhas e talos da carnaubeira**. Parnaíba: Moraes S/A Indústria e Comércio, 1975.

PARNAÍBA. Superintendência de Turismo. **Guia de bolso Parnaíba**. Parnaíba: Superintendência de Turismo, 2014.

PARNAÍBA. Superintendência de Turismo. **Guia de bolso Parnaíba**. Parnaíba: Superintendência de Turismo, 2017.

ANEXO A - INSTALAÇÕES DE BENEFICIAMENTO DE CERAS

Figura 23 - Instalações de beneficiamento de ceras de carnaúba [19--]



Fonte: Acervo pessoal de Oriceles Rocha. (Fotografias cedidas à autora em 2018).